

REVISTA CIENTÍFICA SOPHIA - FACULDADE AVANTIS



Sophia

REVISTA CIENTÍFICA

Ano V - n.1 - dez 2013
www.avantis.edu.br - Balneário Camboriú - SC





Comissão Científica

Prof.º Dr. André Viana Custódio (UNISC)
Prof.ª Dr.ª Joseane de Souza (USP)
Prof.ª Dr.ª Maiana Farias Oliveira Nunes (UFRS)
Prof.º Msc. Werner José Bertoldi (UFSC)

Endereço para correspondência:
Revista Faculdade AVANTIS – Comitê Editorial
Av. Marginal Leste, Nº 3600, Km 132 –
Bairro dos Estados
Balneário Camboriú – SC – CEP: 88339-125
Fone: (47) 3363-0631
E-mail: revistacientificasophia@avantis.edu.br

Periodicidade Anual
Tiragem desta Edição: 3.000
Autorizada a reprodução desta publicação,
desde que citada a fonte.

REVISTA CIENTÍFICA SOPHIA

ISSN: 2176-2511
ISSNe: 2317-3270
Ano: V
Número: 01
Dezembro/2013
Balneário Camboriú – SC

SOCIEDADE CIVIL AVANTIS DE ENSINO SUPERIOR

Presidente: Artenir Werner
Vice-presidente: André Werner
Diretora Geral: Isabel Regina Depiné Poffo

Comitê Editorial

Editor Responsável: Isabel Regina Depiné Poffo
Conselho Editorial: Gabriela Depiné Poffo,
Iris Weiduschat, Tayane Medeiros d'Oliveira, Werner
José Bertoldi, Mara Regina Zluhan
Capa/Arte: Marcio Martison
Concepção da Arte/Capa: Traços da escultura da per-
sonificação da sabedoria (Sophia), com referência às
cores da instituição (verde).
Capa Atual: Wilson Filho
Revisão de Texto: Iris Weiduschat e Werner José Bertoldi
Revisão Técnica: Tayane Medeiros d'Oliveira
Diagramação: Tayane Medeiros d'Oliveira
Bibliotecária Assessora: Aline Medeiros d'Oliveira
CRB 14-1063

Impressão e Acabamento: Jawi Indústria Gráfica Ltda.

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

Revista Científica Sophia.

Sociedade Civil Avantis de Ensino Ltda. - Faculdade Avantis, Balneário Camboriú, SC:
Avantis Educação Superior, 2013.
v. V, n. 1, dezembro: 2013
Anual
ISSN: 2176-2511
ISSNe: 2317-3270

1. Psicologia. 2. Administração. 3. Ciências Contábeis. 4. Sistemas da Informação. 5. Educação
Física. 6. Direito. 7. Arquitetura e Urbanismo. 8. Revista Científica. 9. Periódico.

CDD 21ª ed.
070.4



Este novo volume da Revista Sophia revela momentos de estudo, objetos de pesquisa, referenciais teóricos, reuniões de pesquisadores, professores e estudantes. Mais do que debates e discussões, fomenta-se o diálogo e o exercício da crítica que resultam na construção do conhecimento, da sensibilidade, do argumento.

Introduzimos esta apresentação à nossa 5ª edição da Revista Sophia, porque acompanhamos a elaboração de muitos trabalhos que convergem para tal interpretação e identificação. São artigos que brotaram da parceria entre estudantes e professores, entre pares docentes e pesquisadores e, reconhecidamente, de acadêmicos que demonstram autonomia e iniciativa.

O conhecimento se faz a custo de muitas tentativas e da incidência de muitos feixes de luz, multiplicando os pontos de vista diferentes. A incidência de um único feixe de luz não é suficiente para iluminar um objeto. O resultado dessa experiência só pode ser incompleto e imperfeito, dependendo da perspectiva em que a luz é irradiada e de sua intensidade. A incidência a partir de outros pontos de vista e de outras intensidades luminosas vai dando formas mais definidas ao objeto, vai construindo um objeto que lhe é próprio. A utilização de outras fontes luminosas poderá formar um objeto inteiramente diverso ou indicar dimensão inteiramente nova ao objeto. (LIMOEIRO, 1978, p. 27).

Parabenizamos pela iniciativa dos autores e pela participação dos avaliadores *ad hoc*. Desejamos que os trabalhos ecoem e possam ser revisados para a atualização sempre presente e passível de novos pensamentos.

Um abraço,
Prof. Isabel Regina Depiné
Diretora Geral da Faculdade Avantis



COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DA FACULDADE AVANTIS
CEP/AVANTIS

COORDENAÇÃO DA GESTÃO 2013/2016:

Paulo Renato Duarte Maia	<i>Coordenador do CEP/Avantis</i>
Werner Bertoldi	<i>Vice-coordenador do CEP/Avantis</i>
Tayane Medeiros d'Oliveira	<i>Secretária do CEP/avantis</i>

MEMBROS DA GESTÃO 2013/2016:

André Gobbo	Fernanda Germani de Oliveira Chiaratti
Andreia Martins	Giovani Mello
Bernadette Beber	Sigmundo Preissler Júnior
Bruno Tokumo	Sônia Maria Kohler Dias
Douglas Branco de Camargo	Zilá Gomes de Moraes Flores

Publicação recomendada pelo Comitê de Ética
em Pesquisa da Faculdade Avantis (CEP/Avantis).

03.

EDITORIAL

07.

LEVANTAMENTO DO MEDO DO CRIME E A PERCEPÇÃO DE POLÍCIA CIDADÃ*Aldo Antonio Hostins dos Santos, Bruna Cervi Battisti Archer, Aldo Antonio dos Santos Junior e Luiz Carlos Chaves*

22.

PRÁTICAS INOVADORAS DE LEITURA LITERÁRIA NO ENSINO FUNDAMENTAL*Bruno Lazarotto Farias e Ana Paula Lisboa*

29.

VÍCIO, DEFEITO E O DANO MORAL NO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR*Carlos Eli Modesto Faraco e Felipe Probst Werner*

39.

O NÍVEL DE SERVIÇO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO (TIC) - UM ESTUDO DE CASO NA ITACORDA*Eder de Bittencourt e Edemir Manoel dos Santos*

50.

O DESENVOLVIMENTO URBANO DO LITORAL NORTE DE SANTA CATARINA: A EXPERIÊNCIA DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ*Elizangela Pieta Ronconi e Mariana Barbosa de Souza*

59.

OLHARES E SENTIDOS PARA A EDUCAÇÃO POR MEIO DE IMAGENS FOTOGRÁFICAS*Fabiana Barbosa, Marcela de Oliveira Silva e Marina Corbetta Benedet*

66.

ORIENTAÇÃO VOCACIONAL VERSUS ESCOLHA DA PROFISSÃO*Joyce de Almeida Cruz, Elcimara Meire da Rocha Mantovani e Iris Weiduschat*

73.

A JUDICIALIZAÇÃO DA POLÍTICA NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO*Loana Keitelin da Silva Pereira e Márcia Cecília Vassoler*

Sophia

REVISTA CIENTÍFICA

84.

A RECEPÇÃO DOS TRATADOS INTERNACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

Mônica Duarte

95.

GINÁSTICA RÍTMICA E SUAS CONTRIBUIÇÕES NO DESENVOLVIMENTO DAS PRÁTICAS CORPORAIS

Sheila Caroline Alves e André Luiz de Oliveira Braz

103.

A CERTIFICAÇÃO DIGITAL NA GESTÃO DOCUMENTAL ACADÊMICA: UM ESTUDO DE CASO

Sigmundo Preissler Junior

112.

DESCRIMINALIZAÇÃO DO DESACATO À LUZ DO PROJETO CRIADO PELO REQUERIMENTO N. 756/2011 ADITADO PELO DE N. 1.034/2011 QUE INSTITUIU O NOVO CÓDIGO PENAL

Syndel Almeida Silveira e Felipe André Dani

123.

PSICOMOTRICIDADE NO ENSINO FUNDAMENTAL

Vitória Souza Tomé e Rozana Aparecida da Silveira

ENSAIO

133.

AS COISAS MUDARAM: A IMPORTÂNCIA DO USO DAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - TICS, POR PROFESSORES QUE TRABALHAM COM JOVENS

Douglas Branco de Camargo

LEVANTAMENTO DO MEDO DO CRIME E A PERCEPÇÃO DE POLÍCIA CIDADÃ

Aldo Antonio Hostins dos Santos¹

Bruna Cervi Battisti Archer²

Aldo Antonio dos Santos Junior³

Luiz Carlos Chaves⁴

RESUMO

Às agências policiais são confiadas ao desenvolvimento humano, possuem a difícil missão de reduzir o crime, o medo do crime e fortalecer as demais políticas públicas de promoção social. Essas organizações, para a sua sobrevivência, necessitam operar de modo convivencial *e.g.*: resolvendo conflitos, buscando parcerias e desenvolvendo a consciência cidadã para a redução do crime, do medo do crime e da impunidade. A partir desse enfoque, esta pesquisa de caráter teórico-empírico, tem o fulcro de levantar e analisar o medo do crime e a percepção de polícia cidadã em duas cidades com orientações para o turismo no Estado de Santa Catarina – Brasil. O trabalho encontra-se estruturado em três partes teóricas (1) Matizes da violência, do crime e do medo do crime. (2) Perspectivas do medo do crime, seguido da metodologia, (3) Análise dos resultados e considerações finais. Como inferências principais o estudo apresentou que o medo do crime faz parte do cotidiano das pessoas que estas possuem aderência para uma atuação das Agências policiais no âmbito do paradigma da polícia cidadã.

PALAVRAS CHAVES: Medo do Crime. Cidadania organizacional. Polícia cidadã. Agências policiais.

FEAR OF CRIME AND PERCEPTION OF POLICE CITIZEN

ABSTRACT

Police agencies are entrusted human development. They have the difficult task of reducing crime, fear of crime and strengthen other public policies of social promotion. These organizations need to operate their survival so convivial *e.g.*: resolving conflicts, seeking partnerships and developing citizen awareness to reduce crime, fear of crime and impunity. From that perspective, this research Theoretical and empirical, has the fulcrum to lift and analyze fear of crime and perception of citizen police in two cities with guidelines for tourism in the state of Santa Catarina - Brazil. The work is structured in three theoretical parts (1) Hues of violence, crime and fear of crime. (2) Prospects of fear of crime, followed by the methodology, analysis of results and conclusion. How inferences major study showed that fear of crime is part of everyday life and that they have grip for a performance of police agencies within the paradigm of citizen police.

KEYWORDS: Fear of crime. Organizational Citizenship. Citizen Police. Police Agencies.

1 Graduando em Ciências Jurídicas – UNIVALI, Itajaí. E-mail: drdinu@gmail.com

2 Bacharel em Direito pela UNIVALI, Itajaí e Especialista em Direito do Trabalho pela Associação dos Magistrados do Trabalho de Santa Catarina – AMATRA12. E-mail: brunaarcher@gmail.com

3 Mestre em Relações Sociais Internacionais – UMINHO, Portugal. E-mail: a2067@ibest.com.br

4 Doutor em Ciência Política – UFSC. E-mail: luiz_carlos_chaves@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

A pandemia da violência e do crime tem sido objeto de estudos e preocupações de uma série de organizações internacionais (e.g.: Organização Mundial da Saúde, Organização das Nações Unidas, Organização dos Estados Americanos) onde apresentam alternativas e orientações para a promoção da redução desse quadro que se instaura no mundo.

Num ambiente em constante mutação e com uma sociedade mais exigente e informada, a busca de uma convivência, por meio da polícia cidadã se faz crucial para as agências de polícia.

O desenvolvimento social, especialmente as experiências positivas das agências policiais internacionais, tem sido apontado como um fenômeno essencial para a existência e funcionamento eficaz e competitivo dessas organizações. Destarte, torna-se relevante conhecer a práxis, ações ou características da organização que podem influenciar positivamente no trabalho de polícia cidadã.

De modo geral, a revisão da literatura indica que variáveis relacionadas ao processo de implantação da polícia cidadã influenciam diretamente o sucesso ou insucesso apontando os vieses que obliteram a implantação da filosofia e estratégia.

Apesar disso, como o enfoque das pesquisas geralmente recai sobre sintomas e experiências negativas sucedidas nas agências policiais, torna-se difícil sistematizar uma maneira única de implantação da polícia cidadã uma vez que cada organização possui distintos matizes histórico-culturais.

O objetivo desta pesquisa foi testar a relação de variáveis ligadas ao medo do crime, do projeto organizacional das agências policiais brasileiras que por possuírem uma influência norteamericana envolveu as agências de polícia fortalecendo o arquétipo burocrático, obliterando até os dias atuais a política de atuação preventiva e com o envolvimento dos demais segmentos sociais.

Caracterizado como um estudo teórico-empírico, com a realização de um *survey* se identificou as impressões das pessoas que residem nos Municípios de Florianópolis e Balneário Camboriú acerca do medo do crime e da polícia cidadã. Adotou-se uma perspectiva de análise de dados quantitativa, primordialmente.

2 MATIZES DA VIOLÊNCIA, DO CRIME E DO MEDO DO CRIME

O mundo pós-moderno vivencia uma série de fenômenos envoltos de violência e de criminalidade de maneira generalizada. Postula Cruz e Xavier (2008, p. 2606) que:

A potência destrutiva das armas nucleares, as agressões cada vez mais catastróficas contra o ambiente, o aumento das desigualdades sociais, a explosão do conflito étnico fazem com que o equilíbrio planetário seja cada vez mais precário e mais difícil a conservação da paz.

A América Latina se consagra como sendo uma região caracterizada pelos conflitos, pela desigualdade e violência, a Organização Mundial da Saúde denomina de epidemia de saúde, no âmago do problema se encontra o Brasil ocupando o terceiro lugar na colocação da taxa homicídios por 100 mil habitantes entre os países que mais matam na América Latina. (COSTA, 2011).

Conforme a ONG *Seguridad Justicia y Paz* do México (2011) que 28% das 50 cidades mais violentas do mundo estão no Brasil.

Nessa atmosfera de complexidade, diversos grupos internacionais, públicos e privados debatem e procuram alternativas para a composição de esforços que promovam a paz social.

Comenta Serrato (2007) que na proporção que o crime e a violência atentam contra a vida, as liberdades e o patrimônio das pessoas de uma sociedade, são geradas dificuldades para a erradicação da pobreza, aumentando, destarte, os efeitos que degradam a governança democrática e, por conseguinte, o desenvolvimento humano.

Assegura Bengochea *et. al.* (2004, p. 122; grifo nosso) acerca dos caminhos a serem trilhados para uma segurança mais efetiva o seguinte:

Nesse sistema não apenas a polícia é a responsável, o judiciário, o ministério público e a *sociedade em geral, tem de participar do debate deste tema.* É possível ter uma polícia mais eficiente, diferente da atual, que está repartida ao meio: uma trabalha só com a parte investigativa; outra só com a parte pericial; outra só com a parte ostensiva, encasteladas em seus corporativismos. É necessário um trabalho de conjunto e de integração.

Acerca do sistema de perseguição criminal, mormente sobre as atividades de polícia postulam Santos Jr.; Schaufert e Schaufert (2011, p. 325) acerca da hibridização das atividades policiais no Brasil o que segue:

A hibridização possibilitará a concessão da sequência de todas as atribuições de polícia administrativa e judiciária, de forma a garantir os objetivos da segurança pública pelas polícias brasileiras, calcadas em parâmetros organizacionais em áreas e dimensões estruturais.

Corroborando Bengochea *et. al.* (2004) quando assertam a cerca da relevância da sociedade brasileira repensar o problema do sistema de segurança pública, do ciclo de polícia, da inteligência única e o treinamento e desenvolvimento de recursos humanos adequados e integrados.

Ao longo da história humana se tem asseverado que quanto mais as pessoas estão próximas maiores serão as possibilidades de conflito e que se não administradas pelo Estado poderão incorrer em diversas formas de violência e crime.

Estes conflitos admitem uma série de condições à parte de um simples ato de constrangimento psicológico até a eliminação da vida de uma pessoa ou grupo.

Weisburd e Eck (2004) assinalam que quando existe o envolvimento dos cidadãos na elaboração de estratégias e no auxílio à vigilância, acontece à redução do medo do crime.

Raríssimos são programas orientados ao desenvolvimento da participação do cidadão para uma cultura orientada à legalidade na República Federativa do Brasil, os poucos são mal gerenciados ou levados a descrédito pelas agências públicas e pela própria sociedade.

A participação da sociedade brasileira na criação e apoio a programas de estabelecimento e fortalecimento de instrumentos de monitoramento das atividades policiais e demais entes do sistema penal constituem um quadro ainda prosaico de severas restrições por parte dos integrantes dos quadros diretivos dessas agências.

Outro vetor que restringe o alcance de uma política de segurança pública eficaz e efetiva é a falta de integração organizacional desses subsistemas que operam de modo encapsulado e distante da realidade social que não vive a mesma dinâmica pautada na modernidade a qual o sistema de justiça criminal era para dar suporte de vida ao Estado.

O medo do crime é estudado em diversos países possuindo denominações diferenciadas, *e. g.:* sensação de segurança, medo do delito.

Almendra e Morais (2012, p. 268, grifo nosso) asseveram acerca do medo o seguinte:

A contraposição entre o medo e a paz indicando que um é a negação do outro pode ser encontrada na literatura que trata do que vem sendo chamada de *cultura do medo*, que, por sua vez, aparece em oposição a uma *cultura da paz*, ou, dito de outra forma, da ideia que sem segurança é impossível chegar a um *estado de bem-estar*.

O medo pode ser definido como sendo uma percepção de perturbação insatisfação, pela possibilidade da pessoa ou grupo ser flagelado por uma contingência de risco ou dano real ou psicológico.

O constructo medo do crime engolfa um conjunto de variáveis, de certa complexidade, que deverão ser levadas em consideração para se levantar, avaliar e gerar as inferências acerca de determinadas realidades conforme asseveram Lupton e Tulloch (1999), Kershaw *et. al.* (2001)

e Warr (1987).

Os fatores associados ao medo do crime podem ser vislumbrados na assertiva de Serrato

(2007) onde apresenta os fenômenos que engendram a violência e, por conseguinte, que influem no medo do crime, conforme estampa o Quadro I, infra.

VARIÁVEL	DESCRITOR
Capital social deficiente ⁴	Crescimento urbano desordenado. Economias informais. Desconfiança nas instituições. Atitudes complacentes em relação ao cumprimento das leis, por parte dos cidadãos como por parte dos integrantes do sistema de justiça criminal. Mídia vendendo a indústria do crime
Fatores de risco	Consumo de álcool elevado. Uso e posse de armas. Grupos populacionais vulneráveis.
Violência doméstica ⁵	Reprodutora das estruturas de poder, provenientes dos valores, normas, obrigações e responsabilidades. A violência contra crianças e idosos. O nível de aderência a estas variáveis influenciarão na violência adulta.
Contexto urbano inadequado ⁶	Falta de planejamento dos espaços urbanos. Ocupações indevidas dos lugares. Falta de iluminação. Nível de deterioração. Vendas nas ruas. Equipamentos urbanos deteriorados. Ausência de coleta de lixo e limpeza dos espaços públicos.
Tipologia da delinquência	Nível de letalidade das agressões e lesões pessoais. Tipos de armas empregadas. As condições das vítimas. Os motivos dos crimes. A geografia dos homicídios.
Iniquidade social e marginalidade urbana	Indicador de desenvolvimento humano (IDH). Índice GINI que representa a igualdade ou desigualdade de renda. E outros fatores que impedem a criação de instrumentos de prevenção.
Hot spots	Concentração de delitos em determinadas áreas ou cenários (locais, horários e grupos associados à alta criminalidade).
Ineficácia institucional ⁷	Falta de capacidade da polícia para operar. Clima de impunidade. Problemas carcerários.

QUADRO 1: FATORES QUE ENGENDRAM A VIOLÊNCIA, O CRIME E O MEDO DO CRIME

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Serrato (2007 p. 8-9).

O medo⁵ do⁶ crime pode variar dependendo de um conjunto de variáveis que se encerram sobre o perfil da pessoa ou do grupo, conforme será ilustrado a seguir.

Hale (1996), Gilchrist *et. al.* (1998), Killias ⁷(1999), Scott (2003), Rader, David e Sarah
 5 Ver: SUTHERLAND, E. *Principles of criminology*. Filadélfia: Lippincott, 1939; BURSIK, R.; GRASMICK, H. *The Use of multiple indicators to estimate Crime trends in American Cities*. *Journal of Criminal Justice*, v. 5, n. 21, p. 509-516, 1993; SAMPSON, R.; STEPHEN, R. *Systematic Social observation of Public Spaces: A new look at disorder in Urban neighborhoods*. *American Journal of Sociology*, v. 3, n. 105, p. 603-651, 1999; CHIRICOS, T.; PADGETT, K.; GERTZ, M. *Fear, TV news, and the reality of Crime*. *Criminology*, v. 2, n. 38, p. 755-785, 2000.

6 GIDDENS, A. *Sociologia, uma breve, porém crítica introdução*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1982.

7 Ver: WARR, M. *Fear of victimization and sensitivity to*

(2007)⁸ assinalam que as mulheres possuem maior razão de vulnerabilidades, por razões *risk*. *Journal of Quantitative Criminology*, v. 3, p. 29-46, 1987; MICELI, R.; ROCCATO, M.; ROSALBA ROSATO, R. *Fear of Crime in Italy: Spread and determinants*. *Environment and Behavior*, v. 36, n. 6, p. 776-789, 2004; DORAN, B.; LEES, B. *Investigating the Spatio-temporal links between disorder, Crime and the Fear of Crime*. *The Professional Geographer*, v. 1, n. 57, p. 1-12, 2005; MOORE, S.; SHEPHERD, J. *Gender specific emotional responses to anticipated crime*. *International Review of Victimology*, v. 14, p. 337-351, 2007a. Disponível em: <http://www.vrg.cf.ac.uk/Files/MS_2007_IntRevVict.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2012; MOORE, S.; SHEPHERD, J. *The elements and Prevalence of Fear*. *The British Journal of Criminology*, v.1, n. 47, p. 154-162, 2007b.

8 Rodrigues, C. *Civil democracy, perceived risk and insecurity in Brazil: an extension of the systemic social control model*. *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, Minas Gerais, v. 1, n. 605, p. 242-263, 2006.

físicas, psicológicas e por possuírem filhos, dentre outras características peculiares.

A idade da pessoa também orienta para maior ou menor propensão ao medo do crime, e.g.: Ferraro e LaGrange (1992); Ditton et. al. (1999; 2004); Santos Jr., Dutra e Silva Filho (2007).

Outros estudos, que tratam do medo do crime e da variável minoria racial, apresentam menor nível de medo do crime do que a população branca majoritária, mesmo levando em consideração que estas pessoas residem em lugares de alto risco de crime, e.g.: Covington e Taylor (1991); Skogan (1995).

Covington e Taylor (1991), Will e McGrath (1995) e Mcgarrell, Giacomazzi e Thurman (1997) acenam que quanto menor a renda percebida e menor o nível educacional, maior será a propensão ao medo do crime.

Em contraponto propugnam Lane e Meeker (2000) e Santos Jr., Dutra e Silva Filho (2007) que a vitimização ou a sujeição ao risco não ocasiona o medo do crime nas pessoas, nas outras variáveis como fatores étnicos e culturais.

3 PERSPECTIVAS DO MEDO DO CRIME

O medo do crime se constitui num amálgama de variáveis multidimensional, atinentes ao gênero, idade, localização, cultura, valores e comportamento individuais e grupais, na literatura existem diversas maneiras de se levantar e estudar como se apresenta a seguir.

Estudos descritivos e analíticos fazem a análise do espaço geográfico com o medo do crime, por exemplo: Tuan (1979); David e David (1989); Davis (1998); Rotker (2000); García Sánchez (2004); Lemanski (2006); Virilio (2007); Sandberg e Tollefsen (2010); England e Simon (2010).

Trabalhos que analisam a relação existente entre os variáveis contextos sociais e políticos e.g.: Pain (2000a); Beaud e Pialoux (2003); Pain e Smith (2008); Vieno et. al. (2010).

A relação existente entre o gênero feminino e o medo do crime são pesquisados por: Junger (1987); Stanko (1988; 1992); Madriz (1997); Pain (1997); Allen (2002); Scott (2003).

A influência da mídia na percepção do medo do crime tem sido amplamente contemplada conforme estudos de: Ditton et.al. (1999); Altheide (2002); Brink (2003); Chadee e Ditton (2003; 2005); Pfeiffer, Windzio e Kleimann (2005); Dammert e Malone (2006); Smolej e Kivivuori (2006; 2008).

Acerca do Medo do crime e a relação com sexo e idade existem as seguintes pesquisas e.g.: Clemente e Kleiman (1976); John Howard Society Of Alberta (1999); Lane e Meeker (2000); Pain (2000b); Wallace e May (2005); Truman (2007); Tiby (2009).

Por último, para encerrar este bloco também existem outras variáveis que não foram contempladas neste estudo e.g.: Baixo nível de renda, baixo nível de educação, culturas diferenciadas, dentre outras variáveis.

4 MÉTODO

A metodologia indica todo o plano instrumental de pesquisa, postula Madil et al. (2000) apud Crewe (2005, p. 4) a cerca da metodologia que:

Research methodology is a diverse field situated within debates about quantification or otherwise of data, about induction and deduction or identifying cultural patterns and seeking scientific laws⁹.

Esta pesquisa foi realizada com base num estudo de multicasos longitudinal em duas comunidades dos Municípios de Balneário Camboriú e Florianópolis. O estudo multicaso é interessante nesta pesquisa, pois permite uma maior abrangência dos resultados, uma vez que transcende os limites de unicidade de dados de uma só comunidade.

⁹ "Metodologia de pesquisa é um campo vasto situado acerca de debates sobre a quantificação ou não de dados, sobre a indução e dedução ou identificação de padrões culturais e buscando as normas científicas." (Tradução nossa).

O estudo de multicasos se emprega ao objetivo do estudo por analisar em profundidade duas ou mais unidades ou setores (TRIVINÕS, 1994). Neste particular, dois municípios integrantes do Estado de Santa Catarina.

A decisão pela realização de um estudo de caso como estratégia de pesquisa encontra sua base na fonte de dados – neste caso, o estudo aprofundado da percepção do medo do crime e de Polícia Cidadã -, bem como, procurando caracterizar e analisar, por meio de várias fontes de dados primários.

Os principais instrumentos utilizados na coleta de dados, consoante à proposta de estudo de caso, foram questionários com cidadãos dos dois municípios. Os questionários foram aplicados pelos alunos do curso de formação de soldados da Polícia Militar no primeiro semestre de 2012.

A pesquisa se caracteriza por uma perspectiva de análise de dados quantitativa, essencialmente onde se seguiu as orientações contidas no *smart survey design*¹⁰. (SURVEYMONKEY, 2011) este guia apresenta um modelo para a elaboração do instrumento de pesquisa e outras observações conforme segue:

This guide provides information on writing successful and effective survey questions, creating survey flow and layout, Calculating response rates, tips for increasing response rates, and the pros and cons of online surveys. (Plus an appendix of links and works cited for additional help in survey design¹¹). (SURVEYMONKEY, 2011, p. 1).

Foi realizado um pré-teste com dez questionários. O pré-teste do questionário fornece três funções quais sejam:

- (1) Avaliar a competência do questionário; (2) Estimar a duração do questionário ou o tempo necessário para fazê-lo; e (3) Determinar a

10 “Projeto de Pesquisa Inteligente”. (Tradução nossa).

11 “Este guia fornece informações sobre como escrever perguntas de pesquisa de maneira eficiente e eficazes, criando o fluxo de pesquisa e layout, para o cálculo das taxas de resposta, oferece dicas para otimizar as taxas de resposta, e os prós e contras de pesquisas on-line. (Além disso, um apêndice de links e trabalhos citados para obter ajuda adicional no projeto de pesquisa.)”. (Tradução nossa).

qualidade do pesquisador. (IRAOSI, 2006, p. 89).

De acordo com o SurveyMonkey (2011, p. 17), se denota a seguinte orientação:

Finally, test the survey before going live. A small sample of test respondents can help verify if your survey is working properly. This enables you to revise and edit questions and the survey design¹².

4.1 AMOSTRA

A população envolvida na presente pesquisa totaliza 400 pessoas que residem no Bairro Trindade no Município de Florianópolis de um total de 396723 habitantes e 402 pessoas do Município de Balneário Camboriú cuja população é de 94344 habitantes.

Afirmam Cerro e Bervian (2006) que a população é um conjunto de indivíduos, de animais ou de objetos que representem a totalidade de indivíduos, denominada também de universo.

Barbetta (2002, p. 60) ainda afirma que “a amostragem estratificada proporcional garante que cada elemento da população tem a mesma probabilidade de pertencer à amostra”.

Assim sendo, todos os indivíduos tiveram uma oportunidade análoga de responder o questionário.

Quanto ao número de integrantes da amostra, o critério foi estatístico, sublinha Appolinário (2006, p. 127), critério estatístico é a “utilização de fórmulas estatísticas, que levam em consideração, por exemplo, o grau de confiabilidade da estimativa [...]”.

Para calcular o número de entrevistados com margem de erro de 5%, foi utilizada a fórmula postulada por Barbetta (2002, p. 60), como segue: “ $n = N.n0 / N + n0$ ”.

Barbetta (2002, p. 60) explica que esta é

12 “Finalmente, testar a pesquisa antes de procedê-la. Uma pequena amostra de respondentes do teste pode ajudar a verificar se o seu levantamento funcionará corretamente. Isto permite-lhe rever e editar as perguntas e o projeto do seu levantamento”. (Tradução nossa).

“uma fórmula para o cálculo do tamanho mínimo da amostra”, considerando

N – tamanho (número de elementos) da população;
 n – tamanho (número de elementos da amostra);
 n_0 – uma primeira aproximação para o tamanho da amostra; e E_0 – erro amostral tolerável.

Barbetta (2002) explica que se denomina erro amostral a diferença entre o valor que a estatística pode acusar e o verdadeiro valor do parâmetro que se deseja estimar.

Destarte, o valor da estatística pode conter um erro amostral de 5%, para mais e para menos, em relação ao verdadeiro resultado do parâmetro que se deseja estimar.

4.2 PLANO DE COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

Os dados foram colhidos a partir de fontes primárias, ou de primeira mão, por intermédio de um questionário, constando de 15 questões, empregando-se para tanto a escala somatória ou de quatro pontos transformados em quesitos semânticos. Quanto ao questionário foi adaptado com base no modelo do *Office for National Statistics* denominado *Harmonised Concepts and Questions for Social Data Sources Secondary Standards. Crime and Fear of Crime* (2011).

Sublinham Mattar (2000) e Richardson (1999) que os dados primários constituem aquelas variáveis que ainda não foram coletadas, sintetizadas e registradas anteriormente.

Propugna Mattar (2000), a escala de Likert se constitui numa escala somatória para mensurar atitudes, compreendendo numa série de afirmações relacionadas com o objeto que está sendo estudado, sendo que, a cada célula de resposta é atribuído um número, normalmente de um a cinco, que reflete a direção da atitude do respondente em relação a cada assertiva.

5 RESULTADOS

Neste bloco, será apresentado por meio da estatística descritiva, com apresentação de Gráficos, contendo dados convertidos em

frequência relativa às respostas dos participantes da pesquisa. Inicialmente apresentar-se-á a *composição do perfil* seguido dos resultados do *levantamento do medo do crime* e da *percepção de polícia cidadã*.

5.1 COMPOSIÇÃO DO PERFIL

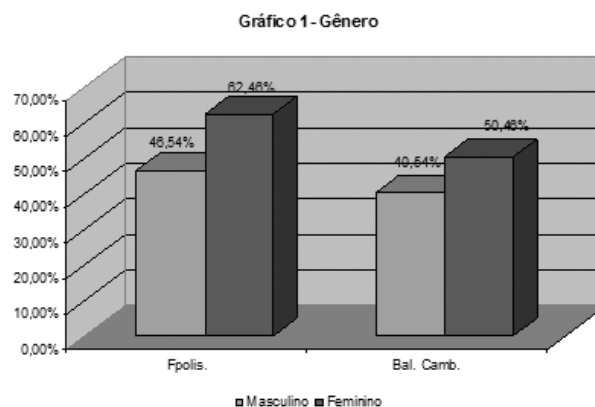


GRÁFICO 1: GÊNERO

Fonte: Elaborado com base na pesquisa de campo, 2013.

Encontra-se ilustrado no Gráfico 1 a contingência quanto ao gênero onde se denota uma simetria próxima da bimodal com referência a esta variável nos dois Municípios em comparação.

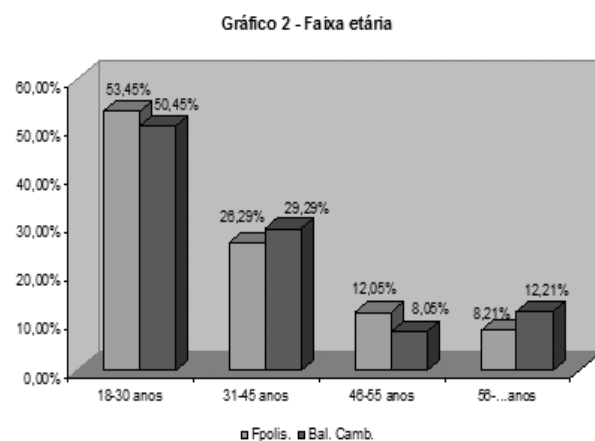


GRÁFICO 2: FAIXA ETÁRIA

Fonte: Elaborado com base na pesquisa de campo, 2013.

O Gráfico 2 estampa que da faixa dos 18 aos 30 e da faixa dos 31 a 45 anos existe certa simetria entre aos Municípios de Florianópolis e Balneário Camboriú se denotando que acima dos quarenta e seis anos de idade a pesquisa não teve maior amplitude pelo fato de ter sido a coleta elaborada de modo randômico e nos horários comerciais.

Gráfico 3 - Possui filhos

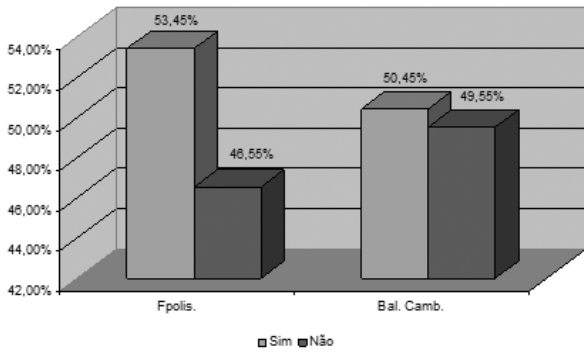


GRÁFICO 3: POSSUI FILHOS

Fonte: Elaborado com base na pesquisa de campo, 2013.

A maioria das pessoas afirmou possuir filhos 53,45% nos Municípios de Florianópolis do mesmo modo que em Balneário Camboriú com 50,45%, pode-se inferir que o fato de possuir família, dependentes leva a uma percepção do medo do crime de modo diferente das pessoas que não possuem.

Gráfico 2 - Faixa etária

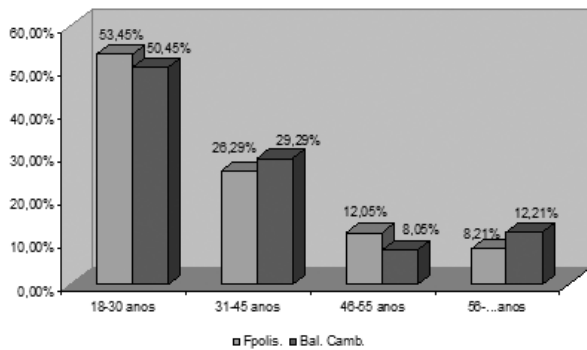


GRÁFICO 4: ESTADO CIVIL

Fonte: Elaborado com base na pesquisa de campo, 2013.

Pode ser observado no gráfico acima que: a maioria das pessoas está, de modo relativo, simetricamente distribuídas entre casados e solteiros, o que consolida uma amostra comparativa da percepção do medo do crime e percepção de polícia cidadã.

5.2 ANÁLISE DOS RESULTADOS LEVANTAMENTO DO MEDO DO CRIME E DA PERCEPÇÃO DE POLÍCIA CIDADÃ

Gráfico 1 - Medo de ter a casa arrombada

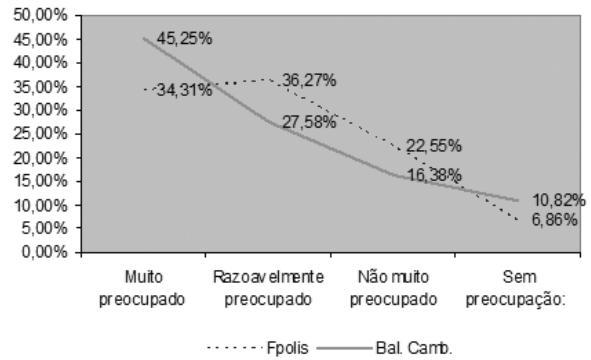


GRÁFICO 1: MEDO DE TER A CASA ARROMBADA

Fonte: Elaborado com base na pesquisa de campo, 2013.

O Gráfico 1 apresenta que as maiorias das pessoas possuem medo de ter sua residência violada por vândalos e que somente uma pequena quantidade de pessoas possui a sensação de segurança satisfatória. Ainda que, comparativamente entre os Municípios em Balneário Camboriú – 50,86%, as pessoas possuem mais medo do que em Florianópolis com a frequência relativa de 46,08%.

Gráfico 2 - Medo de ter o veículo danificado por vândalos

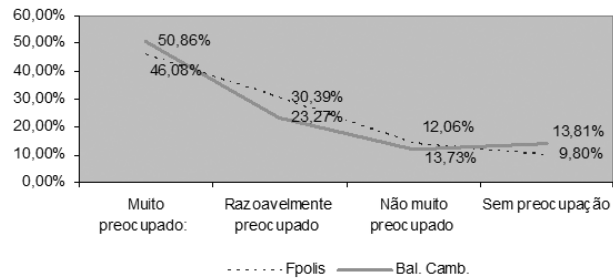


GRÁFICO 2: MEDO DE TER O VEÍCULO DANIFICADO POR VÂNDALOS

Fonte: Elaborado com base na pesquisa de campo, 2013.

Verifica-se no Gráfico 2 uma simetria quanto ao medo de ter o veículo danificado por vandalismos nos dois Municípios, porém com um pequeno destaque para Balneário Camboriú que também apresenta um medo maior.

Gráfico 3 - Medo de ter o veículo roubado

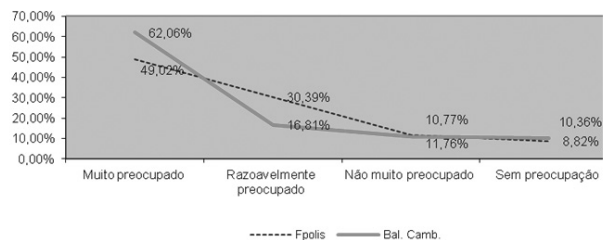


GRÁFICO 3: MEDO DE TER O VEÍCULO ROUBADO

Fonte: Elaborado com base na pesquisa de campo, 2013.

No Gráfico 3, quanto ao medo de ter o veículo roubado em Balneário Camboriú é maior que em Florianópolis, como nas demais representações quantitativas e que a amostra dos que estão não muito preocupados e sem preocupação é relativamente semelhante.

Destarte, comparando-se o Gráfico 1 e 3 denota-se que as pessoas resguardam maior medo que seus veículos sejam roubados do que suas residências.

Gráfico 4 - Medo que a residência venha a ser danificada por vândalos

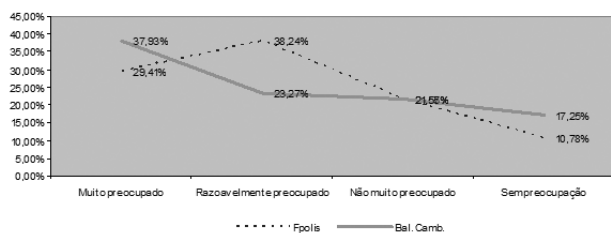


GRÁFICO 4: MEDO QUE A RESIDÊNCIA VENHA A SER DANIFICADA POR VÂNDALOS

Fonte: Elaborado com base na pesquisa de campo, 2013.

O Gráfico 4 transparece que no Município de Balneário Camboriú 37,93% das pessoas possuem medo que a residência possa ser danificada por atos delinquentes comparativamente com Florianópolis onde 29,41% se inclinaram para essa variável. Destaca-se, que em Florianópolis se apresenta a mesma inclinação dos Gráficos 1, 2 e 3 onde as pessoas estão mais razoavelmente preocupadas, ou seja, com medo do que em Balneário Camboriú.

Gráfico 5 - Medo de trotes telefônicos

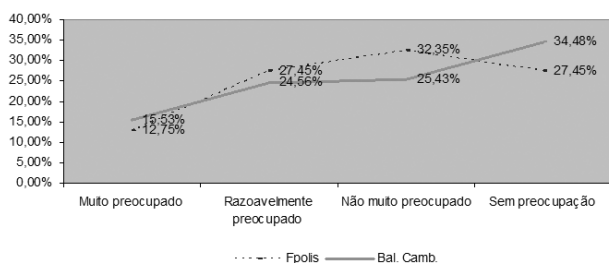


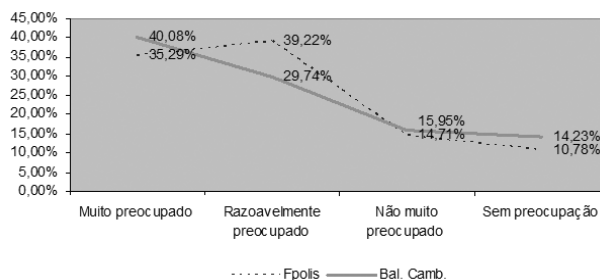
GRÁFICO 5: MEDO DE TROTES TELEFÔNICOS

Fonte: Elaborado com base na pesquisa de campo, 2013.

Com referência ao Gráfico 5, atinente ao medo de trotes telefônicos se apresenta que as pessoas possuem pouca preocupação em receber trotes telefônicos, mesmo assim, Balneário Camboriú possui uma frequência superior a Florianópolis de pessoas que estão

muito preocupadas.

Gráfico 6 - Possui medo de pessoas drogadas



GRÁFICOS 6: POSSUI MEDO DE PESSOAS DROGADAS

Fonte: Elaborado com base na pesquisa de campo, 2013.

A percepção de medo de pessoas drogadas em Balneário Camboriú se resultou também superior a Florianópolis, invertendo-se com os razoavelmente preocupados onde Florianópolis conta com 39,22% comparando-se com 29,22% de Florianópolis, repetindo as inclinações dos demais gráficos anteriores deste bloco.

Gráfico 7 - Possui medo de policiais

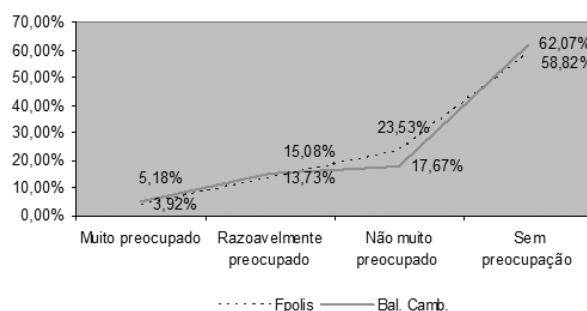


GRÁFICO 7: POSSUI MEDO DE POLICIAIS

Fonte: Elaborado com base na pesquisa de campo, 2013.

A impressão que transcende a partir do Gráfico 7 é que as pessoas não possuem medo da polícia, quanto a esta variável Balneário Camboriú apresenta um índice também mais elevado que Florianópolis, porém paradoxalmente, se opõe ao estarem com menos preocupação do que em Florianópolis numa pequena escala.

Quanto ao medo de sair de casa e passear a noite as pessoas em Balneário Camboriú possuem maior percepção de insegurança com 35,77% do que quem reside em Florianópolis com 20,59%, porém das pessoas que estão razoavelmente preocupadas, Florianópolis, apresenta uma frequência maior com 45,10%

contra as 21,12% de Balneário Camboriú.

Gráfico 8 - Medo de sair de casa e passear a noite

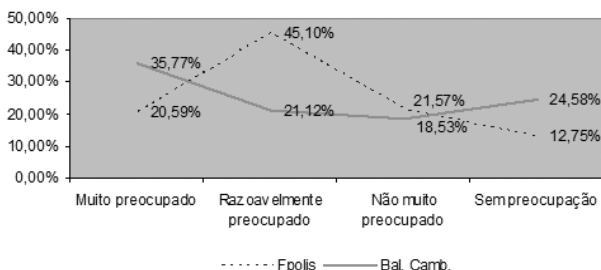


GRÁFICO 8: MEDO DE SAIR DE CASA E PASSEAR A NOITE
Fonte: Elaborado com base na pesquisa de campo, 2013.

Com referência ao medo de ficar sozinho em casa Balneário Camboriú, 24,45% apresenta uma frequência superior a de Florianópolis com 9,80% de muito preocupado, porém de modo paradoxal Balneário Camboriú possui 40,51% de pessoas sem preocupação, comparativamente a Florianópolis que possui somente 38,24%.

Gráfico 9 - Tenho medo de ficar só em casa

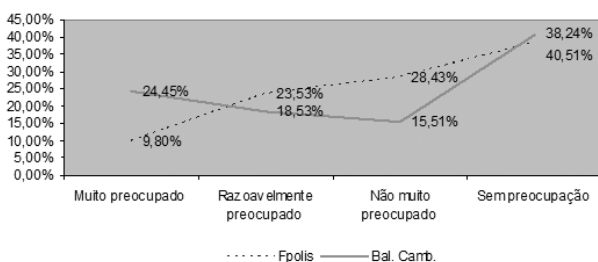


GRÁFICO 9: TENHO MEDO DE FICAR SÓ EM CASA
Fonte: Elaborado com base na pesquisa de campo, 2013.

Estampa o Gráfico 10 quanto ao medo de ser vítima de sequestro que em Balneário Camboriú uma simetria bimodal com 27,58% de pessoas muito preocupadas e 27,15% de pessoas sem preocupação, destacando que o maior medo está ainda em Balneário Camboriú.

Gráfico 10 - Medo de ser vítima de sequestro

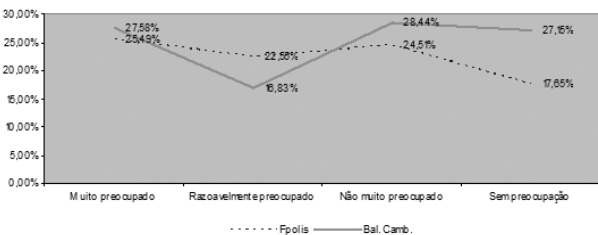


GRÁFICO 10: MEDO DE SER VÍTIMA DE SEQUESTRO
Fonte: Elaborado com base na pesquisa de campo, 2013.

No que tange ao medo de ser atacado fisicamente na rua, o Gráfico 11, ilustra que em Balneário Camboriú 35,79% apresentaram a impressão de estarem muito preocupadas contra 18,63% das pessoas de Florianópolis. Este aspecto denota-se que Balneário Camboriú se dedica, mormente ao turismo e lazer. Em bares e restaurantes onde as pessoas mantêm grande parte do tempo nas ruas em busca da satisfação de acordo com as inclinações ora comentadas.

Gráfico 11 - Medo de ser atacado fisicamente na rua

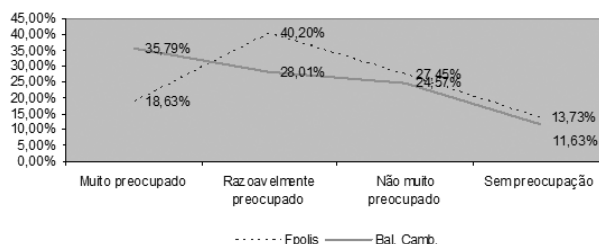


GRÁFICO 11: MEDO DE SER ATACADO FISICAMENTE NA RUA
Fonte: Elaborado com base na pesquisa de campo, 2013.

Com referência ao conhecimento da existência de Conselhos Comunitários de Segurança, os dados apresentaram que as políticas públicas rumo a uma polícia de convivência e voltada ao desenvolvimento humano é praticamente desconhecida pela maioria da população. Destarte, está consagrado que o traçado para a gestão da segurança pública política no atual governo do Estado não está sendo contemplado pelos órgãos de direção das polícias, no primeiro de dois anos de gestão pública.

Gráfico 12 - Conhece algum Conselho Comunitário de Segurança

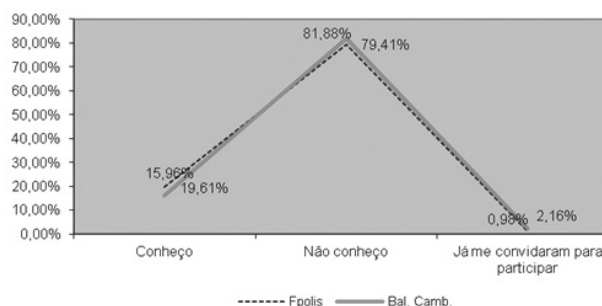


GRÁFICO 12: CONHECE ALGUM CONSELHO COMUNITÁRIO DE SEGURANÇA
Fonte: Elaborado com base na pesquisa de campo, 2013.

De modo análogo o Gráfico 13 corrobora com a orientação da figura anterior onde as pessoas acenam que nunca participaram de alguma atividade em Conselhos Comunitários

de Segurança.

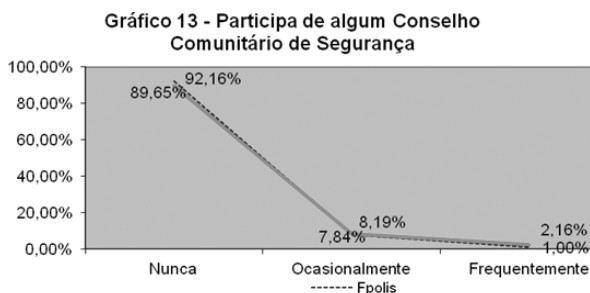


GRÁFICO 13: PARTICIPA DE ALGUM CONSELHO COMUNITÁRIO DE SEGURANÇA

Fonte: Elaborado com base na pesquisa de campo, 2013.

Encontra-se ilustrado no Gráfico 14 que a maioria das pessoas possui preferência por uma atuação de polícia na forma não convencional – de proximidade, de resolução de conflitos e que busque parcerias, ou seja, no foco de polícia cidadã.

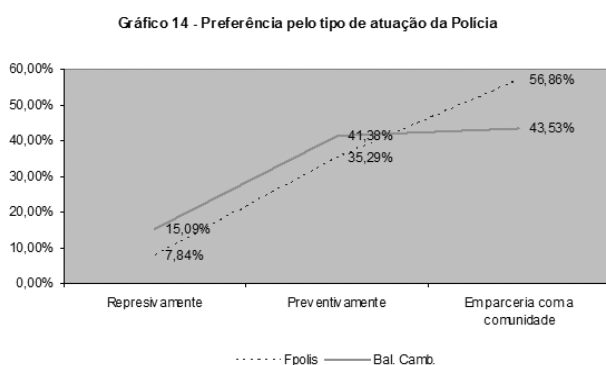


GRÁFICO 14: PREFERÊNCIA PELO TIPO DE ATUAÇÃO DA POLÍCIA

Fonte: Elaborado com base na pesquisa de campo, 2013.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Refletir acerca da sociedade enquanto campos simbólicos nos quais as pessoas interagem de maneira constante, mediada pela linguagem, pelos traços e padrões de caráter, necessidades, aspirações e valores que constroem significado e sentido para sua vida é também, pensar acerca dos medos que estão incrustados na arquitetura da complexidade do ser humano.

Com base no exame do estado da arte infere-se que o constructo medo do crime é complexo e abstrato, uma vez que se encerra na subjetividade do ser humano.

De modo análogo, denota-se que existe uma expressiva quantidade de trabalhos científicos elaborados e publicados diversas bases de dados de periódicos científicos e agências de polícias internacionais. No Brasil estes levantamentos são muito escassos e pouco realizados pelas agências policiais.

Levantou-se por meio da pesquisa que vetores ambientais contribuem para o maior ou menor medo do crime, *e.g.*: grafitagens não autorizadas nos prédios públicos, som alto, prostituição de adolescentes, terrenos baldios, ruas sujas, ausência de coleta de lixo, veículos abandonados, prédios sem manutenção, parca iluminação pública, pessoas suspeitas, dentre outras variáveis.

A redução do medo do crime somente pode acontecer pelo exercício do modelo de polícia cidadã, haja vista que este modelo envolve o cidadão numa procura pela satisfação da sensação de segurança bem como possibilita o engendramento de um conjunto maior de abordagem para a intervenção, como a participação da comunidade na elaboração dos programas de prevenção comunitária.

Outro fator relevante é a caracterização de que os jovens do sexo masculino estão mais propensos a serem vitimados do que as demais categorias e paradoxalmente demonstram ter menos medo do crime do que demais categorias mais vulneráveis.

Outra grande descoberta foi a confirmação de que a sociedade possui predisposição em participar do processo de mudança de paradigma: da polícia reativa para a polícia preventiva. O desenvolvimento de parceria contribui, além da redução do medo do crime, à potencialização de atividades e programas de prevenção ao crime e a violência.

A esteira da polícia cidadã se apresenta como um veículo de mudança e de fomento ao desenvolvimento humano a partir do momento que ouve a voz dos clientes internos e externos, ou seja, com o diagnóstico da realidade interna organizacional e com as impressões acerca da

polícia pela sociedade.

Por último, o estudo de outras variáveis que influenciam no medo do crime podem ser investigadas por intermédio de outras formas de análise de dados qualitativos ou ainda qualiquantitativos.

REFERÊNCIAS

ALLEN, D. B. *Race, crime and social exclusion: a qualitative study of white women's fear of crime in Johannesburg*. **Urban Fórum**, South África, v. 13, n. 27, p. 53-54, 2002.

ALMENDRA, D.; MORAES, P. R. B. O medo, a mídia e a violência urbana – A pedagogia Política da Segurança Pública no Paraná. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 266-281, ago/set 2012.

ALTHEIDE, D. **Creating Fear: News and the Construction Of Crisis**. New York: Aldine de Gruyter, 2002.

APPOLINÁRIO, F. **Metodologia da ciência**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2006.

BARBETTA, P. A. **Estatística aplicada às ciências sociais**. 5. ed. Florianópolis: UFSC, 2002.

BEAUD, S.; PIALOUX, M. **Violences urbaines, violences sociales**. Genèse des nouvelles classes dangereuses. Paris: Fayard, 2003.

BENGOCHEA, J. L. P. et. al. A transição de uma polícia de controle para uma polícia cidadã. **Perspec.**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 119-131, 2004.

BRINK, L. A. *Kriminalitet i Danske Massemedier*. **Nordisk Tidsskrift for Kriminalvidenskab**. *Kriminalvidenskab*, v. 90, n. 3, p. 160-177, 2003.

BURSIK, R.; GRASMICK, H. *The Use of multiple indicators to estimate Crime trends in American Cities*. **Journal of Criminal Justice**, United States, v. 5, n. 21, p. 509-516, 1993.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. São Paulo: Person Education, 2006.

CHADEE, D.; DITTON, J. *Are older people most afraid of crime? Revisiting Ferraro and LaGrange in Trinidad*. **British Journal of Criminology**, Oxford, v. 43, n. 2, p. 417-433, 2003.

_____; _____. *Fear of crime and the media: Assessing the lack of relationship*. **Crime, Media, Culture**, v. 1, n. 3, p. 322-332, 2005.

CHIRICOS, T.; PADGETT, K.; GERTZ, M. *Fear, TV news, and the reality of Crime*. **Criminology**, v. 2, n. 38, p. 755-785, 2000.

CLEMENTE, F.; KLEIMAN, M. B. *Fear of crime among the aged*. **The Gerontologist**, v. 16, n. 3, p. 207-210, 1976.

COSTA, G. *La inseguridad em América Latina ¿Como estamos?* **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, 8. ed., fev./mar. 2011.

COVINGTON, J.; TAYLOR, R. *Fear of crime in urban residential neighborhoods: implication of between- and within-neighborhood sources for Current models*. **Sociological Quarterly**, v. 2, n. 32, p. 231-249, 1991.

CREWE, D. *Fear of crime in a small community*. **Internet Journal of Criminology**. Disponível em: <<http://www.internetjournalofcriminology.com>>. Acesso em: 23 ago. 2005.

CRUZ, P. M.; XAVIER, G. Democracia e transnacionalidade. In. XVII Encontro Preparatório para o Congresso Nacional do CONPEDI. Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Direito. 2008. Salvador. **Anais...** p. 2606-2626. Disponível em: <http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/salvador/paulo_marcio_cruz.pdf>. Acesso em: 12 set. 2012.

DAMMERT, L.; MALONE, M. F. T. *Does It Take a Village? Policing Strategies and Fear of Crime in Latin America*. **Latin American Politics & Society**, v. 48, p. 27-51, 2006.

DAVID, E.; DAVID, H. **The geography of crime**. London/New York: Routledge, 1989.

- DAVIS, M. **Ecology of fear: Los Angeles and the imagination of disaster.** New York: Metropolitan Books, 1998.
- DITTON, J. et. al. *Afraid or Angry? Recalibrating the 'Fear' of Crime.* **International Review of Victimology**, v. 2, n. 6, p. 83-99, 1999.
- _____. *From Imitation to Intimidation. A Note on the Curious and Changing Relationship between the Media, Crime and Fear of Crime.* **British Journal of Criminology**, v. 44, p. 595-610, 2004.
- DORAN, B.; LEES, B. *Investigating the Spatio-temporal links between disorder, Crime and the Fear of Crime.* **The Professional Geographer**, v.1, n. 57, p. 1-12, 2005.
- ENGLAND, M. R.; SIMON, S. *Scary cities: urban geographies of fear, difference and belonging.* **Social & Cultural Geography**, v. 11, n. 3, 2010.
- FERRARO, K.; LAGRANGE, K. *Are older people most afraid of crime? Reconsidering age differences in fear of victimization.* **Journal of Gerontology**, n. 5, v. 5, p. 233-244, 1992.
- GARCÍA SÁNCHEZ, P. J. *La forme privative de l'urbanité: emprise sécuritaire et homogénéisation socio-spatiale à Caracas.* **Espace Géographique**, v. 2, p. 1-17, 2004.
- GIDDENS, A. **Sociologia, uma breve, porém crítica introdução.** Rio de Janeiro: Zahar editores, 1982.
- GILCHRIST, E. et. al. *Women and the Fear of Crime: Challenging the Accepted Stereotype.* **British Journal of Criminology**, v. 2, n. 38, p. 283-298, 1998.
- HALE, C. *Fear of Crime: A review of the literature.* **International Review of Victimology**, v. 2, n. 4, p. 79-150, 1996.
- IRAOSI, G. **The Power of Survey Design: A User's Guide for Managing Surveys, Interpreting Results, and Influencing Respondents.** Washington, D.C.: The World Bank, 2006.
- JOHN HOWARD SOCIETY OF ALBERTA. **Fear of crime.** Calgary, Alberta, Canadá, 1999. Disponível em: <<http://www.johnhoward.ab.ca/pub/pdf/C49.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2012.
- JUNGER, M. *Women's Experiences of Sexual Harassment: Some Implications of their Fear of Crime.* **British Journal of Criminology**, v. 27, p. 358-400, 1987.
- KERSHAW, C. et. al. *The 2001 British Crime Survey.* **Home Office**, London, 2001.
- KILLIAS, M. *Vulnerability: towards a better Understanding of a Key Variable in the Genesis of Fear of Crime.* **Violence and Victims**, v. 2, n. 5, p. 97-108, 1999.
- LANE, J.; MEEKER, J. W. *Subcultural Diversity and the Fear of Crime and Gangs.* **Crime & Delinquency**, v. 46, n. 4, p. 497-521, 2000.
- LEMANSKI, C. *Residential responses to fear (of crime plus) in two cape town suburbs: implications for the post-apartheid city.* **Journal of International Development J.**, Int., v. 18, p. 787-802, 2006.
- LUPTON, D.; TULLOCH, J. *Theorizing fear of crime: beyond the rational/irrational opposition.* **The British Journal of Sociology**. v. 50, n. 3, p. 507-523, September 1999.
- MADRIZ, E. **Nothing bad happens to good girls. Fear of Crime in Women's Lives.** University of California Press: Berkeley, 1997.
- MATTAR, F. N. **Pesquisa de marketing.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.
- MCGARRELL, E.; GIACOMAZZI, E.; THURMAN, Q. *Neighborhood disorder, integration, and the fear of crime.* **Justice Quarterly**, v. 3, n. 14, p. 479-500, 1997.
- MICELI, R.; ROCCATO, M.; ROSALBA ROSATO, R. *Fear of Crime in Italy: Spread and determinants.* **Environment and Behavior**, n. 6, v. 36, p. 776-789, 2004.

- MOORE, S.; SHEPHERD, J. *Gender specific emotional responses to anticipated crime. International Review of Victimology*, v. 14, p. 337-351, 2007a. Disponível em: <http://www.vrg.cf.ac.uk/Files/MS_2007_IntRevVict.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2012.
- _____; _____. *The elements and Prevalence of Fear. The British Journal of Criminology*, v. 1, n. 47, p. 154-162, 2007b.
- OFFICE FOR NATIONAL STATISTICS. *Harmonised Concepts and Questions for Social Data Sources. Secondary Standards. Crime and Fear of Crime* (2011). Disponível em: <http://www.eucpn.org/pubdocs/review_reducing_feelings_insecurities_fear_crime_en.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2012.
- PAIN, R. *Whither Women's Fear? Perceptions of Sexual Violence in Public and Private Space. International Review of Victimology*, v. 4, p. 297-312, 1997.
- _____. *Place social relations and the fear of crime: a review. Progress in human geography journal*, v. 24, n. 3. p. 365-387, 2000a.
- _____. *Gender, race, age and fear in the city. Urban Studies*, v. 38, n. 5-6, p. 899-913, 2000b.
- _____.; SMITH, S. J. *Fear: critical geopolitics and everyday life (Rematerializing cultural geography)*. Aldershot: Ashgate, 2008.
- PFEIFFER C.; WINDZIO M.; KLEIMANN M. *Media: Use and its Impacts on Crime Perception, Sentencing Attitudes and Crime Policy. European Journal of Criminology*, n. 2, v. 3, p. 259-285, 2005.
- RADER, N.; DAVID, M.; SARAH, G. *An empirical asses sment of the threat of victimization: Considering Fear of Crime, Perceived risk, Avoidance, and defensive behaviors. Sociological Spectrum*, v. 5, n. 27, p. 475-505, 2007.
- RICHARDSON, R. J. *Pesquisa Social: métodos e técnicas*. 3. ed. São Paulo Atlas: 1999.
- RODRIGUES, C. D. *Civil democracy, perceived risk and insecurity in Brazil: an extension of the systemic social control model. The Annals of the American Academy of Political and Social Science, Anais...* v. 605, n. 1, p. 242-263, 2006.
- ROTKER, S. (Org.) *Ciudadanías del miedo*. Caracas: Nueva Sociedad, 2000.
- SAMPSON, R.; STEPHEN, R. *Systematic Social observation of Public Spaces: A new look at disorder in Urban neighborhoods. American Journal of Sociology*, v. 3, n. 105, p. 603-651, 1999.
- SANDBERG, L.; TOLLEFSEN, A. *Talking about fear of violence in public space: female and male narratives about threatening situations in Umea. Sweden Social & Cultural Geography*, v. 11, n. 1, p. 1-15, 2010.
- SANTOS JR, A. A; SCHAUFFERT, F. H; SCHAUFFERT, I. A. *A hibridização organizacional das polícias do Brasil. Revista Eletrônica Direito e Política*, Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciência Jurídica da UNIVALI, Itajaí, v. 6, n. 2, 2º quadrimestre de 2011. Disponível em: <www.univali.br/direitoepolitica>. Acesso em: 8 set. 2012a.
- _____.; Dutra, L. H.; FILHO, D. B. S. *Levantamento da percepção do medo e do crime em Santa Catarina. Revista Brasileira de Segurança Pública*, v. 1, n. 2, 2007. Disponível em: <<http://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/19/17>>. Acesso em: 30 nov. 2012b.
- SCOTT, H. *Stranger danger: explaining Women's Fear of Crime. Western Criminology Review*, v. 3, n. 4, p. 203-214, 2003.
- SEGURIDAD JUSTICIA Y PAZ DO MÉXICO. *As 50 cidades mais violentas do mundo em 2011*. Disponível em: <<http://www.seguridadjusticiaypaz.org.mx/biblioteca/prensa/finish/5-prensa/163-san-pedro-sula-otra-vez-primer-lugar-mundial-acapulco-el-segundo/0>>. Acesso em: 23 dez. 2013.
- SERRATO, H. R. *Rumo a uma política integral*

- de convivência e segurança cidadã na América Latina: marco conceitual de interpretação-ação, PNUD. Projeto Regional de Governabilidade Local para a América Latinas, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2007. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/publicacoes/MarcoconceitualPNUD_segurancacidada.pdf>. Acesso em: 13 set. 2012.
- SKOGAN, W. *Reactions to crime and violence. Annals of the American Academy of Political and Social Science*, v. 539, p. 9-13, may. 1995.
- SMOLEJ, M.; KIVIVUORI, J.; *The Relation between Crime News and Fear of Violence. Journal of Scandinavian Studies in Criminology*, v. 7, p. 211-227, 2006.
- _____; _____. *Crime News Trends in Finland: A Review of Recent. Research Journal of Scandinavian Studies in Criminology & Crime Prevention*, v. 9, p. 202-219, 2008.
- STANKO, E. *Hidden Violence Against Women*, In: MAGUIRE, M.; PONTING, J. (Eds.). *Victims of Crime: A New Deal?* Open University Press: Milton Keynes, 1988.
- _____. *The Case of Fearful Women: Gender, Personal Safety and Fear of Crime, Women Criminal Justice. Social Science Quarterly*, v. 4, p. 117-35, 1992.
- SURVEYMONKEY. *Smart Survey Design*, 2011. Disponível em: <<http://s3.amazonaws.com/SurveyMonkeyFiles/SmartSurvey.pdf>>. Acesso em: 27 nov. 2012.
- SUTHERLAND, E. *Principles of Criminology*. Filadelfia: Lippincott, 1939.
- TIBY, E. *Stranger-Danger or Fear of the Near? Accounts on Fear of Sexual Abuse. Journal of Scandinavian Studies in Criminology and Crime Prevention*, v. 10, p. 144-160, 2009.
- TRIVIÑOS, A. N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1994.
- TRUMAN, J. L. *Fear of crime and perceived risk of victimization among college students. Master of Arts in the Department of Sociology in the College of Sciences at the University of Central Florida*. Orlando, Florida. 2007. Tese. Disponível em: <http://etd.fcla.edu/CF/CFE0001622/Truman_Jennifer_L_200705_MAST.pdf>. Acesso em: 23 out. 2012.
- TUAN, Yi-Fu. *Landscapes of fear*. New York: Pantheon Books, 1979.
- VIENO, A. et. al. Social capital, safety concerns, parenting, and early adolescents' antisocial behavior. *Journal of Community Psychology*, v. 38, n. 3, p. 314-328, 2010.
- VIRILIO, P. *City of panic*. Oxford: Berg, 2007.
- WALLACE, L. H.; MAY, D. C. *The impact of parental attachment and feelings of isolation on adolescent fear of crime at school. Adolescence*, v. 40, n. 159, p. 457-474, 2005.
- WARR, M. *Fear of victimization and sensitivity to risk. Journal of Quantitative Criminology*, v. 3, p. 29-46, 1987.
- WEISBURD, D.; ECK, J. *What can Police do to reduce Crime, disorder and Fear? The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 593, p. 42-65, 2004.
- WILL, J.; MCGRATH, J. *Neighborhood perceptions and the underclass: the relationship between fear of crime and class position. Journal of Criminal Justice*, v. 2, n. 23, p. 163-176, 1995.

PRÁTICAS INOVADORAS DE LEITURA LITERÁRIA NO ENSINO FUNDAMENTAL

Bruno Lazarotto Farias¹
Ana Paula Lisboa²

RESUMO

O presente artigo resulta da execução do projeto de leitura literária no ensino fundamental, realizado no Colégio Atlântico em Itapema (SC). Constituiu-se com foco na formação de leitores, com a consciência da necessidade de se pensar em ações que dinamizem a leitura no ambiente educacional. O projeto tem como pilar sustentador a metodologia da leitura fruitiva, que compreende o livro como um objeto que precisa ser embebecido artisticamente. Como resultado, podemos indicar, por exemplo, a produção de três estratégias de ensino com o objetivo de aconchegar os alunos ao texto literário e inseri-los num movimento de fruição literária, a saber: “Palavra e imagem poéticas” “Teia Poética” e “Sessão curta: cinema na escola”. Estas atividades produzidas e organizadas pelo professor de literatura em comunhão com a escola, permitiram fomentar um cenário cultural muito rico na instituição de ensino aberta para a comunidade escolar.

PALAVRAS CHAVE: Leitura Literária. Texto Literário. Ensino Fundamental.

INNOVATIVE PRACTICES OF LITERARY READING IN THE ELEMENTARY SCHOOL

ABSTRACT

This article results from the execution of the project of literary reading in the elementary school, held at Atlantic College in Itapema (Santa Catarina). Was created with a focus on formation of readers, with the awareness of the need to consider actions that streamline the reading in the educational environment. The project has as its pillar of reading methodology supporter fruitful, comprising the book as an object that needs to be artistically raptly. As a result, we can indicate, for example, the production of three teaching strategies with the goal of tuck students to literary text and insert them into a movement of literary fruition, namely: “Word and image” Poetics “Poetic” and “Web short Session: cinema in the school”. These activities produced and organized by professor of literature in communion with the school, allowed foster a cultural scene very rich in educational institution open to the school community.

KEYWORDS: Literary Reading. Literary Text. Elementary School.

1 Professor de Literatura; concluinte do curso de Pós-Graduação em Psicopedagogia Escolar da Faculdade Avantis. E-mail: brunolazarottofarias@gmail.com;

2 Professora da Faculdade Avantis junto aos cursos de Pós-Graduação (*lato sensu*). E-mail: anapos@avantis.edu.br

1 INTRODUÇÃO

Paulo Freire (2005, p. 74) afirma que “O ponto de partida do movimento está nos homens mesmos. Mas, como não há homens sem mundo, sem realidade, o movimento parte das relações homens-mundo” concomitantemente em que nos recorda como o homem é um ser inconcluso, que se apresenta em constante deslocamento de aprendizagem e desenvolvimento o qual se concretiza pela procura do “ser mais”. Suas palavras reiteram que somos seres históricos e como tais temos a responsabilidade pela formação na qual estamos envolvidos. Aceitar a inconclusão do homem é notar o potencial da educação, o processo de eterna mudança que ela implica.

Para Freire (2005), uma educação questionadora, dialógica se constrói no jogo do mobilismo e o homem é o protagonista deste cenário. Ele se constrói humano nas relações com seus pares e com o mundo. Tanto na literatura quanto na educação o conceito de inacabamento, de inconclusão nos incita a pensar sobre o modo como o mediador docente decide organizar o conhecimento, visto que há implicações diretas na maneira como o educando aprende e atua com seus semelhantes, professores e com o mundo.

O grande educador nos convida a refletir que o processo de humanização do homem depende, em parte, de sua relação estética com o mundo, uma educação do sensível nos permitiria também descortinar novas possibilidades de aprendizagem e de pensar numa estética da docência com outras luminosidades.

Para Duarte Jr. (2001, p. 16), a educação do sensível significa

dirigir nossa atenção de educadores para aquele saber primeiro que veio sendo sistematicamente preterido em favor do conhecimento intelectual, não apenas no interior das escolas, mas ainda e principalmente no âmbito familiar de nossa vida cotidiana.

Segundo Arroyo (2008, p. 127), um método de pensar numa estética da docência

é o professor fazer uso de outras linguagens, como o teatro, a literatura, o cinema, as artes em geral, pondo em voga sobre a docência novas luminosidades; pois quando a pedagogia dialogar com as artes sem submetê-las a temas de estudo, a docência se deixará “contaminar por outras formas de ver, sentir e ler a realidade”.

Tanto Paulo Freire (2005), quanto Duarte Jr. (2001) e Arroyo (2008) ao discutirem acerca dos saberes sensíveis esquecidos pela escola, observam a carência de uma educação estética para a superação da crise que se instalou no cotidiano do espaço escolar, na modernidade, rompendo o paradigma da racionalidade técnica baseado na transmissão de conhecimentos fragmentados e de rituais pedagógicos inclinados ao fracasso. Neste sentido, as práticas curriculares precisam estar dialogando com às vivências dos educandos, se abrirem para novos olhares, possíveis ajustes e redimensionamentos, conectadas com a história dos envolvidos no processo.

Com base nestes princípios sensíveis, este artigo se propõe a observar as ações de um projeto literário realizadas no terceiro trimestre de intervenções adjuntas ao colégio Atlântico, Itapema, SC, Brasil na tentativa de promoção do livro literário na formação do sensível em dois primeiros anos do ensino fundamental. O objetivo destes escritos é analisar as estratégias de ensino aplicadas pelo mediador, observando que concepções que estão submetidas. Para iniciar, apresentaremos os pressupostos do planejamento.

2 CONTEXTUALIZANDO O UNIVERSO DA PESQUISA-AÇÃO

Um dos eixos norteadores das intervenções é a formação humanística, cultural e estética dos envolvidos no processo educativo, tendo como foco o livro literário. Segundo Duarte Jr. (2001), ao longo dos tempos tem aumentado à desvalorização do saber sensível, a sociedade multiplica o ramo de negócios da “indústria cultural”, produzindo e vendendo quinquilharias pretensamente estéticas, e com isso a educação da sensibilidade acaba subtraindo espaço no

cotidiano das pessoas. O grande desafio da educação contemporânea está em ampliar a área de atuação para os domínios corporais e sensíveis, considerando que o sensível faz parte da existência humana. A educação estética entrelaça-se com o desenvolvimento mais refinado de nossos sentidos e sejamos mais sensíveis aos acontecimentos a nossa volta. A arte requer apreciação, contemplação e sensibilização estética, ela adquire significados quando vinculada a nossas experiências de vida: mais do que a mera decodificação de textos, o essencial na leitura é esse trabalho de pensar e de devaneio.

O projeto literário tem como sustentação a metodologia da leitura frutiva, que percebe o livro como um objeto que necessita ser apreciado como objeto artístico. Pensar no texto literário como objeto artístico, com características estéticas, nem sempre é lugar comum, pois, como afirma Santomé (1998, p. 136)

instituições acadêmicas consideram arte aquilo que se encontra nos museus, o que outras pessoas produziram, geralmente em outras épocas e/ou lugares e que os grupos de intelectuais e críticos com 'reconhecido prestígio' dizem que vale a pena.

Proporcionar ao aluno uma leitura instigante, que surja a curiosidade pelo próprio ato de ler é necessárias atividades que resultarão num encontro entre leitor e obra. Com o intuito de aproximar os alunos do texto literário e inseri-los num movimento de fruição literária, planejou-se o desenvolvimento de três estratégias iniciais de leitura, a saber: "Palavra e imagem poéticas", "Teia Poética" e "Sessão curta: cinema na escola".

3 PALAVRA E IMAGEM POÉTICAS

Concordamos que a literatura serve para provocar a alegria e deve ser vivida com diversão, principalmente no que tange formar leitores. É perceber que ela contém funções de tornar o mundo compreensível, transformando sua materialidade em letras de odores, sabores, cores e formas profundamente humana. Em consequência, a literatura necessita ocupar um lugar especial na educação, confabulando-se

muito bem com o que assinala Rubem Alves (1999, p. 35):

Nietzsche disse que a primeira tarefa da educação é ensinar a ver. É a primeira tarefa porque é através dos olhos que as crianças pela primeira vez tomam contato com a beleza e o fascínio do mundo. Os olhos têm de ser educados para que a alegria aumente. Os olhos das crianças não vêem 'a fim de'. Seu olhar não tem nenhum objetivo prático. Elas veem porque é divertido ver.

Essa educação do olhar deve receber treinamento contínuo, mesmo quando se atinge a idade adulta, para que não percamos a percepção da boniteza em nossa visão devido às imposições socioculturais. Ora, por meio da arte nós, professores e crianças, podemos transcender o cotidiano, promovendo-se uma "ginástica na alma".

Primeiramente, efetuou-se uma "tempestade de versos" onde líamos poemas ao gosto e por vezes fazíamos movimentos verso a verso, leitura dramatizada e cantávamos [principalmente na obra de Vinicius de Moraes (1991) "A Arca de Noé"]. Encharcamos-nos de poesia. Na sequência, dividiram-se as turmas por assunto. Então, determinado grupo se deleitava com um livro do Sergio Capparelli e Ana Gruszynski (2009) só com poesia que tenham a ver com frutas ("Poesia de Bicicleta" nos permite isso: são vários temas divididos dentro da obra) outros com flores e assim por diante. Leu-se e conversou-se sobre as poesias, sobre as sensações que elas proporcionavam, sobretudo do gostinho das frutas, dos cheiros das flores, da sensação de ver o mar ou tocar numa pedra. Estimulou-se uma articulação entre corpo e mente, entre o sentido estético que aglutinando a forma das coisas, apreendeu a forma específica de cada evento, sua natureza à mostra em sua face.

Depois, na tentativa de tocar mais as pessoas da escola, surgiu a ideia da elaboração do mural poético. Cada criança colou um poema impresso em uma folha e procurou-se criar adjunto ao poema, um desenho a partir dessa troca de apreciações individuais sobre cada texto.

Usou-se muito material de arte. O destaque foi o brilhante “glitter”. Mexíamos com as mãos nuas nele, nas tintas e nas colas coloridas, concordamos com aquela marca que tem como slogan “se sujar faz bem”. Uma felicidade que compensa e que mexe com o nosso corpo, estendendo aos cinco sentidos e a criatividade. Assim, tocados pelo encanto, as crianças voltaram para suas casas no final do dia de escola, pareciam com mais confiança em si, e mesmo felizes, para ser preciso. Exibindo suas manchas de tinta como condecorações e levando poemas impressos para seus pais.

No outro momento, o mural poético foi exposto na entrada da escola e ao lado, fixou-se uma “caixinha mágica” com dezenas de poesias para que o espectador pudesse ler e levar consigo. Assim, a leitura das crianças compartilhada, permitiu uma maior aproximação poética com toda a comunidade escolar.

4 TEIA POÉTICA

Outro caminho traçado que essas atividades poéticas nos proporcionaram foi a “dinâmica do barbante” ou “teia poética” como ficou mais conhecida. Pensada para vir de encontro com a literatura, uma vez que oral ou escrita, sempre é uma oferta de espaço, confabulou-se com a fala de Petit (2009, p. 69), no livro “A arte de ler ou como resistir à adversidade”:

As palavras não cansam de revelar paisagens, passagens, ‘como se a sua essência fosse bem mais espacial do que verbal, como se o seu fundamento geográfico formasse o seu alicerce de sentido’, escreve Georges-Arthur Goldschmidt. Antes de tudo, é talvez um espaço que é encontrado nas palavras lidas, de modo vital, ainda mais para quem não dispõe de nenhum lugar, nenhum território pessoal, nenhuma margem de manobra, como os que participaram das experiências que surgem.

Assim, formou-se com as crianças um grande círculo de mãos dadas e, em seguida, nos unimos com o cordão. Cada qual segurava uma parte de modo a ficarmos mais integrados, articulados. Depois, cortou-se o pedaço que cada qual segurava para si e sugeriu-se que brincasse com o seu pedacinho de linha.

Balançando o barbante no ar ou tentando dar forma com ele, as crianças foram chamadas a perceberem sua textura, versatilidade e flexibilidade. Na sequência, sentamos como “indiozinhos” no chão e declamamos alguns poemas em forma de jogral e leitura dramática, em dupla, sozinho ou com mais indivíduos. Em consequência, o desafio foi feito: criar no chão um desenho com seu naco de linha.

Prontas às obras, a turma analisava figura por figura (e sem perceberem, muitos acabaram reproduzindo de alguma forma alguns elementos da poesia). Comentários e interpretações foram fomentados. Seria aí uma resposta estética? Essa ligação entre coração e os sentidos não é um simples ato mecânico, mas sim afetuoso e se deu em forma de jogo. Ou seja,

essa reação estética que precede a curiosidade intelectual inspira o que é dado para além de si mesmo, deixando cada coisa revelar sua aspiração específica dentro de um arranjo cósmico. (HILLMAN, 2010 p. 49).

Na sequência, percorreu-se toda a exposição, desfizeram-se as criações individuais e amarraram-se as pontas do barbante com ao dos vizinhos. Reatamos os nós. Pareceu que voltamos ao início. Mas agora tinha algo de diferente no corpo da linha. E logo veio a próxima provocação: as crianças deveriam criar sem a ajuda dos mediadores uma única figura.

O mediador se afastara para observar as reações das crianças escolhendo juntas quais formas deveriam dar para aquela linha. Surgiram várias idéias e todos os alunos tentavam se comunicar de modo a convencer pela retórica seus colegas que tinham outras ideias. Uns procuravam argumentos, outros ficavam chateados, ameaçavam abandonar a situação e, às vezes, cumpriram a palavra. O mediador sempre atento ao comportamento da turma, mas em nenhum momento intervindo na tomada de decisões deles. Considerou-se essa situação muito produtiva, pois se abandonou à posição de coordenador e deixou o grupo resolver seus impasses, ainda que algumas soluções encontradas não fossem, em sua opinião, a melhor.

E quanta surpresa! Como as crianças não conseguiram alcançar um consenso de construção individual com a linha; decidiram, por fim, fazer uma piscina. Assim, poderiam todos desfrutar da mesma, nadando e se divertindo muito no fim das contas. A brincadeira terminou com todos cantando algumas poesias do “A Arca de Noé” de Vinicius de Moraes (1991) e, por conseguinte, sugeriu-se que colassem num papel a construção individual (primeiro desenho) e em volta pintasse a construção coletiva.

As percepções alcançadas ao termino da atividade foram a de que por meio do jogo lúdico, as crianças realizaram tomadas de consciência de seu potencial criativo, se familiarizaram com as atividades em equipe, desenvolveram a percepção do espaço e de seu corpo e principalmente, ampliaram o repertório poético.

5 SESSÃO CURTA: CINEMA NA ESCOLA

Vygotsky (2009) aborda em seu livro “A imaginação e a arte na infância”, a natureza e o desenvolvimento da imaginação artística nas crianças. Sua psicologia aponta que a arte também forma o sujeito, contribuindo para a sensibilização do corpo e ampliando a inteligência. O conceito de zona de desenvolvimento proximal de Vygotsky (2009) destaca a importância das trocas com os maiores, mais informados ou capazes e o papel do adulto, mediador do conhecimento. Por outras palavras,

Despertar no aprendiz interesse pela arte significa colaborar para seu desenvolvimento integral. As atividades realizadas em grupo são valiosas, pois nessa interação o aprendiz se apropria de novas informações, se emociona, desenvolve a imaginação, cria, aprende e se socializa. (VYGOTSKY, 2009, p. 100).

Neste sentido, pensou-se numa intervenção que ligasse o material literário com a arte audiovisual, ofertando-se momentos de cinema para as crianças no sentido de amplitude das experiências estéticas. Apontaram-se outros vínculos entre o cinema e a escola, não como mais um recurso didático, mas enquanto experiência estética proporcionando uma expansão do real, de seus diversos significados.

Atitude que se confabula com a ideia de Miguel Arroyo (2008). Em seu artigo “Uma celebração da colheita”, ele “aponta outros horizontes para levar as crianças, adolescentes, jovens e adultos à compreensão da realidade” (ARROYO, 2008, p. 45). Assim nos permitindo pensar a docência com novas “luminosidades”.

Curtas-metragens de qualidade como “The Fantastic Flying Books of Mr. Morris Lessmore³” (apud FARIAS, 2013) e “A menina que odiava livros” (apud FARIAS, 2013) de Manjusha Pawagi. A primeira obra foi inspirada pelo furacão Katrina e “O Mágico de Oz”, o livro e filme são uma história de amor para as pessoas que dedicam suas vidas aos livros e como eles retribuem o favor. A segunda obra é a história de Meena, uma garota que simplesmente odiava os livros. Mas ela não conseguia ficar longe deles, porque em sua casa eles estavam por toda parte: nos armários da cozinha, nas gavetas, nas mesas, nos guarda-roupas e nas cômodas. Estavam também sobre o sofá, alguns entulhados na banheira e outros empilhados nas cadeiras.

O resultado foi que as crianças se encantaram! E não demorou muito para brotarem frases como: “a imaginação transforma o homem”, “ele envelheceu, mas o livro não”, “depois o livro deixou ele mais jovem”, “ele escreveu o livro dele, então conseguiu voar igual àquela fada de antes”, “o livro criou a menina” e “o livro o fez dançar. Depois que dançou, ele teve outra vida”.

O curta-metragem “A Menina que Odiava Livros” (apud FARIAS, 2013) causou uma espécie de “maravilhamento revoltoso”, porque desde o começo a maioria das crianças expressou que “não tem mesmo como a menina odiar os livros” ela só “não sabe mais sobre eles” ou não “sabe como achar eles”. O final, não precisa dizer, condisse com a resposta prematura deles.

Esses momentos aconteceram na sala de vídeo do colégio e constituíram esforços para permitir o acesso à arte de qualidade aos nossos educandos em suas diversas pontes de comunicação. E ao final da ação cinematográfica, 3 “Os Fantásticos Livros Voadores de Modesto Máximo” (Tradução).

aconteceu uma roda de leitura monitorada, onde as crianças exteriorizavam palavras que davam sentidos e veemência a vivência. O mediador não necessitou questionar um só momento, pois a arte fez isso por ele enquanto transcreviam-se as falas que aconteciam.

6 PANORAMA LITERÁRIO

Pennac (2011, p. 77) nos diz que: “Amar é, pois, fazer dom de nossas preferências àqueles que preferimos. E esses partilhamentos povoam a invisível cidadela de nossa liberdade. Somos habitados por livros e amigos”.

A presente citação de Pennac (2011) convida-nos a refletir as práticas que dialogamos durante as ações apresentadas, onde entendemos que ler para uma criança é um gesto simples e muito importante. Por meio dele, contribuimos para a educação, a cultura e o lazer das crianças e ajudamos a mudar para melhor o futuro de nossa comunidade e do nosso Brasil. Estas atividades pensadas e desenvolvidas com as turmas tiveram como objetivos fomentar a leitura por meio de atividades sensíveis e lúdicas.

Por meio de contações de histórias e rodas de leitura monitorada as crianças ouviram a leitura de contos infantis e de poesias brasileiras de qualidade. Obras como “A Arca de Noé” de Vinicius de Moraes (1991), “Poesia de bicicleta” de Sérgio Capparelli e Ana Gruszynski (2009), “Poesia fora da estante” de Vera Aguiar, Assumpção e Jacoby (2013) e “As cocadas” de Cora Coralina (2007) proporcionaram outras percepções de mundo, fluindo em capacidades de novas expressões e comunicações com os outros. A arte narrativa oral aperfeiçoou a comunicação e reafirma a sociabilidade, estimulando o desejo de compartilhar.

Utilizamos também, outros meios artísticos na tentativa de ampliar as vivências sensíveis com os nossos educandos. Apreciarmos músicas trava-línguas, outras inspiradas na obra de Vinicius de Moraes (1991) e experimentamos dinâmicas que envolveram os cinco sentidos no jogo lúdico. Atividades que reforçaram laços imagéticos com as crianças e de maneira divertida

agiram na apropriação da aprendizagem.

Quando lemos, oferecemos as crianças o acesso a momentos de maravilhosa imaginação, transmitindo-lhe acolhimento e segurança, fortalecendo o vínculo afetivo para a concretização de uma melhor educação. Uma educação mais humana. Ao apostarmos nos livros, ampliamos o conhecimento geral, estimulamos a criatividade, desenvolvemos o repertório, aumentamos nosso vocabulário, nos emocionamos e também, pudemos entender melhor o mundo e nós mesmos. Assim como assinala Petit (2009, p. 62):

A leitura, particularmente de obras literárias, participará então de um nível mais próximo do sensorial e das primeiras interações que permitiram a constituição dos limites de si mesmo. Ainda mais quando se trata de leitura em voz alta, e de poesia.

Enquanto existir histórias no mundo, pessoas a contá-las e outras a ouvi-las, então estaremos salvos pela palavra-metáfora que pode nos fazer viajantes da dor e do amor, porque no exercício pleno do sentir temos a oportunidade de Ser.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto de leitura literária no ensino fundamental foi realizado no Colégio Atlântico em Itapema (SC). Constituiu-se com foco na formação de leitores, tendo a consciência da necessidade de se pensar em ações que dinamizem a leitura no ambiente educacional. O projeto tem como pilar sustentador a metodologia da leitura fruitiva, que compreende o livro como um objeto que precisa ser embevecido artisticamente.

Refletir o texto literário como objeto artístico, com atributos estéticos, nem sempre é tempo comum, pois, como afirma Santomé (1998, p. 136):

[...] instituições acadêmicas consideram arte aquilo que se encontra nos museus, o que outras pessoas produziram, geralmente em outras épocas e/ou lugares e que os grupos de intelectuais e críticos com ‘reconhecido prestígio’ dizem que vale a pena.

Barthes (1996) faz uma distinção entre

o texto de prazer e o texto de fruição. Para ele, o texto de prazer é aquele que seduz, “que contenta, enche, dá euforia” (BARTHES, 1996, p. 21-22), já o texto de fruição “põe o leitor em estado de perda, aquele que desconforta”. Contudo, para que o leitor se encontre neste estado de perda, é necessário que se entregue à leitura, que se deixe incendiar, seja um sujeito reflexivo e abrace a literatura, pois isso, tornando-nos mais sensíveis a cada estímulo diferente do texto de prazer que apresenta chaves de leitura, não provoca o leitor à reflexão, ao estado de procura, ou está voltado à leitura confortável, ao contrário da fruição.

Esta concepção que ousa entender a literatura como arte (PERROTI, 1986), consistiu na experimentação de ações lúdicas de leitura tais como: jogos dramáticos, leitura de narrativas, utilização de instrumentos musicais alternativos para contar histórias, leitura dinâmica, diálogos reflexivos, entre outros.

Como resultado, podemos indicar, por exemplo, a produção de três estratégias de ensino com o objetivo de aconchegar os alunos ao texto literário e inseri-los num movimento de fruição literária, a saber: “Palavra e imagem poéticas”, “Teia Poética” e “Sessão curta: cinema na escola”. Estas atividades produzidas e organizadas pelo professor de literatura em comunhão com a escola, permitiram fomentar um cenário cultural muito rico na instituição de ensino aberta para a comunidade escolar.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Vera (Coord.); ASSUMPÇÃO, Simone; JACOBY, Sissa. **Poesia fora da estante**. 21. ed. Porto Alegre: Editora Projeto; CPL/PUCRS, 2013.

ALVES, Rubem. **Por uma educação romântica**. Campinas: Papirus, 1999.

ARROYO, Miguel G. Uma celebração da colheita. In: TEIXEIRA, J. A. C.; LOPES, J. S. M. **A escola vai ao cinema**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

BARTHES, Roland. **O prazer do texto**. São Paulo: Editora Perspectiva S.A., 1996.

CAPPARELLI, Sérgio; GRUSZYNSKI, Ana. **Poesia da Bicicleta**. São Paulo: L&PM, 2009.

CORALINA, Cora. **As Cocadas**. São Paulo: Editora Global, 2007.

DUARTE JUNIOR, João Francisco. **O sentido dos sentidos: A educação (do) Sensível**. Curitiba: Criar, 2001.

FARIAS, Bruno Lazzarotto. **Quando a escola vai ao cinema – Parte I**. Disponível em: <<http://atlanticoclubedolivro.blogspot.com.br/2013/09/quando-escola-vai-ao-cinema-parte-i.html>>. Acesso em: 15 julh. 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2005.

HILLMAN, James. **Ficções que curam: psicoterapia e imaginação em Freud, Jung e Adler**. Campinas, SP: Verus, 2010.

MORAES, Vinicius. **A arca de Noé**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

PENNAC, Daniel. **Como um romance**. Porto Alegre, RS: L&PM, 2011.

PERROTI, Edmir. **Texto sedutor na literatura infantil**. São Paulo: Ícone, 1986.

PETIT, Michèle. **A arte de ler ou como resistir à adversidade**. São Paulo: Ed. 34, 2009.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. **Globalização e interdisciplinaridade: o currículo integrado**. Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul Ltda., 1998.

VYGOTSKY, Lev. **A imaginação e a arte na infância**. Lisboa: Relógio d'Água, 2009.

VÍCIO, DEFEITO E O DANO MORAL NO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Carlos Eli Modesto Faraco¹
Felipe Probst Werner²

RESUMO

O significativo aumento das relações consumeristas tem trazido evidência às responsabilidades de fornecedores de produtos e serviços na ocorrência de vícios e defeitos nos mesmos. Neste estudo procura-se elucidar o conceito desses institutos em relação à legislação, doutrina e jurisprudência atual brasileira, e ao fim, traz noções acerca do dano moral e a possibilidade de cumulá-lo com as responsabilidades do Código de Defesa do Consumidor. O presente trabalho motiva-se no intuito de analisar os principais elementos responsabilizatórios em caso de vício ou defeito em produto ou serviço fornecido, e verificar a compatibilidade entre vício, defeito e dano moral. Para a pesquisa, utilizou-se o método indutivo por meio consulta doutrinária e jurisprudencial.

PALAVRAS CHAVE: Direito do Consumidor. Vício. Defeito. Dano Moral.

VICE, DEFECT AND DAMAGE IN MORAL CODE OF CONSUMER PROTECTION

ABSTRACT

The increase of the customer relations have been putting in evidence the responsibilities of the provider of products or services in case of vice and defect. This study tries to bring the concepts of these institutes in relation to the actual Brazilian law, doctrine and jurisprudence, and in the end, focus on the notion of moral damage and the possibility of accumulation with the responsibility of the Customer's Code. This work motivates itself on the intention to do the analysis of the main duty elements in case of vice or defect on products or services provide, and verify de compatibility between vice, defect and moral damage. To the research, was used the inductive method through the doctrine and jurisprudence.

KEYWORDS: Consumer Law. Addiction. Defect. Material Damage.

1 Aluno do curso de Direito da Faculdade Avantis. E-mail: carlos.faraco.modesto@gmail.com

2 Mestre em Ciência Jurídica pela Universidade do Vale do Itajaí. Graduado em Direito pela Universidade do Vale do Itajaí. Professor do Curso de Direito da Faculdade Avantis. E-mail: felipe@pwa.adv.br

1 INTRODUÇÃO

Diante de uma sociedade extremamente sistematizada para suprir os anseios e necessidades da vida social, depara-se, diversas vezes, com práticas comuns do dia-a-dia que passam despercebidas não só por profissionais e estudantes do Direito, mas também pela sociedade em geral. Dentre essas práticas está à distinção entre o vício e o defeito dentro do Código de Defesa do Consumidor (BRASIL, 1990), e suas sutis diferenças de consequência jurídica.

Neste estudo, procurar-se-á elucidar o conceito de vício e defeito. Será trazida sintética explanação acerca do dano moral, e, por fim, será relacionado o vício e o defeito no Código de Defesa do Consumidor (BRASIL, 1990) com a possibilidade de indenização por abalo moral.

Para tanto, será feito relato doutrinário e jurisprudencial dos dois institutos (vício e defeito), e em seguida, passar-se-á a verificação na jurisprudência atual brasileira da relação entre vício, defeito, e dano moral.

O objetivo do trabalho é verificar se as consequências jurídicas para vício e defeito na legislação consumerista são diferentes, bem como se há possibilidade de cumular esses dois institutos com aquele do dano moral. Para a pesquisa, utilizou-se o método indutivo por meio consulta doutrinária e jurisprudencial.

2 O DEFEITO E O VÍCIO DE PRODUTO OU SERVIÇO PARA O CÓDIGO DO CONSUMIDOR (LEI 8.078/90)

A Lei Federal 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor (BRASIL, 1990) - preconiza o defeito, também denominado fato do produto, e o vício, como duas modalidades de responsabilidade civil do fornecedor perante os serviços prestados ou produtos fornecidos.

Como já mencionado acima, apesar de possuírem similaridades, existem diferenças conceituais e consequenciais entre estes dois tipos de problema originados pela prestação de serviços ou fornecimento de produtos.

2.1 O VÍCIO

O vício está disposto no artigo 18 e seguintes da Lei 8.978/90 (BRASIL, 1990), e ocorre quando são desrespeitadas as características que se esperam quanto à qualidade e quantidade do produto adquirido, ou do serviço contratado pelo consumidor.

São considerados vícios as características de qualidade ou quantidade que tornem os produtos ou serviços impróprios ou inadequados ao consumo a que se destinam e também que lhes diminuam o valor. Da mesma forma são considerados vícios os decorrentes da disparidade havida em relação às indicações constantes do recipiente, embalagem, rotulagem, oferta ou mensagem publicitária. (NUNES, 2011, p. 226).

Pode-se observar desta maneira que, a abrangência e a profundidade do vício se restringem, unicamente ao próprio produto ou serviço, tornando-o impróprio para utilização ou consumo, ou ainda lhes diminua o valor, porém que não causem danos diretamente ao consumidor, usuário do produto ou serviço.

Segundo Nunes (2011), o vício pode ser de fácil constatação³ ou oculto. O primeiro é aquele que aparece no singelo uso e consumo do produto ou serviço. Já o segundo aquele que somente aparece após algum tempo de uso, e, por ser de difícil acesso ao consumidor, não pode ser detectados na utilização ordinária.

Ainda no tocante à classificação do vício, leciona Grinover *et. al.* (2011) que o mesmo pode decorrer de diminuição da qualidade ou quantidade. O primeiro está disposto no artigo 18 do Código de Defesa do Consumidor (BRASIL, 1990) e tem como exemplos um problema no sistema de freio, no sistema de refrigeração, podendo decorrer do vencimento do prazo de validade, falsificação, avariação, desobediência de normas técnicas regulamentares de fabricação, dentre outros. Já o segundo, possui disciplina no artigo 19 do Código de Defesa do Consumidor (BRASIL, 1990), e trata basicamente da disparidade do conteúdo líquido dos produtos

3 Expressão utilizada pelo art. 26 do Código de Defesa do Consumidor (BRASIL, 1990).

colocados no mercado de consumo, ou seja, informação prestada e real conteúdo fornecido.

Vale ressaltar que o Código do Consumidor (BRASIL, 1990) reserva ainda um artigo especial - artigo 20 e seus parágrafos - para os vícios de serviço, que também podem ser em relação à qualidade e quantidade, bem como à disparidade entre indicações constantes na oferta ou mensagem publicitária.

Dentro do contexto de produto com vício, é importante salientar que fornecedores podem oferecer e comercializar produtos levemente viciados, desde que obedecidas determinadas regras, como lecionam os autores do anteprojeto do Código de Defesa do Consumidor:

Tenha-se presente, contudo, que fornecedores não estão proibidos de ofertar e colocar no mercado de consumo - com abatimento de preço naturalmente - produtos levemente viciados, desde que forneçam informações corretas, claras e precisas sobre os aludidos vícios. (GRINOVER *et. al.*, 2011, p. 223).

O produto ou serviço viciado, portanto, são aqueles que afetam apenas o produto fornecido ou serviço prestado, não representando risco à integridade física do consumidor.

Neste sentido, ensina Nunes (2011) que é considerado vício aquilo que acarreta a redução do valor do produto/serviço ou impossibilita o consumidor de usufruir deste produto/serviço de acordo com as suas legítimas expectativas. Como se vê, trata-se de uma referência tão somente ao produto ou serviço e suas características. Não faz a Lei, no vício, menção ao dano ocorrido ao consumidor. Logo, a responsabilidade do fornecedor no caso de vício se restringe tão e somente à própria prestação ou ao próprio produto, em outras palavras, quando o problema no produto ou serviço não ultrapassa o produto ou serviço, estará configurado o vício.

2.2 DEFEITO – FATO DO PRODUTO

O defeito pressupõe um vício, que, por sua vez, estende-se além do bem adquirido ou serviço contratado, causando lesão não apenas ao produto, ou serviço, mas também

ao patrimônio jurídico material e moral do consumidor.

O conceito de defeito do produto ou serviço encontra-se no §1º do artigo 12 do Código de Defesa do Consumidor (BRASIL, 1990, p. 16-17), nos seguintes termos:

Art. 12 O fabricante, o produtor, o construtor, nacional ou estrangeiro respondem, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos decorrentes de projeto, fabricação, construção, montagem, fórmula, manipulação, apresentação ou acondicionamento de seus produtos, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua utilização e riscos.

§ 1º O produto é defeituoso quando não oferece a segurança que dele legitimamente se espera, levando-se em consideração as circunstâncias relevantes, entre as quais:

I - sua apresentação;

II - o uso e os riscos que razoavelmente dele se esperam;

III - a época em que foi colocado em circulação;

[...].

Para Nunes (2011, p. 226), “há vício sem defeito, mas não há defeito sem vício. O vício é uma característica inerente, intrínseca do produto ou serviço em si”. O autor continua a lição afirmando que:

O defeito é o vício acrescido de um problema extra, alguma coisa extrínseca ao produto ou serviço, que causa um dano maior que simplesmente o mau funcionamento, o não funcionamento, a quantidade errada, a perda do valor pago - já que o produto ou serviço não cumpriram o fim a qual se destinavam. O defeito causa, além desse dano do vício, outro ou outros danos ao patrimônio jurídico material e/ou moral e/ou estético e/ou à imagem do consumidor.

É, portanto, o defeito, um acidente de consumo que ostentando natureza grave em razão da potencialidade de risco à integridade do consumidor e/ou de terceiros. Esta potencialidade de danos é o cerne para reparações, visto que o Código de Defesa do Consumidor disciplina em seu artigo 8º (BRASIL, 1990) que os produtos ou serviços não poderão acarretar riscos à saúde ou à segurança dos consumidores.

Para Grinover *et al* (2011, p. 201),

o defeito que suscita o dano não é o defeito estético, mas o defeito substancial relacionado com a segurança que dele legitimamente se espera, levando-se em consideração aspectos extrínsecos, como a apresentação do produto, e intrínsecos, relacionado com a utilização e a época em que foi colocado em circulação.

Note-se que para a caracterização de fato do produto (defeito), o legislador brasileiro não se importou em colocar se o produto ou serviço estaria apto para o fim ao qual seria destinado, mas tão somente à segurança que dele legitimamente se espera. Num sentido mais amplo, Nunes (2011) ensina que o defeito vai além do produto ou serviço ao atingir o patrimônio jurídico do consumidor em seu aspecto maior, seja moral, material ou estético.

Hodiernamente, tanto jurisprudência⁴ como doutrina⁵ tem apontado três modalidades de defeitos: o de concepção⁶, o de produção⁷, e o de informação⁸. Paralelamente, há posições jurisprudenciais no sentido de que o defeito não é só um vício que causa um dano extrínseco ao produto para o consumidor, mas também aquele pode vir a causar tal dano, por este motivo, pode-se entender que, caso um produto se incendie ou ofereça risco que razoavelmente não se possa esperar ao consumidor estar-se-á diante de defeito, ou fato do produto.

2.3 VÍCIO X DEFEITO - DIFERENCIAÇÃO

Verificadas as bases conceituais de vício de defeito, para um maior esclarecimento far-se-á a diferenciação entre ambos por meio de um exemplo prático apresentado por Nunes (2011) - o caso do problema no freio de um veículo: Quando dois consumidores adquirem dois veículos de igual marca e modelo, ambos com problema no freio. O primeiro ao sair da concessionária, percebe o problema logo no primeiro quarteirão, porém como tinha tempo

e espaço, consegue encostar o veículo e pará-lo, sem sofrer qualquer dano. O segundo sai da concessionária e apenas percebe o problema quando se depara com um sinal fechado, não consegue parar, e acaba se chocando com outros veículos e lesionando sua mão.

No caso acima, tem-se que no primeiro veículo é constatado o vício, já o segundo, o defeito pelo fato de ter causado dano material extrínseco ao produto, ou seja, ao consumidor.

No mesmo sentido, reforça explanação o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, no Recurso Especial n. 567333/RN, cujo Relator o Min. Raúl Araújo (BRASIL, 2014b) quando profere a seguinte decisão:

Embora o defeito no sistema de freio de um automóvel configure defeito de segurança, com potencial para acarretar dano ao consumidor, isto é, acidente de consumo, conforme previsto no art. 12 do Código, quando inexistir alegação de tal dano ao consumidor, ter-se-á a responsabilidade do fornecedor por mero vício do produto, por inadequação deste, de acordo com o art. 18 do CDC, e não por fato do produto.

Assim, tem-se que um mesmo produto ou serviço quando apresentar algum problema, pode este permanecer apenas em relação ao produto ou serviço, quando será interpretado como vício, ou pode este problema ultrapassar a barreira do produto e atingir o patrimônio do consumidor além daquela parte dispendida com o produto, ou seja, a esfera moral, material, quando será interpretado como defeito.

2.4 CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS DO DEFEITO E DO VÍCIO DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO OU FORNECIMENTO DO PRODUTO

Algumas são as diferenças entre as consequências jurídicas no caso de responsabilidade por vício ou defeito (leia-se fato do produto).

Primeiramente, em relação ao vício tem-se que se, o consumidor estará amparado nos parágrafos do art. 18, e nos artigos 19 e 20, todos do Código de Defesa do Consumidor (BRASIL, 1990), que disciplinam acerca das sanções para

4 Vide BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial 1358615/SP**. Relator: Min. Luis Felipe Salomão, 2013. (BRASIL, 2014a).

5 Grinover *et. al.* (2011).

6 Que envolve vícios de projeto, formulação, design, etc.

7 Que envolve vícios de fabricação, construção, montagem, manipulação, etc.

8 Que envolve a apresentação, informação insuficiente ou inadequada, publicidade, etc.

a reparação nos casos concretos.

Dentre as sanções, destaca-se:

- Não sendo o vício sanado no prazo máximo de trinta dias, pode o consumidor exigir alternativamente e à sua escolha: a substituição do produto, a restituição dos valores pagos, ou abatimento proporcional do preço.⁹
- Havendo vício de quantidade do produto, sendo o conteúdo líquido inferior às indicações constantes do recipiente, da embalagem, rotulagem ou mensagem publicitária, pode o consumidor exigir alternativamente e à sua escolha: o abatimento proporcional do preço, a complementação do peso ou medida, substituição do produto por outro, ou restituição da quantia paga.¹⁰

Como é possível verificar, apenas se o vício não for sanado no prazo estabelecido pelo Código de Defesa do Consumidor (BRASIL, 1990), ou seja, 30 dias após o recebimento de produto com vício, o fornecedor concorrerá com eventuais ônus. Antes do prazo estabelecido de 30 dias se o vício for sanado, o consumidor nada pode exigir (NUNES, 2011) - exceto se houver diminuição do valor do produto em decorrência do reparo¹¹.

É controverso se há responsabilidade por perdas e danos nos casos de vício do produto, e não há unanimidade para estes casos nos tribunais nacionais, tendo em vista os artigos 18 e 20, do Código de Defesa do Consumidor (BRASIL, 1990, p. 18 e 19), ambos em seu inciso II: “A restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, sem prejuízo de eventuais perdas e danos”.

Rizzatto Nunes (2011, p. 303) tratando deste tema, deixa claro que:

O direito a perdas e danos previsto no inciso II do art. 20 somente nasce após se constatar a impossibilidade ou a desistência do saneamento do vício. Se este puder ser resolvido e for, não pode o

9 Artigo 18, §1o, da Lei 8.078/90 (BRASIL, 1990).

10 Artigo 19, Lei 8.078/90 (*Id.*).

11 Como já ficou evidenciado no §3º do art. 18 (*Id.*).

consumidor fazer o pleito indenizatório.

É também de grande importância destacar que a contagem do prazo de trinta dias é contados na forma de somatório, ou seja, se deixado um produto para reparo, e este lá tenha permanecido por quinze dias, caso o produto volte a apresentar o mesmo problema, terá o fornecedor mais quinze dias para resolver aquele vício. Por outro lado, caso o vício, ainda que no mesmo produto, seja diverso, um novo prazo de trinta dias será iniciado.

Em relação ao defeito, a legislação consumerista em seu artigo 12 (BRASIL, 1990, p. 16-17) reporta como sanção apenas “reparação dos danos causados”. Assim, caso a caso deverá ser apurado o dano sofrido pelo consumidor, que pode abranger além do produto, o abalo moral, perda patrimonial/material, agressão estética ou à imagem.

Para o presente estudo, no entanto, centralizar-se-á na diferença jurídica acerca da responsabilidade do fornecedor enquanto comerciante.

É importante sedimentar que no Código de Defesa do Consumidor (BRASIL, 1990), a responsabilidade pelo dano é objetiva, e, portanto, prescinde de análise de culpa. Neste sentido, é possível verificar no artigo 12 do dispositivo legal (BRASIL, 1990, p. 16-17) que “independentemente da existência de culpa” será o fornecedor (em sentido amplo) responsável por reparar os danos sofridos pelo consumidor.

Para Grinover *et. al.* (2011, p. 198),

o Código acolheu, desenganadamente, os postulados da responsabilidade objetiva, pois desconsidera, no plano probatório, quaisquer investigações relacionadas com a conduta do fornecedor.

Ocorre que apesar de que em ambos os casos (vício e defeito) a responsabilidade do fornecedor seja objetiva, há um elemento entre as duas que causa uma aguda diferença, a solidariedade subsidiariedade

de responsabilidade entre fornecedor e comerciante.

Assim, verifica-se que no caso de vício a legislação coloca num mesmo patamar o fornecedor (comerciante) e o fabricante/prestador do produto/serviço. Basta verificar a legislação consumerista em seus artigos 18 e 19 *caput* (BRASIL, 1990, p. 18-19) que se encontra de forma expressa a responsabilidade solidária entre produtores e fornecedores.

Neste sentido, já julgo o Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina:

DIREITO CIVIL - OBRIGAÇÕES - RESCISÃO DE CONTRATO - AQUISIÇÃO DE MICROCOMPUTADOR - VÍCIO - DEFEITO NA PLACA-MÃE - PROCEDÊNCIA EM 1º GRAU - INSURGÊNCIA - PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM - **VÍCIO DE PRODUTO** - RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DO COMERCIANTE-TESE INACOLHIDA - **SOLIDARIEDADE ENTRE FORNECEDOR E COMERCIANTE - EXEGESE DO ART. 18 DO CDC** - EXCLUDENTE DE RESPONSABILIDADE - CULPA EXCLUSIVA DE TERCEIRO - AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO - ÔNUS DO RÉU - RESPONSABILIDADE MANTIDA - RECLAMO IMPROVIDO - SENTENÇA CONFIRMADA. Têm legitimidade ad causam para figurar no pólo passivo da demanda tanto o fornecedor quanto o comerciante, pelos vícios de produtos e serviços. Inexistindo prova que demonstre a culpa exclusiva de terceiro para ocorrência dos vícios no produto, persiste a obrigação do comerciante em reparar os vícios do produto. (SANTA CATARINA, 2014a).

Por outro lado, em caso de defeito do produto ou serviço, a responsabilidade do comerciante será subsidiária, ou seja, apenas em quando o fabricante, construtor, produtor, ou importador não puder ser identificado; ou quando o produto for fornecido sem identificação do fabricante, produtor, construtor, ou importador; ou quando não conservar adequadamente os produtos perecíveis; é que este será responsabilizado pelo defeito, conforme disposto no artigo 13 do Código de Defesa do Consumidor. (BRASIL, 1990).

Não podia ser outro o entendimento do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina quando proferiu a seguinte decisão:

APELAÇÕES CÍVEIS. CREME DE ARROZ DESTINADO

À COMPLEMENTAÇÃO DA ALIMENTAÇÃO INFANTIL, CONTAMINADO COM INSETOS VIVOS, LARVAS E FRAGMENTOS DE INSETOS. BEBÊ DE APENAS UM ANO E QUATRO MESES QUE, APÓS CONSUMIR O ALIMENTO, É ACOMETIDO DE INFECÇÃO GASTROINTESTINAL GRAVE E PROGRESSIVA, VINDO A SOFRER DE DESNUTRIÇÃO E DESIDRATAÇÃO, ENFRENTANDO SITUAÇÃO DE IMINÊNCIA DE MORTE. PRESCRIÇÃO DE ANTIBIÓTICO AGRESSIVO, QUE ACARRETA PERDA DA AUDIÇÃO. SENTENÇA QUE CONDENA SOLIDARIAMENTE FABRICANTE E COMERCIANTE DO PRODUTO AO RESSARCIMENTO DOS DANOS MATERIAIS E MORAIS À VÍTIMA DIRETA DO EVENTO E A SEUS PAIS, ALÉM DE PENSÃO MENSAL ÀQUELA, ATÉ OS SEUS SESSENTA ANOS, POR SUA EVIDENTE DIMINUIÇÃO DA CAPACIDADE DE TRABALHO. RECURSOS CONHECIDOS, SENDO O DA PRIMEIRA RÉ DESPROVIDO, O DA SEGUNDA RÉ PROVIDO E PARCIALMENTE PROVIDO O ADESIVO.

1. A responsabilidade do comerciante pelo fato do produto é subsidiária sendo, in casu, descabida, a teor do art. 13 do CDC. [...]. (SANTA CATARINA, 2014b).

O mesmo entendimento é o do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul¹², no entanto, importante frisar que tal diferenciação parece simples e desimportante, mas é de grande significância para o comerciante, que ao deparar-se com um caso de defeito, como este colacionado logo acima, terá sua responsabilidade condicionada a algum dos incisos do artigo 13 do Código de Defesa do Consumidor (BRASIL, 1990), diferentemente de estar-se diante de um caso e produto ou serviço viciado, quando deverá responder de forma solidária com o fabricante do produto ou prestador do serviço.

3 O DANO MORAL E A REPARAÇÃO

Leciona Wald (2012), que do ponto de vista jurídico, dano é verificado em razão da inobservância de uma norma que estabelece um determinado comportamento para conceder um efeito favorável ao prejudicado.

É o dano, portanto, o resultado de uma violação de valor juridicamente tutelado por norma e uma perda ou deterioração de um bem pertencente à pessoa lesada. Wald (2012, p. 87) conceitua de forma sintética o dano informando

12 RIO GRANDE DO SUL. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. **Apelação Cível 70014332050**. Relator: Des. Jorge Alberto Schreiner Pestana, 2007. (RIO GRANDE DO SUL, 2014b).

que é “a lesão a um interesse jurídico tutelado (com efeito patrimonial ou não) causado por uma conduta de um agente imputável”.

Para Wald (2012), trata-se do elemento desencadeador da obrigação de ressarcir, e pode ter caráter material ou moral, ou seja, se relacionado ao patrimônio (palpável) será considerado um dano material, caso reporte-se a valores de natureza espiritual ou moral¹³, serão denominados morais ou extrapatrimoniais. Para o presente estudo, concentrar-se-á no dano moral, como se passa a expor adiante.

Como visto acima, para a caracterização de um dano, é necessário que o bem que sofre tal violação seja tutelado por norma. Neste sentido, como é protegido pelo artigo 5o, V da Constituição da República Federativa do Brasil (BRASIL, 1988), o dano moral é passível de indenização.

Caracteriza Cahali (2005, p. 87) os danos morais como sendo

a privação ou diminuição daqueles bens que têm um valor precípuo na vida do homem e que são a paz, a tranquilidade de espírito, a liberdade individual, a integridade individual, a integridade física, a honra e os demais sagrados afetos.

Em outras palavras, ocorrendo uma violação no aspecto moral do ser humano, ou seja, da paz, integridade, honra e demais aspectos de valores da vida do homem, aquele que causou tal dano deverá repará-lo. A legislação com a determinação desta determinação busca tornar o lesado indene, sem dano, ou, ao menos, diminuir o sofrimento causado pelo ato do ofensor.

Neste sentido, Cahali (2011, p. 36) leciona

que na jurisprudência dos nossos Tribunais, afirma-se que o direito possui valor permutativo, podendo-se, de alguma forma, lenir a dor com a perda de um ente querido pela indenização, que representa também punição e desestímulo do ato ilícito.

Examinados os principais conceitos

¹³ Aqui conceituada como o conjunto de regras de conduta relacionadas ao costume.

acerca do dano moral, resta trazê-lo para o campo do direito do consumidor, verificando os casos de sua aplicação de forma cumulada quando constatado um vício ou defeito no produto ou serviço fornecido.

3.1 O DANO MORAL NA CARACTERIZAÇÃO DE VÍCIO OU DEFEITO DO SERVIÇO PRESTADO OU PRODUTO FORNECIDO

Observado que o dano moral deve ser indenizado assim como o dano material, resta saber se o mesmo ocorre, e, conseqüentemente, deve ser indenizado quando constatado vício ou defeito no produto ou serviço fornecido. Para tanto, deve-se dividir o tema em três partes, quais sejam: defeito com dano extrínseco (dano causado) ao produto/serviço, defeito com dano intrínseco (era possível o dano- houve risco ao consumidor) ao produto/serviço, e vício.

Em relação ao dever de indenizar o abalo/dano moral, tem-se que pacificada a obrigação em reparar quando tratar-se o caso de defeito, com lesão extrínseca ao produto, atingindo o consumidor, por meio da presunção do dano causado.¹⁴

Por outro lado, há divergências entre defeito (intrínseco) no caso de risco ao consumidor e necessidade de indenização por danos morais. No entanto, a tendência jurisprudencial é que devem eles, assim como aqueles decorrentes de simples vício, serem comprovados. Isso, claro, quando respeitados os prazos e medidas previstos no artigo 18 e seguintes do Código de Defesa do Consumidor (BRASIL, 1990).

Registre-se que tais prazos para o direito à reparação em face de vícios do produto ou serviço são considerados decadenciais, sendo 30 (trinta) dias tratando-se de produto ou serviço não durável, e 90 (noventa) dias, tratando-se de produto ou serviço durável. (BRASIL, art. 26,

¹⁴ Vide SANTA CATARINA. Tribunal de Justiça do Estado Santa Catarina. **Apelação Cível 2008.049020-3**. Relator: Des. Carlos Prudêncio, 2013. Quando condenou em R\$100.000,00 o fornecedor pela explosão de um veículo ter causado lesão corporal ao consumidor. (SANTA CATARINA, 2014c).

1990).

Por último, resta verificar se na ocorrência de vício, há a possibilidade de cumulação de pedido de indenização por dano moral. Neste sentido, tem-se que demonstrado ao desenvolver deste estudo que o vício é algo que não extrapola a esfera do produto, ou seja, não chega a ferir ou causar dano ao consumidor, e, caso venha a causar, passará a ser defeito, e não vício.

Ocorre que a jurisprudência vêm confundido os institutos (vício e defeito) e têm corriqueiramente decidido que há sim a possibilidade de cumular a condenação em vício com o indenização por abalo moral, embora sempre dependa do caso concreto, das quais extrai-se:

AGRAVO RETIDO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C DANOS MORAIS. COMPRA E VENDA DE VEÍCULO ZERO QUILOMETRO. APRESENTAÇÃO DE VÍCIO NO PRODUTO. MAU FUNCIONAMENTO DA BÓIA QUE AUXILIA A MEDIÇÃO DE COMBUSTÍVEL. APLICAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. LEGITIMIDADE PASSIVA DE AMBAS AS RÉS RECONHECIDA. SOLIDARIEDADE DA FABRICANTE E CONCESSIONÁRIA. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. VIABILIDADE. CERCEAMENTO DE DEFESA NÃO VERIFICADO. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. RECURSOS DE APELAÇÃO. VÍCIO DO PRODUTO EVIDENCIADO E NÃO SANADO APÓS SETE INTERVENÇÕES DE MANUTENÇÃO PELAS RÉS. POSSIBILIDADE DE SUBSTITUIÇÃO POR UM OUTRO VEÍCULO COM OS MESMOS ADJETIVOS FUNCIONAIS. DANO MORAL EVIDENCIADO. MINORAÇÃO DO QUANTUM INDEVIDA. RECURSOS CONHECIDOS E IMPROVIDOS. (SANTA CATARINA, 2014e).

E no sentido de que é descabida indenização por não ter existido abalo moral:

APELAÇÕES CÍVEIS. AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. CONSTATAÇÃO PELO DETRAN AO REALIZAR VISTORIA DE QUE O NÚMERO DO MOTOR DO VEÍCULO ERA DIFERENTE AO CADASTRADO NO DENATRAN. DEMORA NA TRANSFERÊNCIA DO BEM. RECURSO DA RÉ. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE ATIVA AFASTADA. DEFEITO DE QUALIDADE. ART. 18 DO CDC. RESPONSABILIDADE DA EMPRESA RÉ CONFIGURADA. DEVER DE RESTITUIR O VALOR PAGO PELO VEÍCULO, MEDIANTE SUA DEVOLUÇÃO. DANO MORAL NÃO CONFIGURADO.

SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. É garantida indenização pelos danos materiais, inclusive com a restituição do valor pago pelo veículo, quando constatado vício de qualidade no automóvel, no caso, com motor alterado, inteligência do art. 18, § 1º, inciso II, do Código de Defesa do Consumidor. O simples inadimplemento contratual, sem que a parte adquirente esteja submetida a situação vexatória excepcional, não se subleva à condição bastante para a ocorrência do dano moral (Apelação Cível n. 2012.064484-7, de Lages, rela. Desa. Maria do Rocio Luz Santa Ritta, j. 23-10-2012). INSURGÊNCIA DOS AUTORES. PLEITO DE MAJORAÇÃO DO VALOR FIXADO A TÍTULO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. RESPONSABILIDADE AFASTADA. PREJUDICADO O EXAME DO MÉRITO RECURSAL. (SANTA CATARINA, 2014d).

No mesmo sentido, seguem os Tribunais de Justiça do Rio Grande do Sul¹⁵ e de São Paulo¹⁶, e, por sua vez, o Superior Tribunal de Justiça tem decidido ser possível a cumulação de dano moral quando existente vício ao produto, condenando, conseqüentemente, de forma solidária o fabricante e comerciante, independente do disposto no artigo 13 do Código de Defesa do Consumidor (1990), conforme decisão do Superior Tribunal de Justiça:

AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. PROCESSUAL CIVIL. ADMISSIBILIDADE. VIOLAÇÃO DE DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS. NÃO CABIMENTO. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA Nº 211/STJ. VÍCIO DO PRODUTO. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DO FABRICANTE E DA CONCESSIONÁRIA. PRECEDENTES. (BRASIL, 2014c).

Por fim, ressalta-se, neste estudo, não foi possível verificar se os julgados do Superior Tribunal de Justiça foram questionados de forma direta acerca da impossibilidade de cumulação de condenação em danos morais e vício, eis que, como se sabe, este tribunal apenas se pronuncia se existir um pré-questionamento acerca do tema.

15 Vide RIO GRANDE DO SUL. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. **Apelação Cível n. 71004174041**. Relator: Des. Cleber Augusto Tonial, 2013. (RIO GRANDE DO SUL, 2014a).

16 Vide SÃO PAULO. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. **Apelação Cível n. 0031585-53.2011.8.26.0562**. Relator: Pedro Baccarat, 2013. (SÃO PAULO, 2013).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do presente estudo foi possível diagnosticar que embora vício e defeito sejam similares por serem institutos utilizados para responsabilizar o fornecedor de produtos e/ou serviços por problemas no produto ou prestação de serviço pelo Código de Defesa do Consumidor (BRASIL, 1990), os mesmos possuem diferenças de grande significado, dentre elas, traz-se para este estudo a diferença no que toca a responsabilidade de indenização.

Procurou-se trazer à tona assuntos que passam despercebidos até àquelas pessoas que lidam com o Direito de forma direta. Com fundamentação doutrinária, trouxe as principais noções acerca do vício e do defeito dentro da legislação consumeirista, e, em análise jurisprudencial verificou-se que todas elas, atualmente, podem ser cumuladas com o dano moral.

Verificou-se que apesar de serem costumeiramente confundidos no que se refere à definição de produto defeituoso ou que possui vício, existe diferença fundamental entre estas duas modalidades de problemas ocasionados no produto. E a importância da diferença entre defeito e vício, reside no fato de que ao limitar-se o alcance de cada um, é possível a apuração precisa da responsabilidade civil do fornecedor de produtos ou serviços, no caso de haver o dever de indenizar.

Assim, tem-se que foi cumprido o objetivo de verificar se as consequências jurídicas para vício e defeito na legislação consumeirista são diferentes, bem como se há possibilidade de cumular esses dois institutos com aquele do dano moral, pois como narrado acima se diagnosticou as diferenças entre vício e defeito, bem como se evidenciou que a jurisprudência está a permitir a cumulação tanto de defeito, como de vício, com os danos morais ao consumidor.

Por fim, conclui-se que o estudo foi válido para trazer maior esclarecimento acerca da natureza do direito do consumidor, e sem dúvida, há a possibilidade e estenderem-se os estudos

para outros tipos de obrigações.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

_____. **Código de defesa do consumidor**. Lei 8.078 de 11/09/90. Brasília: Diário Oficial da União, 1990.

_____. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial 1358615/SP**. Relator: Min. Luis Felipe Salomão, 2013. Disponível em: <<https://ww2.stj.jus.br/processo/pesquisa/?tipoPesquisa=tipoPesquisaNumeroRegistro&termo=201102291840&totalRegistrosPorPagina=40&aplicacao=processos.ea>>. Acesso em: 13 maio de 2014a.

_____. _____. **Recurso Especial n. 567333/RN**. Relator: Raúl Araújo, 2013. Disponível em: <<https://ww2.stj.jus.br/processo/pesquisa/?tipoPesquisa=tipoPesquisaNumeroRegistro&termo=200300781825&totalRegistrosPorPagina=40&aplicacao=processos.ea>>. Acesso em: 13 maio 2014b.

_____. _____. **Agravo Regimental no Recurso Especial n. 863919/MT**. Relator: Min. Ricardo Villas Bôas Cueva, 2012. Disponível em: <http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?tipo_visualizacao=null&livre=%28%22RICARDO+VILLAS+B%D4AS+CUEVA%22%29.min.&processo=863919&ref=CDC-90&b=ACOR&thesaurus=JURIDICO>. Acesso em: 13 maio 2014c.

CAHALI, Yussef Said. **Dano moral**. 3 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

GRINOVER, Ada Pellegrini et. al. **Código Brasileiro de Defesa do Consumidor**: Comentado pelos Autores do Anteprojeto. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

NUNES, Rizzato. **Curso de direito do consumidor**. 6 ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

RIO GRANDE DO SUL. Tribunal de Justiça do

Estado do Rio Grande do Sul. **Apelação Cível n. 71004174041**. Relator: Des. Cleber Augusto Tonial, 2013. Disponível em: <<http://www.tjrs.jus.br/busca/?tb=proc>>. Acesso em: 13 maio 2014a.

_____. _____. **Apelação Cível 70014332050**. Relator: Des. Jorge Alberto Schreiner Pestana, 2007. Disponível em: <<http://www.tjrs.jus.br/busca/?tb=proc>>. Acesso em: 13 maio 2014b.

SANTA CATARINA. Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina. **Apelação Cível n. 2007.015538-2**. Relator: Des. Monteiro Rocha, 2008. Disponível em: <<http://tj-sc.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/6334240/apelacao-civel-ac-155382-sc-2007015538-2/inteiro-teor-12456045>>. Acesso em: 13 maio 2014a.

_____. _____. **Apelação Cível n. 2010.082042-7**. Relator: Des. Ronei Danielli, 2011. Disponível em: <<http://app6.tjsc.jus.br/cposg/pcpoSelecaoProcesso2Grau.jsp>>. Acesso em: 13 maio 2014b.

_____. _____. **Apelação Cível 2008.049020-3**. Relator: Des. Carlos Prudêncio, 2013. Disponível em: <<http://app6.tjsc.jus.br/cposg/pcpoSelecaoProcesso2Grau.jsp>>. Acesso em: 13 maio 2014c.

_____. _____. **Apelação Cível n. 2009.072819-8**. Relator: Des. Stanley da Silva Braga, 2013. Disponível em: <<http://app6.tjsc.jus.br/cposg/pcpoSelecaoProcesso2Grau.jsp>>. Acesso em: 13 maio 2014d.

_____. _____. **Apelação Cível n. 2012.027762-2**. Relator: Des. Saul Steil, 2012. Disponível em: <<http://app6.tjsc.jus.br/cposg/pcpoSelecaoProcesso2Grau.jsp>>. Acesso em: 13 maio 2014e.

SÃO PAULO. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. **Apelação Cível n. 0031585-53.2011.8.26.0562**. Relator: Pedro Baccarat, 2013. Disponível em <<http://esaj.tjsp.jus.br/cposg/search.do?conversationId=&paginaConsulta=1&localPesquisa.cdLocal=3&cbPesquisa=NUMPROC&tipoNuProcesso=UNIFICADO&numeroDigi>>

toAnoUnificado=0031585-53.2011&foroNumeroUnificado=0562&dePesquisaNuUnificado=003-53.2011.8.26.0562&dePesquisaNuAntigo=>> Acesso em: 13 maio 2013.

WALD, Arnaldo. **Direito civil: responsabilidade civil**. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

O NÍVEL DE SERVIÇO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO (TIC) – UM ESTUDO DE CASO PARA A ÀREA DE CONTROLADORIA DA ITACORDA¹

Eder de Bittencourt²
Edemir Manoel dos Santos³

RESUMO

A satisfação dos usuários da Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) é importante para caracterizar a qualidade dos serviços prestados por estes nas organizações. E, atualmente se bem administrada e implantada, a tecnologia da informação torna-se um fator de competitividade e produtividade para a sociedade em geral. O presente trabalho caracterizou-se como estudo quantitativo e qualitativo e por meio de questionário aplicado aos usuários da área de tecnologia de informação da ITACORDA, uma fábrica de cordas localizada em Penha - Santa Catarina, o tratamento dos dados obtidos, permitiu verificar o grau de satisfação dos usuários com os serviços prestados e identificar pontos a serem melhorados para aumentar ainda mais a qualidade de tais serviços. Os resultados foram considerados relevantes, pois o grau de satisfação identificado apresentou melhorias para reflexões dos gestores da controladoria e conseqüentemente da respectiva organização.

PALAVRAS CHAVE: Nível de serviço. Controladoria. Tecnologia da informação e da Comunicação.

THE LEVEL OF SERVICE OF INFORMATION TECHNOLOGY AND COMMUNICATION (ITC) - A CASE STUDY FOR THE ITACORDA'S CONTROLLING AREA

ABSTRACT

The satisfaction of users of Information Technology and Communication is important to characterize the quality of the services provided by these organizations. Nowadays, it is well managed and deployed; the information technology becomes a factor of competitive and productivity to society in general. The present work was characterized as study quantitative and qualitative and by means of a questionnaire applied to users in the information technology area of ITACORDA, a rope factory located in Santa Catarina, the processing of the data obtained, it was possible to verify the degree of user satisfaction with the services provided and identify points to be improved in order to further improve the quality of such services. The results were considered to be relevant, because the degree of satisfaction identified showed improvements for reflections of the managers of comptroller and consequently of its organization.

KEYWORDS: Level of service. Controller. Information Technology and Communication.

1 Relato de consultoria, realizada em 2012, no Setor de Tecnologia da Informação para a Controladoria da ITACORDA – Indústria e Comércio de Cordas Ltda. – Penha – SC. Publicação e divulgação autorizada pela empresa.

2 Aluno da Gestão de Tecnologia da Informação no Instituto Catarinense de Pós-graduação (ICPG). Colaborador na unidade-caso. E-mail: eder@itacorda.com.br

3 Mestre em Engenharia de Produção (área: Engenharia de Avaliação e Inovação Tecnológica – linha de pesquisa: Contabilidade de Gestão) pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Especialista em Controladoria pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Professor na Avantis. E-mail: es@avantis.edu.br.

1 INTRODUÇÃO

O mundo atual vive a era da informação e seu uso inteligente torna-se um diferencial competitivo entre as organizações. Diante deste cenário, a tecnologia da informação e da comunicação (TIC) possui o papel de gerar informações, as quais permitem gerenciar os negócios com melhores soluções organizações e principalmente vantagens competitivas.

Um sistema de informação ao deixar de funcionar, mesmo que por pouco tempo, é possível que toda a organização seja afetada. Por isso, é fundamental que à área de Tecnologia da Informação (TI) esteja alinhada à estratégia de negócio da organização.

Uma das formas de identificar se os investimentos nestas tecnologias possuem retornos alinhados às estratégias organizacionais é por meio da satisfação dos usuários dos diversos recursos tecnológicos utilizados pelas empresas. O estudo apresenta uma pesquisa de satisfação dos usuários da Itacorda Indústria e Comercio de Cordas Ltda., doravante denominada ITACORDA, com o propósito de identificar para sua Controladoria, alternativas para melhorar a qualidade dos hardwares e softwares instalados e permitir melhorias na gestão da companhia.

2 METODOLOGIA

O artigo foi desenvolvido com características quantitativas e qualitativas. Para Roesch (2007), a abordagem quantitativa é um método utilizado para medir relações entre variáveis (associação ou causa-efeito) e a qualitativa para Vergara (2006, p.121) é a “pesquisa não estruturada que proporciona *insights* e compreensão do contexto do problema”.

Já o método foi definido como pesquisa-diagnóstico, o qual, de acordo com Aquino (2012), é aquela que explora o ambiente interno ou externo da empresa para fazer um diagnóstico, levantando ou definir problemas. E, também, como estudo de caso, ou seja: a ITACORDA. Lakatos (2003) afirma que o estudo de caso é

uma inquirição empírica que investiga fenômeno contemporâneo dentro de um contexto da vida real.

Os dados foram coletados por meio de questionário (consta no Apêndice) aplicado aos usuários. Para Gil (2007), ele é uma técnica de investigação composta por questões apresentadas por escrito às pessoas que fazem parte do foco do estudo. Assim, a população foi representada pelos 120 funcionários e a amostra intencional apenas os 25 usuários internos dos serviços de TI em fevereiro de 2012. O tratamento e a interpretação dos dados qualitativos foram realizados pela análise de conteúdo, que no entender de Roesch (2007) trata-se de um método de análise textual que se utiliza de questões abertas em questionários e entrevistas e os dados quantitativos pela utilização de gráficos e tabelas elaborados, a partir do Excel (planilha eletrônica do Office 2010) de propriedade da Microsoft Inc.

3 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO (TIC)

A Tecnologia da Informação e da comunicação (TIC) pode ser considerada como um conjunto de atividades, realizadas através de recursos tecnológicos, computacionais e humanos. Neste sentido (KEEN apud LAURINDO et. al., 2012, p. 160) a conceitua como:

O conceito de Tecnologia da Informação e da comunicação (TIC) é mais abrangente do que os de processamento de dados, sistemas de informação, engenharia de software, informática ou o conjunto de hardware e software, pois também envolve aspectos humanos, administrativos e organizacionais.

Rezende e Abreu (2003) a definem como recursos tecnológicos e computacionais para a geração e uso da informação. A Tecnologia da Informação é fundamental em todos os setores da organização, pois melhora os processos, ao armazenar informações e gerar conhecimentos que ajudam as empresas a racionalizar seus gastos e serem eficazes.

O aproveitamento das facilidades trazidas pela tecnologia da informação depende

de um processo periódico e estruturado de planejamento da informação. Para isso, os administradores precisam se preocupar em adquirir uma visão estratégica de como os sistemas de informação da organização deverão ser “implementados ou alterados, de forma a atender as necessidades de informação por um período considerado adequado”. (BEAL, 2009, p. 3).

Segundo Rezende e Abreu (2003), a Tecnologia da Informação e da Comunicação está fundamentada nos seguintes componentes: hardware e seus dispositivos e periféricos; software e seus recursos; sistemas de telecomunicações; gestão de dados e informações.

3.1 HARDWARE

O hardware são os computadores, as impressoras, os monitores, etc. Para Rezende e Abreu (2003, p.77) hardware “são conjuntos integrados de dispositivos físicos, posicionados por mecanismos de processamento que utilizam eletrônica digital, usados para entrar, processar, armazenar e sair com dados e informações”.

Fedeli, Polloni e Peres (2003) entendem que hardware é qualquer componente que faça parte da máquina como um todo: interna ou externamente; assim, uma unidade de disco, uma impressora, um teclado, é considerado hardware. O conhecimento básico da estrutura e da função do hardware é fundamental para as organizações poderem avaliar sua vantagem competitiva em termos de capacidade computacional.

3.2 SOFTWARE

O software é a parte lógica do computador, ou seja, são as instruções que fazem com que ele gerencie os recursos internos e externos necessários. Existem diversos tipos como: sistemas, aplicativos, utilitários, comunicação e de automação.

Atualmente as organizações possuem um custo maior com software do que os demais componentes de TIC. Isto se deve ao aumento

da sua complexidade, da redução de preço dos hardwares e pela falta de profissionais especializados. Devido a este alto custo é fundamental que a TIC das organizações esteja alinhado ao negócio empresarial.

Como exemplo deste tipo de software tem-se o *Enterprise Resource Planning* (ERP) como um dos principais softwares para a gestão de empresas, pois o mesmo integra as informações das diversas áreas empresariais. Os ERPs são sistemas de planejamento dos recursos empresariais e geralmente são compostos por vários módulos que dão suporte as principais operações da empresa. A integração entre os módulos é importante, pois permite que a empresa administre seus vários processos como um sistema único, integrado.

Dentre os benefícios de sua utilização pode-se citar a integração entre os diversos setores da empresa, o acesso a informações do sistema por todos os departamentos, a eliminação de diferenças nos dados e entre os departamentos, a melhoria na qualidade das informações facilitando a tomada de decisões. Eles também apresentam problemas, pois sua implantação não é uma tarefa fácil exigindo uma mudança cultural na empresa, a adequação de alguns processos empresariais e um grande número de horas de implantação do sistema. Souza e Szafir-Goldstein (2007, p. 95) afirmam que

a implementação de um ERP é um processo de mudança cultural e, por isso, aspectos como envolvimento da alta direção, correto envolvimento dos usuários e gerenciamento de mudanças são essenciais para o seu sucesso.

3.3 SISTEMAS DE TELECOMUNICAÇÕES

Os sistemas de telecomunicações fornecem recursos para a administração da empresa. Para Rezende e Abreu (2003), as telecomunicações referem-se à transmissão eletrônica de sinais para comunicações, entre outros exemplos, destacam-se: correio eletrônico, serviços de mensagens eletrônicas; transferência de dados entre computadores; internet; conexão remota – acesso a programas

e aplicações que estejam disponíveis em um computador em outro local; teleconferência e videoconferência.

O uso intensivo da internet por todos os segmentos da sociedade fez com que inúmeras áreas, inclusive as empresariais, sofressem mudanças radicais em termos de inovação, criatividade, produtividade e conhecimento.

3.4 GESTÃO DE DADOS E INFORMAÇÕES

O gerenciamento dos dados é outra função fundamental da TIC, pois para o funcionamento normal dos sistemas de informação na empresa devem existir dados. Estes dados processados tornam-se as informações em que as decisões empresariais se baseiam. Para Turban, Rainer e Potter (2005, p.132) “as organizações devem ser capazes de obter, organizar, analisar e interpretar os dados, para sobreviver nos mercados supercompetitivos”.

Para Rezende e Abreu (2003), os Sistemas Gerenciadores de Bancos de Dados (SGBD) são os modernos recursos que permitem uma efetiva integração dos dados empresariais e entre outros exemplos, pode-se citar: *Oracle*, *Sybase* e *Progress* que identificam, modelam e estruturam os dados e geram as informações operacionais e estratégicas.

As cópias de dados ou backups também são atividades da gestão de dados de extrema importância, permitindo que em caso de uma perda de dados do banco de dados, os mesmos possam ser recuperados por meio das cópias de segurança existentes. A política de backup da empresa deve ser elaborada de forma criteriosa, buscando garantir a recuperação dos dados quando necessário. Devem ser realizados frequentemente testes de recuperação dos dados, a fim de garantir a qualidade das cópias realizadas.

Outra forma de garantir a segurança das informações da empresa é através do controle de acesso que pode ser realizado por meio de senhas, firewalls permitindo que os usuários tenham acesso somente às informações

necessárias para as suas tarefas diárias.

4 GERENCIAMENTO DO NÍVEL DE SERVIÇO

Para Magalhães e Pinheiro (2010) para gerenciar os serviços tecnológicos e informacionais a área de tecnologia da informação deve adotar uma postura proativa em relação ao atendimento das necessidades da organização, bem como adequar os recursos disponíveis e gerenciá-los de forma integrada, fazendo com que a qualidade do conjunto, seja percebida por todos (clientes internos e externos) envolvidos com a empresa.

Uma das formas de melhorar o nível de serviço é utilizar como base o Modelo de melhores práticas para Gerenciamento de Serviços (ITIL). Ele é o processo que forma o vínculo entre o departamento de TI e os usuários, buscando assegurar a qualidade dos serviços, ao obter maior controle para as melhores práticas, maior entendimento e maior eficiência e eficácia na operação e entrega de serviços prestados aos usuários.

O processo de gerenciamento de nível de serviço negocia, concorda e documenta metas de serviços com os usuários do serviço monitorando a qualidade dos serviços prestados através de relatórios. Os principais objetivos do gerenciamento do nível de serviço são:

- Definir, documentar, concordar, monitorar, medir, reportar e analisar o nível de serviços de TI;
- Monitorar e melhorar a satisfação do cliente com a qualidade do serviço prestado;
- Certificar que a TI e os usuários tenham uma expectativa clara do nível de serviço a ser entregue;
- Garantir que as medidas proativas para melhorar os níveis de serviços prestados sejam executadas sempre que for economicamente justificável fazê-las.
- Assim, é possível criar diversos tipos

de indicadores para avaliar os serviços prestados pelo Departamento de Tecnologia de Informação da unidade-caso e permitir melhorias nos processos operacionais e informações da Itacorda.

5 CONTROLADORIA

Para Catelli (2009), a controladoria é uma evolução natural da contabilidade aplicada unicamente para fins fiscais e seu campo de atuação são as organizações econômicas. Oliveira (2009, p. 16) alerta que a contabilidade

na visão da teoria da comunicação, é um banco de dados que deve ser estudado no contexto maior do tomador de decisão e entre outros objetivos deve manter os modelos de informações, em conjunto com os gestores das áreas.

Para isso, dentre os vários mecanismos existentes, a controladoria utiliza-se de medidas de desempenho. De acordo com Slack et. al. (1997), medida de desempenho é: “o processo de quantificar ação, onde medida significa o processo de quantificação”. São medições qualitativas ou quantitativas que evidenciam a eficiência ou eficácia de processos, pessoas ou organizações, em comparação a uma determinada meta. Além disto, os indicadores são um meio de articular e comunicar as estratégias. Uma vez definida a estratégia de serviço, é necessário que se mensure seu desempenho. Para a mensuração do Nível de Serviço é importante destacar que antes da empresa definir quais serão os seus indicadores, deve identificar as necessidades e expectativas dos clientes, quer internos ou externos, a forma como estas poderão ser mensuradas e os custos envolvidos nas mesmas.

6 RESULTADOS

6.1 UNIDADE-CASO

A ITACORDA foi fundada em 1988. Na fabricação de seus produtos utiliza diversos materiais como polipropileno, polietileno, poliéster, algodão e o PET reciclado. A empresa está localizada na BR 101 no Bairro São Nicolau em Penha - SC. Conta com uma área construída

de 7.000 m² e 120 funcionários. Possui 40 representantes que atuam em todo o território nacional, vendendo seus produtos para diversos segmentos de mercado.

6.2 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO (TIC) NA ITACORDA

A ITACORDA possui vinte e cinco usuários internos e quarenta representantes comerciais que fazem pedidos através do sistema da empresa. A estrutura tecnológica da empresa é composta por três servidores, sendo dois para banco de dados e um de *internet*, vinte e seis micro-computadores, sete impressoras *laser*, três impressoras térmicas e outros equipamentos que auxiliam os funcionários da empresa nas suas tarefas diárias.

Para agilizar seus processos, melhorar o fluxo de informações e obter relatórios gerenciais, a empresa possui um sistema ERP. O software *ERP Wintree* foi desenvolvido pela empresa BSB sistemas, que através de um contrato realiza as manutenções e atualizações do sistema frequentemente, mantendo o software atualizado com as melhores práticas de negócio e com as exigências legais existentes.

O *Wintree* é constituído de vários módulos, sendo utilizados pela ITACORDA os de Compras, Contas a Pagar, Contas a Receber Fluxo de Caixa, Administração de Vendas, Faturamento, Contabilidade, Patrimônio, Gestão de Fábrica, Custo e Informações Gerenciais.

Para facilitar a comunicação entre seus representantes comerciais e evitar retrabalhos na digitação, a empresa possui um sistema de pedidos que funciona através da internet, onde o representante utilizando seu *login* e senha cadastra os pedidos de compra no *Wintree*. Neste sistema o representante comercial pode consultar informações de suas vendas e dados cadastrais de seus clientes evitando a necessidade de um contato com o setor administrativo da empresa. Ele fica ligado diariamente e sete dias por semana, acessados pelos representantes de qualquer computador conectado a internet.

A comunicação na ITACORDA ocorre por telefone, correio eletrônico ou através de softwares de mensagens instantâneas como o MSN ou Skype. Para garantir uma comunicação com qualidade a empresa possui um sistema de

Discagem Direta à Ramal (DDR) com 10 linhas digitais e um link dedicado de internet de dois megabytes. A Figura 1, a seguir, apresenta o fluxo de informações e a interação entre os sistemas utilizados pela ITACORDA:

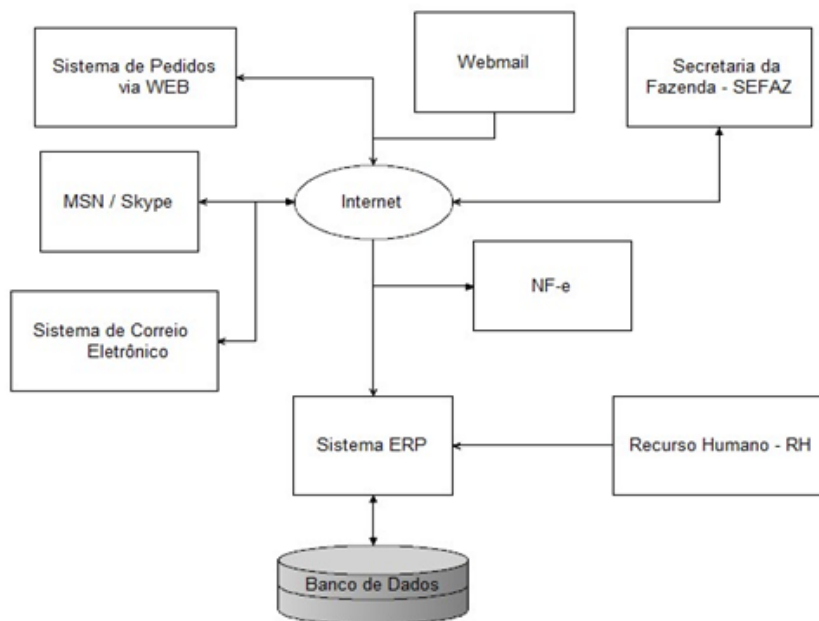


FIGURA 1: O FLUXO DE INFORMAÇÕES E A INTERAÇÃO DOS RECURSOS
 Fonte: Elaborado pelos pesquisadores, 2012.

Para garantir a disponibilidade de comunicação, a ITACORDA possui um contrato de nível de serviço (SLA) com a operadora de telefonia de 99,9 % de disponibilidade mensal, ou seja, o sistema de comunicação pode ficar inativo menos de uma hora por mês.

São utilizados na ITACORDA outros aplicativos como: planilhas eletrônicas, antivírus, processadores de texto, navegadores e software de apresentação gráfica.

6.3 APLICAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE PESQUISA

Para verificar o nível de satisfação dos usuários foi desenvolvido um questionário (consta no Apêndice) contendo 24 questões acerca do conhecimento de informática dos usuários, os equipamentos de informática, a comunicação e os softwares instalados.

A pesquisa ocorreu entre 01 a 06 de fevereiro de 2012, através do *Google Form*, onde foi enviado por e-mail o *link* de acesso à pesquisa para 25 usuários internos da ITACORDA e depois os dados foram tratados pelo Excel (planilha eletrônica do Office 2010) de propriedade da Microsoft Inc.

Como se observa no questionário as cinco questões iniciais teve o objetivo de identificar o tempo de trabalho dos funcionários, seu nível de conhecimento em informática e quais recursos tecnológicos disponibilizados são mais usuais.

Neste sentido, por meio da Pergunta 1, o Gráfico 1, a seguir, demonstra que 68% dos usuários trabalham na ITACORDA há mais de dois anos, o que indica a possibilidade de maior uso e conhecimento dos recursos disponibilizados.

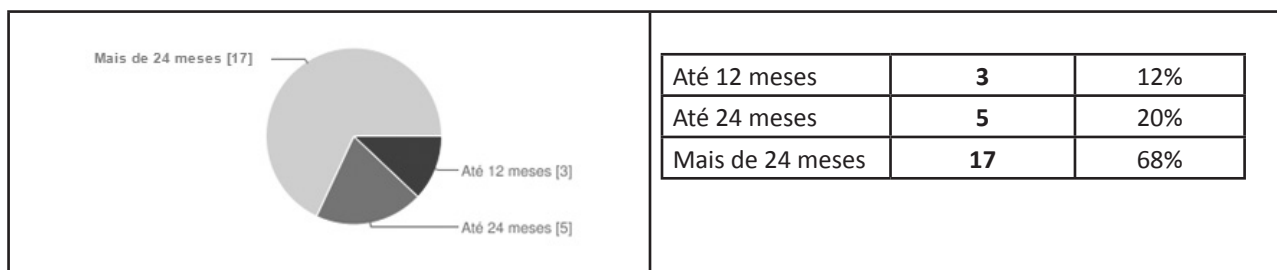


GRÁFICO 1: O TEMPO DE TRABALHO DOS FUNCIONÁRIOS NA ITACORDA

Fonte: Dados da pesquisa, 2012.

O Gráfico 2 comprova um amplo uso dos recursos (Questão 5), aonde percebeu-se que o maior uso é o *Wintree*, ou seja, o software tipo ERP para gestão da ITACORDA.

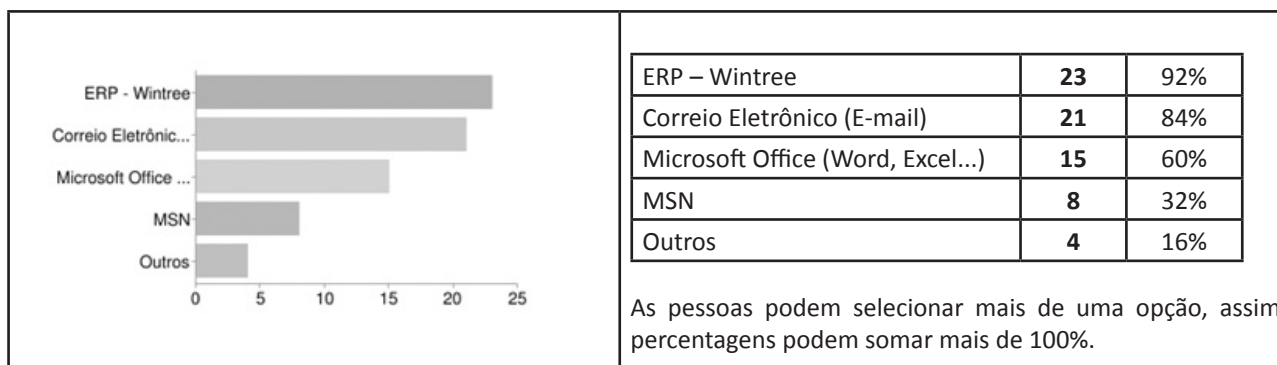


GRÁFICO 2: OS SISTEMAS MAIS USUAIIS NA ITACORDA

Fonte: Dados da pesquisa, 2012.

As demais questões foram divididas em três blocos: Hardware, Software e Comunicação. No primeiro bloco, na Questão 6.5, o grau de satisfação em relação aos equipamentos disponibilizados “sempre” obteve 64% das respostas (ver Gráfico 3), o que caracterizou que eles atendem as necessidades dos usuários.

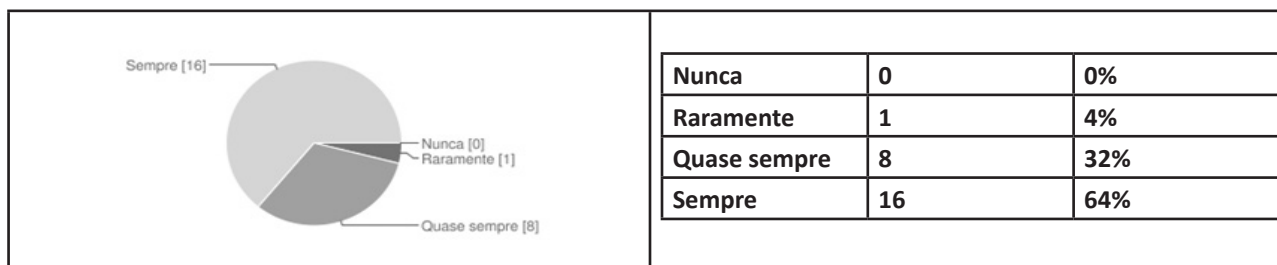


GRÁFICO 3: OS EQUIPAMENTOS E AS NECESSIDADES DOS USUÁRIOS

Fonte: Dados da pesquisa, 2012.

Quando questionados sobre as manutenções dos equipamentos e dos sistemas o resultado também foi positivo, pois 84% dos funcionários responderam “bom” e “muito bom” como pode ser visto no Gráfico 4.

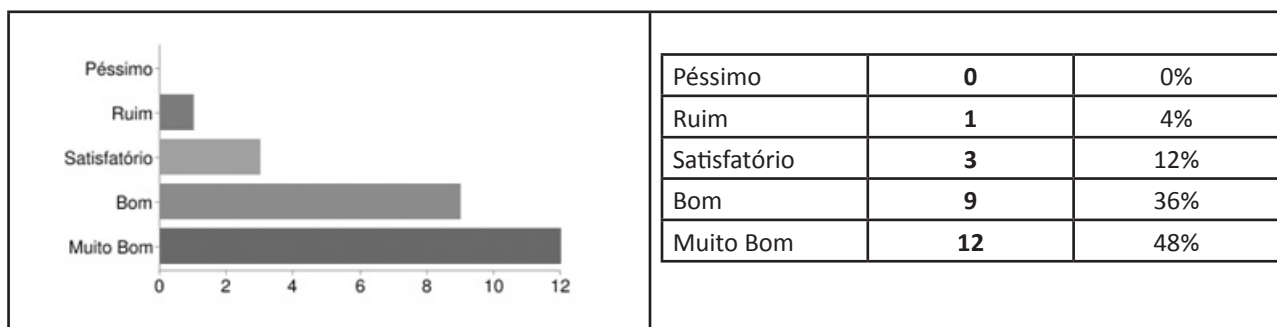


GRÁFICO 4: MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS

Fonte: Dados da pesquisa, 2012.

No segundo bloco, denominado de “7. Avaliação de TI - Software (Avaliação dos sistemas utilizados na ITACORDA””; identificou-se

que a plataforma disponibilizada atende e agiliza os processos estratégicos como demonstrados no Gráfico 5, a seguir:

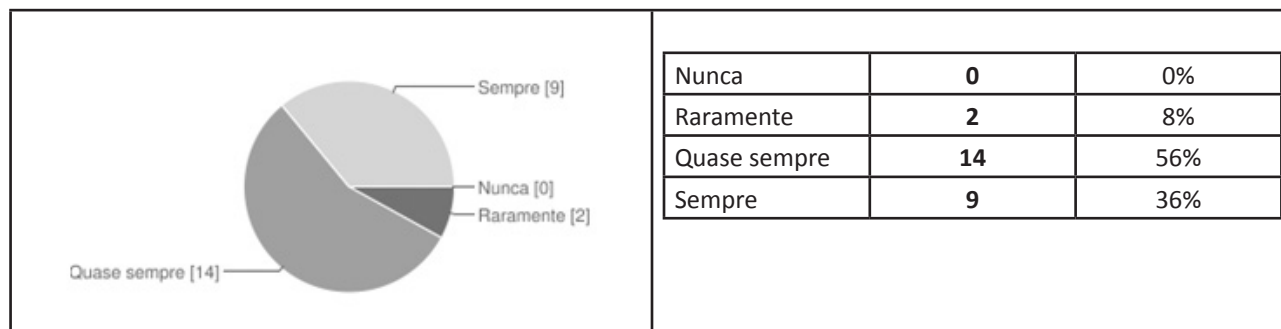


GRÁFICO 5: OS SISTEMAS E A AGILIDADE DOS SERVIÇOS

Fonte: Dados da pesquisa, 2012.

No último bloco, questões de 8.1 a 8.6, a preocupação foi com o nível de serviço de comunicação (telefonia, internet e intranet), de cujas respostas se conclui que os recursos

disponibilizados atendem as necessidades dos usuários, como apresentado no Gráfico 6, a seguir:

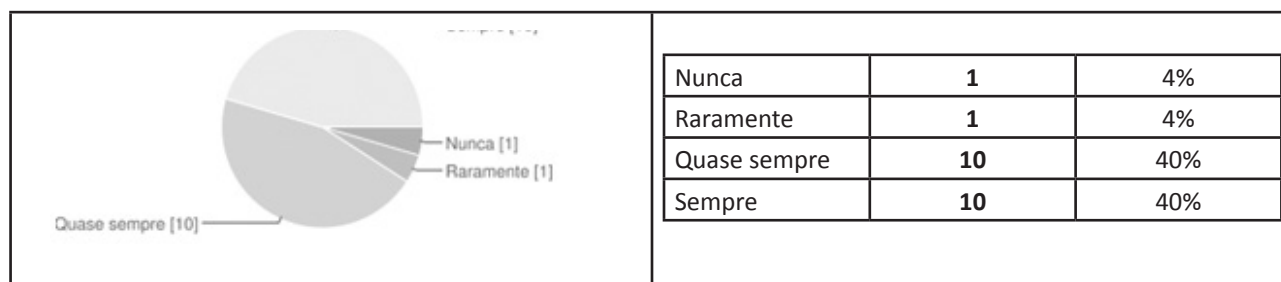


GRÁFICO 6: OS SISTEMAS DE COMUNICAÇÃO E AS NECESSIDADES DOS USUÁRIOS

Fonte: Dados da pesquisa, 2012.

Ainda neste bloco, pode-se perceber que os usuários avaliaram que os aplicativos usuais na comunicação não possuem problemas com frequência, pois 21 respondentes, ou seja, 84% deles afirmaram que “raramente” ficam indisponíveis.

Pelo presente estudo, pode-se verificar de uma forma geral que o a TI (área) da ITACORDA está atendendo as expectativas dos usuários, visto que, em todas as questões houve resposta positiva acima de 80%. Observa-se também uma leve insatisfação quanto à manutenção e suporte aos usuários de software. Analisando esta percepção, apresentada à Controladoria da unidade-caso, é possível direcionar iniciativas no sentido de melhorar ainda mais o atendimento deste serviço.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) tem papel fundamental nas áreas empresariais ao trazer agilidade aos processos (operacionais e informacionais) e facilitar o acesso às informações. Para isso, os usuários internos são fatores críticos de sucesso na entrega dos serviços com valor superior para seus clientes externos. Assim, o foco e a atenção em suas necessidades e expectativas podem proporcionar, no curto prazo, resultados duradouros às organizações.

Ao tratar os dados algumas sugestões de melhorias e indicadores puderam ser observadas, como por exemplo:

- Aumentar a frequência das manutenções preventivas dos equipamentos;
- Atualizar os softwares com mais frequência;

- Implantar softwares para análise estratégica (*Customer Relationship Management - CRM, Business Intelligence – BI*);
- Ampliar os serviços de suporte aos usuários;
- Tempo de uso do aplicativo e de entrega dos relatórios gerenciais;
- Quantidade de lançamentos contábeis.

Para que a TIC possa trazer diferenciais competitivos e estratégicos para o negócio é preciso traçar objetivos, métricas e após avaliar seus desempenhos. Esta pesquisa trouxe informações importantes para que a controladoria possa buscar a melhoria contínua e o alinhamento dos negócios na ITACORDA.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Ítalo de Souza. **Como escrever artigos científicos**. 8 ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

BEAL, Adriana. **Introdução à Gestão da Tecnologia da Informação**. Disponível em: <http://2wtw.com/2beal/ti/manuais/GTI_INTRO.PDF>. Acesso em: 27 ago. 2009.

CATELLI, Armando. **Controladoria – uma abordagem da gestão econômica GECON**. São Paulo: Atlas, 2009.

FEDELI, Ricardo Daniel; POLLONI, Giulio Enrico; PERES, Fernando Eduardo. **Introdução a Ciência da Computação**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

GIL, Antônio Carlos. **Pesquisa na Contabilidade**. São Paulo: Saraiva, 2007.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamento de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

LAURINDO, F. et al. **A Tecnologia da Informação na estratégia das organizações**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/gp/v8n2/v8n2a04.pdf>>. Acesso em: 19 out. 2012.

MAGALHÃES, Ivan L.; PINHEIRO, Walfrido B.

Gerenciamento de Serviços de TI na Prática - uma abordagem com base na ITIL (inclui ISO/IEC 20.000 e IT Flex). São Paulo: Novatec, 2010.

OLIVEIRA, Antonio Benedito Silva. **Controladoria – fundamentos do controle empresarial**. São Paulo: Saraiva, 2009.

REZENDE, Denis Alcides; ABREU, Aline França de. **Tecnologia da informação aplicada a sistemas de informação empresariais: o papel estratégico da informação e dos sistemas de informação nas empresas**. São Paulo: Atlas, 2003.

ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. **Projetos de estágio e de pesquisa em administração: guia para estágios, trabalhos de conclusão e dissertações**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

SLACK, N. et. al. **Administração da Produção**. São Paulo: Atlas, 1997.

SOUZA, Cesar Alexandre de; SZAFIR-GOLDSTEIN, Claudia. **Tecnologia e Sistemas de Informação Aplicados à Gestão Empresarial**. In: OLIVEIRA, Otávio J. **Gestão Empresarial: Sistemas e Ferramentas**. São Paulo: Atlas, 2007. p. 92-95.

TURBAN, E.; RAINER, R. K.; POTTER, R. E. **Administração de tecnologia da informação: teoria e prática**. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

APÊNDICE (Instrumento de pesquisa)

Prezado Senhor (a),

Agradeço antecipadamente pelas respostas. Estou realizando uma pesquisa sobre o nível de serviço da Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) em nossa empresa. O questionário a seguir contribuirá para o planejamento estratégico do Departamento de TI e, principalmente, para geração de indicadores para a Controladoria. Por isso, gostaria de sua participação:

1 a 5. Avaliação da relação do usuário (tempo de empresa, sistemas e tecnologias usuais)

1. Há quanto tempo você está na ITACORDA?

Até 12 meses Até 24 meses Mais de 24 meses

2. Qual o seu nível de conhecimento em informática?

Básico Médio Avançado

3. Possui Curso de Informática?

Sim Não

4. Se possui curso de informática. Qual o tempo de duração do curso?

Até 3 meses Até 6 meses Mais de 6 meses

5. Quais sistemas são mais usuais por você na ITACORDA?

ERP - Wintree Correio Eletrônico (E-mail)
 Microsoft Office (Word, Excel, ...) MSN Outros

6. Avaliação de TI - Hardware (Computadores, Impressoras, Leitores de Código de Barras, Mouse, Teclados...)

6.1. Os equipamentos de informática disponibilizados para as suas tarefas diárias estão de acordo com as suas necessidades?

Nunca Raramente Quase sempre Sempre

6.2. Os equipamentos de informática utilizados por você possuem um bom desempenho favorecendo a agilidade de seus serviços?

Nunca Raramente Quase sempre Sempre

6.3. Os equipamentos de informática apreseem problemas com frequência?

Nunca Raramente Quase sempre Sempre

6.4. Quando apresentam problemas, a manutenção dos equipamentos é?

Péssima Ruim Satisfatória Boa Muito Boa

6.5. De uma forma geral qual o seu grau de satisfação referente aos equipamentos que você utiliza na empresa?

Péssima Ruim Satisfatória Boa Muito Boa

6.6. Você gostaria de acrescentar algumas sugestões para a melhoria dos equipamentos de informática?

7. Avaliação de TI - Software (Avaliação dos sistemas utilizados na ITACORDA)

7.1. Os sistemas disponibilizados para as suas tarefas diárias estão de acordo com as suas necessidades?

Nunca Raramente Quase sempre Sempre

7.2. Os sistemas utilizados por você favorecem a agilidade de seus serviços?

Nunca Raramente Quase sempre Sempre

7.3. Os sistemas contemplam todas as necessidades da empresa?

Nunca Raramente Quase sempre Sempre

7.4. Os sistemas oferecem informações estratégicas para a gestão do negócio?

Nunca Raramente Quase sempre Sempre

7.5. O treinamento para utilização dos sistemas é realizado de forma clara e objetiva?

Nunca Raramente Quase sempre Sempre

7.6. Como é a manutenção e o suporte ao usuário?

Péssimo Ruim Satisfatório Bom Muito Bom

7.7. De uma forma geral, qual o seu grau de satisfação referente aos sistemas que você utiliza na empresa

Péssimo Ruim Satisfatório Bom Muito Bom

7.8. Você gostaria de acrescentar algumas sugestões para a melhoria dos sistemas da empresa?

8. Avaliação de TI - Comunicação (Telefonia, Internet e Intranet)

8.1. Os sistemas de comunicação (telefone, msn, e-mail, internet) disponibilizados para as suas tarefas diárias estão de acordo com as suas necessidades?

Nunca Raramente Quase sempre Sempre

8.2. Os sistemas de comunicação utilizados por você possuem um bom desempenho favorecendo a agilidade de seus serviços?

Nunca Raramente Quase sempre Sempre

8.3. Os sistemas de comunicação apresentam problemas com frequência?

Nunca Raramente Quase sempre Sempre

8.4. Quando apresentam problemas, a manutenção é?

Péssima Ruim Satisfatória Boa Muito Boa

8.5. De uma forma geral, qual o seu grau de satisfação referente aos sistemas de comunicação que você utiliza na empresa?

Péssimo Ruim Satisfatório Bom Muito Bom

8.6. Você gostaria de acrescentar algumas sugestões para a melhoria dos sistemas de comunicação da empresa?

O DESENVOLVIMENTO URBANO DO LITORAL NORTE DE SANTA CATARINA: A EXPERIÊNCIA DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ

Elizangela Pieta Ronconi¹
Mariana Barbosa de Souza²

RESUMO

O tema do presente artigo é uma análise do desenvolvimento urbano no Litoral Norte de Santa Catarina, de Balneário Camboriú. O objetivo geral é compreender o processo de urbanização da região do Litoral Norte de Santa Catarina, especificamente o caso do município de Balneário Camboriú. São objetivos específicos descrever os principais aspectos da região e apontar os agentes sociais responsáveis pela formação do município de Balneário Camboriú. Nos últimos anos houve um crescimento urbano intenso na região do Litoral Norte de Santa Catarina, motivo pelo qual algumas discussões necessárias precisam ser evidenciadas, dentre elas a urbanização não planejada e a verticalização do espaço urbano. O método de abordagem é dedutivo, sendo o método de procedimento monográfico com técnicas de pesquisa bibliográfica e documental. O enfoque principal do trabalho está centrado no estudo da urbanização da região do Litoral Norte de Santa Catarina com a identificação dos atores sociais responsáveis pela sua formação.

PALAVRAS CHAVE: Território. Região. Verticalização. Litoral Norte.

URBAN DEVELOPMENT OF THE NORTH COAST OF SANTA CATARINA: THE BALNEARIO CAMBORIU'S EXPERIENCE

ABSTRACT

The theme of this article is an analysis of urban development on the north coast of Santa Catarina, in Balneário Camboriú. The overall goal is to understand the process of urbanization of the North Coast of Santa Catarina, specifically the case of the city of Balneário Camboriú. The specific objectives describe the main aspects of the region and point out the social workers responsible for the formation of the city of Balneário Camboriú. In recent years there has been an intense urban growth in the North Coast of Santa Catarina, which is why some discussions necessary need to be evidenced, among them unplanned urbanization and vertical urban space. The method of approach is deductive method and procedure techniques with monographic literature and documents. The main focus of the work focuses on the study of the urbanization of the North Coast of Santa Catarina (identification of social actors responsible for their formation).

KEYWORDS: Territory. Region. Piggybacking. North Coast.

1 Mestranda em Direito na Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI; Professora do curso de Administração na Faculdade Avantis – Balneário Camboriú. E-mail: eli@avantis.edu.br

2 Mestre em Desenvolvimento Regional na Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC; Professora do curso de Direito na Faculdade Avantis – Balneário Camboriú. E-mail: marianabarbosa@avantis.edu.br

1 INTRODUÇÃO

A partir da década de 1950 a região do Litoral Norte catarinense sofreu uma valorização cultural, agregada a espaços de lazer, cultura, dentre outros eventos à beira mar, o que atraiu os olhares de grandes investidores e fez com que surgissem na região novos produtos imobiliários. Dentre estes novos produtos destacam-se os condomínios verticais, os quais foram sendo implantados na beira-mar. São áreas privilegiadas destinadas aos grandes empreendimentos para serem ocupados por pessoas que detêm alto poder aquisitivo.

Esta urbanização intensa ocorrida a partir da metade do século XX prejudicou significativamente os recursos naturais da região, o que pode comprometer a qualidade paisagístico-ambiental, levando-se em consideração o fato de o ambiente da região ter sido alterado em busca da satisfação dos grandes empreendedores imobiliários, bem como a característica de instabilidade da região costeira.

A análise do tema recaiu sobre a urbanização na região do Litoral Norte de Santa Catarina, especificamente no município de Balneário Camboriú.

A relevância que guia a pesquisa se dá pelo exame do processo de urbanização e dinâmica do desenvolvimento do mercado imobiliário, sobretudo relacionada aos condomínios verticais mostra-se instigadora e desafiante, na medida em que o território sofre constantes modificações.

O estudo tem como justificativa a dinâmica territorial urbana caracteriza-se pela intensa urbanização e pelo aumento das desigualdades regionais gerando ações e resultados produzidos pelos agentes sociais no espaço geográfico.

Assim, tem-se como pressuposto que o processo de urbanização e de desenvolvimento urbano dos municípios da região do Litoral Norte de Santa Catarina é resultado do processo histórico de formação e organização do território nessa região, bem como refletem as condições

e contradições inerentes ao processo de reprodução do capital.

2 CONSIDERAÇÕES GERAIS

Para melhor compreensão das características da região e como esta é delimitada alguns conceitos serão explicitados de forma breve, tais como o território, região e regionalização, bem como os aspectos gerais do espaço urbano e as formas de planejamento existentes.

2.1 TERRITÓRIO

De modo geral, até o século XX, o conceito de território confundia-se com o conceito de espaço, sendo que este era definido como palco em que ocorriam as ações humanas. Na medida em que se aprofundou o conhecimento acerca do tema evidenciou-se outro conceito.

Na virada dos séculos XX e XXI passou-se a difundir o conceito de território, propriamente dito, como espaço apropriado, moldado, usado. Território não é mais um palco, mas sim o próprio espaço em que ocorrem as ações humanas. Ainda, esta nova conceituação passa a importar-se com sustentabilidade e qualidade de vida, atrelada, ainda, ao conceito de desenvolvimento regional.

Desta forma, percebe-se que o território pode ser considerado como espaço onde ocorrem as relações sociais, com características de cada local, no qual atores tentam resolver um problema comum em um determinado espaço.

2.2 REGIÃO E REGIONALIZAÇÃO

Roberto Lobato Corrêa (1997) declara que o termo região, oriundo do latim, refere-se à unidade político-regional, interligada com governar – conotação eminentemente política. Para o autor, conceitualmente região é uma classe de área, isto é, um conjunto de área, como municípios, que apresentam grande uniformidade interna e grande diferença em face de outros conjuntos.

Em torno de 1970 estabelece-se um pluralismo conceitual acerca do conceito de região entre os geógrafos.

Nesta época, surge o conceito de região como uma resposta aos processos capitalistas. Trata-se de regionalização da divisão social do trabalho, do processo de acumulação capitalista, da reprodução da força-de-trabalho e dos processos políticos e ideológicos.

Entretanto, a região como meio para interações sociais constitui-se no período pós-1970. Trata-se de uma visão política da região com base na ideia de que dominação e poder constituem fatores fundamentais na diferenciação de áreas (RAFFESTIN, 2003).

Os três conceitos de região que surgiram após 1970 têm em comum o fato de estarem apoiados na ideia de persistência da diferenciação de áreas, não compartilhando a ideia de homogeneização do mundo.

Importante salientar que a globalização torna ainda mais complexa a fragmentação articulada da superfície terrestre. A fragmentação exprime-se na divisão territorial do trabalho que se caracteriza diretamente por especializações produtivas, mas também por outras características sociais, culturais e políticas espacialmente variáveis. O capitalismo criou, desfez e refez unidades regionais nos diferentes continentes. Este processo de fragmentação capitalista, a partir do pós-guerra, ocorreu de forma acelerada.

Com a globalização o caráter particular da região, não mais dotada de autonomia, como talvez pudesse ser concebido em relação às velhas regiões-paisagens europeias, fica claramente evidenciado.

De outra banda, regionalizar o espaço geográfico é dividi-lo em regiões, levando em conta as diferenças paisagísticas e a organização socioeconômica das diversas áreas. É possível regionalizar espaços geográficos grandes ou pequenos. Pode-se regionalizar um bairro, dividindo-o em áreas residenciais, industriais,

e comerciais. Pode-se também dividir o mundo inteiro, identificando, por exemplo, regiões desenvolvidas e subdesenvolvidas. Importante salientar que as regiões não são eternas, logo tal processo de regionalização é contínuo.

Milton Santos (1996) assevera que, atualmente, as divisões do espaço sugerem dois seguimentos, quais sejam: as horizontalidades e as verticalidades. As primeiras sugerem que existem seguimentos formados a partir de pontos que se agregam sem continuidade, como na definição tradicional de região. As segundas sugerem pontos no espaço que, separados uns dos outros, asseguram o funcionamento global da sociedade.

Continua o autor afirmando que as cidades são os pontos nos quais as horizontalidades e as verticalidades se interligam. A tendência atual é no sentido de uma união vertical dos lugares. A união vertical ocasiona a desordem espacial e sobrevive somente à custa de normas rígidas e, os vetores de modernização são entrópicos.

Por fim, cabe salientar que as regiões podem fortalecer-se horizontalmente, dando ênfase às suas particularidades e potencialidades e, conseqüentemente, mediante a criação de ações constituídas, elaborar uma base de vida que amplie a coesão do interesse civil a serviço do interesse coletivo, ou seja, do bem comum.

2.3 ESPAÇO URBANO

É importante salientar que nos últimos anos houve um intenso processo de urbanização no Brasil, o qual ocorreu de forma não planejada. Foi possível perceber que a população urbana é consideravelmente maior em relação à população rural.

Assim, surgiu a necessidade de estudar-se o urbano, a partir da sua diferenciação do meio rural, partindo de suas relações e complementações. Lefebvre (2004) aborda a questão cidade/campo e suas perspectivas a partir da cidade.

Para esta diferenciação são utilizados

atributos que sempre foram relacionados à cidade, alguns intrínsecos desde o início das cidades, como por exemplo: concentração demográfica, diferenciação social e unidade espacial.

Desta forma, entende-se que a concentração populacional urbana é distinta da concentração do meio rural, porquanto vai além da população. No confronto entre os meios rural e urbano, as diferenças entre espaços são o que os distinguem e definem.

A partir da dicotomia cidade/campo houve uma diferenciação social e uma nova divisão territorial do trabalho sustentada pelo antagonismo de dois espaços diferentes (cidade e campo) com funções diferentes. A diferenciação social não ocorre somente no meio urbano, mas, também, no meio rural.

A fim de entender o dinamismo entre os meios rural e urbano e sua articulação é importante distinguir os dois espaços e compreender as suas funções e reações (políticas, econômicas e culturais).

O espaço urbano é marcado pelo tecido urbano contínuo e muitas vezes separado, de forma material, do rural.

As cidades, no passado, restringiam-se aos muros, sendo que com o crescimento populacional, aumentava-se a altura das construções e diminuía as áreas livres (cidade densa e compacta).

A tendência, a partir do século XX, na extensão territorial, alterou a morfologia urbana e acabou confundindo cidade e campo. Dessa forma, com a diminuição da área de transição entre cidade e campo há maior nível de dificuldade de distinção.

Ressalta-se que não se trata de superação da diferença entre cidade e campo, mas sim a justaposição destes dois meios. Ambos são coexistentes.

Por fim, tem-se que a urbanização

brasileira ocorreu de forma difusa. Apesar das diferenças existentes entre Brasil e Europa, a tendência é próxima, qual seja a de território urbano contínuo. Trata-se de uma morfologia difusa na qual não é possível distinguir-se rural e urbano.

2.4 O PLANEJAMENTO

O planejamento é o ato de antever o futuro, reduzir riscos, ou seja, é o planejamento das ações em si. O planejamento é a base para ter-se poder de agir. Assim, maiores são as condições de intervir-se no futuro.

O planejamento é uma das maiores ferramentas de comunicação e articulação de interesses.

Existem diferentes formas de realizar-se o planejamento. As principais são: diagnóstico (estudo da realidade); análise de riscos/viabilidades; plano (narrativa escrita aliada ao orçamento para execução das ações); Proposta ou carta consulta; plano de ação; planos e relatórios de monitorias e relatório de avaliação.

Há a necessidade de fazer-se a gerência dos projetos de planejamento. A elaboração de um conjunto de atividades delimitadas no tempo, com orçamento específico, buscando gerar um produto ou um serviço inovador, fora da rotina são ações essenciais para o gerenciamento.

2.5 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO NO LITORAL NORTE DE SANTA CATARINA

Primeiramente, faz-se necessário identificar os agentes produtores do espaço urbano de Balneário Camboriú.

Corrêa (1989, p. 12) indica quais são os agentes sociais que fazem e refazem a cidade:

- (a) os proprietários dos meios de produção, sobretudo os grandes industriais;
- (b) os proprietários fundiários;
- (c) os promotores imobiliários;
- (d) o Estado;
- e (e) os grupos sociais excluídos.

Em Balneário Camboriú a maioria das grandes parcelas de terras é de proprietários

individuais. Algumas são heranças de família e outras são de propriedades de alguns especuladores imobiliários que atuam na localidade. Percebe-se que os proprietários fundiários detêm interesse na expansão da cidade tendo em vista que o espaço urbano é mais caro que o espaço rural, logo há uma valorização de suas áreas.

Quanto aos promotores imobiliários pode-se afirmar que os incorporadores, alguns principais são da região e atuam em um mercado amplo (nacional e internacional). No mesmo sentido são as construtoras.

Os atores que atuam na comercialização (corretores de imóveis) são da região. Entretanto, há uma ampla divulgação deste tipo de empreendimento a nível nacional e internacional. Os planejadores de venda e profissionais de propaganda são vinculados a grandes agências de publicidades. A estratégia de ação dos promotores imobiliários está vinculada diretamente a atender a demanda pela procura por residências de alto padrão, a qual está relacionada ao *status* dos condomínios verticais, à segurança, e à infraestrutura oferecida.

O Estado também atua, mormente, regulador do uso e ocupação do espaço urbano e na formulação de leis vinculadas ao uso do solo. Ainda, ele demonstra sua atuação quando implanta serviços públicos, como malhas viárias e saneamento básico.

Existem também os grupos sociais excluídos, os quais segundo Corrêa (1989, p. 30), em terrenos públicos ou privados invadidos, “tornam-se, efetivamente, agentes modeladores, produzindo seu próprio espaço, na maioria dos casos independentemente e a despeito de outros agentes”.

Há que se destacar, também, a pressão exercida pelos promotores imobiliários sobre o poder público, tendo em vista que este é o responsável pela delimitação da densidade e a volumetria máxima permitida nas construções.

A questão fundiária no Brasil demonstra

que ainda remanesce uma enorme lacuna entre a garantia à propriedade, assegurada constitucionalmente, e a efetiva materialização desse direito por significativa parcela da nossa população, cujos efeitos também se traduzem no distanciamento de acesso à cidade legal/formal (com todos os seus benefícios), à moradia digna, e no prejuízo do exercício da cidadania plena.

Importa mencionar que, houve também, distinção tanto na distribuição dos espaços de ocupação quanto no perfil socioeconômico dos seus respectivos ocupantes. Assim, de um lado, as áreas nobres e valorizadas, voltadas para o mercado imobiliário, foram reservadas para a população sazonal, contando com uma urbanização formalizada, legal, dotada de infraestrutura e controle urbanístico, e que absorveu grande parte dos investimentos públicos dos municípios; esses espaços concentraram o público de média e alta renda. De outro lado, para a população fixa, restaram as áreas que estavam fora do raio de interesse da especulação imobiliária, as quais eram desprovidas de infraestrutura, com baixo valor comercial, ou mesmo insalubres.

Desta forma, se concentrou a urbanização informal, irregular, cujos locais acomodaram o público de baixa renda, formando grande parte da massa operária que serve o setor da construção civil, e complementando o modelo instaurado. Logicamente que esse contingente populacional se viu forçado a ocupar tais espaços, os quais também estavam à margem da atenção do poder público,

para a população local restam os setores mais interiorizados, geralmente carentes de infraestrutura, de acessibilidade e de equipamentos públicos. Essa urbanização diferenciada apresenta expansão com fluxos migratórios de contingentes marginalizados em busca de trabalho na economia informal. (STROHAECKER, 2007, p. 217).

Assim, verifica-se que a urbanização formal estaria relacionada à população temporária, com melhores condições socioeconômicas e concentrada nas áreas mais valorizadas do município, enquanto que a urbanização informal se vincularia à população residente, com menor renda, e distribuída nos

espaços de menor valorização imobiliária.

3 PLANO DIRETOR DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ

Para a ABNT (1992), Plano Diretor é o instrumento básico de um processo de planejamento municipal para a implantação da política de desenvolvimento urbano, o qual visa à ação dos agentes públicos e privados.

Seria um plano que, a partir de um diagnóstico científico da realidade física, social, econômica, política e administrativa da cidade, do município de sua região, apresenta um conjunto de propostas para o futuro desenvolvimento socioeconômico e futura organização espacial dos usos do solo urbano, das redes de infra-estrutura e de elementos fundamentais de estrutura urbana, para a cidade e para o município, propostas estas definidas para curto, médio e longo prazo, e aprovadas por lei municipal. (VILLAÇA, 1999, p. 238).

Plano diretor é um instrumento de planejamento municipal para políticas de desenvolvimento urbano, que a partir de diagnósticos da realidade local, física, social, econômica, política apresenta propostas para a solução de problemas, e um melhor desenvolvimento social do município, a curto, médio e longo prazo, aprovado por lei municipal.

Tem como principais características: a) integrar, como fundamento, o processo de planejamento municipal; b) englobar todo o território do Município (zona rural e urbana); c) periodicidade de sua revisão (pelo menos a cada 10 anos); obrigatoriedade para a cidade com mais de 20.000 (vinte mil) habitantes, para aqueles que integram regiões metropolitanas, aglomerações urbanas, áreas de especial interesse turístico ou de influencia de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional [...] (AMADEI, 2006, p. 47).

Na Cidade de Balneário Camboriú a competência é do Departamento de Planejamento Urbano, planejar, organizar e controlar o desenvolvimento urbano, elaborar projetos para o desenvolvimento, emitir pareceres sobre aprovação ou não dos projetos de edificações, fazer cumprir as disposições do Plano Diretor, entre outras atribuições.

Conforme a Lei Municipal nº 2686, de

19 de Dezembro de 2006 a política de gestão urbana do Município de Balneário Camboriú será regulada conforme o Plano Diretor (BALNEÁRIO CAMBORIÚ, 2013). Ele tem como princípios fundamentais.

[...];

Art. 2º A política de gestão urbana do Município de Balneário Camboriú observará os seguintes princípios fundamentais:

- I - função social da cidade;
 - II - função social da propriedade urbana;
 - III - sustentabilidade;
 - IV - gestão democrática.
- [...]

A função social da cidade corresponde ao direito de todos ao acesso a terra urbana, moradia, saneamento ambiental, transporte, saúde, educação, assistência social, lazer, trabalho e renda. E a Função social da propriedade urbana encontra-se quando são atendidas as exigências fundamentais expressas no Plano Diretor, assegurando aos cidadãos o atendimento as suas necessidades e o cumprimento das diretrizes previstas na legislação urbanística, no que diz respeito a habitação, geração de emprego e renda, proteção do meio ambiente e do patrimônio cultural.

No mesmo sentido, a sustentabilidade urbana ocorre quando o desenvolvimento local é equilibrado e orientado para a melhoria contínua da qualidade de vida, promovendo justiça social e inclusão social, com acessibilidade para todos, melhoria na saúde pública e saneamento básico, preservação dos ambientes naturais, manutenção da infra-estrutura urbana e serviços públicos, incentivo ao desenvolvimento de atividades geradoras de emprego entre outros.

A gestão democrática é o processo decisório onde há a participação direta dos cidadãos, garantindo assim, transparência, solidariedade, justiça social e apoio na participação popular.

Assim sendo, o Plano Diretor deve priorizar a função social da propriedade urbana considerando o interesse coletivo.

[...] Plano Diretor é um instrumento básico da

política de desenvolvimento e expansão urbana, consistente em lei municipal que concretiza a função social da propriedade urbana e define as exigências fundamentais da ordenação da cidade, fixando as diretrizes para as demais normas urbanísticas municipais e expressando os instrumentos urbanísticos, em vista da racional e eficaz disciplina da vida e dos espaços urbanos. (AMADEI, 2006, p. 47).

O Plano diretor em seu artigo 7º (BALNEÁRIO CAMBORIÚ, 2013), e seguintes incisos prevê:

[...];
VI - proibição da utilização inadequada e da retenção especulativa de imóveis urbanos, bem como o parcelamento do solo, o adensamento populacional e o uso das edificações de forma incompatível com a infra-estrutura urbana disponível e com o crescimento planejado da cidade;

[...];
XI - execução e implementação de projetos e obras de infra-estrutura necessários e imprescindíveis ao desenvolvimento estratégico do Balneário Camboriú como cidade multicultural e de caráter regional, na proporção da sua expectativa de crescimento como pólo turístico, econômico, tecnológico, científico e cultural, de abrangência local e regional, promovendo a qualidade de vida, obedecendo-se os estudos de impacto ambiental, de vizinhança e outros que se fizerem necessários; [...].

Portanto, cabe ao Plano Diretor prever o planejamento dos espaços públicos, proibindo a reserva de espaços urbanos, para evitar assim a supervalorização imobiliária, priorizar também o desenvolvimento cultural e turístico do local e ainda promover o crescimento econômico e desenvolvimento tecnológico. Pois,

o plano diretor servirá, ao mesmo tempo, para que o poder público possa planejar e reservar espaços para as atividades econômicas ou não pertinentes ao desenvolvimento das cidades. (HUMBERT, 2009, p. 114).

O artigo 38, inciso VI, do Plano Diretor de Balneário Camboriú (BALNEÁRIO CAMBORIÚ, 2013) prevê a

adequação das normas urbanísticas às condições sócio-econômicas da população, simplificando os processos de aprovação de projetos e o licenciamento de Habitação de Interesse Social; [...].

O Plano Diretor possui diretrizes para a política ambiental as quais definem a dimensão ambiental urbana, que é um conjunto de diretrizes, instrumentos e mecanismos de política pública para orientar a gestão ambiental municipal, para fomentar o desenvolvimento sustentável.

O Plano Diretor possui ainda uma sessão específica para o controle e a proteção da orla, que contempla o gerenciamento dos riscos e da elevação do nível das marés, com o objetivo de proteger a vida e o patrimônio público e privado.

Em seu artigo 65 do Plano Diretor de Balneário Camboriú (BALNEÁRIO CAMBORIÚ, 2013), encontram-se outras orientações:

[...]. Art. 65 Nas praias onde a faixa de areia esteja revestida por vegetação de restingas, bem como nas áreas de manguezais não será permitida a ocupação, exceto as de interesse público, devendo ainda:

I - implantar medidas de prevenção, incluindo controle de erosão da orla, especialmente em movimentos de areia decorrente das ondas, controle da deposição de entulho e lixo, combate ao desmatamento, construções clandestinas e outros tipos de ocupações nas áreas com interesse para manutenção da faixa de areia das praias e preservação dos manguezais [...].

Desta forma, o plano diretor deve levar em consideração as dimensões econômicas e sociais da cidade, priorizando o desenvolvimento urbano e social, preservando o meio ambiente e priorizando a qualidade de vida da população, vez que este planejamento é um instrumento fundamental para a gestão pública garantido em lei.

Em países com uma larga tradição e uma cultura de planejamento consolidada, o planejamento urbano é, de fato, um campo que congrega os mais diferentes profissionais. Nele colaboram não apenas arquitetos, mas também cientistas sociais de diferentes formações, destacando-se os geógrafos, sem contar a colaboração prestada por especialistas do Direito Urbano. No Brasil, porém, ainda é comum as pessoas imaginarem que planejadores urbanos são sempre arquitetos. (SOUZA, 2010, p. 55 e 56).

Outrossim, conforme as pesquisas

acadêmicas acerca do tema aprofundam-se, cada vez mais percebe-se a necessidade de um estudo interdisciplinar que envolva vários profissionais de diversas áreas a fim de se compor uma agenda completa que trate da matéria.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do processo de urbanização e dinâmica do desenvolvimento do mercado imobiliário comprovou que a dinâmica territorial urbana de Balneário Camboriú se caracteriza pela intensa urbanização e pelo aumento das desigualdades socioespaciais gerando ações e resultados produzidos pelos agentes sociais no espaço geográfico.

A ocupação desordenada da região ocorre, principalmente devido às emancipações, as migrações e às ações praticadas pelo Estado. Verificou-se durante a pesquisa que a decisão política para a aplicação ou não de certas medidas depende, mormente, de mudanças culturais.

O engajamento do poder público, da sociedade civil organizada e de outras instituições é fato decisivo para a transformação do Litoral Norte do Estado de Santa Catarina, principalmente no que tange ao desenvolvimento sustentável.

Pode-se verificar, também, que a diversidade ambiental é um importante fator para a construção identitária da região e um dos principais fatores que tem influenciado na localização e valorização dos empreendimentos de luxo, os quais estão localizados nos cenários de alta beleza do litoral, quais sejam beira mar e encostas de morros.

Por outro lado, a legislação existente no município de Balneário Camboriú é completa e de qualidade, entretanto, sua aplicação é irrisória.

A liberalidade municipal não pode ser total tendo em vista os direitos coletivos, como ica por exemplo, a questão ambiental. Quanto mais descentralizadas as ações estatais, melhor deveria funcionar. Entretanto, há pesos e contra-

pesos, contradições e disputas de interesses que dificultam esse processo de desenvolvimento urbano.

REFERÊNCIAS

ABNT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 12267:1992**: Normas para elaboração e apresentação de Plano Diretor - Procedimento. Rio de Janeiro: ABNT, 1992. 3 p.

AMADEI, Vicente de Abreu. **Urbanismo realista**. São Paulo: Millennium, 2006.

BALNEARIO CAMBORIU, **Plano diretor 2006**. Disponível em: <http://www.balneariocamboriu.sc.gov.br/sec_planejamento/planos.cfm?codigo=1>. Acesso em: 08 jul. 2013.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. **Lei nº. 10.257 de 10 de julho de 2001**. Regula os artigos 182 e 183 da CF, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 11 de julho de 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7347orig.htm>. Acesso em: 13 jul. 2013.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ed. Ática, 1989 e 1996.

COSTA, Karla Ludimila Vieira. **Noções introdutórias sobre direito urbanístico**. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/18108/noções-introdutórias-sobre-direito-urbanístico>>. Acesso em: jul. 2013.

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.

HUMBERT, Georges Louis Hage. **Direito urbanístico e função socioambiental da propriedade imóvel urbana**. Belo Horizonte: Fórum, 2009.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**.

São Paulo: Ática, 1993.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos**. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

SPOSITO, Maria Encarnação B. **Capitalismo e urbanização**. São Paulo: Contexto, 2010.

STROHAECKER, Tânia Marques. A produção do espaço no Litoral Norte: uma análise preliminar. In: STROHAECKER, Tânia Marques; VERDUM Roberto (Orgs.). **Ensino de geografia, planejamento ambiental e gestão territorial**. Porto Alegre: Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Porto Alegre, 2001.

OLHARES E SENTIDOS PARA A EDUCAÇÃO POR MEIO DE IMAGENS FOTOGRÁFICAS

Fabiana Barbosa¹
Marcela de Oliveira Silva²
Marina Corbetta Benedet³

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo abordar as imagens fotográficas, como forma de retratar a educação em diferentes contextos sociais, à atividade prática pedagógica realizada na disciplina de Psicologia Escolar/Educacional realizada por acadêmicos do Curso de Psicologia. Parte-se do pressuposto de que a educação está presente em diversos espaços onde há relações interpessoais e ocorre constantemente, não se restringindo a escola, que se trata de uma educação formal e institucionalizada. Existe também a educação não formal, que ocorre no cotidiano e vivências das pessoas, produto das relações que estabelecem com o mundo e da cultura em que vivem. As fotografias, além de expor uma representação da realidade, são impregnadas de valores e sentidos que lhes são atribuídas a partir dos olhares de quem as visualiza. A partir disso, serão apresentadas três fotos que elucidam a educação informal com base na percepção de acadêmicos do Curso de Psicologia.

PALAVRAS CHAVE: Educação. Fotografias. Social.

LOOKS AND DIRECTIONS FOR EDUCATION THROUGH PHOTOGRAPHIC IMAGES

ABSTRACT

This article aims to address the images as a way to portray education in different social contexts. Education is present in many places where there are interpersonal relations and occurs constantly, not limited to school, it is a formal and institutionalized. There is also a non-formal education that occurs in daily life and experiences of the people, the product of the relationships they establish with the world and culture in which they live. In addition to exposing a representation of reality, the photographs are imbued with values and meanings assigned to them from the eyes of those who view them. From this it will be presented with three pictures that elucidate the informal education based on the perception of the Psychology Course academics.

KEYWORDS: Education. Photographs. Social.

1 Acadêmica do Curso de Psicologia da Faculdade Avantis. E-mail: fabi-psico@hotmail.com

2 Acadêmica do Curso de Psicologia da Faculdade Avantis. E-mail: marcela_de_oliveira@hotmail.com

3 Professora do Curso de Psicologia da Faculdade Avantis. E-mail: marinabenedet@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho consiste em apresentar a atividade prática pedagógica referente à disciplina de Psicologia Escolar/Educacional realizada no segundo semestre de 2012 pelos acadêmicos do Curso de Psicologia da Faculdade Avantis. A mesma teve como objetivo identificar, analisar e descrever modos de vivências e significações sobre a educação, por meio de imagens fotográficas produzidas pelos próprios acadêmicos, em variados contextos sociais. A proposta da atividade consistiu-se em os acadêmicos fotografarem três situações diferentes que representam a educação e posteriormente elucidar a relação entre as imagens com este tema.

De acordo com Almeida (2010, p.25):

a educação é um fenômeno social complexo, pois, que toda a organização e funcionamento da sociedade constituem-se em uma situação educativa, na medida em que representam as manifestações e criações humanas, veiculadas por meio das relações sociais.

A educação está presente em todos os contextos sociais e não apenas na escola, como muitas vezes é atribuído. De acordo com Almeida (2010), a relação entre educação e escola é estreita, porém não dependente. A educação existe em diferentes espaços, onde as pessoas se relacionam, produzem e reproduzem o que lhes é ensinado e constroem seus saberes constantemente, de forma singular, de acordo com a realidade e a cultura em que vivem e as relações que estabelecem com o mundo.

Com relação à fotografia, Gobbi (2011) diz que a fotografia é vista como algo que colabora com a produção de conhecimento e pode ser vista como representação social, produto material e segmento de relações sociais, evidenciando-as. Assim, da mesma forma que a educação, as fotografias consistem em uma produção social, pois retratam o que é vivenciado pelos indivíduos dentro e fora de suas culturas, fruto da interação que estabelecem com o mundo, de seus aprendizados e experiências, possibilitando que outras pessoas conheçam os contextos em

que elas são produzidas.

De acordo com Kossoy (2000) a fotografia é um documento polissêmico e porta diversas evidências, como representação do real. As fontes documentais, como as fotografias, não são cópias da realidade, e sim representações da mesma. Isso ocorre, pois, elas carregam uma variedade de significados subjetivos, que lhes é atribuída a partir de determinada cultura e realidade socialmente construída, a partir dos olhos de quem as vê, proporcionando múltiplas reflexões e sentidos.

Há muito tempo as fotografias estão presentes na sociedade, como forma de retratar culturas, momentos vivenciados pelas pessoas e eternizar lembranças, sendo modernizada e adaptada tecnologicamente com o passar do tempo, por meio de novos recursos descobertos. Dessa forma, é possível conhecer e visualizar diferentes realidades por meios das imagens fotográficas, bem como atribuí-las significados e sentimentos.

A partir disso, serão apresentadas a seguir três fotos produzidas em momentos diferentes, que ilustram a educação não formal, evidenciando que a educação está presente constantemente na vida das pessoas, fazendo parte do cotidiano e vida particular das mesmas. Nesse sentido, confirma o que diz Almeida (2010, p. 32) quando se refere que “pode-se considerar a ocorrência de ‘educações’, pois que a educação não se apresenta de uma única forma”.

2 OLHARES E SENTIDOS PARA A EDUCAÇÃO POR MEIO DE IMAGENS FOTOGRÁFICAS

A educação ocorre em todos os lugares, de várias formas, e em qualquer idade. Ela faz parte da vida de cada ser humano, que como sujeito inacabado e em constante construção às vezes precisa habituar-se a determinadas situações para que seja possível vivenciá-las a partir dos modelos de educação existentes em cada contexto.

Para exemplificar o que foi dito acima, as fotos a seguir irão ilustrar três formas de

educação, dentre as várias que existem. São elas: a educação e higiene, a educação ambiental e por fim, a utilização da internet como meio de comunicação na terceira idade.

A partir das fotos apresentadas, serão realizadas discussões acerca do que elas representam e as suas interfaces com a educação.



FOTO 1: Vivendo a educação e higiene

Fonte: Atividade Prática Pedagógica de Psicologia Escolar/Educacional (2012).

2.1 EDUCAÇÃO E HIGIENE

A foto apresentada mostra uma criança de 1 ano e 7 meses lavando as mãos após ter rabiscado com canetinha, sendo que estava em uma loja de colchões, situada em Itajaí/SC. A imagem tem como objetivo representar a educação e higiene.

Segundo Pykosz e Oliveira (2009, p. 136):

O movimento higienista pode ser caracterizado como um dos mais ambiciosos projetos de intervenção social que conheceu a modernidade ocidental. Pretendendo mais que definir novos padrões de saúde, tinha na educação de novas formas de sensibilidade uma das suas principais motivações.

Vindo ao encontro da citação acima, com essa movimentação higienista descrita pelo autor, foi possível perceber uma visão mais

voltada para o corpo e o bem estar dos seres humanos. Também ressalta questões de saúde e a importância de se ter formas de educar sobre isto. Além disso, possibilita a reflexão de que a higiene é uma manutenção da saúde. De acordo com Costa (2011, p.14), “a lavagem das mãos é uma barreira eficaz contra diversas infestações que acometem o ser humano”.

A educação envolvendo os aspectos higiênicos é, talvez, uma das primeiras educações que recebemos na vida. Entendemos desde bebês que precisamos tomar banho regularmente, lavar a mão antes das refeições e depois das brincadeiras, que os dentes devem ser escovados com frequência, entre outras coisas que se pode citar. É importante colocar que as ações citadas fazem parte da sociedade em que vivemos, mas que diferentes culturas possuem hábitos e formas de educação distintas.

Portanto, a educação voltada para a higiene pessoal evidenciada na foto, faz parte do contexto e meio social em que a criança apresentada vive, demonstrando que as pessoas das quais o menino convive possuem esse tipo de instrução e estão lhe passando este aprendizado. Nesse sentido, Gomes e Silva (2003) afirmam que o cuidado e a educação das crianças são apontados como dimensões indispensáveis e indissociáveis, as quais devem ser complementares as ações da família e da comunidade.

A lavagem das mãos consiste em uma medida básica de prevenção a saúde, além de manifestar uma ação de limpeza corporal, como é o caso da foto, onde o menino lavava as mãos com o auxílio de sua tia por ter rabiscado com canetinhas anteriormente.

Desta forma, consegue-se constatar o quanto as questões sobre a higiene são ensinadas ao decorrer da vida de cada ser humano e se percebe que a educação está presente em muitos contextos da vida, de forma que ela não acontece apenas no âmbito escolar, mas, se inicia dentro de casa, pela família e nas relações interpessoais.



FOTO 2: Vivendo a educação ambiental

Fonte: Atividade Prática Pedagógica de Psicologia Escolar/Educacional (2012).

2.2 EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A foto acima foi tirada em um passeio realizado em um parque de diversões, situado em Penha/SC visa apresentar a educação ambiental. De acordo com Pelicioni (1998), a educação ambiental objetiva formar a consciência dos cidadãos e transformar-se em filosofia de vida, de modo a levar a adoção de comportamentos ambientalmente adequados, investindo nos recursos e processos ecológicos do meio ambiente.

A educação ambiental pode ocorrer tanto no ensino formal, por meio de projetos, trabalhos e atividades desenvolvidas na escola a respeito do tema, quando na educação informal, por meio da educação recebida pelos familiares, amigos e grupos sociais dos quais as pessoas fazem parte. Dessa forma, a educação ambiental também pode ser ensinada e aprendida em diferentes contextos sociais e é uma educação constante.

De acordo com Dias (1992), educação ambiental é considerada um processo permanente, no qual os indivíduos e a comunidade tomam consciência do meio ambiente e adquirem os conhecimentos, os valores, as habilidades, as experiências e a determinação que os tomam aptos a agir individual e coletivamente para resolver problemas ambientais presentes e futuros.

A foto expõe um menino de dez anos de idade colocando o lixo na lixeira, evidenciando o seu aprendizado com relação ao comportamento adequado que deve ter após ocupar embalagens e materiais que não utiliza mais. Dessa forma, o conhecimento aprendido vai ao encontro de sua prática, confirmado o que diz Pelicioni (1998) quando aponta que a educação ambiental deve necessariamente transformar-se em ação.

Assim sendo, mais uma vez é possível observar a amplitude da educação e o quanto ela é essencial no dia a dia. O meio ambiente é algo muito importante de ser visto e pensado e fazer a criança perceber isso desde pequena é preparar um futuro para o nosso planeta. Além disso, possibilita a criança conhecer meios para praticar a sustentabilidade, que consiste em tema muito discutido dentro das organizações atualmente.

Portanto, para finalizar, consegue-se perceber que a educação, em suas várias vertentes, além de educar, também gera resultados, pois a partir da educação consegue-se ter subsídios para agir no mundo, indo ao encontro do que aponta Freire (2011) quando diz que o educador não é neutro e que a educação é uma forma de intervenção no mundo.

2.3 EDUCAÇÃO E A UTILIZAÇÃO DA INTERNET NA TERCEIRA IDADE



FOTO 3: Vivendo a educação na terceira idade

Fonte: Atividade Prática Pedagógica de Psicologia Escolar/Educacional (2012)

A foto acima foi tirada com uma senhora de 60 anos de idade que estava conversando

com os filhos por meio do webcam, enquanto viajava a passeio na casa de seus familiares em Itapema/SC. Esse fato confirma que o meio virtual consiste hoje em um eficiente meio de comunicação interpessoal e é utilizado por pessoas de diferentes faixas etárias.

De acordo com Pasqualotti (2004), os conhecimentos da internet são um caminho para combater a exclusão social que as pessoas idosas vivenciam e é um espaço de comunicação e aprendizagem constante. Portanto, valorizar a experiência do idoso, através do uso de interação em ambientes de educação permanente na web e despertar seu interesse em assumir o papel de cidadão da sociedade é fundamental para mensurar a melhoria da qualidade de vida dessas pessoas.

Pensando sobre essa vertente consegue-se perceber o quanto a educação nunca tem seu fim, ainda mais nos tempos atuais onde novidades aparecem todos os dias. A tecnologia, por exemplo, surgiu como uma forma de comunicação, trazendo praticidade para quem faz uso dessa ferramenta. E podemos ter esse exemplo pela foto, que na terceira idade, ainda se tem muitas coisas a aprender.

A informatização crescente da sociedade contemporânea requer que os idosos se apoderem desses conhecimentos e é importante que os familiares ou pessoas que convivem com eles lhes incentivem e até mesmo lhes proporcionem o acesso a esse meio. Nesse sentido, Lima (2007, p.142) diz que "é direito do idoso, como cidadão, ter amplamente facilitado o seu acesso às novas tecnologias de informação".

O autor citado acima também defende a educação permanente para os idosos, de forma transformadora e socializadora, de maneira que se possa inseri-lo no contexto atual e torná-lo capaz de construir o seu conhecimento, de reelaborar os conhecimentos que recebe, de posicionar-se como um sujeito capaz de provocar mudanças e de compartilhar com o outro (LIMA, 2007).

Assim sendo, ressaltando aquilo que foi

dito ao longo do texto, a educação não acontece somente na escola, no sentido de que ela ultrapassa esses muros. Somos educados a cada dia e a educação é extremamente importante para a vida de todos os seres humanos e para a inserção dele no mundo. Então, a foto retrata exatamente isso, que estamos sempre aptos a aprender coisas novas e precisamos aprender para nos incluirmos no mundo e poder usufruir das possibilidades dele. Indo ao encontro com o que foi dito, Lima (2000) apresenta que a educação auxilia o idoso a construir a sua velhice em outra perspectiva, mais ativa e inserida na família e na sociedade.

Para finalizar, Santos (2005) ressalta que a linguagem é a forma como conseguimos interagir com os semelhantes. Por isso a importância do idoso também se apropriar dessa nova linguagem tecnológica. O contato do idoso com a internet possibilita que ele se torne mais integrado à sociedade, na medida em que se apropria dos códigos de linguagem do mundo moderno. Isso vai ao encontro do que apresenta a foto, na medida em que a senhora comunicava-se com seus familiares que estavam em sua cidade, por meio de um instrumento eficaz, rápido e muito utilizado atualmente, incluindo-se nesta realidade social.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização deste artigo, bem como a atividade geradora deste, proporcionou o exercício do olhar e da produção de sentidos acerca de uma amplitude da educação e, da mesma forma, a importância de se educar, de oferecer a oportunidade de conhecimento e de transformação para cada ser humano, respeitando as particularidades de cada cultura e meio social em que os indivíduos estão inseridos.

A educação é realizada em vários contextos da vida, desde o nascimento e se perdura até a morte, como foi possível visualizar por meio das fotos apresentadas, que evidenciam a educação acontecendo em diferentes idades. Sempre há o que aprender e também ao decorrer da aprendizagem, sempre há o que ensinar. Assim sendo, o ser humano

precisa de educação para entender como pode agir no mundo no qual ele vive.

Realizar a atividade com as fotos foi um exercício de visualização do mundo e das formas de educar. Proporcionou uma visão ampla sobre os vários tipos de educação e em decorrência disso, um olhar sobre o papel de educar, que é de todos, o que muitas vezes é deixado nas mãos das escolas.

Ressaltou-se no trabalho um ponto importante a ser pensado, que as escolas têm um papel importante na educação de cada ser humano, mas, que a educação pode e deve acontecer fora dela também. As formas de educação que se apresentou através das fotos exemplificam isso, pois, a educação das questões higiênicas e ambientais pode ocorrer primeiramente da família, e a educação na terceira idade, no caso, a respeito da tecnologia e meios de comunicação da internet, é algo que o ser humano busca para se aperfeiçoar e se inserir no mundo moderno.

Além disso, percebeu-se que a fotografia é um excelente instrumento para representar a realidade de algumas pessoas e retratar a educação em diferentes contextos sociais e faixas etárias. A fotografia permite o registro de situações e ações do ser humano no mundo e possibilita que outras pessoas tenham acesso a elas, além das diversas possibilidades que as mesmas apresentam de interpretação, de acordo com o olhar do fotógrafo e das pessoas que as vê e lhe atribui sentidos.

Assim sendo, para concluir, acredita-se que o ser humano precisa de educação e que ela é importante para a ação dele no mundo, sendo que se pode tê-la em qualquer época, idade, contexto e lugar, conforme foi apresentado nas fotos. Portanto, enxerga-se a educação como importante na vida de todos os seres humanos e também essencial para a formação e desenvolvimento dos mesmos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. F. C. de (Org.). **Psicologia escolar:**

ética e competências na formação e atuação profissional. 3. ed. Campinas: Alínea, 2010.

COSTA, F. B. **Higiene das mãos e na alimentação infantil:** a atuação do enfermeiro na atenção básica. Minas Gerais, 2011.

DIAS, G. F. **Educação ambiental:** princípios e práticas. São Paulo, Gaia, 1992.

GOMES, V. L. O; SILVA, A. L. **O cuidado de crianças em creches:** um espaço para a enfermagem. Revista Gaúcha, Porto Alegre, 2003.

GOBBI, M. Desenhos e fotografias: marcas sociais de infâncias. **Educ. rev.**, Curitiba, n. 43, Mar. 2012.

KOSSOY, B. **Realidades e ficções na trama fotográfica.** Cotia: Ateliê, 2000.

LIMA, M. P. **Gerontologia educacional:** uma nova concepção de velhice. São Paulo: Editora LTR, 2000.

LIMA, M. P. **O idoso aprendiz.** Divulgação eletrônica do Programa de Estudos Pós-Graduados em Gerontologia e do Núcleo de Estudo e Pesquisa do Envelhecimento (NEPE) da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUCSP, 2007.

PASQUALOTTI, A et. al. Experimentação de ambientes informatizados para pessoas idosas: avaliação da qualidade de vida. **Anais do I Workshop de Computação da Região Sul.** Florianópolis, Santa Catarina, Brasil, 2004.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

PELICIONI, M. C. F. Educação ambiental, qualidade de vida e sustentabilidade. **Saúde soc.** São Paulo, v. 7, n. 2, dez. 1998.

PYKOSZ, L. C.; OLIVEIRA, M. A. T. de. **A higiene como tempo e lugar na educação do corpo:** preceitos higiênicos no currículo dos grupos escolares do estado do Paraná. Curitiba, Currículo

sem Fronteiras, v. 9, n. 1, p.135-158, 2009.

SANTOS, L. A. **Tecnologias de informação e comunicação**: o e-mail redimensionando as relações sociais de idosos. Dissertação de Mestrado em Gerontologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUCSP, São Paulo, 2005.

ORIENTAÇÃO VOCACIONAL VERSUS ESCOLHA DA PROFISSÃO

Joyce de Almeida Cruz¹
Elcimara Meire da Rocha Mantovani²
Iris Weiduschat³

RESUMO

Este estudo teve como objetivo identificar a imagem da orientação vocacional e seus efeitos em indivíduos já formados que utilizaram e que não utilizaram deste instrumento para a escolha da profissão. Participaram deste estudo 10 pessoas formadas atuantes nas respectivas áreas de formação profissional e pessoas não atuantes. No decorrer das entrevistas observamos a necessidade de uma maior divulgação deste recurso e sua inclusão em instituições de ensino, quando indivíduos que se encontram em processo de escolha da profissão possam ter um menor índice de dúvidas e angústias na tomada da decisão. Consideramos que a Orientação Vocacional não é garantia de sucesso profissional, mas serve como base para a escolha da profissão.

PALAVRAS CHAVE: Orientação Vocacional. Escolha profissional. Profissão.

VOCATIONAL GUIDANCE VERSUS CHOICE OF PROFESSION

ABSTRACT

This study aimed to identify the image of vocational orientation and its effects on individuals already trained who used and did not use this tool for choosing the profession. The study included ten graduates active in their areas of vocational training and non-active persons. During the interviews we observed the need for greater dissemination of this resource and its inclusion in educational institutions where individuals who are in the process of choosing the profession may have a lower rate of doubts and anxieties in the decision. We believe that the Vocational Guidance does not guarantee professional success, but serves as a basis for choosing the profession.

KEYWORDS: Vocational guidance. Career choice. Career.

1 Graduada em Psicologia pela Universidade Paulista - UNIP e Pós-graduanda em Gestão de Pessoas e Empresas pela Faculdade Avantis. E-mail: joycea_cruz@yahoo.com.br

2 Graduada em Psicologia pela UNESP e Mestre em Psicologia Social pela USP - Coordenadora da Clínica de Psicologia da Universidade Paulista - UNIP. E-mail: elcimara_mantovani@yahoo.com.br

3 Graduada em Pedagogia pela FURB/FEDAVI e Mestre em Educação PH-Freiburg/Alemanha/UNIVALI – professora da Faculdade Avantis. E-mail: irisw2008@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

De acordo com pesquisas publicadas na revista Sandenberg e Pastore (1997), recomenda-se conhecer o máximo possível das minúcias das carreiras pelas quais tem curiosidade. Assim após considerarmos tal informação, acreditamos ser de grande valia a organização de um projeto sobre a Orientação Vocacional onde poderíamos perceber sua relevância social na escolha da profissão, trabalhando com a hipótese de que indivíduos que a utilizassem teriam um direcionamento mais coerente e obteriam satisfação e sucesso em sua vida profissional. Este projeto foi elaborado e conduzido junto ao curso de Psicologia da Universidade Paulista (UNIP), na cidade de Assis/SP, no período correspondente de um ano (2008) para elaboração total da pesquisa.

Quando o indivíduo se depara com o momento da escolha da profissão percebe o quanto esta etapa da vida é de difícil resolução. Tem-se à frente um conjunto enorme de possibilidades e só se pode escolher uma. A dúvida se instala sabendo-se que existem muitos elementos a se considerar, deixando-o cada vez mais aflito na busca da melhor opção. Se a resposta do indivíduo se concentra em suas próprias mãos, o momento de sua escolha profissional torna-se de extrema importância para a decisão de que caminho optar para sua vida profissional e ter assim uma escolha de sucesso.

De acordo com Bock, Furtado e Teixeira (2002), a ideia de que o indivíduo escolhe sua profissão a partir de suas habilidades, aptidões e interesses, nem sempre existiu. As escolhas tiveram início a partir da ascensão do capitalismo, pois antes o indivíduo tinha sua ocupação determinada pelos laços de sangue, definido ainda no berço, já que os filhos assumiam a mesma profissão que os pais, reproduzindo o sistema.

É fato que, desde que nascemos, recebemos algum tipo de orientação. A princípio dos nossos pais, que nos orientam a falar, a comer, a andar e a realizar as primeiras escolhas.

E sempre tendo direcionamento de nossos caminhos, alguém nos dizendo o que fazer, como fazer e para onde ir.

Até que chegamos à fase da adolescência, momento da vida em que iniciamos a primeira escolha independente, apenas considerando nosso próprio desejo. Não obstante muitas vezes, ainda sujeitos a aprovação ou desaprovação de nossos pais. E é neste momento que se conscientiza uma vida de escolhas.

A família consciente ou inconsciente exerce muita influência sobre a escolha vocacional dos filhos. Os pais, de maneira geral, olham para a escolha profissional dos filhos pelas lentes do 'status' e do ordenado e não, propriamente, pela lente de um ajustamento vocacional, adequado as reais possibilidades dos filhos, bem como as aspirações de vida dos mesmos. (NÉRICI, 1992, p. 167).

Na fase de transição da adolescência para a vida adulta, passamos por momentos e escolhas difíceis que podem ocasionar alguma dificuldade em nosso processo de desenvolvimento.

Para o teórico do desenvolvimento Erikson (1987), a formação da identidade se configura, desde a infância até a idade adulta, em três áreas básicas de definição: a identidade sexual, ideológica (político-religiosa) e profissional. Segundo este autor, esta formação atinge um momento crítico na adolescência, pois nesta fase do desenvolvimento o indivíduo deve fazer a transição de uma idade infantil, dependente, para uma adulta, independente. Em consequência, Erikson (1987) define a existência de uma crise normativa da identidade, devido à confusão de papéis experimentada pelo jovem, associada à pressão que a sociedade impõe pela sua definição. Em suas palavras,

a adolescência não é uma doença, mas uma crise normativa, isto é, uma fase normal de crescente conflito [...] que poderá liquidar-se por si só e até, de fato, contribuir para o processo de formação da identidade. (ERIKSON, 1987 apud SOARES e TERÊNCIO, 2003).

É neste momento que indivíduos até então orientados no seio familiar se vêem livres para escolher um rumo novo e desconhecido para suas vidas.

Para tanto, um novo serviço de ajuda surge: a Orientação Vocacional, que é realizada através de atividades e/ou testes com o objetivo de identificar aptidões, habilidades e vocações do indivíduo, orientando-o para uma vida produtiva no mercado de trabalho.

[...] vocação é o encontro de aptidões com o gosto ou aspirações do educando, em torno de uma atividade ou atividades de interesse social. Pode-se dizer, em outras palavras, que vocação é a consciência alcançada pelo indivíduo a respeito do exercício de atividades de interesse social que mais satisfazem as necessidades e aspirações sociais. (NERICI, 1992, p. 115).

Soares (2002) coloca os fatores que podem ser determinantes nas escolhas profissionais, tais como: fatores políticos, econômicos, sociais, educacionais, familiares e psicológicos. O fator político refere-se às políticas governamentais relacionadas com a educação; os fatores econômicos estão ligados ao mercado de trabalho, a falta de oportunidade, em suma a tudo que tange o planejamento econômico. Já os fatores sociais referem à divisão da sociedade em classes sociais e busca da ascensão social e a influência da sociedade na família. Os educacionais compreendem a crise do sistema educacional brasileiro. Os fatores familiares colocam a influência familiar como principal responsável pela decisão e fabricação de papéis determinados. Por fim,

os fatores psicológicos dizem respeito aos interesses, motivações e habilidades pessoais, a compreensão e conscientização sobre a falta de informação a qual indivíduos estão submetidos. (SOARES, 2002).

A Orientação Vocacional, enquanto estratégia de intervenção social pode ser encarada como um mediador social, cultural, econômico e político. As diferentes formas de concebê-la e programar refletem modos distintos de preconizar o desenvolvimento humano, numa das dimensões que com o advento da modernidade adquiriu centralidade em termos de identidade – a escolha e o exercício de uma profissão – mas que atualmente se encontra exposta a processos de erosão.

Um novo pensamento na organização

do trabalho e na gestão social, traduzindo a necessidade conseqüente de uma articulação entre políticas de educação, formação e emprego, foram perspectivas alteradas, o mundo econômico crescendo velozmente, o mercado de trabalho cada vez mais exigente e competitivo, a globalização, fez com que os planos de muitas famílias tradicionais fossem alterados, propiciando o surgimento de novos rumos aos indivíduos que até então esperavam por mais uma orientação e que a partir deste momento deveriam fazer suas próprias escolhas.

Diante do número crescente de profissões, a Orientação Vocacional pode vir a ser uma opção para uma escolha consciente, pois a partir dela são sugeridas outras áreas de atuação, que são mais adequadas a cada indivíduo, potencializando assim, suas possibilidades de sucesso profissional.

Segundo Giacaglia e Penteado (2006), o indivíduo dedica longas horas de trabalho durante a sua vida. Durante esse período o indivíduo promove o subsídio para uma vivência facilitadora de sua família e conseqüentemente a sua. Esse processo contribui para o desenvolvimento político, social e econômico de seu país.

A escolha da profissão é extremamente importante, de acordo com este mesmo autor, pois é por meio dela que o indivíduo satisfaz a necessidade de autorrealização, a escolha deve ser de forma consciente, e compatível com suas capacidades e potencialidades. Portanto, quando essas habilidades são compatíveis com o trabalho escolhido promove um ajustamento e satisfação pessoal. Quando não ocorre essa compatibilidade causa desajustes, insatisfação profissional e pessoal.

Por meio desta pressão da escolha o indivíduo poderá sentir-se aflito e a Orientação Vocacional vem de encontro com este, auxiliando e ocasionando um alívio para o indivíduo que até então se sentia perdido.

Conforme afirmação de Rogers (1983), estar frente a frente com uma pessoa, confusa

que está procurando e esperando ajuda, nos possibilita compreender que o indivíduo possui dentro de si vastos recursos para autorrealização e para a modificação de seu autoconceito, de suas atitudes e de seu comportamento autônomo, portanto o organismo humano, incluindo mente e corpo, é digno de confiança. Essa tendência direcional ao crescimento, a autorrealização, amplifica-se na presença de certas condições facilitadoras, em função da crença no potencial humano, sendo assim capacitando-o para suas escolhas construtivas.

Por existirem muitos fatores que interferem ou influenciam na escolha profissional buscamos com este estudo saber se realmente a orientação vem em auxílio daqueles que ainda não se direcionaram.

Vemos que um indivíduo feliz e satisfeito é aquele que realiza um trabalho que lhe traga prazer e satisfação. Um profissional assim, certamente possui melhor qualidade de vida, não compromete seu bem estar, oferecendo à sociedade confiança profissional, comprometimento com o trabalho desenvolvido e qualificado. Sendo assim, acreditamos que a Orientação Vocacional é um mecanismo capaz de propiciar essa clareza para os indivíduos, direcionando-os para uma formação de sucesso.

É sabido que em um dado momento de nossas vidas nos deparamos com esta opção angustiante, a escolha profissional, na qual se desperta interesse para o desenvolvimento desse projeto.

Após reflexão sobre as possibilidades de amenização deste sofrimento, buscamos saber se a Orientação Vocacional direciona de forma coerente estes indivíduos para a autorrealização.

A realização deste estudo analisa o quanto pode ser necessário a utilização dos serviços prestados pela Orientação Vocacional. Se todos necessitam deste auxílio ou se existem exceções e ideias alternativas para a inserção do estudante do ensino médio a uma vida profissional satisfatória.

Indivíduos mais convictos de seus anseios e suas potencialidades podem sentir-se aptos a exercer plenamente a profissão escolhida. Portanto, a relevância social deste estudo é explicitar que indivíduos satisfeitos em sua escolha profissional podem mostrar melhor desempenho profissional.

Por tudo isso, o objetivo foi pesquisar se indivíduos que utilizaram a Orientação Vocacional sentem-se realizados e satisfeitos com suas escolhas profissionais procurando saber até que ponto a Orientação Vocacional auxilia na escolha profissional.

2 METODOLOGIA, RESULTADOS E DUSCUSSÃO DA PESQUISA

Para a realização da presente pesquisa delineou-se sua metodologia. Foram selecionados dez indivíduos com curso superior concluído com o mínimo de três anos de formação, de ambos os sexos, sendo cinco atuantes e cinco não atuantes em suas respectivas formações, sendo que pelo menos uma parte da amostra passou pelo processo de Orientação Vocacional. A idade não foi definida, visto que nas entrevistas contamos com indivíduos de diferentes faixas etárias. Verificando seus anseios, satisfações, insatisfações e perspectivas futuras, ocasionando possíveis sugestões de melhorias.

Utilizamos entrevista semiaberta, segundo Minayo (2002) e Deslandes (1997), a entrevista semiaberta tem um roteiro que serve como guia, mas não precisa ser seguido à risca, à medida que vão aparecendo mais questões, ou se houver a necessidade de aprofundar em alguma questão que ficou mal explicada podem ser incluídas novas perguntas. As entrevistas foram gravadas para não ocultar nenhum dado importante e facilitar a análise das informações arrecadadas, para isto os entrevistados foram informados sobre o total sigilo das informações coletadas.

O roteiro foi elaborado pelos participantes deste estudo, constando as seguintes perguntas: Você está satisfeito em sua área de atuação? Para formação adquirida utilizou Orientação

Vocacional? Utilizou-se, acredita que houve um direcionamento coerente? Qual o seu ponto de vista em relação à Orientação Vocacional? Você acredita ser um suporte para escolha profissional? Durante a sua vida escolar foi estimulado quanto à escolha da profissão? Acredita que foi direcionado ou influenciado pela Orientação Vocacional?

Os resultados e discussões decorrentes da pesquisa permitem visualizar por meio das entrevistas que a maior parte dos entrevistados acredita que a Orientação Vocacional serve como suporte facilitador para a escolha profissional. Consideram-na como um recurso importante para auxiliar na escolha da profissão, com sugestões de que a Orientação Vocacional deveria ser implantada no ensino médio como instrumento facilitador na escolha futura da profissão, diminuindo os anseios duvidosos pela busca profissional.

Conforme citado na introdução, Rogers (1983), afirma que o indivíduo possui dentro de si vastos recursos para autorrealização, existem indivíduos capazes de evidenciar suas potencialidades e aptidões sem o auxílio do suporte proposto, porém este suporte poderá diminuir suas dúvidas.

Não obstante, aos indivíduos que se encontram duvidosos, enquanto a escolha profissional a Orientação Vocacional conduzida por profissionais qualificados contribui como um dispositivo facilitador, favorecendo-lhes recursos que vão proporcionar condições num melhor direcionamento.

A maioria dos entrevistados concorda que o estudante deve escolher a profissão por prazer e satisfação pessoal. Giacaglia e Penteado (2006) descrevem que o trabalho é muito importante na vida do homem e deve promover satisfações para o sujeito, pois do próprio trabalho obtém subsídios para sobreviver e manter sua família, caso o trabalho não proporcione satisfação isto pode comprometer seu bem estar.

Somente uma entrevista relatou que na contemporaneidade os jovens estão optando

pela profissão que proporcione retorno mais rápido e lucrativo, devido à competitividade, gerando cada vez mais profissionais frustrados no mercado de trabalho.

Soares (2002) coloca os fatores que podem ser determinantes nas escolhas profissionais, tais como: fatores políticos, econômicos, sociais, educacionais, familiares e psicológicos.

Partindo deste pressuposto, a Orientação Vocacional conduzida por profissionais qualificados serviria de um dispositivo facilitador quando o sujeito precisar optar por uma profissão e encontrar dificuldades para isto, visto que a insatisfação promove profissionais frustrados, estressados e conseqüentemente menos tolerantes, isto os impede de viver plenamente.

A partir dos dados coletados, percebe-se que os entrevistados mostram satisfação em seu exercício profissional, mesmo os não atuantes na área de formação acadêmica. A graduação adquirida pelos entrevistados não foi direcionada pela Orientação Vocacional e durante a vida escolar não houve estímulo algum sobre suas escolhas, porém muitos dos entrevistados informaram que os estímulos partiram da família, e de seus próprios interesses pessoais. Sendo assim, seus anseios e perspectivas demonstram realizações compatíveis ao sucesso profissional.

O tempo de formação dos sujeitos variou de três a trinta e quatro anos, assim contamos com diversos pontos de vista em relação à Orientação Vocacional, na qual uma participante relatou que na época de sua formação não existia a Orientação Vocacional (34 anos atrás), outra (25 anos atrás) disse que já existia, mas poucos tinham este acesso.

Uma das entrevistas aponta que a escolha antes era mais fácil, as pessoas que tinham a oportunidade de estudar optavam por fazer o que realmente gostavam, levando em conta que o conhecimento sobre quais profissões existiam eram limitados, então a escolha se pontuava com mais facilidade. Assim observa-se que este leque de profissões exibido na contemporaneidade ao invés de facilitar, acaba dificultando a escolha do

estudante.

Outra entrevista nos apontou um fato interessante, relatando que o uso da Orientação Vocacional pode poupar sujeitos de um percurso longo em busca da satisfação profissional, assim não entrariam em vários cursos, desistiriam ou mesmo concluiriam sem se identificarem fielmente com a profissão escolhida. Com a Orientação Vocacional ele encontraria mais facilmente a sua vocação e se direcionaria de maneira mais clara.

Com as entrevistas percebemos que alguns sujeitos demonstraram-se influenciados pelos pais para decidir sobre qual profissão escolher confirmando assim o referencial de Nérici (1992) na qual pressupõe que a família exerce muita influência frente esta etapa de decisão na vida do sujeito.

Em relação à “crise normativa” citada por Erikson (1987 apud SOARES e TERÊNCIO, 2003) percebemos que os estudantes estão ingressando muito cedo na vida acadêmica na qual ainda estão passando por uma etapa conflituosa onde a sociedade exerce pressão para sua definição e este adolescente está ainda configurando seu processo de formação de identidade, este fato nos chama a atenção para a fala de alguns entrevistados que apontaram a imaturidade para escolha da profissão pelos adolescentes: uma entrevista aponta que a Orientação Vocacional é essencial hoje por conta da imaturidade com que os estudantes estão terminando o colegial, 17, 18 anos; outra entrevista aponta que com 16, 17 anos não se tem maturidade para escolher nada; outra ainda alega que uma pessoa pode escolher uma profissão por influência de amigos, auge do curso ou mesmo “modismo”.

Percebe-se, portanto que esta “crise normativa” proposta por Erikson (1987 apud SOARES e TERÊNCIO, 2003) justifica a dificuldade desta escolha imatura pela profissão.

Alguns entrevistados sugerem que a Orientação Vocacional deveria ser implantada nas escolas, principalmente no 3º colegial onde o

aluno se depara com esse momento de conflito, esta inserção facilitaria o direcionamento para a escolha da profissão. Outra entrevista aponta que os psicólogos e educadores deveriam fazer esta intervenção para esclarecimentos e conscientização dos alunos incentivando-os a fazerem o que realmente gostam. Estes dados mostram o quanto à inserção da Orientação Vocacional dentro das escolas seria relevante e possivelmente satisfatório.

Constatamos que dos cinco (5) profissionais que utilizaram a Orientação Vocacional, apenas dois (2) são atuantes na área de formação.

Portanto, o uso ou não da Orientação Vocacional para os sujeitos deste estudo compreende inúmeras implicações sociais. Embora a escolha profissional seja responsabilidade de cada um, uma pessoa que exerce sua profissão com motivação poderá se realizar profissionalmente como também poderá prestar um serviço de melhor qualidade à sociedade.

Como relatado na introdução, a hipótese de que os indivíduos que utilizassem a Orientação Vocacional teriam um direcionamento mais coerente e obteriam satisfação e sucesso em sua vida profissional. Esta pesquisa observou que a Orientação Vocacional é válida, mas há controversa entre os entrevistados de que ela pode ser ou não um recurso facilitador para indivíduos que estão ingressando no mundo acadêmico.

Percebemos que a hipótese desta pesquisa comprova-se, porém com ressalvas em relação aos entrevistados que não obtiveram êxito na utilização da Orientação Vocacional pelo fato do contexto histórico de cada um.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a presente pesquisa pudemos perceber que os indivíduos entrevistados que utilizaram da orientação vocacional para a escolha da profissão não perceberam este suporte de forma satisfatória. Suas escolhas

partiam de interesses pessoais, mas alguns aspectos contingentes também faziam a diferença em relação às escolhas como aspectos sócio-histórico, culturais e econômicos.

Todos os entrevistados propuseram que a Orientação Vocacional no molde da contemporaneidade, devido ao contínuo aumento de escolha de profissões pode sim, servir como instrumento facilitador. Permitindo que os indivíduos passem por este processo de escolhas de maneira menos angustiante com um ajustamento satisfatório na inserção ao mercado de trabalho.

Este estudo constatou a precariedade com que o assunto é discutido. Se a Orientação Vocacional fosse sugerida como suporte auxiliador necessitaria de maior divulgação. Para tanto se sugere novos estudos sobre o conhecimento e entendimento da sociedade em relação a este tema, e que possam proporcionar mecanismos que facilitem o acesso ao dispositivo proposto.

Apesar de ser notória a atenção despertada nos entrevistados sobre a temática e possível otimização da mesma no que diz respeito à escolha profissional, ainda assim não é garantia de êxito ou sucesso profissional para quem se apoiar em tal dispositivo que se julga facilitador.

Por fim, reconhece-se que novos rumos poderiam ser tomados pela Orientação Vocacional, com vistas às políticas públicas de Orientação Vocacional, e um maior envolvimento com órgãos públicos e privados, que pudessem financiar pesquisas que levassem a transformar a Orientação Vocacional em um campo de produção de conhecimento.

REFERÊNCIAS

BOCK, A. M. B; FURTADO, O; TEIXEIRA, M. L. T. **Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

DESLANDES, S. F. Concepções em pesquisa social: articulações com o campo da avaliação em

serviços de saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, 1997.

GIACAGLIA, L. R. A; PENTEADO, W.M.A. **Orientação educacional na prática**. 5. ed. São Paulo: Thomson Learning, 2006.

MINAYO, M. C. S; **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2002.

NERICI, I. G. **Introdução à orientação vocacional**. São Paulo: Atlas, 1992.

ROGERS, C. R. **Um jeito de ser**. São Paulo: EPU, 1983.

SANDENBERG, I.; PASTORE, K. **Navegando num mar de profissões**. Veja, 1997.

SOARES, Dulce Helena Penna. **A escolha profissional do jovem ao adulto**. 2. ed. São Paulo: Summus, 2002.

_____; TERÊNCIO, Marlos Gonçalves. A internet como ferramenta para o desenvolvimento da identidade profissional. **Psicol. estud.**, Maringá, vol. 8, n. 2, Jul/Dez, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722003000200015>. Acesso em: 20 maio 2008.

A JUDICIALIZAÇÃO DA POLÍTICA NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

Loana Keitelin da Silva Pereira¹
Márcia Cecília Vassoler²

RESUMO

A Judicialização da Política é um fenômeno jurídico que se perfaz por meio do Poder Judiciário, consubstanciado pela inércia do Poder Legislativo e Executivo em relação a determinadas matérias de interesse social. Possui fundamentos históricos e sociais, dentre eles, a forma de tripartição do Poder estatal, como o processo de tutela judicial das relações sociais, alavancado pelo movimento operário de meados do século XIX, estabilizando a democracia como sistema de governo na maioria dos países. A Judicialização é observada tanto em julgados do Supremo Tribunal Federal e demais Tribunais, quanto em ramificações específicas de trâmites menos complexos, como os Juizados Especiais Cíveis e Criminais; independente de qual instância se observe, verifica-se uma prestação jurisdicional atípica. O fenômeno judicializatório da política é favorável à população ao passo que viabiliza o exercício de direitos institucionalizados; contudo, a expansão desmedida deste processo, além de colocar a harmonia entre os Poderes à eminência de uma desestabilização; não apresentaria solução para crise de representatividade política que o originou.

PALAVRAS CHAVE: Judicialização. Política. Brasil.

JUDICIALIZATION POLICY PLANNING IN BRAZILIAN LEGAL

ABSTRACT

The Judicialization of Politics is a legal phenomenon that makes up through Judiciary, embodied by the inertia of the Legislature and the Executive in relation to certain matters of social interest. Owing the historical and social, including the tripartite form of state power, as the process of judicial protection of social relationships, leveraged by the labor movement in the mid-nineteenth century, stabilizing democracy as government trend in most countries. The Adjudication takes place both judged by the highest organs of the judiciary, as the Supreme Court and other courts, and by specific branches of less complex procedures, such as the Special Civil and Criminal Courts, in both cases we see an atypical exercise jurisdiction. The phenomenon judicializatório policy brings benefits to the population as press for the effective exercise of rights assured, however, excessive judicialization may result in destabilization of the harmony between the Powers.

KEYWORDS: Judicialization. Politics. Brazil.

¹ Acadêmica da Faculdade Avantis. E-mail: loanakeitelin9915@gmail.com

² Professora da Faculdade Avantis. E-mail: marciavassoler@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A judicialização da política é um fenômeno jurídico que tem tomado espaço no Direito brasileiro, em face do modelo de organização política e jurídica do país. Embora tenha sido inserido ao rol de processos observados pela Ciência Política há pouco tempo, os efeitos da expansão de arbitrariedade do Judiciário, no Brasil, têm sido sentidos desde a promulgação da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988). No âmbito internacional, a judicialização pode ser observada, com mais notoriedade, a partir da Revolução Francesa de 1848, onde diversas matérias da vida privada passaram a estar sob a tutela governamental, como as relações de trabalho no final do século XIX e início do século XX³.

Analisar as repercussões da judicialização é de suma importância, pois, sua propagação excessiva poderá resultar em um Poder Judiciário sobreposto aos demais Poderes do Estado, quebrando o equilíbrio previsto na Constituição de 1988 (BRASIL, 1988). O texto constitucional remete à teoria dos Poderes harmônicos, ou à Teoria de Freios e Contrapesos, quando se refere à reciprocidade de controle presente na legitimidade atribuída ao Congresso Nacional, como parte do Poder Legislativo, para rejeitar ou modificar uma iniciativa de lei do Poder Executivo, que por sua vez, tem o poder de veto aos projetos de emendas constitucionais do Legislativo; ou ainda, a possibilidade de matéria de lei criada pelo Legislativo ser declarada inconstitucional pelo Poder Judiciário, por meio das Ações Diretas de Inconstitucionalidade⁴.

Mesmo sendo inegáveis os benefícios trazidos pelos recentes julgados do Supremo Tribunal Federal, bem como, pelas atuações dos Juizados Especiais, dos quais se falará mais a frente; uma desmedida dilatação dessas competências poderá resultar em centralização do poder em um só dos órgãos governamentais,
3 O movimento operário de meados do século XIX será averiguado mais adiante no texto.

4 As Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADINs) são instrumentos de “[...] controle abstrato da constitucionalidade das leis [...]” (VIANNA *et. al.*, 1999, p. 48), confiada ao Supremo Tribunal Federal pelo art.102, I, a, da Constituição Federal de 1988.

por isso, considerar o progresso da Judicialização se faz essencial.

O presente estudo busca verificar as nuances da judicialização da política, especificamente, nas atuações do Poder Judiciário e dos Juizados Especiais⁵.

Embora não objetive a análise de casos concretos, aspirando trazer um entendimento mais claro do tema; foi citado um Acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal, a despeito do reconhecimento da união estável entre pessoas do mesmo sexo, bem como, sua constituição enquanto entidade familiar.

2 TRIPARTIÇÃO DOS PODERES DO ESTADO

A ideia de tripartição do poder ascendeu fortemente em 1747 na obra *O Espírito das Leis* de Charles Montesquieu (2000), embora o contratualista John Locke (2001) já houvesse estudado o tema em sua obra *Segundo Tratado Sobre o Governo Civil*.

Locke (2001) interpreta o Estado liberal de direito como sendo a representação da concordância coletiva em conservar o poder civil, para criar e executar leis, a um centro governamental, com o único fim de resguardar a propriedade. Nesta perspectiva, o consentimento popular fez surgir à sociedade civil organizada, onde o povo se reúne “[...] de modo a formar um único corpo, com um sistema jurídico e judiciário com autoridade para decidir controvérsias entre eles e punir os ofensores [...]”. (LOCKE, 2001, p. 58). Portanto, para viver em sociedade, o povo se organiza de modo a constituir o poder civil, delegando a órgãos representativos, autoridade para criar leis e aplicá-las aos conflitos que surgirem, com o intuito de preservar a propriedade.

Com base em observações concretas e histórico-sociais, Montesquieu (2000) em *O Espírito das Leis*, reinterpreta os princípios do Estado liberal de direito descritos por Locke (2001), como formas de organização política. Nessa organização, a sociedade civil deve ser

5 Os Juizados Especiais serão analisados em tópico retirado mais adiante no texto.

ordenada politicamente em face de condições geográficas e climáticas do território, bem como pelas variações da vida social, que compreendem fatores da sociedade como a economia e a religião. Sua ideia remete á compreensão de que a organização política de uma sociedade deve ser relativa “[...] ao físico do país [...]” (MONTESQUIEU, 2000, p. 16), ou seja, concernente

[...] com a religião de seus habitantes, com suas inclinações, com suas riquezas, com seu número, com seu comércio, com seus costumes, com seus modos. (MONTESQUIEU, 2000, p. 16 -17).

Firmado nessa concepção, Montesquieu (2000) descreve três formas distintas de governo (despótico, republicano, monárquico) e propõe uma reordenação jurídica, a fim de evitar uma forma de governo despótica, onde o déspota governa seus súditos temerosos sem honra ou virtude; desviando-se dos interesses sociais. O resultado de sua teoria consiste, primeiramente, na ideia de um poder estatal que se triparte em executivo e legislativo, incumbidos de criar leis por meio de representatividade popular e o judiciário, que irá aplicá-las. Secundariamente, essa organização torna o poder estatal limitado à vontade popular, pois “[...] aquele que faz executar as leis sente que está a ela submetido [...]” (MONTESQUIEU, 2000, p. 32), e mais próximo aos interesses sociais em face dos interesses do governante. A teoria ganhou força e hoje predomina em democracias constitucionais, como o Brasil.

Neste sentido, previstos na Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), temos no Brasil a esfera jurídica organizada em três poderes: Legislativo, exercido pelo Congresso Nacional [art. 44 (BRASIL, 1988)]; Executivo, exercido pelo Presidente da República, auxiliado pelos Ministros de Estado [art. 76, (BRASIL, 1988)]; e Judiciário, exercido e constituído pelas instituições do Judiciário [art.92, (BRASIL, 1988)]. O ultimo elemento é ponto crítico onde a lei, já resultada do processo legislativo, passa a interferir no cotidiano social de maneira a modificar a vida em sociedade, por isso ganha relevância.

Como se mostrará, a diante, é na esfera judiciária que a judicialização da política se instala efetivamente.

3 TUTELA JURÍDICA DAS RELAÇÕES SOCIAIS

A contratualização, ou tutela jurídica das relações sociais, ganha destaque no processo de judicialização da política, pois traz à luz uma crescente tutela judicial às relações privadas, que se efetivam pela elaboração legislativa para discipliná-las. Luiz Werneck Vianna *et. al.* (1999, p. 15) ressalta um momento histórico decisivo no processo de contratualização ao citar o movimento operário de meados do século XIX, que “[...] deu fim à rigorosa separação entre o Estado e a sociedade civil, nos termos da tópica liberal da liberdade negativa”. A regulamentação estatal das relações de trabalho, ou seja, de vínculos privados, abriu precedentes para a regulamentação de demais setores da área privada, tendo em vista que, a partir do movimento revolucionário de 1848, os operários conseguiram

[...] generalizar para o mundo do Direito uma série de reivindicações que lhes são próprias, transformando-as em preceitos da ordem jurídica ou instrumentos da sociedade política institucionalizada. (DELGADO, 2010, p. 90).

Essa apropriação jurídica das relações trabalhistas repercutiu em áreas da vida social não ligada diretamente ao trabalho, tais como cultura e educação. Como exemplo, citamos a Constituição Mexicana de 1917, que firmou o direito trabalhista como um “[...] ramo jurídico absolutamente assimilado à estrutura e dinâmica institucionalizadas da sociedade civil e do Estado”. (DELGADO, 2010, p. 91). No art. 123, IV, a Constituição Mexicana (MEXICO, 1917, p. 96-97) determina que o salário mínimo

[...] deberán ser suficientes para satisfacer las necesidades normales de un jefe de familia, en el orden material, social y cultural, y para proveer a la educación obligatoria de los hijos [...]⁶.

6 Em livre tradução para o português do espanhol, o trecho acima assim, fica mencionado: “[...] deverá ser suficiente para satisfazer as necessidades normais de um chefe de família, a ordem material, social e cultural, e para prover a educação obrigatória dos filhos [...]”.

Assim, atrelando, dentre outros, o direito à educação e à cultura, ao direito trabalhista constitucionalizado.

A contratualização das relações de trabalho, bem como das relações sociais em um aspecto mais amplo, revelaram um processo de “[...] aplicabilidade do direito sem precedentes na história do mundo ocidental” (OLIVEIRA; CARVALHO, 2011, p. 5), alçando às arenas jurídicas interesses particulares, tutelados por via política.

4 A DEMOCRACIA COMO BASE PARA A JUDICIALIZAÇÃO

A tripartição do poder estatal e a contratualização das relações privadas se fundem como elementos essenciais para propiciar a formação da democracia.

Charles Montesquieu (2000, p. 19) conceitua democracia como o Estado onde “[...] o povo em conjunto possui o poder soberano [...]”, e o controle estatal é expressão da vontade popular. José Afonso da Silva (2005, p. 125-126) a define como um

[...] meio e instrumento de realização de valores essenciais de convivência humana, que se traduzem basicamente nos direitos fundamentais do homem [...].

Em ambos os conceitos é possível verificar o sistema político-legislativo como estrutura básica que compõe a democracia.

A democracia precisa de um sistema, ou seja, de um meio pelo qual seus princípios serão implementados. Neste sentido, Silva (2005, p. 112) diz que o sistema utilizado pela democracia, é o Estado de Direito, que “[...] surgiu como expressão jurídica da democracia liberal”, que preceituava a liberdade individual. No Brasil, a Constituição vigente (BRASIL, 1988), promulgada em 1988, determina que a natureza democrática fixa o Estado Democrático de Direito, sendo esta estrutura impassível de mudança⁷. Entretanto,

7 O Estado Democrático de Direito é citado, tanto no preâmbulo da Constituição de 1988 (BRASIL, 1988), quanto no art. 1º diz-se “inalteradamente”, pois a forma de Estado Democrático constitui-se como cláusula pétrea

Silva (2005, p. 114-115) assevera que, embora o Estado de Direito seja sustentado no princípio da legalidade, vinculando a todos os preceitos estatais, a simples existência deste princípio não garante a implementação da democracia, pois

[...] sem compromisso com a realidade política, social, econômica, ideológica [...], todo Estado acaba sendo Estado de Direito, ainda que seja ditatorial.

Ressalta Montesquieu (2000, p. 19) que “as leis que provêm diretamente da natureza do governo serão as leis essenciais deste”. Portanto, um governo baseado na democracia necessita construir um sistema legal respectivo à sua natureza. No Brasil, as leis, independentemente de hierarquia, preservarão o princípio do Estado democrático, estabelecido no artigo primeiro da Constituição de 1988 (BRASIL, 1988), que configura a democracia como cláusula pétrea, não passível de alteração; devendo a lei realizar “[...] o princípio da igualdade e da justiça [...], pela busca da igualização das condições dos socialmente desiguais”. (SILVA, 2005, p. 121).

Como ensina José Afonso da Silva (2005, p. 136; grifo do autor), a “[...] forma pela qual o povo participa do poder dá origem a três tipos de democracia, qualificadas como *direta, indireta ou representativa e semidireta*”, sendo a última adotada pela organização político-administrativa do Brasil. A democracia direta assenta “[...] que o povo exerce, por si, os poderes governamentais, fazendo leis, administrando e julgando [...]” (SILVA, 2005, p. 136); difere da democracia indireta, pois nesta,

[...] o povo, fonte primária do poder, não podendo dirigir os negócios do Estado diretamente [...], outorga as funções de governo aos seus representantes, que elege periodicamente. (SILVA, 2005, p. 136).

A citação acima, é referente a democracia indireta, sendo esta, por isso, denominada de representativa. Já a democracia semidireta se assemelha à indireta, contudo, apresenta

[...] alguns institutos de participação direta do povo nas funções de governo, institutos que, dentre

no texto constitucional, sendo impassível de alteração.

outros, integram a *democracia participativa*. (SILVA, 2005, p. 136; grifo do autor).

Em vista disso, esta modalidade política de democracia foi incorporada ao sistema político-administrativo brasileiro.

A democracia é o princípio norteador de toda criação legislativa brasileira, seja principiada pela via oficial (por representatividade política), incumbida ao Poder Legislativo, seja por meio das construções jurisprudenciais, como, por exemplo, na formulação de súmulas vinculantes⁸, de competência do Poder Judiciário.

Portanto, os poderes políticos delegados ao Estado, bem como a produção legislativa resultante dessa delegação, desde que carregada com os valores democráticos, constituem um Estado Democrático de Direito, cuja lei “[...] se enriquece do sentir popular, e terá que ajustar-se ao interesse coletivo” (SILVA, 2005, p. 119), passando o interesse a ser chamado de direito. Já compreendido o interesse popular como norteador do fabrico político-legislativo, isto é, no Estado Democrático de Direito, tem-se o cenário ideal, no qual, a judicialização da política pode se instalar.

5 O EXERCÍCIO JUDICIÁRIO VIABILIZADO PELO PODER LEGISLATIVO

Como visto, a política é um dos elementos da democracia, tendo em vista que no Estado Democrático de Direito, a vontade popular é expressa por meio de representatividade, na qual, os representantes do povo formam o Poder Legislativo⁹. A Constituição Federal (BRASIL, 1988, p. 05) em seu art. 1º, parágrafo único, estabelece que “todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos

8 As súmulas vinculantes são previstas no art.103-A da Constituição Federal (BRASIL, 1988). São interpretações proferidas pelo STF, com efeito vinculante, e que tem por objetivo “[...] a validade, a interpretação e a eficácia de normas determinadas, acerca das quais haja controvérsia atual entre órgãos judiciários ou entre esses e a Administração Pública [...]” (SILVA, 2005, p.565), com a finalidade de impedir a acumulação de processos que versem sobre matéria idêntica.

9 O Poder Legislativo será conceituado mais adiante no texto.

ou diretamente [...]”, o que prediz um sistema de representatividade, que consiste em um

[...] conjunto de instituições que disciplinam a participação popular no processo político, que vem a formar os direitos políticos que qualificam a cidadania, tais como as eleições, o sistema eleitoral, os partidos políticos etc. [...]. (SILVA, 2005, p. 137).

Em relação a isso, têm-se institutos previstos nos art. 14 e 17 da Constituição Federal (BRASIL, 1988). Pela estabilização destes institutos, que são, inclusive, cláusulas pétreas, a Constituição Brasileira (BRASIL, 1988), vincula o poder estatal aos interesses coletivos de forma a serem impassíveis de disposição contrária, como modo de resguardar a preservação da ordem social sempre pautada nos valores democráticos; fixando

[...] um regime democrático consubstanciando esses objetivos de igualização por vias dos direitos sociais e da universalização de prestações sociais (seguridade, saúde, previdência e assistência sociais, educação e cultura). (SILVA, 2005, p. 128).

Tem-se aqui, o primeiro dos Poderes que garantirão a tutela dos interesses coletivos, o Poder Legislativo, que dará ao Judiciário a matéria prima de sua atuação no processo jurisdicional.

Nos termos da Constituição Federal [art. 44 (BRASIL, 1988, p. 14)], o Legislativo é constituído e exercido “[...] pelo Congresso Nacional, que se compõe da Câmara dos Deputados e do Senado Federal”. A Câmara dos Deputados “[...] compõe-se de representantes do povo, eleitos, pelo sistema proporcional [...]”¹⁰ [art. 45 (BRASIL, 1988, p. 14)] e o Senado Federal, “[...] de representantes dos Estados e do Distrito Federal [...]” [art. 46 (BRASIL, 1988, p. 14)]; por isso se diz que Legislativo é organizado por sistema denominado bicameral, com duas casas competentes para o exercício da função legislativa da União. Essa mesma produção legislativa é que criará as instituições aplicadoras de seus próprios fabricos, não interessantes a esta pesquisa as peculiaridades administrativas

10 Pelo sistema proporcional, os Deputados Federais serão eleitos em modo de “[...] proporção à população [...]” (SILVA, 2005, p. 510) do Estado, Território ou Distrito Federal representado.

dessas instituições. Fala-se aqui dos dois institutos alvos desse estudo, quais sejam o Poder Judiciário e suas atuações; e os Juizados Especiais, que nada mais são que ramificações do próprio Judiciário, como se apreciará adiante no texto.

6 PODER JUDICIÁRIO E JURISDIÇÃO

Ao se analisar o Poder Judiciário, se estará analisando o campo, no qual, a judicialização da política efetivamente se perfaz, mais especificamente no sistema jurisdicional, que se realiza por via do processo judicial¹¹.

Humberto Theodoro Júnior (2013, p. 47) ensina que a jurisdição pública¹² é aquela exercida pelo Judiciário enquanto ente de Direito Público; nasceu da necessidade de o Estado assumir para si a obrigação exclusiva de definir o direito objetivo

[...] aplicável diante das situações litigiosas, bem como o de realizar esse mesmo direito se a parte recalcitrante recusar-se a cumprir espontaneamente o comando concreto da lei. (BRASIL, 2010, p. 167).

Com isso, resguarda-se raros casos legais de jurisdição privada, como os citados no art. 188 do Código Civil (BRASIL, 2010). Theodoro Júnior (2013) ainda explica que a jurisdição exercida aos casos concretos (aos conflitos de interesses) necessita ser invocada pelas partes conflitantes, isto em vista ao princípio da inércia jurisdicional, disciplina instituída no art. 2º do Código de Processo Civil (BRASIL, 2008, p. 23), estabelecendo que: “Nenhum juiz prestará a tutela jurisdicional senão quando a parte ou o interessado a requerer, nos casos e forma legais”.

Disso conclui-se que a jurisdição é o instituto viabilizador, não da tutela dos interesses

11 Processo judicial é conceituado como uma ‘série de atos coordenados regulados pelo direito processual, através dos quais se leva a cabo o exercício da jurisdição’ (THEODORO JÚNIOR, 2013, p.62), e consiste no “[...] método, ou sistema de atuação [...]” (*Ibid, loc. cit.*, grifo do autor) pelo qual a jurisdição é exercida.

12 A jurisdição pública é de monopólio do Estado, enquanto a jurisdição privada é aquela “[...] exercida pelas próprias mãos [...]” (*Ibid., ibid.*, p. 47), pelos próprios titulares dos direitos assegurados legislativamente pelo Estado.

sociais, mas sim, do exercício desses interesses já processados pelo Legislativo; e necessita de invocação pelas partes que pretendem exercer tais direitos, sendo, posteriormente, os conflitos solucionados pelo juiz competente causa. Como se verá em tópico específico do texto, a judicialização da política consiste em um exercício peculiar dessa atividade jurisdicional, fugindo, os órgãos jurisdicionais, à regra da simples aplicabilidade da lei objetiva ao caso concreto.

6.1 OS JUIZADOS ESPECIAIS

As considerações que serão feitas neste tópico fazem jus ao antecessor dos Juizados Especiais, os Juizados de Pequenas Causas. Embora sejam terminologias, e de fato, institutos diferentes, os fundamentos e princípios infracitados são os mesmos, ressalvados os trâmites para a aprovação da Lei nº 9.099 (BRASIL, 2013c) que instituiu os Juizados Especiais.

Os Juizados Especiais, criados pela Lei nº 9.099 de 1995 (BRASIL, 2013c), constituem-se como parte apartada da jurisdição, competente para conciliar, processar e julgar as causas de menor complexidade¹³, possibilitando a solução de litígios de forma eficaz, rápida e gratuita.

Luiz Werneck Vianna *et. al.* (1999, p. 157, grifo do autor) ao discorrer sobre o tema, ensina que os Juizados Especiais possuem raízes em “[...] reformas introduzidas no sistema de *Welfare State* [...]”¹⁴ que, em suma, resultaram na “[...] democratização do acesso à Justiça [...]” (VIANNA *et. al.*, 1999, p. 157, grifo do autor).

Embora a nova sistemática governamental, tomada a partir do século XIX, integrasse ao mundo jurídico as necessidades individuais e coletivas, surgiu o problema de uma prestação jurisdicional custosa e burocrática, que restringia

13 Entendem-se por menos complexas as causas que versem sobre as matérias elencadas no art.3º da Lei 9.099 (BRASIL, 2013c).

14 A expressão “*Welfare State*” se refere a atuação positivista do Estado em “[...] universalizar os direitos sociais básicos [...]” (VIANNA *et. al.*, 1999, p.157), tuteando interesses coletivos essenciais à vida em sociedade; principiada pelo movimento operário de meados do século XIX.

a prestação jurisdicional a indivíduos menos abastados. Disso resultou que “[...] o exercício do direito de todos os indivíduos à proteção judicial permaneceu carente de mecanismos para a sua efetivação.” (VIANNA *et. al.*, 1999, p. 157), o que obrigou o Estado aperfeiçoar o sistema de acesso à justiça, introduzindo “[...] inovações no processo civil e na máquina judiciária [...]”. (VIANNA *et. al.*, 1999, p. 157). Desse processo de aperfeiçoamento do sistema *welfare* irão surgir “[...] os tribunais especializados, os quais terão as chamadas ‘pequenas causas’ uma de suas expressões mais importantes.” (VIANNA *et. al.*, 1999, p. 158.).

A reforma citada acima, teve como resultado três principais inovações. A primeira delas é a inserção da assistência judiciária gratuita, disciplinada no Brasil pela Lei nº 1.060 de 1950 (BRASIL, 2013a), que garante isenção a todo indivíduo

[...] cuja situação econômica não lhe permita pagar custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo do sustento próprio ou da família.

Dessa forma, nos termos do art. 2º, parágrafo único.¹⁵ Observe-se que a lei específica é infraconstitucional, tendo em vista que dispõe a Constituição Federal (BRASIL, 1988, p. 06) no art. 5º, inciso LXXIV que o ente estatal “[...] prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos [...]”, o que resta complementado pela Lei nº 1.060 de 1950 (BRASIL, 2013a).

A segunda inovação remonta ao ponto de origem do próprio movimento de democratização do acesso à justiça, qual seja ao de “[...] emergência dos chamados *direitos difusos* [...]” (VIANNA *et. al.*, 1999, p. 157, grifo do autor), que são aqueles que possuem como titular a coletividade, que demandam políticas públicas e representatividade efetiva, como os direitos sociais disciplinados no art. 6º da Constituição Federal (BRASIL, 1988, p. 07). Neste segundo aperfeiçoamento, a concepção, então clássica, do processo judicial enquanto composto

apenas por duas partes (autor e réu) singulares e individuais, sofreu grande modificação, pois passou a existir o público na posição de litigante, o que convocou os sistemas jurídicos “[...] a exercer a posição independente de um ‘advogado do povo’, contra o *establishment* ou contra o próprio Estado [...]” (VIANNA *et. al.*, 1999, p. 159, grifo do autor), representando interesses difusos “[...] dos consumidores, do meio ambiente, dos idosos e das crianças, entre outros.” (VIANNA *et. al.*, 1999, p. 159).

Por fim, a terceira inovação consiste no resultado obtido pelo exercício das anteriores, que propiciaram “[...] proteção judicial a interesses não representados ou representados ineficazmente.” (VIANNA *et. al.*, 1999, p. 159). Neste novo contexto de proteção, tanto foram reformados os tribunais tradicionais, de jurisdição regular,

[...] quanto se têm produzido alternativas mais rápidas e menos dispendiosas [...] para a prevenção ou o tratamento de alguns tipos de litígios. (VIANNA *et. al.*, 1999, p. 159.).

É nesse quadro de alternativas que surgiram os Juizados Especiais Cíveis e Criminais.

O instituto jurisdicional aqui analisado possui sua cota de participação no processo de judicialização, ao passo que revela “[...] a expansão da capacidade de o Judiciário intervir institucionalmente no plano da sociabilidade.” (VIANNA *et. al.*, 1999, p. 159), impulsionando o Judiciário a tomar posição ante as lacunas deixadas pelos outros Poderes.

Embora tenham sido fixadas pelo Legislativo, as inovações supracitadas partiram de iniciativas judiciais. Ao discorrer sobre esta expansão é propriamente discorrer acerca da judicialização da política, matéria a ser tratada no próximo ponto.

7 A JUDICIALIZAÇÃO DA POLÍTICA

Como foi colocada no decorrer do texto, a Judicialização é resultado de uma compilação de acontecimentos histórico-sociais e de aperfeiçoamentos institucionais de

15 O art. 3º da Lei 1.060/50 disciplina as isenções concedidas aos beneficiados da assistência judiciária. (BRASIL, 2013a).

estruturas incorporadas pelo sistema *welfare*. Seria imprudência vislumbrar o conceito de Judicialização da política, sem antes se ater a compreensão de fatores básicos que vão desde a modelo de organização política sintetizada por Montesquieu, ao aperfeiçoamento judicial que culminou na instituição dos Juizados Especiais.

A expressão “Judicialização da política” foi incorporada ao repertório das ciências jurídicas e sociais, a partir do projeto de pesquisa de C. N. Tate e T. Vallinder (1995 apud RIBEIRO, 2008) denominado de *The Global Expansion of Judicial Power*. Pela pesquisa, os autores

[...] definiram, em linhas gerais, a Judicialização da política como os efeitos da expansão do Poder Judiciário no processo decisório das democracias contemporâneas. (RIBEIRO, 2008, p. 16).

Luís Roberto Barroso (2008, p. 3) determina que a Judicialização da política consiste no fato de

[...] que algumas questões de larga repercussão política ou social estão sendo decididas por órgãos do Poder Judiciário, e não pelas instâncias políticas tradicionais: o Congresso Nacional e o Poder Executivo [...].

Desta forma, o Poder Judiciário atua sobre assuntos que, ao considerar a norma positivada, não seriam de sua competência, uma vez que os três Poderes são harmônicos, porém independentes entre si. [art. 2º (BRASIL, 1988)].

Ainda nesta linha de pensamento, Marcos Faro de Castro (2013), afirma que

A Judicialização da política ocorre porque os tribunais são chamados a se pronunciar onde o funcionamento do Legislativo e do Executivo se mostram falhos, insuficientes ou insatisfatórios.

Deste modo, a expansão das atuações do Judiciário é consequência de uma ineficiência representativa. A atuação dos Juizados Especiais expõe a concepção desses autores, uma vez que resumem a dilatação arbitrária do Poder Judiciário, desencadeando até mesmo uma “[...] atuação política desse poder [...]” (RIBEIRO, 2008, p. 29), tendo em vista o “[...] isolamento

do Poder Legislativo da sociedade civil [...]” (RIBEIRO, 2008, p. 30) e o aspecto burocrático técnico-democrático do Poder Executivo. Principiado pela abstenção representativa em determinadas matérias, o Poder Judiciário

[...] estaria se desenvolvendo como uma esfera pública baseada na representação funcional, contribuindo para a consolidação da democracia no Brasil [...]. (RIBEIRO, 2008, p. 30).

Em vista disso, considera-se aqui que esta representação funcional atua como “[...] contrapeso dos efeitos negativos de uma representação política distorcida em relação à população representada” (RIBEIRO, 2008, p. 30). Propondo um exercício jurisdicional de solução de conflito de forma rápida, gratuita e eficiente, os Juizados Especiais “[...] emergem já então respondendo às crescentes demandas por justiça de uma parcela da sociedade submersa e, até aquele momento, sem representação.” (VIANNA *et. al.*, 1999, p. 155).

Werneck Vianna *et. al.* (1999, p. 169), pautando-se na ênfase conciliatória atribuída a atuação aos Juizados¹⁶, apresenta o resultado da implementação do primeiro Conselho de Conciliação e Arbitragem - instalado na Comarca de Rio Grande no Estado do Rio Grande do Sul, em 1982 - concluído a partir de relatório elaborado em 1983.

No primeiro ano de atividade, o Conselho recebeu 245 reclamações, sendo 163 incitadas por pessoas físicas e 82 por pessoas jurídicas – a maioria das causas versavam sobre locações, cheques e direitos de consumidores. Do total de causas recebidas, 65%, cerca de 160 conflitos, foram resolvidos por via de conciliação e 2% (cerca de cinco casos) resolvidos por arbitragem. Os 30% restantes não foram solucionados por não comparecimento de um dos conflitantes na audiência, ou pela recusa em aceitar as possibilidades de solução propostas (conciliação ou arbitragem). A celeridade do Conselho resultou que, dos conflitos solucionados, 70,4%

¹⁶ As atividades dos Juizados Especiais são pautadas na Lei nº 9.099/95, em seu art. 2º “[...] pelos critérios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, buscando, sempre que possível, a conciliação ou a transação”. (BRASIL, 2013c).

foram resolvidos no limite de dez dias, e 17,7%, no prazo máximo de vinte dias.

Em meio à crise do regime militar, esse resultado foi decisivo na escolha do Juizado de Pequenas Causas, antecessor dos Juizados Especiais, como o sistema que iria “[...] reformar as práticas e as instituições do Poder Judiciário [...]” (VIANNA *et. al.*, 1999, p. 170). Um ano após o relatório, em 7 de novembro de 1984, foi sancionada a Lei nº 7.244 que instituía o Juizado Especial de Pequenas Causas (BRASIL, 2013b). Esse processo probatório do Conselho de Conciliação e Arbitragem, datando ano de vigência da Lei do Juizado de Pequenas Causas (1984), ocorreu quatro anos antes da promulgação da Constituição (BRASIL, 1988) e sete anos após, em 1995, foi sancionada a Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais (BRASIL, 2013b). Com essa reforma institucional, o Judiciário visou, unicamente, aproximar o mundo jurídico do público, em específico, hipossuficiente para arcar com processos dispendiosos e burocráticos; público remoto aos demais Poderes por conta da inércia legislativa daquela época.

Pelas considerações feitas pelos doutrinadores Luiz Roberto Barroso (2008) e Marcos Faro de Castro (2013), ambos supracitados, percebe-se o modo de operação da judicialização da política, tendo em vista que o Judiciário assume uma competência que não lhe foi taxativamente incumbida, porém o faz com o intuito de zelar pelo fundamento constitucional, e de fato por conta de falhas no exercício competente aos demais poderes.

Embora essa expansão de arbitrariedade remonte a tempos anteriores à Constituição Federal (BRASIL, 1988), após a promulgação a judicialização não se desenvolve de modo diferente, como exemplo, se pode citar a Ação Direta de Inconstitucionalidade¹⁷ 4.277, julgada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), corte constitucional do Brasil, em 05 de maio de 2011 (BRASIL, 2011). Não desejando analisar a fundo o julgado, observe-se o trecho do voto do Relator

¹⁷ As Ações Diretas de Inconstitucionalidade estão previstas no art. 102 da Constituição Federal de 1988. (BRASIL, 1988).

Ministro Ayres Britto, então Presidente do STF (BRASIL, 2011, p. 32):

Pelo que dou ao art. 1.723 do Código Civil interpretação conforme à Constituição para dele excluir qualquer significado que impeça o reconhecimento da união contínua, pública e duradoura entre pessoas do mesmo sexo como ‘entidade familiar’, entendida esta como sinônimo perfeito de ‘família’. Reconhecimento que é de ser feito segundo as mesmas regras e com as mesmas consequência da união estável heteroafetiva.

Exprime-se do Acórdão e do citado voto, o perfeito conceito de judicialização da política. O STF (BRASIL, 2011) foi invocado a se pronunciar sobre matéria não esgotada pelos demais Poderes, que permaneceram, e ainda permanecem, inertes quanto à tutela desse interesse, tanto coletivo, quanto individual; qual seja, a união estável entre pessoas do mesmo sexo. O Acórdão deverá recair sobre o sistema jurídico com igual força de *lei*, uma vez que os ministros da Casa

[...] acordaram em julgar procedentes as ações, com eficácia *erga omnes* e efeito vinculante, com as mesmas regras e consequências da união heteroafetiva [...]. (BRASIL, 2011, p. 5, grifo do autor).

Essa expansão de arbitrariedade protagonizada da pelo STF (BRASIL, 2011), igualmente presente nas ações dos Juizados Especiais, é que conceitua a judicialização da política. O Judiciário exerce uma atribuição que não lhe foi taxativamente incumbida, porém o faz com o intuito de compensar alguma falha no exercício competente aos demais poderes.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi aqui brevemente sistematizado o fenômeno da Judicialização da Política no ordenamento jurídico brasileiro. Foram remontados seus fundamentos históricos e sociais, bem como seus principais “autores”.

Extraí-se dessa pesquisa ao menos uma concepção e um convite ao debate. A concepção de que se fala, é a aquela defendida por Werneck Vianna *et. al.* (1999) e Roberto Barroso (2008), qual seja a de que o Poder Judiciário têm se usurpado

de determinadas matérias competentes aos outros Poderes, porém assim faz com o intuito de suprimir uma lacuna, aperfeiçoando suas atuações com o único fim de aproximar a esfera jurídica e os interesses sociais, possibilitando o efetivo exercício desses direitos. Entretanto, que fique suscitada a importância de um debate aprimorado acerca do tema, inicialmente, pela previsão constitucional da teoria de freios e contrapesos que pressupõe harmonia entre as ações dos três Poderes, bem como pela representatividade ameaçada quando indivíduos não consentidos pelo voto popular passam a tomar decisões de cunho político, próprias da ordem política. Como visto nos resultados do Conselho de Conciliação e Arbitragem de 1982, bem como do pronunciamento plausível do STF quanto à união estável homoafetiva, os benefícios da judicialização são inegáveis, contudo, necessitam de supervisão do próprio ente estatal para que o excesso de judicialização não traga riscos à população.

Em contrapartida, é indispensável a compreensão de que, nas palavras de Barroso (2008, p. 19),

a expansão do Judiciário não deve desviar a atenção da real disfunção que aflige a democracia brasileira: a crise de representatividade, legitimidade e funcionalidade do Poder Legislativo. Precisamos de reforma política. E essa não pode ser feita por juízes.

Portanto, os benefícios da expansão arbitral do Poder Judiciário não podem deixar despercebido o desequilíbrio eminente dos Poderes estatais, tão pouco a ineficiência das autoridades democráticas. Que o desenvolvimento crescente da judicialização seja observado como um alerta à crise de representatividade política pela qual o sistema político brasileiro tem passado.

REFERÊNCIAS

BARROSO, Luís Roberto. **Judicialização, ativismo judicial e legitimidade democrática**. 2008. Disponível em: <http://www.direitofranca.br/direitonovo/FKCEimagens/file/ArtigoBarroso_para_Selecao.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2013.

BRASIL. **Código Civil Brasileiro e Legislação Correlata**. 3. ed. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2010.

_____. **Código de Processo Civil e Constituição Federal**. 38. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. **Lei nº 1.060 de 5 de fevereiro de 1950**. Estabelece normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l1060.htm>. Acesso em: 20 jun. 2013a.

_____. **Lei nº 7.244, de 7 de novembro de 1984**. ~~Dispõe sobre a criação e o funcionamento do Juizado Especial de Pequenas Causas~~. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1980-1988/L7244.htm>. Acesso em: 13 jun. 2013b.

_____. **Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995**. Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9099.htm>. Acesso em: 15 jun. 2013c.

_____. Supremo Tribunal Federal. **Ação direta de inconstitucionalidade nº 4.277**, Procurador Geral da República. Relator: Min. Ayres Britto. Brasília, DF, 05 de maio de 2011. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=628635>>. Acesso em: 12 jun. 2011.

CASTRO, Marcos Faro de. **O Supremo tribunal federal e a judicialização da política**. Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_34/rbcs34_09.htm>. Acesso em: 15 de jun. 2013.

DELGADO, Mauricio Godinho. **Curso de direito do trabalho**. 9. ed. São Paulo: LTr, 2010.

LOCKE, John. **Segundo tratado sobre o governo civil**. [S.l.]: Editora Vozes, [2001].

MÉXICO. **Constitución política de los Estados**

Unidos Mexicanos. *Cuidad de México: Poder Ejecutivo Federal*, 1917.

MONTESQUIEU, Charles de. **O espírito das leis.** São Paulo: Martins Fontes, 2000.

OLIVEIRA, Vanessa Elias; CARVALHO, Ernani. **Judicialização da política:** um tema em aberto. [S. l.]: [s.n.], 2011.

RIBEIRO, Patrícia Carvalho. **Judicialização da política:** Estudo de Casos. 2008. Disponível em:<http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/5828/judicializacao_politica_ribeiro.pdf?sequence=1>. Acesso em: 15 jun. 2013.

SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo.** 25. ed. São Paulo: Malheiros, 2005.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de direito processual civil:** Teoria geral do direito processual civil e processo de conhecimento. 54. ed. Forense, 2013.

VIANNA, Luiz Werneck. *et. al.* **A judicialização da política e das relações sociais no Brasil.** Rio de Janeiro: Revan, 1999.

A RECEPÇÃO DOS TRATADOS INTERNACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

Mônica Duarte¹

RESUMO

O presente artigo trata das relações entre os tratados internacionais de direitos humanos e o ordenamento jurídico brasileiro. Num primeiro momento, analisam-se as teorias sobre os tratados internacionais e o direito interno, discorrendo sobre as fontes do direito internacional e os tratados, com apoio na Convenção de Viena de 1969 que regula o direito dos tratados internacionais. As teorias monista e dualista são também analisadas para verificar sua adequação ao nosso ordenamento jurídico. Trata, ainda, da aplicação dos tratados no plano interno, mostrando de que forma o Brasil recebe os tratados internacionais, bem como a recepção dos tratados internacionais de direito humanos no âmbito da emenda constitucional 45/2004.

PALAVRAS CHAVE: Recepção de Tratados Internacionais. Direitos Humanos. Emenda Constitucional 45/2004.

RECEPTION OF INTERNATIONAL HUMAN RIGHTS TREATIES IN BRAZILIAN LAW

ABSTRACT

This article deals with the relationship between international human rights treaties and the Brazilian legal system. At first analyzes the theories about international treaties and domestic law, discussing the sources of international law and treaties, with the support of the Vienna Convention 1969 which regulates the right of international treaties. Monistic and dualistic theories are also analyzed to verify its suitability in our legal system. It also deals with the application of treaties internally, showing how Brazil welcomes international treaties, as well as the reception of international treaties on human rights within the constitutional amendment 45/2004.

KEYWORDS: Reception of International Treaties. Human Rights. Constitutional Amendment 45/2004.

¹ Doutoranda em Direito pela UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina, na linha de pesquisa Globalização, regionalismo e atores das relações internacionais. Mestre em Ciência Jurídica pela Univali. Professora da Faculdade Avantis. Email: monicadireito@avantis.edu.br

1 INTRODUÇÃO

Num primeiro passo, cabe mencionar a respeito do Direito Internacional Público o qual após a Segunda Guerra Mundial teve um grande desenvolvimento motivando a criação de várias organizações internacionais como a Organização das Nações Unidas, que possui como um dos propósitos manter a paz, melhorar o padrão de vida e promover os direitos humanos.

Desse modo, entende-se por Direito Internacional Público “o conjunto de normas jurídicas que regulam as relações mútuas dos Estados e, subsidiariamente, as das demais pessoas internacionais, como determinadas organizações, e dos indivíduos²”. Contudo, acredita Mazzuoli³ que somente os Estados podem ser sujeitos de direito internacional, pois “somente eles são capazes de contrair direitos e obrigações estabelecidos pela ordem jurídica internacional”.

O Direito Internacional possui como fontes principais as convenções ou tratados, os costumes e os princípios gerais do Direito que estão elencados no artigo 38⁴ do Estatuto da Corte Internacional de Justiça – Corte de Haia⁵. A jurisprudência, a doutrina e a equidade que é facultada sob certas condições são ditas

como instrumentos de integração do Direito Internacional, como meios auxiliares na determinação das normas jurídicas⁶. Todavia, observa-se que o referido artigo não faz menção à existência de algum grau de hierarquia entre as fontes do Direito Internacional⁷.

Nesse enquadramento de ideias, na visão de Mello, a fonte mais importante do Direito Internacional são os tratados devido à sua multiplicidade e também por regulamentarem as matérias de maior relevância⁸. Para Rezek tratado

é todo acordo formal concluído entre pessoas jurídicas de direito internacional público, e destinado a produzir efeitos jurídicos⁹.

Assim, pode-se constatar que os tratados expressam a vontade dos Estados, é uma fonte essencial na produção das normas jurídicas internacionais.

A Convenção de Viena¹⁰ de 1969 regula o direito dos tratados internacionais, sendo um dos mais importantes documentos de direito internacional público, pois reúne regras gerais sobre os tratados entre Estados e ainda regula todo tipo de desenvolvimento progressivo daquelas matérias ainda não consolidadas.

2 CONSIDERAÇÕES SOBRE OS TRATADOS INTERNACIONAIS E O DIREITO INTERNO

2 ACCIOLY, Hildebrando; NASCIMENTO E SILVA, Geraldo Eulálio do. **Manual de Direito Internacional Público**, p. 3.

3 MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **Direitos Humanos, Constituição e os Tratados Internacionais**, p. 11.

4 Vide: Artigo 38 em Corte Internacional de Justiça. **Estatuto de la Corte Internacional de Justicia**. Disponível em: <<http://www.icj-cij.org/homepage/sp/icjstatute.php>>. Acesso em: 05 jun 2013.

5 “A Corte de Haia vem a ser hoje não apenas o mais importante dentre os tribunais internacionais em funcionamento, mas também o mais antigo, visto que sua fundação data de 1920. [...] Instalada na cidade da Haia em 1922, ela se chamou, em sua primeira fase, Corte Permanente de Justiça Internacional (CPIJ). [...] Finda a segunda grande guerra a Corte da Haia ressurgiu na mesma sede, com outro nome oficial: ela é agora a Corte Internacional de Justiça (CIJ), e constitui, nos termos da Carta da ONU, um órgão da organização. Com mudanças representativas de pura adaptação às novas circunstâncias, o Estatuto da Corte volta a ser aquele que se editara em 1920, conservada até mesmo a numeração dos artigos.” (REZEK, José Francisco. **Direito Internacional Público: Curso Elementar**. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2008, p. 356-357).

6 *Ibid.*, p. 9.

7 MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **Direitos Humanos, Constituição e os Tratados Internacionais**, p. 20.

8 MELLO, Celso D. de Albuquerque. **Curso de Direito Internacional Público**. Rio de Janeiro. Renovar, 2001, p. 200.

9 REZEK, José Francisco. **Direito Internacional Público: Curso Elementar**, p.14.

10 Existe um rol de princípios que foram recepcionados pela convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados de 1969 no artigo 53: a) Proibição do uso ou ameaça de força; b) solução pacífica das controvérsias; c) não-intervenção nos assuntos internos dos Estados; d) dever de cooperação internacional; e) igualdade de direitos e autodeterminação dos povos; f) igualdade soberana dos Estados; g) boa-fé no cumprimento das obrigações internacionais. (ITAMARATY, Ministério das Relações Exteriores. **Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados**. Disponível em: <<http://www2.mre.gov.br/dai/dtrat.htm>>. Acesso em: 10 jun. 2013).

Hoje, os tribunais nacionais cada vez mais enfrentam questões de direito internacional, em virtude do aumento das atividades por parte de organizações internacionais e de interesse dos estados submeterem suas disputas a tribunais internacionais¹¹. A existência de conflito entre normas foi estudada em 1914 por Alfred Von Verdross que criou a expressão “dualismo”, a qual foi aceita na Alemanha por Heinrich Triepel em 1923. Triepel defende esta doutrina acreditando que o direito internacional e o direito interno de cada Estado são independentes e distintos, com suas próprias normas:

O direito internacional regularia as relações entre os Estados, enquanto que o direito interno destinar-se-ia à regulação da conduta do Estado com os indivíduos¹².

Nesse sentido, não poderia haver conflitos entre estes sistemas, pois regulariam matérias diferentes, isto é, na perspectiva de Mazzuoli, seguindo o raciocínio de Triepel

um tratado não poderia regular uma questão interna sem antes ter sido incorporado a este ordenamento por um procedimento receptivo que o transforme em lei nacional¹³.

No dualismo, destaca-se, também, Dionízio Anzilotti, na Itália. Na visão de Anzilotti¹⁴,

11 SLYZ, George. *International Law in National Courts*. In: FRANCK, Thomas M.; FOX, Gregory H. (Eds.). *International Law Decisions in National Courts*. Transnational Publishers Inc: Irvington-on-Hudson, New York, 1996, p. 71.

12 TRIEPEL, Carl Heinrich *apud* MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **Direitos Humanos, Constituição e os Tratados Internacionais**, p. 115.

13 *Id.*

14 Para Anzilotti nada impede a “recepção” de normas internacionais por parte do Direito interno, sob a condição de que se entenda que a recepção transforma: “1) o valor formal da norma, que se faz jurídica na ordem interna; 2) os destinatários das normas, que deixam de ser os Estados e passam a ser os indivíduos; e 3) transforma mais ou menos o conteúdo da norma, dando-lhe valor extensivo interno, isto é, eficácia nacional. Em resumo: as ordens jurídicas são diversas porque emanam de fontes distintas, têm por destinatários pessoas diferentes e não coincidem os campos da respectiva eficácia, de sorte que nem se pode falar na existência de conflito entre Direito internacional e Direito interno, uma vez que as normas jurídicas internacionais não influem na obrigatoriedade das normas e vice-versa. [...] No Brasil esta doutrina fora defendida, isoladamente por Amílcar de Castro e mais recentemente por Nadia de Araújo e Inês da Mata Andreiuolo.” (*IBID.*, p.

em alguns casos, o direito internacional pode ser aplicado pelo direito interno sem a devida transformação, por meio da “recepção”¹⁵, o qual converte as normas de direito internacional por um ato do Poder Legislativo; um dualismo diferente do formulado por Triepel¹⁶.

Em um sistema dualista, o Estado é responsável por outros Estados para a realização de obrigações mútuas, mas cada Estado determina os meios e a forma pela qual ele exerce essas funções. Além disso, quando há obrigações internacionais em um Estado dualista quanto às pessoas, coisas ou interesses dentro das suas fronteiras, a realização dessas obrigações exige uma mudança na legislação nacional. Isso é verdade porque os papéis do direito internacional são aplicáveis dentro de um único estado em virtude da sua transposição para o direito interno do Estado¹⁷.

Por sua vez, a teoria monista, considera o direito um sistema integrado tanto pelo direito interno como pelo direito internacional, constituindo um todo harmônico e homogêneo. Os monistas compreendem que o direito internacional e o direito interno são elementos de uma única ordem jurídica, de modo que haveria uma norma hierarquicamente superior, seja ela a de direito interno (monismo com prevalência do direito interno), seja a de direito internacional (monismo com prevalência do direito internacional)¹⁸. Deste modo, a teoria

117-118).

15 “Na recepção o ordenamento jurídico acolhe um preceito já feito.” (BOBBIO, Norberto. **Teoria do Ordenamento Jurídico**, p. 39).

16 Dualismo foi amadurecendo em sua forma moderna no final do século XIX e início do século XX. Durante este período, um líder estudioso dualista, Heinrich Triepel, publicou seu trabalho principal. Triepel tratava legislação nacional e internacional como inteiramente distintas na natureza. Na seqüência dos escritos de Bentham, ele alegou primeiro que eles diferem em particular nas relações sociais que eles governam; estado lida direito com os indivíduos, enquanto o direito internacional regula as relações entre os estados. Em segundo lugar, Triepel argumentou que [...] a fonte da lei municipal é a vontade do próprio estado e fonte de direito internacional é a vontade comum de todos os estados. (SLYZ, George. *International Law in National Courts*, p. 75).

17 *Ibid.*, p. 73.

18 GALINDO, George Rodrigo Bandeira, **Tratados Internacionais de Direitos Humanos e Constituição**

monista afirma que há apenas uma única ordem jurídica, sendo dividida em duas vertentes, a que defende a primazia do Direito Interno e a outra que sustenta a prevalência do Direito Internacional.

Um dos principais representantes do monismo internacionalista é Hans Kelsen¹⁹ que tem o dualismo como seu adversário principal. Já a vertente nacionalista encontrou alguns adeptos na França e Alemanha, transparecendo com clareza entre os anos vinte e os anos oitenta, na obra dos autores soviéticos, segundo Rezek²⁰.

O monismo com prevalência do Direito Internacional sustenta a unicidade da ordem jurídica sob o primado do direito externo, a que se ajustariam todas as ordens internas. Essa teoria é defendida por Kelsen, Verdross e Kunz, pelo que se costuma dizer que fora desenvolvida principalmente pela Escola de Viena²¹.

Embora essa questão do conflito entre as normas de direito internacional e de direito interno seja, de certa forma, controvertida entre os doutrinadores, no que se refere à aplicação no nosso ordenamento jurídico a Constituição Federal não faz menção expressa a respeito das correntes dualista e monista, razão pela qual no próximo item será explanado com maior propriedade em qual das teorias o Brasil se aproxima.

Brasileira. Belo Horizonte: Del Rey, 2002, p. 10.

19 “Os monistas kelsenianos voltam-se para a perspectiva ideal de que se instaure um dia a ordem única, e denunciam, desde logo, à luz da realidade, o erro da idéia de que o Estado soberano tenha podido outrora, ou possa hoje, sobreviver numa situação de hostilidade ou indiferença frente ao conjunto de princípios e normas que compõem a generalidade do direito das gentes”. (REZEK, José Francisco. **Direito Internacional Público:** curso elementar, p. 5).

20 “Os monistas da linha nacionalista dão relevo especial à soberania de cada Estado e à descentralização da sociedade internacional. [...] Se é certo que pouquíssimos autores, fora do contexto soviético, comprometeram-se doutrinariamente com o monismo nacionalista, não menos certo é que essa idéia norteia as convicções judiciárias em inúmeros países do ocidente - incluídos o Brasil e os Estados Unidos da América -, quando os tribunais, enfrentam o problema do conflito entre normas de direito internacional e de direito interno”. (ID.).

21 MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **Direitos Humanos, Constituição e os Tratados Internacionais**, p. 120.

3 APLICAÇÃO DOS TRATADOS NO PLANO INTERNO

Para que o tratado ratificado produza efeitos no ordenamento jurídico interno, faz-se necessária a edição de um ato normativo nacional. No caso brasileiro, este ato tem sido um decreto de execução, expedido pelo Presidente da República, com a finalidade de conferir execução e cumprimento ao tratado ratificado no âmbito interno²².

Para os tratados, em geral, ingressarem no ordenamento jurídico atual brasileiro, devem ser submetidos a um longo processo, passando por algumas fases, quais sejam: negociação; assinatura; mensagem ao Congresso; aprovação parlamentar mediante decreto legislativo; ratificação e promulgação do texto do tratado mediante decreto presidencial.

A negociação e a assinatura estão previstas no art. 84, VIII da Constituição Federal e são de competência do Presidente da República²³. No entanto, em razão da possibilidade de delegação, quem as executa na prática é o Ministro das Relações Exteriores²⁴ e os Chefes de Missão Diplomática²⁵. A assinatura, quase sempre

22 GOMES, Luiz Flávio, PIOVESAN, Flávia. **O Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos e o Direito Brasileiro.** São Paulo: RT, 2000. p. 158-159.

23 “**Art. 84.** Compete privativamente ao Presidente da República: [...] VII - manter relações com Estados estrangeiros e acreditar seus representantes diplomáticos; VIII - celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional. [...]”. (BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 14 jun. 2013a).

24 “O ministro das relações exteriores se entende um plenipotenciário (ou mandatário) – no quadro internacional – desde o momento em que investido pelo chefe de Estado, ou pelo chefe do governo, naquela função especializada. Ele guardará o benefício dessa presunção de qualidade, independentemente de qualquer prova documental avulsa, enquanto exercer o cargo.” (REZEK, José Francisco. **Direito Internacional Público:** curso elementar, p. 35-36).

25 O chefe de missão diplomática é o “embaixador ou encarregado de negócios, mas apenas para negociação de tratados bilaterais entre o Estado acreditante e o Estado acreditado. O horizonte desta plenipotência presumida é, assim, e numa dupla dimensão, muito estreito se confrontando com o que se abre ao ministro do exterior”. (IBID., p. 36).

bilateral, põe termo à negociação, autenticando e determinando o texto dos tratados, o qual possui condições de vigência imediata²⁶. Do ponto de vista jurídico, o texto final do tratado é aprovado pela Consultoria Jurídica do Itamaraty, e sob o aspecto processual, pela Divisão de Atos Internacionais²⁷.

Ato contínuo, após a assinatura, inicia-se a aprovação parlamentar mediante decreto legislativo e execução do tratado por meio uma mensagem do Presidente da República ao Congresso Nacional, somente neste momento que cabe ao Congresso Nacional²⁸ apreciar as obrigações que serão adquiridas.

Recebida a mensagem, formaliza-se o procedimento legislativo de aprovação na Câmara dos Deputados, terminando no Senado Nacional. Leciona Rezek que o êxito tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado quer dizer que o compromisso foi aprovado pelo Congresso Nacional²⁹. Após, essa decisão é formalizada por meio de um decreto legislativo, promulgado pelo presidente do Congresso Nacional, que o faz publicar no Diário Oficial da União.

Cabe ressaltar que o decreto legislativo

26 *Ibid.*, p. 46.

27 “A negociação de um tratado pode apresentar diferenças, conforme o tipo de acordo que se deseja firmar. [...] A assinatura é uma fase necessária da processualística dos atos internacionais, pois é com ela que se encerram as negociações e se expressa o consentimento do Estado em aderir com todo o pactuado. Deste momento em diante, ficam proibidas quaisquer alterações no texto do acordo firmado.” (MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **Direitos Humanos, Constituição e os Tratados Internacionais**, p. 45-47).

28 “A remessa de todo tratado ao Congresso Nacional para que o examine e, se assim julgar conveniente, aprove, faz-se por mensagem do presidente da República, acompanhada do inteiro teor do projetado compromisso, e da exposição de motivos que a ele, presidente, terá endereçado o ministro das Relações Exteriores. A matéria é discutida e votada, separadamente, primeiro na Câmara, depois no Senado. A aprovação do Congresso implica, nesse contexto, a aprovação de uma e outra das suas duas casas. Isto vale dizer que a eventual desaprovação no âmbito da Câmara dos Deputados põe termo ao processo, não havendo por que levar a questão ao Senado em tais circunstâncias.” (*OP. CIT.*, p. 65).

29 *Id.*

exprime unicamente a aprovação. Não se promulga esse diploma quando o Congresso rejeita o tratado, caso em que cabe apenas a comunicação, mediante mensagem, ao Presidente da República³⁰.

Desta forma, para que os tratados internacionais tenham vigência, faz-se necessária à promulgação e publicação de um decreto do Presidente que, via de regra, é acompanhada do texto ratificado pelo Executivo. A respeito da ratificação vista sob a ótica do direito internacional, Mazzuoli:

A ratificação, para o direito internacional, por conseguinte, exprime *confirmação* (confirmação da assinatura anteriormente aposta), o que difere do significado empregado pelo direito civil, que o exprime no sentido de *aprovação*. Talvez por isso tenha estabelecido a Convenção de Viena, no seu art. 2º, § 2º, que as disposições relativas às expressões nela empregadas não prejudicam o emprego dessas expressões, nem os significados que lhes possam ser dados na legislação interna de qualquer Estado³¹.

Mazzuoli caracteriza a ratificação

pelo fato de ser ela um ato eminentemente político e circunstancial, posto não estar o Chefe do Executivo obrigado a proceder a confirmação, perante as outras partes, da vontade do Estado em obrigar-se³².

Isto significa que o governo pode decidir em ratificar ou não um tratado aprovado pelo Parlamento, segundo o que julgar mais conveniente, ou segundo as circunstâncias, não significando isto a prática de ilícito internacional.

Para produzir efeitos na ordem interna,

30 *Id.*

31 MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **Direitos Humanos, Constituição e os Tratados Internacionais**, p. 49.

32 “Frise-se que não é a ratificação propriamente dita, isto é, a assinatura da carta de ratificação, que torna um tratado obrigatório. Este é um ato interno que não tem o condão de dar vigência ao acordo. A entrada em vigor dos tratados e convenções internacionais dá-se, em verdade, através da *troca ou depósito dos instrumentos de ratificação* em órgão que assuma a sua custódia (v. g. a ONU e a OEA), cuja notícia o depositário dará aos demais pactuantes. Somente a partir daí é que as outras partes contratantes manifestam, umas à outras, sua vontade de, efetivamente, aderir ao pactuado. Antes desse ato complementar não se pode exigir vigência aos tratados internacionais.” (*IBID.*, p. 51).

deve ocorrer a promulgação de Decreto do Poder Executivo (ato com força de lei) pelo Presidente. Segundo o Ministro Celso de Mello do STF³³, a edição desse ato presidencial acarreta três efeitos: a) promulgação do tratado; b) publicação oficial de seu texto; c) executoriedade do ato internacional que passa então a “vincular e obrigar no plano do direito positivo interno”, tal como uma lei ordinária.

Importante frisar que a promulgação, publicação do texto do tratado e a executoriedade do ato internacional é o que faz produzir efeitos na ordem interna, passando então o tratado a vigorar no plano do direito positivo interno, tal como uma lei ordinária, sob o crivo hierarquizado da Constituição Federal.

Além disso, os tratados revogam leis ordinárias anteriores, entretanto não são revogados por leis posteriores, as quais somente afastam sua aplicação enquanto vigorarem. Assim, o tratado volta a produzir efeitos somente quando revogada a lei posterior incompatível.

33 Com relação ao tema, oportuna as palavras de Barbosa trazendo entendimentos do STF afirmando que os tratados, uma vez recepcionados, possuem *status* de lei ordinária: “[...]. Isso ficou evidente quando do julgamento da Ação Direta de inconstitucionalidade nº1.480-3/DF, que teve por objeto a Convenção nº158 da O. I. T. O eminente Relator, Ministro Celso de Mello, elucida referido posicionamento ao afirmar que “os tratados ou convenções internacionais, uma vez regularmente incorporados ao direito interno, situam-se, no sistema jurídico brasileiro, nos mesmos planos de validade, de eficácia e de autoridade em que se posicionam as leis ordinárias, havendo, em consequência, entre estas e os atos de direito internacional público, mera relação de paridade normativa”. No mesmo sentido, o eminente Ministro Carlos Velloso, em recente trabalho doutrinário (2003, p. 20), esclarece o seguinte: “a) na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, há paridade entre a norma brasileira de produção doméstica e a norma brasileira de produção internacional. Assim, o conflito entre uma e outra resolve-se, de regra, pelo mecanismo tradicional: *lex posterior derogat legi priori*. Todavia, há de se ter presente que a lei posterior não revoga o tratado anterior, mas simplesmente afasta, enquanto em vigor, as normas do tratado com ela incompatíveis. Assim, revogada a lei que afastou a sua aplicação, voltará o tratado a ter aplicação; b) em matéria tributária, entretanto, observa-se o princípio contido no artigo 98 do Código Tributário Nacional: o primado da norma brasileira de produção internacional”. (BARBOSA, Salomão Almeida. O Poder de Celebrar Tratados no Direito Positivo Brasileiro. *Revista de Informação Legislativa*. Brasília, a. 41, n. 162, p. 353-361, abr.-jun, 2004).

Interessante mencionar que a análise e referendo dos tratados internacionais pelo Congresso Nacional acabam por limitar e diminuir o poder do Presidente da República, conforme se pode observar pelo que expressa o art.49, I da Constituição Federal³⁴.

Na Constituição vigente, são os artigos já mencionados 49, I, e 84³⁵, VII e VIII, os que instruem sobre as competências do Presidente da República e do Congresso Nacional na contração de obrigações internacionais pelo País.

Tem-se entendido que em virtude da Constituição Federal³⁶ não fazer menção expressa a respeito das correntes dualista e monista, no Brasil sustenta-se uma aproximação maior da tese dualista moderada, condicionando a vigência dos tratados internacionais à promulgação de norma jurídica interna.

No que tange o conflito entre um tratado e uma lei nacional, na Constituição Federal³⁷ não consta dispositivos estabelecendo hierarquia nas normas internacionais em relação às nacionais. Como bem assinala Ferraz Junior³⁸, as duas normas são equivalentes e aplicadas segundo a regra *lex posterior revocat priori*:

O tratado se incorpora ao Direito Interno ao mesmo nível hierárquico da Lei Ordinária, e havendo incompatibilidade entre aquele e as Leis Ordinárias do país, ou vice-versa, aplica-se, portanto, o princípio geral adotado de que prevalece a norma posterior sobre a anterior, tudo conforme a regra estrutural da *lex posterior revocat priori*.

No caso de tratados internacionais de direito humanos, havendo conflito com uma nacional, analisar-se o disposto no artigo 5º, §

34 “Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional: I - resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional. [...]”. (BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 14 jun. 2013a).

35 Conforme nota nº 23 citada.

36 *Ibid.*

37 *Id.*

38 FERRAZ JÚNIOR, Tercio Sampaio. **Introdução ao estudo de direito: técnica, decisão, dominação**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2001. p. 236.

3º da Constituição Federal³⁹, juntamente com os artigos, já tratados neste item, 49, inciso I e 84, incisos VII e VIII.

4 Os tratados internacionais de direitos humanos no âmbito da emenda constitucional 45/2004

Prevê o art. 5º, parágrafo 3º da Constituição Federal⁴⁰ que:

art. 5º [...] § 3º Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais. [...].

Analisando-se a referida disposição, pode-se dizer que apenas os tratados e convenções internacionais que versarem sobre direitos humanos e que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes a emendas constitucionais.

Desta forma, para que os tratados internacionais de direitos humanos sejam incorporados no ordenamento interno com *status* de norma constitucional, seu conteúdo precisa ser exclusivamente sobre direitos humanos e a sua deliberação parlamentar devem obedecer aos dispositivos para edição de emendas constitucionais, no art. 60, §2º da Constituição Federal⁴¹.

No entanto, há uma grande divergência quanto ao *status* dos tratados anteriores à edição da emenda, os posteriores e os que se encontram em tramitação. Existem, pelo menos, cinco correntes diferentes. A primeira, defendida por Celso de Mello, confere aos tratados internacionais de direitos humanos hierarquia supraconstitucional, invocando serem eles *jus cogens* - cláusulas pétreas internacionais⁴².

39 *Op. cit.*

40 *Id.*

41 "Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta: [...] § 2º - A proposta será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros". (*Id.*)

42 SEDH. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da

Antônio Augusto Cançado Trindade e Flávia Piovesan⁴³ são adeptos da corrente que confere aos tratados internacionais de direitos humanos, hierarquia constitucional:

enquanto os demais Tratados internacionais têm força hierárquica infraconstitucional, os direitos enunciados em Tratados internacionais de proteção dos direitos humanos apresentam hierarquia de norma constitucional.

A terceira corrente confere a esses tratados hierarquia suprallegal, porém infraconstitucional. Por sua vez, a quarta corrente, defendida pelo Supremo Tribunal Federal⁴⁴, atribui paridade legal a esses tratados. Já a quinta corrente defende a não aplicação da Convenção Americana no Brasil por esta ter sido promulgada por Decreto, ato normativo infralegal⁴⁵.

O que se depreende do entendimento do STF é que a Emenda Constitucional nº 45 de 2004⁴⁶ assegura aos tratados decorrentes de direitos humanos grau de hierarquia constitucional.

Presidência da República. **11ª Conferência Nacional dos Direitos Humanos**: Subsídio para Revisão e Atualização do Programa Nacional dos Direitos Humanos – PNDH, Brasília, agosto de 2008. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/sedh/pndh/subs_conf.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2013.

43 PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e o Direito Constitucional Internacional**. 5. ed. São Paulo: Max Limonad, 2002. p. 83.

44 Vide Ação Direta de inconstitucionalidade nº 1.480-3/DF: "[...]. Os tratados ou convenções internacionais, uma vez regularmente incorporados ao direito interno, situam-se no mesmo plano de validade e eficácia das normas infraconstitucionais. Essa visão do tema foi prestigiada em decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do RE n. 80.004-SE (RTJ 83/809, Rel. p/ o acórdão Min. Cunha Peixoto), quando se consagrou, entre nós, a tese – até hoje prevalecente na jurisprudência da Corte – de que existe, entre tratados internacionais e leis internas brasileiras mera relação de paridade normativa. [...]". (BRASIL. STF, Supremo Tribunal Federal. **Ação Direta de Inconstitucionalidade**, (ADIN nº 1.480-3/DF), Rel. Min. Presidente Celso de Mello, DJ 18/05/2001).

45 Conforme nota nº 42.

46 BRASIL. **Emenda Constitucional nº 45 de 30 de dezembro de 2004**. Altera dispositivos dos arts. 5º, 36, 52, 92, 93, 95, 98, 99, 102, 103, 104, 105, 107, 109, 111, 112, 114, 115, 125, 126, 127, 128, 129, 134 e 168 da Constituição Federal, e acrescenta os arts. 103-A, 103B, 111-A e 130-A, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc45.htm>. Acesso em: 18 jun. 2013b.

O Decreto Legislativo nº. 186/2008⁴⁷, publicado em julho de 2008 aprovou o texto da Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência e de seu protocolo facultativo, em março de 2007, segundo o rito determinado pelo § 3º do art. 5º da Constituição Federal⁴⁸. O Decreto foi incorporado no ordenamento jurídico nacional com *status* de Emenda Constitucional, sendo a primeira norma internacional sobre direitos humanos a ser incorporadas nestes termos.

Cabe observar o julgamento do HC 72.131/RJ de 1997⁴⁹ que foi indeferido pelo Ministro Moreira Alves, sobre a prisão civil do depositário infiel:

Essa Corte, por seu Plenário (HC 72131) firmou o entendimento de que, em face da Carta Magna de 1988, persiste a constitucionalidade da prisão civil do depositário infiel em se tratando de alienação fiduciária, bem como que o Pacto de São José de Costa Rica, além de não poder contrapor-se à permissão do artigo 5º, LXVII, da mesma Constituição, derogou, por ser norma infraconstitucional geral, as normas infraconstitucionais especiais sobre prisão civil do depositário infiel.

Entretanto, é de grande valia comentar a respeito do entendimento do STF, ainda quanto à prisão civil do depositário infiel, no Recurso Extraordinário nº 466.343 de dezembro de 2008⁵⁰, entendendo que não há mais aplicabilidade da parte final do inciso LXVII do art. 5º da Constituição Federal:

EMENTA: PRISÃO CIVIL. Depósito. Depositário infiel. Alienação fiduciária. Decretação da medida coercitiva. Inadmissibilidade absoluta. Insustentação da previsão constitucional e das normas subalternas. Interpretação do art. 5º, inc.

47 BRASIL. **Decreto Legislativo nº 186, 2008**. Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007.

48 BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constitucao/constitucao.htm>. Acesso em: 14 jun. 2013a.

49 BRASIL. STF, Supremo Tribunal Federal. **Habeas Corpus, (HC nº 72.131/RJ)**, Rel. Min. Presidente Moreira Alves, DJ 12/09/1997.

50 BRASIL. STF, Supremo Tribunal Federal. **Recurso Extraordinário, (RE nº 466.343 /SP)**, Rel. Min. Cezar Peluso, DJ 04/06/2009.

LXVII e §§ 1º, 2º e 3º, da CF, à luz do art. 7º, § 7, da Convenção Americana de Direitos Humanos (*Pacto de San José da Costa Rica*). Recurso improvido. Julgamento conjunto do RE nº 349.703 e dos HCs nº 87.585 e nº 92.566. **É ilícita a prisão civil de depositário infiel, qualquer que seja a modalidade do depósito.** (grifo meu.)

Observa-se na referida decisão que o STF entendeu que não é mais possível a prisão civil do devedor no contrato de alienação fiduciária em garantia, uma vez que o artigo 7º, § 7 do Pacto San José da Costa Rica⁵¹ dispõe que:

Ninguém será detido por dívidas. Este princípio não limita os mandados de autoridade judiciária competente expedidos em virtude de inadimplemento de obrigação alimentar.

Nesse íterim, a prisão civil por dívida é aplicável somente para o devedor de obrigação alimentícia.

Relevante transcrever a decisão do Ministro Gilmar Mendes, no mesmo julgado supramencionado⁵², sobre o *status* supralegal (abaixo da Constituição e acima da legislação interna) dos tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos celebrados pelo Brasil que não obedecerem ao rito disposto no § 3º do art. 5º da Constituição Federal:

[...] Por conseguinte, parece mais consistente a interpretação que atribui a característica de supralegalidade aos tratados e convenções de direitos humanos. Essa tese pugna pelo argumento de que os tratados sobre direitos humanos seriam infraconstitucionais, porém diante de seu caráter especial em relação aos demais atos normativos internacionais, também seriam dotados de um atributo de supralegalidade. Em outros termos, os tratados sobre direitos humanos não poderiam afrontar a supremacia da Constituição, mas teriam lugar especial reservado no ordenamento jurídico. Equipará-los à legislação ordinária seria subestimar o seu valor especial no contexto do sistema de proteção dos direitos da pessoa humana.

Interessante comentar, por fim, que em

51 OEA. **Convención Americana sobre Derechos Humanos** (Pacto de San José). Disponível em: <<http://www.oas.org/juridico/spanish/tratados/b-32.html>>. Acesso em: 19 jun 2013.

52 BRASIL. STF, Supremo Tribunal Federal. **Recurso Extraordinário, (RE nº 466.343 /SP)**, Rel. Min. Cezar Peluso, DJ 04/06/2009.

16 de dezembro de 2009, foi editada a Súmula Vinculante 25⁵³, dispondo que “é ilícita a prisão civil de depositário infiel, qualquer que seja a modalidade do depósito”, seguindo o que foi estabelecido pelo STF no Recurso Extraordinário nº 466.343 de 2008⁵⁴, acima transcrito. Ademais, em 11 de março de 2010, foi editada a Súmula 419⁵⁵ do STJ que traz em seu texto que “descabe a prisão civil do depositário judicial infiel”. Desta forma, tem-se que uma lei ordinária não pode sobrepor-se ao disposto em um tratado sobre direitos humanos ao qual o Brasil aderiu.

Nesse contexto, o STF ao analisar a constitucionalidade da legislação brasileira no que tange a prisão civil do depositário infiel, concluiu no sentido de fazer prevalecer a tese do *status* de supralegalidade do Pacto de San José⁵⁶ da Costa Rica, aprovado pelo Brasil por meio do Decreto nº 678, de 6 de novembro de 1992⁵⁶.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Verificou-se com o presente artigo a relação entre os tratados internacionais de direitos humanos e o ordenamento jurídico brasileiro, explanando a aplicação e eficácia dos tratados no plano interno. Assim, pode-se concluir que a incorporação dos tratados internacionais de proteção dos Direitos Humanos no ordenamento jurídico brasileiro traz algumas consequências internas uma vez que a Convenção de Viena⁵⁷

sobre o Direito dos Tratados impõe a todos os Estados a obrigatoriedade de reconhecerem a primazia do direito internacional sobre o direito interno.

Nesse sentido, a ordem jurídica internacional se alicerça no cumprimento efetivo das obrigações assumidas em tratados internacionais que visam à proteção dos direitos humanos, assegurando os ideais de justiça, segurança e paz, o reconhecimento do valor da dignidade da pessoa humana e o respeito integral ao homem, direitos estes proclamados pela Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 como um ideal a ser buscado por todos os cidadãos de todas as nações, consagrando o critério da primazia da norma mais favorável às vítimas, seja ela norma de direito internacional ou de direito interno.

REFERÊNCIAS

ACCIOLY, Hildebrando; NASCIMENTO E SILVA, Geraldo Eulálio do. **Manual de direito internacional público**. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

BARBOSA, Salomão Almeida. O poder de celebrar tratados no direito positivo brasileiro. **Revista de Informação Legislativa**. Brasília, a. 41, n. 162, p. 353-361, abr.-jun, 2004.

BOBBIO, Norberto. **Teoria do Ordenamento Jurídico**. Tradução de Maria Celeste C. J. Santos. Brasília: Universidade de Brasília, 1999.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 14 jun 2013a.

BRASIL. **Decreto nº 678, de 6 de novembro de 1992** Promulga a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), de 22 de novembro de 1969. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D0678.htm>. Acesso em: 30 jun. 2013.

BRASIL.. **Decreto Legislativo nº 186, 2008. Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos** Disponível em: <<http://www2.mre.gov.br/dai/dtrat.htm>>. Acesso em: 10 jun. 2013.

53 BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Súmula Vinculante nº 25 de 16 de dezembro de 2009. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/jurisprudenciaSumulaVinculante/anexo/PSV_31.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2013c.

54 BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Recurso Extraordinário, (RE nº 466.343 /SP)**, Rel. Min. Cezar Peluso, DJ 04/06/2009.

55 BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Súmula nº 419**. Os Municípios têm Competência para Regular o Horário do Comércio Local, desde que não Infrinjam Leis Estaduais ou Federais Válidas. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=419.NUME.%20NAO%20S.FLSV.&base=baseSumulas>>. Acesso em: 26 jun. 2013.

56 BRASIL. **Decreto nº 678, de 6 de novembro de 1992** Promulga a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), de 22 de novembro de 1969. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D0678.htm>. Acesso em: 30 jun. 2013.

57 ITAMARATY, Ministério das Relações Exteriores. **Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados**. Disponível em: <<http://www2.mre.gov.br/dai/dtrat.htm>>.

das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 45 de 30 de dezembro de 2004**. Altera dispositivos dos arts. 5º, 36, 52, 92, 93, 95, 98, 99, 102, 103, 104, 105, 107, 109, 111, 112, 114, 115, 125, 126, 127, 128, 129, 134 e 168 da Constituição Federal, e acrescenta os arts. 103-A, 103B, 111-A e 130-A, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc45.htm>. Acesso em: 18 jun. 2013b.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Ação Direta de Inconstitucionalidade, (ADIN nº 1.480-3/DF)**, Rel. Min. Presidente Celso de Mello, DJ 18/05/2001.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Habeas Corpus, (HC nº 72.131/RJ)**, Rel. Min. Presidente Moreira Alves, DJ 12/09/1997.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Recurso Extraordinário, (RE nº 466.343 /SP)**, Rel. Min. Cezar Peluso, DJ 04/06/2009.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Súmula nº 419**. Os Municípios têm Competência para Regular o Horário do Comércio Local, desde que não Infrinjam Leis Estaduais ou Federais Válidas. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=419.NUME.%20NAO%20S.FLSV.&base=baseSumulas>>. Acesso em: 26 jun. 2013c.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Súmula Vinculante nº 25 de 16 de dezembro de 2009**. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/jurisprudenciaSumulaVinculante/anexo/PSV_31.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2013d.

CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. **Estatuto de la Corte Internacional de Justicia**. Disponível em: <<http://www.icj-cij.org/homepage/sp/icjstatute.php>>. Acesso em: 05 jun. 2013.

FERRAZ JÚNIOR, Tercio Sampaio. **Introdução ao**

Estudo de Direito: técnica, decisão, dominação. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

GALINDO, George Rodrigo Bandeira, **Tratados internacionais de Direitos Humanos e Constituição Brasileira**. Belo Horizonte: Del Rey, 2002.

GOMES, Luiz Flávio, PIOVESAN, Flávia. **O Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos e o Direito Brasileiro**. São Paulo: RT, 2000.

ITAMARATY. Ministério das Relações Exteriores. **Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados**. Disponível em: <<http://www2.mre.gov.br/dai/dtrat.htm>>. Acesso em: 10 jun. 2013.

MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **Direitos Humanos, Constituição e os Tratados Internacionais**. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2002.

MELLO, Celso D. de Albuquerque. **Curso de Direito internacional Público**. Rio de Janeiro. Renovar, 2001.

OEA. **Convención Americana sobre Derechos Humanos** (Pacto de San José). Disponível em: <<http://www.oas.org/juridico/spanish/tratados/b-32.html>>. Acesso em: 19 jun. 2013.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional**. 5. ed. São Paulo: Max Limonad, 2002.

REZEK, Francisco **Direito Internacional Público: Curso Elementar**. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

SEDH. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. **11ª Conferência Nacional dos Direitos Humanos: Subsídio para Revisão e Atualização do Programa Nacional dos Direitos Humanos – PNDH**, Brasília, agosto de 2008. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/sedh/pndh/subs_conf.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2013.

SLYZ, George. *International Law in National Courts*. In: FRANCK, Thomas M.; FOX, Gregory H.

(Eds.). *International law decisions in national courts*. Transnational Publishers Inc: Irvington-on-Hudson, New York, 1996.

GINÁSTICA RÍTMICA E SUAS CONTRIBUIÇÕES NO DESENVOLVIMENTO DAS PRÁTICAS CORPORAIS

Sheila Caroline Alves¹
André Luiz de Oliveira Braz²

RESUMO

A Ginástica Rítmica é um esporte que desperta fascínio e encantamento por se tratar de uma combinação de movimentos e manipulação de aparelhos. Trata-se de um esporte de alto rendimento e elevado grau de dificuldade na sua execução. Faz parte dos conteúdos que devem ser desenvolvidos na Educação Física e sua aplicação com alunos de diferentes faixas etárias pode proporcionar o desenvolvimento de diversas habilidades motoras fundamentais. O presente trabalho apresenta uma reflexão respaldada na literatura tomando como interface estudos voltados para as potencialidades desta atividade e pela observação direta da sua prática. O objetivo maior da elaboração deste texto é ressaltar a importância da Ginástica Rítmica tanto no desenvolvimento motor quanto no âmbito social de seus praticantes.

PALAVRAS CHAVE: Ginástica. Habilidades. Lúdico.

RHYTHMIC GYMNASTICS AND THEIR CONTRIBUTIONS IN THE DEVELOPMENT OF BODILY PRACTICES

ABSTRACT

Rhythmic gymnastics is a sport that arouses fascination and enchantment because it is a combination of movements and handling of devices. It is a sport of high yield and high degree of difficulty in its execution. Part of the contents that must be developed in physical education and its application with students of different age groups can provide the various fundamental motor skills development. The present work presents a reflection based on literature on the interface-oriented studies the potential of this activity and the direct observation of their practice. The main objective of this text is to emphasize the importance of rhythmic gymnastics in motor development as in the social scope of its practitioners.

KEYWORDS: Gymnastics. Skills. Playful.

1 Profissional de Educação Física – Balneário Camboriú; Professora da Rede Municipal de Ensino.

2 Profissional de Educação Física; Docente do curso de Educação Física da Faculdade Avantis. E-mail: andrebraz@avantis.edu.br

1 INTRODUÇÃO

A Educação Física pode ser trabalhada e vivenciada em diferentes contextos e com diferentes modalidades, visto a existência de amplos conteúdos os quais podem ser utilizados durante as aulas pelo professor de Educação Física. Entre estes conteúdos existem as atividades culturais, atividades rítmicas, atividades esportivas, entre outras que se utilizam dos movimentos corporais como ferramenta principal de trabalho em busca de lazer, conforto, saúde, prazer, afetividade, sensações e equilíbrio.

Além destes benefícios, todo movimento corporal planejado, orientado e sistematizado pode influenciar na promoção, recuperação e manutenção da saúde física, mental e social. Todos os conteúdos inerentes a Educação Física: Lutas, Ginásticas, Esportes coletivos, Esportes individuais, Danças, Brincadeiras, apresentam peculiaridades individuais de cada área, tendo cada uma a sua finalidade específica. A Ginástica Rítmica, enquanto parte do conteúdo da Educação Física, pode ampliar essas oportunidades a todos os seus praticantes para que desenvolvam suas potencialidades, visando seu aprimoramento como seres humanos e compreensão dos aspectos pertinentes ao seu desenvolvimento.

Nesse sentido, este artigo teve como escopo principal apresentar a importância da Ginástica Rítmica para o processo de desenvolvimento motor dos seus praticantes, identificando as principais capacidades adquiridas. O presente artigo tem como ponto de partida as observações realizadas no cotidiano das aulas de Ginástica Rítmica no município de Balneário Camboriú (SC), no período acadêmico da pesquisadora (segundo semestre 2013). A partir deste olhar, percebeu-se que a modalidade esportiva Ginástica Rítmica, tem papel fundamental no processo de desenvolvimento das capacidades motoras das praticantes que se torna visível a manifestação das habilidades adquiridas através do esporte.

Além das contribuições no aspecto

motor, percebe-se que a Ginástica Rítmica tanto assume um papel importante na aprendizagem e no desenvolvimento social dos seus praticantes. Como objetivo geral, temos: apresentar a importância da Ginástica Rítmica para o processo de desenvolvimento motor das praticantes, identificando as principais capacidades adquiridas.

2 CONCEPÇÃO DE GINÁSTICA RÍTMICA

Com o estudo da história da Ginástica, observou-se que a Ginástica Geral era muito usada para prática de exercícios militares, a fim de trabalhar nos praticantes aspectos como força, agilidade, impulsão, entre outros. Além disso, ela era usada como exercícios para promover a beleza do corpo.

Atualmente a Ginástica divide-se em várias modalidades com técnicas e práticas diferenciadas, entre elas Ginástica Olímpica, Ginástica Artística, Ginástica de Trampolim, Ginástica Aeróbica, Ginástica Acrobática e Ginástica Rítmica.

Esta última é uma atividade desportiva exclusivamente feminina, com ênfase na arte do domínio corporal, inter-relacionada às diferentes técnicas de manipulação de aparelhos manuais ao ritmo da música, numa síntese integrativa da arte e do desporto. Foi reconhecida pela Federação Internacional de Ginástica como desporto em 1962 recebendo diversos nomes como Ginástica Moderna e Ginástica Rítmica Desportiva (EGERLAND, 2004). Difunde-se entre movimentos técnicos de alto grau de dificuldade e características de leveza e graciosidade na sua execução.

Manifesta-se por um conjunto sucessivo e variado de movimentos executados, em sua globalidade, com expressividade, ritmo e variações dinâmicas onde o aparelho serve como elemento mediador da arte expressiva dos gestos e movimentos. As apresentações podem ser individuais ou em grupo. Sua prática tem inúmeros adeptos, pois é atividade gímnica, em que a forma envolvente de realização de movimento com o corpo e o acompanhamento

da melodia, ritmo e música, encantando as crianças, jovens e adultos.

3 ELEMENTOS CORPORAIS DA GINÁSTICA RÍTMICA

Nas formas básicas de movimento, segundo Peuker (1973 apud PIRES, 2014),

consideram-se os componentes funcionais e condicionais dos movimentos humanos, a extensão, a flexão e circundução, sendo que estes fazem parte do dia-dia do ser humano. A forma elementar da execução determina pelo molejar, que facilita a movimentação das articulações e a elasticidade da musculatura, e o balancear composto por três fases, estímulo, acento e amortecimento, caracterizando, assim, o trabalho em [Ginástica Rítmica].

Os elementos corporais da Ginástica Rítmica são baseados nesses movimentos, os quais podem ser executados com ou sem deslocamento e devem ser trabalhados com variações da dinâmica, espaço e ritmo. O Código de Pontuação de Ginástica Rítmica (2003) define os elementos corporais em saltos, pivots, equilíbrios e os elementos de flexibilidade e ondas.

Cada um dos cinco elementos corporais fundamentais possui uma característica particular, tal como um grau de dificuldade singular, sendo descritos a seguir (CÓDIGO DE PONTUAÇÃO DE GINÁSTICA RÍTMICA, 2003):

- Saltos: necessitam de boa altura, com elevação do centro de gravidade, boa amplitude, existem diversos tipos de saltos com diferentes graus de dificuldade;
- Equilíbrios: devem ser executados sobre a meia ponta ou sobre um joelho e ser visivelmente mantido por pelo menos três segundos;
- Pivots: têm como característica a execução em meia ponta do pé e uma forma bem definida e fixa durante toda a rotação;
- Flexibilidade e Onda: precisam ser executados sobre o apoio de um ou dois pés ou qualquer outra parte do corpo, devem

ser movimentos suaves e que expressem suavidade e resistência ao mesmo tempo.

Para que haja um bom aproveitamento e para que o aprendizado seja prazeroso, primeiramente se proporciona a aluna que sinta cada movimento e suas possibilidades explorando sua criatividade, para que então esses movimentos simples e cotidianos sejam diretamente ligados e transformados aos elementos corporais específicos da Ginástica Rítmica.

4 OS APARELHOS DA GINÁSTICA RÍTMICA

O O Código de Pontuação de Ginástica Rítmica (2003) indica a corda, a bola, o arco, maça e a fita como os aparelhos oficiais da Ginástica Rítmica, sendo que cada aparelho obtêm variadas possibilidades manipulativas específicas, determinadas pela forma, tamanho e peso.

A utilização dos aparelhos tem como objetivo a educação integral do indivíduo, formando e harmonizando a sua personalidade, desenvolvendo assim, a agilidade, a flexibilidade e a habilidade através de movimento de graça, beleza e leveza, auxiliando diretamente a desinibição. Saur (1994, p. 23) ressalta que

a aluna ficará tão absorvida, desinibindo rápido, adquirindo a liberdade de movimento, executando-o com naturalidade, sem afetações o que talvez não tivesse conseguido se tivesse que executá-lo às mãos livres.

Analisando o ponto vista didático é fundamental que inicialmente os movimentos sejam executados visando à familiarização com o aparelho, isto é, conhecendo a sua forma, peso e as mais simples possibilidades de uso. Partindo daí, os exercícios devem desenvolver as habilidades específicas e as combinações do movimento.

Cada aparelho da Ginástica Rítmica possui uma técnica e uma forma de execução característica e específica, o manuseio de cada aparelho requer um treinamento específico.

A corda é um parêlo de difícil manejo em razão da diversidade de execuções, ora muito rápidas, ora muito lentas. Para Bizzocchi e Guimarães (1985) o trabalho com o aparelho corda permite ao executante desenvolver ações de coordenação, estimular o sistema nervoso, as funções cardiovasculares, além de desenvolver coordenação motora fina e motricidade em geral. Soma-se a estas habilidades o aperfeiçoamento do ritmo, a agilidade e velocidade de execução. Sua execução deverá combinar formas básicas de movimento como andar, saltar, girar com combinações mais complexas características do aparelho como giros, balanceios, circunduções, lançamentos, movimentos de enrolar, movimentos em oito.

O aparelho Arco é o único que engloba e que exige a execução de todos os elementos corporais. Os movimentos realizados com esse aparelho são os balanceios, os rolamentos, rotações a passagens por dentro ou por cima, ainda lançamentos e recuperações. O Arco deve ser flexível de material sintético ou madeira, de cores variadas e lhe é permitido enfeites com fitas e adesivos.

A Bola é considerada um dos aparelhos mais encantadores que expressam suavidade e delicadeza. Feita de borracha ou material sintético, com o peso de aproximadamente 400g (no mínimo) e diâmetros de 18 a 20 cm (RÓBEVA; RANKÉLOVA et. al., 1991 apud PIRES, 2014; GAIO, 2008). Para esse aparelho são característicos movimentos como rolamentos, circunduções, movimentos em oito, quicadas, lançamentos e recuperações.

O aparelho Maça deve ser de madeira ou plástico com um comprimento variado entre 40 e 50 cm e seu peso oficial é de 150 gramas. Segundo Gaio (2008), o aparelho maça se torna um aparelho complexo devido a sua rigidez e, pelo fato do aparelho não ser flexível, para um bom desenvolvimento e manuseio do aparelho é preciso muita agilidade e boa preparação. O manejo do aparelho combina movimentos de empunhadura, molinetes e pequenos círculos e lançamentos.

Por fim, a Fita, dentre os aparelhos utilizados na Ginástica Rítmica, é o de maior beleza e encantamento por ser o único aparelho que desenha figuras no espaço. Divide-se em estilete e fita, sendo que o primeiro é feito de madeira, bambu, plástico ou fibra e tem um comprimento variado de 50 a 60 cm e o segundo, a fita, é feita de cetim com o comprimento oficial de 6 metros, para a categoria adulta, largura de 5 cm e de cor opcional. Seu manejo inclui empunhaduras, serpentinas e espirais, impulsos, circunduções e movimentos em oito, ainda lançamentos.

5 ACOMPANHAMENTO MUSICAL

O acompanhamento musical fecha o triângulo trifásico básico da Ginástica Rítmica e este deve ter relação muito próxima entre a música e movimento, pois a relação direta da música e elementos realizados pela a ginasta concretizam o espírito e a forma de toda a coreografia. Para tal, é de fundamental importância que os praticantes desta modalidade possuam vivências rítmicas que propiciem uma melhor expressão de movimento através da música.

A técnica da execução da ginasta deve respeitar a estrutura rítmica da composição musical, tendo um caráter unitário entre elementos corporais, do aparelho e a música. O Código de Pontuação de Ginástica Rítmica (2003, p. 30) determina que:

Devem ter uma relação muito estreita com o caráter dos movimentos corporais e do aparelho e suas estruturas rítmicas. A música deve sublinhar e valorizar o sentido do exercício e dar ao mesmo um caráter unitário do começo ao fim.

É importante salientar que as músicas usadas durante uma coreografia de Ginástica Rítmica, em nível de competição, não devem conter letras, apenas a melodia da música. A música escolhida pela ginasta para a execução da coreografia e os elementos e movimentações contidas na mesma precisam estar em perfeita harmonia.

6 AS CONTRIBUIÇÕES DA GINÁSTICA RÍTMICA NO DESENVOLVIMENTO DAS HABILIDADES MOTORAS

Para adentrar acerca desta temática, torna-se necessário uma breve diferenciação e conceituação de alguns temas. Podemos observar que a partir da prática da Ginástica Rítmica a praticante adquire e aperfeiçoa diversas habilidades e capacidades motoras, o que pode ser de profunda importância no seu desenvolvimento.

Quando falamos de movimentos, estamos caracterizando um comportamento de um membro do corpo específico ou uma combinação de membros. Surgem então as habilidades motoras realizadas pelo indivíduo a partir dos movimentos corporais.

Habilidade é um termo normalmente usado para conceituar uma tarefa com uma finalidade específica a ser atingida. Nesse sentido a habilidade motora é a tarefa que exige movimentos voluntários do corpo ou membros para atingir algum objetivo. (MAGILL, 2000). Esta habilidade pode ser entendida - como uma característica de alguém que consegue realizar com tamanha facilidade ou perfeição nos movimentos do esporte, na dança, no trabalho ou até mesmo em atividades do cotidiano. Segundo Tani, Bento e Petersen (2006) a palavra habilidade é utilizada para indicar duas coisas relacionadas: um ato que requer movimentos e que precisa ser aprendido para ser executado; e um indicador de qualidade de desempenho.

Nota-se que algumas pessoas nascem com uma predisposição para diversas atividades físicas diferentes, podemos assim dizer que possuem uma capacidade motora ou um alto grau de habilidade. Segundo Magill (2000) capacidade significa uma qualidade geral do indivíduo relacionada ao seu desempenho numa diversidade de habilidades ou tarefas. Uma variedade de capacidades está ligada ao desempenho de habilidades motoras.

Podemos classificar as habilidades motoras (MAGILL, 2000) da seguinte forma:

- Habilidades motoras grossas ou fundamentais: quando se utiliza de um grande grupo muscular, movimentos que requerem uma menor precisão como, por exemplo, caminhar, pular, saltar, arremessar;
- Habilidades motoras finas: as que necessitam de uma maior precisão e requer músculos pequenos, movimentos executados pelas mãos, dedos e olhos;
- Habilidades motoras discretas: exige movimentos diferentes que tem pontos iniciais e finais bem distintos, como por exemplo, ligar e desligar, pressionar as teclas de um piano;
- Habilidades motoras seriais: é quando o indivíduo consegue ordenar diversos movimentos em uma série ou seqüência, como dar partida em um carro;
- Habilidades motoras contínuas: é composta por movimentos repetitivos, podemos classificar essas habilidades como guiar um carro, nadar ou caminhar;
- Habilidades motoras fechadas: pegar uma xícara que está sobre a mesa é um exemplo de habilidade motora fechada, pois o objeto permanece esperando pela ação do participante;
- Habilidades motoras abertas: onde o objeto pode variar durante o desempenho da habilidade, como por exemplo, dirigir um carro, subir uma escada rolante ou rebater uma bola de tênis.

Para Souza Jr. e Darido (2009), os exercícios de Ginástica Rítmica são uma excelente fonte de trabalho para a aprendizagem de várias habilidades motoras e desenvolvimento das capacidades físicas.

Existem certas habilidades, nomeadas habilidades complexas da Ginástica que envolvem vários tipos de ações motoras, considerando que mantém uma relação com o equipamento e contexto utilizado. As ações motoras podem ser

executadas isoladamente ou em combinações. Algumas dessas ações as vezes dependem de um grau ou forma de aprendizado, muitas vezes este está relacionado com o contexto que vive cada praticante, como por exemplo rolamentos que são facilmente relacionados com algo cotidiano, o que facilita o aprendizado do mesmo.

A habilidade motora se torna primordial no desenvolvimento da Ginástica Rítmica, assim como nos demais esportes e representações da arte. Sem o domínio de determinados movimentos, seria impossível o aprendizado das técnicas específicas desse esporte. Para tanto, é necessário que haja um trabalho voltado para o desenvolvimento dessas habilidades individualmente com cada praticante.

Existe uma correlação entre habilidade motora e técnica, já que a segunda é proveniente da primeira. Sendo assim habilidade motora é entendida como um produto de repetição de um único movimento ou combinação do mesmo, resultando no domínio, técnica por outro lado é algo objetivo como uma forma de realizar um movimento ou como um meio de alcançar um objetivo, técnica pode ser vista como aquisição da habilidade motora. (TANI; BENTO; PETERSEN, 2006).

A flexibilidade na Ginástica Rítmica, por exemplo, é desenvolvida através de atividades de alongamento que tendem a forçar ao máximo as articulações. Já a força muscular é alcançada através de atividades de corridas, saltos e manipulação dos aparelhos.

O ensino da Ginástica Rítmica se torna importante porque a praticante acaba desenvolvendo, dentro dos fundamentos básicos, o aprendizado para outros esportes como a flexibilidade, resistência, agilidade, lateralidade, etc.

Para Egerland (2004), se trata de um esporte que trabalha o corpo em movimento com ou sem aparelhos manuais, saltando, girando, rolando, equilibrando-se, lançando e dançando, o que contribui para a melhoria das habilidades básicas gerais, desde o movimento

mais simples até o movimento técnico.

Para encontrar a melhor forma de aprendizagem motora, é necessário que o técnico ou professor conheça seu aluno e procure a melhor forma de aprendizado para o mesmo. Infelizmente ainda hoje, existem alguns técnicos que acreditam que o ginásio de esportes ou a quadra sejam as únicas escolas e que o conhecimento necessário para desenvolver atletas se esgote nesse ambiente.

Apesar de ser um conteúdo da Educação Física, a Ginástica não costuma ser empregada no cotidiano escolar e dificilmente um profissional da área se dispõe a trabalhar com esta modalidade, mesmo sabendo que ela permite uma variedade de experiências corporais entre outros benefícios.

Para Paes (2005), os profissionais da área da Educação Física tem dificuldade em relacionar o esporte de rendimento e seus princípios pedagógicos no âmbito escolar. Algumas vezes o professor utiliza-se dos esportes para formar equipes quando nas competições escolares criando-se, assim, uma lacuna entre os diversos temas tratados na Educação Física como cooperação e participação efetiva da turma e as equipes de treinamento de alguma modalidade esportiva.

O que o professor de Educação Física não pode deixar de lado é o papel da modalidade de desenvolver as capacidades motoras dos participantes e iniciação ao esporte de rendimento. Da mesma forma que os técnicos não podem ignorar é o processo pedagógico de iniciação na prática competitiva.

7 O LÚDICO NO ENSINO DA GINÁSTICA RÍTMICA

O ensino dos esportes através do jogo pode se tornar uma preciosa ferramenta para o educador, pois tende a despertar interesse e interação entre os atletas, já que se trata de uma forma que foge da rotina estressante dos treinos em nível de rendimento sem deixar de proporcionar o aprendizado e o aperfeiçoamento das habilidades.

A Ginástica Rítmica é um esporte que exige muito de suas praticantes, pois existem regras e disciplinas a ser seguida para se tornar uma grande atleta. Meios e métodos podem estar sendo utilizados para a aquisição de habilidades técnica. Durante a fase da infância, principalmente, qualquer atividade realizada durante o treino poderá influenciar na formação do atleta enquanto indivíduo.

O aspecto lúdico é um dos fatores pedagógicos mais significativos para facilitar a aprendizagem, não só das atividades gímnicas, como de qualquer outro conhecimento a ser ensinado. Mesmo quando se trata de treinamento de diferentes modalidades esportivas, a ludicidade é uma interessante possibilidade em diversos momentos. Elementos ginásticos e acrobáticos ensinados numa perspectiva lúdica garantem uma participação mais prazerosa do aluno que está aprendendo.

De certo modo, uma prática lúdica estimula a automotivação de quem aprende, permitindo uma participação mais eficaz. (PAES, 2005, p.120).

Gaio (2008) afirma que todo processo de ensino-aprendizagem desta modalidade deve ser desenvolvida de forma lúdica, até que as atletas comecem a apresentar condições de treinarem a Ginástica Rítmica em um nível técnico, no esporte de alto nível. Através do trabalho lúdico voltado para os exercícios específicos, têm-se maiores condições de absorção do conteúdo pelas atletas. As alunas pegam gosto pela prática de atividades direcionadas aos movimentos da modalidade.

Através das atividades desenvolvidas durante os períodos das aulas, onde existe uma relação com o lúdico, às alunas aprendem através de brincadeiras formas interessantes de usar o movimento do corpo. Uma infinidade de adereços pode estar sendo utilizados para despertar o interesse das alunas como lenços, bichinhos de pelúcia, balões, pompom, bolas coloridas, chocalhos, além dos aparelhos oficiais da Ginástica Rítmica.

Como coloca Gaio (2008), a Ginástica Rítmica pode proporcionar a suas praticantes uma troca de experiências sociais e culturais, onde todos tendem a se beneficiar com esses ambientes de diferença, trocas, limitações e descobertas.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O esporte como atividade incorpora vários aspectos positivos relacionados ao desenvolvimento humano, especialmente quando praticado regulamente, em que o indivíduo está desobrigado das atividades de trabalho e dos compromissos de caráter social nos seus mais preciosos momentos: os de lazer e recreação.

A recreação, o lazer e os exercícios físicos oferecem benefícios para a saúde, pelos diversos aspectos que lhe são afins e relacionados – físicos, psicológicos e terapêuticos – contribuindo para uma vida mais saudável. Oferece também importantes componentes para a educação e contribui para promover a participação social, a disciplina e a cooperação e, assim, para o desenvolvimento intelectual do indivíduo que o pratica.

Por envolver movimentos combinados com a dificuldade de manipulação dos aparelhos e elementos pré-acrobáticos, como rolamentos e outros, a Ginástica Rítmica se torna um desafio para o praticante, a fim de trabalhar sua coordenação, já que combina a movimentação juntamente com o acompanhamento musical.

A Ginástica Rítmica é um dos conteúdos da Educação Física que pode ser facilmente explorada para todos, com a possibilidade de adaptação de movimentos para crianças com dificuldades de todos os níveis, sejam elas com deficiência ou não, reconhecendo as limitações e potencialidades de cada uma. A finalidade do trabalho voltado para esta modalidade é garantir a aquisição ou aperfeiçoamento das habilidades fundamentais para o processo de desenvolvimento motor de cada indivíduo.

Verificou-se desta forma que os aspectos

genéticos são uma condição fundamental para o processo das capacidades físicas de uma ginasta, porém eles são insuficientes para determinar o sucesso ou fracasso da mesma. O fator treinamento, que envolve aspectos físicos, psicológicos e sociais, pode ser decisivo.

REFERÊNCIAS

BIZZOCCHI, L. A. G.; GUIMARÃES, M. D. S. **Manual de Ginástica Rítmica Desportiva**. Araçatuba, SP: Leme, 1985.

CÓDIGO DE PONTUAÇÃO DE GINÁSTICA RÍTMICA, Edição oficial da FIG 2003-2004. Rio de Janeiro, 2003.

EGERLAND, E. M. **Ginástica rítmica: Uma proposta escolar**. Blumenau, SC: Odorizzi, 2004.

GAIO, R. **Ginástica Rítmica da Iniciação ao Alto Nível**. Jundiaí, SP: Fontoura, 2008.

MAGILL, R. A. **Aprendizagem Motora: conceitos e aplicações**. São Paulo, SP: Edgard Blucher, 2000.

PAES, R. R. **Pedagogia do Esporte: contextos e perspectivas**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

PIRES, Veruska. **Ginástica Rítmica: Um Contributo Pedagógico para as Aulas de Educação Física**. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/86399/191465.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 11 jun. 2013.

SAUR, E. **Ginástica Rítmica Escolar**. Rio de Janeiro: Edições de Ouro: 1994.

SOUZA JR, O S; DARIDO, S. C. Dispensas das aulas de Educação Física: Apontando Caminhos para Minimizar os Efeitos da Arcaica Legislação Brasileira. **Revista Pensar a Prática**, v. 12, n. 2, 2009.

TANI, G.; BENTO, J. O.; PETERSEN, R. D. S. **Pedagogia do Desporto**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.

A CERTIFICAÇÃO DIGITAL NA GESTÃO DOCUMENTAL ACADÊMICA: UM ESTUDO DE CASO**Sigmundo Preissler Junior¹****Resumo**

A gestão eletrônica de documentos tem como visão principal disponibilizar rapidamente e integralmente a informação por meio documental nas organizações, dando-se pelo gerenciamento eletrônico de documentos, assegurando qualidade no processo de arquivamento de documentos e um atendimento eficaz e eficiente aos usuários. Este trabalho visa realizar um levantamento de dados para prover um conjunto de informações necessárias às Instituições de Ensino Superior a fim de adequarem-se ao uso da assinatura digital bem como à gestão eletrônica de documentos. Foi realizado um estudo de caso em uma Instituição de Ensino Superior da região norte de Santa Catarina.

PALAVRAS CHAVE: Certificado Digital. Gestão de Documentos. Instituição de Ensino Superior.

CERTIFICATION IN DIGITAL DOCUMENT MANAGEMENT ACADEMIC: A CASE STUDY**Abstract**

The electronic document management's main vision quickly and fully provide the information by organizations in the documentary medium, giving the electronic document management, ensuring quality in the filing of documents and an effective and efficient service to users process. This paper aims to survey data to provide a set of necessary information to the Higher Education Institutions in order to adjust to the use of digital signature as well as electronic document management. A case study was conducted in an Institution of Higher Education in Northern Santa Catarina.

KEYWORDS: Digital Certificate. Document Management. Higher Education Institution.

1 Doutorando em Engenharia e Gestão do Conhecimento pela UFSC. Mestre em Engenharia Elétrica - ênfase em IA. Especialista em Redes de Computadores e Aplicações para Web. Especialista em Metodologias e Gestão em EaD. Bacharel em informática. Coordenador do Curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas e de Sistemas de Informação 1º Período da Faculdade Avantis, Instituição de Ensino Superior na qual também atua como docente em nos respectivos cursos e em outros. Email: sigmundojr@gmail.

1 INTRODUÇÃO

A gestão de documentos tem se tornado assunto recorrente nas diversas organizações empresariais (RNP, 2013). Este movimento também ocorre em Instituições de Ensino Superior (IESs) no que tange à gestão documental acadêmica. Dentre as principais preocupações está o armazenamento crescente de documentos de acadêmicos que requer manutenção frequente, espaço físico e pessoal para o trato destes documentos.

O presente trabalho trata da utilização da certificação digital no âmbito acadêmico. A problemática está centrada, primordialmente em saber quais as ações que uma Instituição de Ensino Superior (IES) deve tomar para adequar-se a legislação relativa à gestão de documentos e autenticação digital. Neste sentido, o presente trabalho buscou realizar um estudo de caso em uma IES da região da Foz do Itajaí de Santa Catarina.

O objetivo principal deste trabalho é apresentar, principalmente às Instituições de Ensino Superior, um panorama da atual situação do uso da Certificação Digital no âmbito documental acadêmico, bem como estudar o que é Certificação Digital, realizar um levantamento de informações legais acerca do tema, pesquisar a relação do uso da Certificação Digital nas IESs, associar o conteúdo pesquisado à realidade da IES pesquisada e por fim propor soluções e melhorias pelo uso da Certificação Digital nesta instituição.

Os instrumentos utilizados para a realização do presente trabalho são: pesquisas documentais em livros, revistas, sites na Internet e legislação vigente. Assim como, no estudo de caso foram realizadas entrevistas e questionários.

Devido à grande mobilização em torno do tema: conservação ambiental, a redução no número de impressões de documentos faz-se necessária. Por consequência uma melhor conservação destes documentos também se demonstra eficiente para a guarda e reutilização de informações.

A não validade jurídica dos documentos digitas até há poucos anos resultaram em um elevando número de documentos físicos armazenados nas Instituições de Ensino Superior. Hoje, frente os direcionamentos e tecnologias que possibilitam ao jurista aferir a eficácia jurídica de uma assinatura digital é de extrema importância que as instituições estejam informadas e possam se adequar ao uso desta tecnologia que invariavelmente deve se tornar parte da prática diária das IESs.

2 CERTIFICADO DIGITAL

Um certificado digital (SERASA, 2013b) é uma chave codificada por meio da criptografia, cuja capacidade é de transformar dados em códigos indecifráveis, visando o sigilo (ITI, 2013b; ROVER, 2000). Nela residem todas as informações referentes à identificação de um indivíduo ou de uma instituição. Em um certificado constam: o nome ou razão social, o CPF ou CNPJ, o e-mail de seu titular, dois números denominados chave pública e privada, além do nome e da assinatura da Autoridade Certificadora (AC) que o emitiu (CERTBR, 2013; CERTSIGN, 2013).

Dessa forma, é possível obter mais segurança nos documentos que serão enviados e recebidos pela internet e que necessitam ter validade jurídica como se fossem assinados em um papel. Sendo que, é por meio do certificado digital, que se adquire a assinatura digital, a qual tem por finalidade a autenticação e comprovação dos documentos eletrônicos (PECK, 2002). Uma vez que, com o avanço da tecnologia, a disseminação de informações em rede pública, a necessidade de comprová-los é latente e indispensável para que se possa garantir a autenticidade e confiabilidade de tais documentos.

2.2 A ASSINATURA DIGITAL

A assinatura digital é um mecanismo eletrônico que faz uso de criptografia. Já as chaves criptográficas são um conjunto de bits baseado em um determinado algoritmo capaz de cifrar e decifrar informações. Para isso, podem-se utilizar chaves simétricas ou chaves

assimétricas, estas últimas também conhecidas como chaves públicas (ALECRIM, 2009).

Segundo a ITI (2013b), o funcionamento das assinaturas digitais se dá pela necessidade de um emissor enviar um documento eletrônico a um destinatário. O emissor deverá possuir a chave pública do destinatário. Por meio de algoritmos apropriados, o documento é então cifrado de acordo com esta chave pública. O receptor deverá utilizar sua chave privada correspondente para decifrar o documento.

Há quatro requisitos (MAKROCERT, 2013) que podem ser verificados numa assinatura digital, os quais a tornam inegável quanto ao seu emissor. São eles: autenticidade: o receptor pode confirmar se aquela assinatura veio daquele determinado remetente; integridade: o documento deve estar íntegro, qualquer alteração que ocorra nele, a assinatura não mais o corresponderá; irretratibilidade: o emissor não pode negar a autenticidade daquela mensagem, documento ou informação; privacidade: garantia de que as informações trocadas nas transações eletrônicas não serão lidas por outrem não autorizado.

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) vem se utilizando de certificado digital em seus trâmites documentais e publicou uma cartilha de certificação digital para advogados. Segundo ela, as assinaturas digitais podem (OAB, 2013a; OAB, 2013b; SERASA, 2013a; 2013b): autenticar a identidade de quem assinou os dados, permitindo-se conhecer quem participou da transação, com a certeza de que não houve falsificação; proteger a integridade dos dados, garantindo a certeza de que a mensagem não foi alterada, acidental ou intencionalmente; permitir a prova ou demonstração, a qualquer tempo, de quem participou da transação (capacidade essa chamada de não repúdio), impedindo que alguém negue a assinatura ou o recebimento dos dados; concessão e restrição de acesso (garantia de impedimento para que pessoas não autorizadas não possam acessar transações e serviços) e assegurar o cumprimento de prazos processuais sem a necessidade de comprovação nos autos da via original do documento

protocolado digitalmente, como ocorre quando o protocolo é feito via fax.

3 LEGISLAÇÃO E A CERTIFICAÇÃO DIGITAL

O uso e o reconhecimento da certificação digital já estão regulamentados no nosso país. A Medida Provisória nº 2.200-2 de 24 de agosto de 2001 (BRASIL, 2013d), dispõe sobre a instituição da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP Brasil) (que é a credenciadora das autoridades certificadoras presentes no país) e transforma o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação em autarquia.

Essa Medida Provisória (BRASIL, 2013d), trata das funções do ICP Brasil, bem como de sua organização, composição e vedações. Discorre sobre os documentos públicos ou particulares, tornando válidos se esses forem eletrônicos. A cerca do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI) (ITI, 2013b), transforma-o em autarquia, e assim como no ICP Brasil, discorre sobre sua organização, função, composição e vedações.

Há também a Lei nº 11.419 de 19 de dezembro de 2006 (BRASIL, 2013c), esta, por sua vez, dispõe sobre a informatização do processo judicial, alterando a Lei nº 5.869 de 11 de janeiro de 1973 (BRASIL, 2013b), o Código de Processo Civil. Com essa Lei, admitiu-se o uso de meios eletrônicos nos processos judiciais em todos os graus de jurisdição, sendo trabalhista, estadual, federal e nos juizados especiais.

Para a tramitação dos processos, com envios e juntados de petições e documentos necessários, exige-se que o Poder Judiciário seja cadastrado em uma Autoridade Certificadora para adquirir uma certificação digital. Pois, somente essa certificação é que tornará a documentação eletrônica válida. (BITTENCOURT, 2013).

Embora atualmente somente a Justiça Federal trabalhe com processos eletrônicos, esta ainda não possui a certificação digital, ou seja, os documentos que lá tramitam não possuem validade. Os advogados enviam eletronicamente

suas petições apenas “escaneadas” com suas assinaturas, mas sem um certificado digital que realmente comprove a veracidade dos mesmos (FRAGA; VARGAS, 2010; BITTENCOURT, 2013).

Nas demais justiças, esse método ainda não é utilizado, os processos e as documentações são todas físicas, não há implementações eletrônicas, até por que, o Poder Judiciário ainda não solicitou sua certificação digital. Existem “tabus” em relação aos processos eletrônicos, o descrédito ainda está muito presente nas pessoas, essas preferem ver o papel, pegá-lo e não se confortam em apenas saber que seu processo encontra-se no meio eletrônico. (VOLPI, 2009; PECK, 2002).

O Ministério Público do Estado de Santa Catarina, já possui e conseqüentemente já utiliza a certificação digital em seu diário eletrônico. O Ato nº 469/2008 (SANTA CATARINA, 2013a), dispõe sobre a implementação do Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, substituindo a versão impressa do diário. O Brasil, assim como diversos países em desenvolvimento tem se mantido atualizado em relação ao uso das tecnologias de certificação digital (SERASA, 2013a; ITI, 2013a). No mesmo sentido, normativas e leis foram criadas para regular a prática de uso destas tecnologias. (CNJ, 2013).

4 A GESTÃO DE DOCUMENTOS NA INSTITUIÇÃO PESQUISADA

A Instituição pesquisada conta hoje com um Serviço de Atendimento ao Estudante e uma Secretaria Acadêmica. Estes dois departamentos são responsáveis pelo atendimento aos acadêmicos e demais pessoas que entram em contato com a instituição bem como da gestão dos principais documentos relacionados à administração acadêmica, de cuja governança documental está outorgada pela Lei nº 8.159 de 08 de janeiro de 1991. (BRASIL, 2013a).

A administração acadêmica é uma área subordinada à gerência acadêmica. No organograma organizacional da instituição existe a direção geral da instituição, compreendida

como Presidência e uma Diretoria. A gerência administrativa é responsável pelos atos de administração da instituição relacionados à manutenção física do prédio, dos salários dos colaboradores, da infraestrutura da unidade, entre outras. A gerência acadêmica é responsável pela gestão do ensino no que tange a atividade fim que é o próprio ensino, com planos desde, de educação, metodologias, documentação dos acadêmicos, entre outros.

Pelo fato de estar compreendida sobcoordenação da gerência acadêmica, compete à Secretaria Acadêmica a gestão dos documentos acadêmicos. Alguns deles que podem ser relacionados são: Declarações, Comprovantes de Transferências, Atestados de Saúde, Cópia de documentos pessoais dos acadêmicos como CPF (Cadastro de Pessoa Física), RG (Registro Geral), Atestado de Dispensa Militar.

No quadro 1, apresentado na página a seguir, constam os principais documentos emitidos pela Secretaria Acadêmica e as segundas e terceiras colunas indicam de quais assinaturas são responsáveis. Documentos como o Diploma, por exemplo, requerem assinatura da IES e do(a) acadêmico(a).

Além da guarda destes documentos, a Secretaria Acadêmica é responsável por emitilos. A autenticidade destes está relacionada ao papel timbrado utilizado na instituição, ao carimbo da Secretaria Acadêmica e à assinatura física da Secretária Acadêmica.

Em entrevista com a Secretária Acadêmica, pode-se perceber que a mesma não possui um número exato da quantidade de documentos armazenados em seu arquivo atual e permanente. Porém, a título de registro e projeção, a instituição conta hoje com aproximadamente 3.000 alunos, para cada aluno são armazenados, aproximadamente oito documentos diferentes, isso implica em aproximadamente 24.000 documentos armazenados em documentos, essencialmente físicos.

	IES	Acadêmico(a)
Transferência Externa	X	X
Ingresso com Curso Superior	X	X
Transferência Interna	X	X
Quadro de Convalidação de Disciplina	X	X
Declaração de Matrícula	X	
Declaração de Matrícula com as disciplinas e horário	X	
Declaração de Trancamento de Matrícula	X	
Histórico Escolar	X	
Certidão de Notas	X	
Certidão de Conclusão de Curso	X	
Diploma	X	X
Atestado de Vaga	X	
Guia de Transferência	X	
Boletim semestral	X	
Declaração Sub Judice	X	
Declaração para o ENADE	X	
Declaração de início e término do semestre	X	
Declaração Recebimento de Atestado de Vaga	X	
Declaração de Disciplinas com aprovação e reprovação	X	
Declaração com CNPJ e Reconhecimento de Curso	X	
Declarações conforme necessidade dos acadêmicos ou Instituições de Ensino	X	

QUADRO 1: RELAÇÃO DE DOCUMENTOS EMITIDOS PELA SECRETARIA ACADÊMICA

Fonte: O autor, 2013.

Sabendo que a instituição possui um fluxo contínuo de entrada e saída (egressos) de acadêmicos e que a guarda destes documentos deve permanecer em posse da instituição por aproximadamente cinco anos, segundo informações da secretaria acadêmica.

dos alunos atuais e daqueles dos egressos, até cinco anos, por este motivo que a linha de quantidade de armazenamento é estabilizada a partir do ano 5. Esta é uma projeção não otimista e considerando que não haverá abertura de novos cursos, por exemplo, etc.

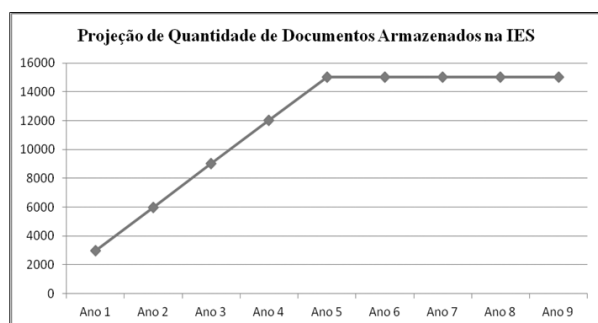


GRÁFICO 1: PROJEÇÃO DE QUANTIDADE DE DOCUMENTOS ARMAZENADOS NA IES

Fonte: O autor, 2013.

Neste sentido apresenta-se o Gráfico 1 que representa uma progressão aritmética com a seguinte lógica: se a cada ano ingressarem 3.000 alunos, a partir do Ano 1, nos próximos anos haverá o armazenamento dos documentos

5 GESTÃO ELETRÔNICA DE DOCUMENTOS

A gestão eletrônica de documentos tem como visão principal disponibilizar rapidamente e integralmente a informação através do meio documental na universidade, por meio do gerenciamento eletrônico de documentos, assegurando qualidade no processo de arquivamento de documentos e um atendimento eficaz e eficiente aos acadêmicos (TIINSIDE ONLINE, 2013; MEC, 2013b). A gestão de documentos tanto na produção diária, quanto no arquivo permanente, bem como também na matrícula digitalizada, visa à racionalização da produção documental e a economia de custos nela agregados. A facilidade dos técnicos administrativos de consultar documentos no

próprio computador (rede) configura agilidade na disponibilização da informação documental.

Para o ambiente acadêmico, o Parecer n. 16 de 04 de Novembro de 1997 do Conselho Nacional de Educação (BRASIL, 2013e) e o Parecer 97 de 2001 do Conselho Estadual de Educação (SANTA CATARINA, 2013b) regulamentam no estado e no país o uso da Gestão Eletrônica de Documentos e Certificação Digital (SANTA CATARINA, 2013a; BRASIL, 2013c). O Ministério da Educação emitiu em 20 de dezembro de 1999 a portaria n. 255 que trata da temporalidade de documentos no meio acadêmico e sua guarda. (MEC, 2013a).

O uso de documentos assinados digitalmente e organizados está previsto no e-MEC. O e-MEC é um modelo para diligências ao SESu. (MEC, 2013b). O art 1º no inciso III do art. 8º da Portaria Normativa n. 40, de 12 de dezembro de 2007 rege a tramitação de documentos referentes aos processos e-MEC (MEC, 2013a) que deverão ser feitas exclusivamente em meio eletrônico.

Desde 2009 as Instituições de Ensino Superior Federais deveriam enviar documentações somente com uso de certificados digitais ao MEC (2013b). Para as Instituições Estaduais e Particulares (de caráter público) este prazo deveria ser emitido posteriormente (MEC, 2013a). Hoje, o órgão regulamentador das assinaturas digitais é a ICP-BRASIL (ITI, 2013b).

Segundo a Lei 8.159, de 08 de janeiro de 1991 (BRASIL, 2013a) que dispõe sobre a política brasileira de arquivos públicos e privados, a gestão de documentos é o “conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária visando a sua eliminação ou recolhimento para a guarda permanente”. Estes documentos compõem não o acervo bibliográfico (biblioteca), mas sim as fontes de informações nos diversos setores de uma IES (ITI, 2013c).

O processo de digitalização e arquivamento, bem como a assinatura digital

pode ser iniciado na secretaria acadêmica com o arquivo corrente e após com o arquivo permanente. Seguido, pode-se partir para os outros setores que possuem um grande volume de fontes internas.

5.1 INICIATIVAS NO ENSINO SUPERIOR

A Rede Nacional de Ensino Superior (RNP) no intuito de criar uma integração entre a comunidade de ensino superior publicou o seguinte:

A AC Raiz é a autoridade certificadora de mais alto nível na hierarquia de uma ICP. Abaixo dela vinculam-se autoridades certificadoras subordinadas e autoridades de registro (ARs). A ideia é que exista uma autoridade certificadora raiz para toda a comunidade de ensino superior, garantindo que o certificado emitido pela AC de uma determinada universidade seja reconhecido em outra universidade, graças à validação da AC Raiz. (RNP, 2013).

A Medida Provisória nº 2.200-2/01 (BRASIL, 2013d), que instituiu a ICP-Brasil dando valor jurídico aos documentos e processos digitais criados segundo a sua regulamentação e sua combinação com a Portaria SENESu/MEC 255/90. (MEC, 2013a).

Esta regulamenta a guarda e manuseio de documentos acadêmicos no Brasil, possibilitou a implantação de processos e guarda de documentos acadêmicos em via eletrônica nas Secretarias Acadêmicas das instituições de ensino. (CONSAE, 2013).

Conforme publicação oficial do Ministério da Educação (MEC), a assinatura digital eletrônica com certificação é obrigatória para IESs que aderirem ao PROUNI (Programa Universidade para Todos). (MEC, 2013a). Segundo este documento, o Termo de Adesão ao ProUni “deverá ser assinado digitalmente pelo representante da mantenedora da instituição”. Tal assinatura deverá ainda ser registrada com o certificado digital da mantenedora (e-CNPJ – Tipo A3) e que deve ser emitido no âmbito da ICP-Brasil, vinculada à Presidência da República. Estas e outras informações sobre a certificação digital podem ser obtidas na página eletrônica do MEC/Prouni na internet. (MEC, 2013a).

6 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Enquanto recomendações para a prática diária da Secretaria Acadêmica da instituição pesquisada, recomenda-se o uso de um certificado digital para a secretária acadêmica, enquanto medida inicial de implantação do uso desta tecnologia. Tal uso justifica-se pelo fato de haver uma recomendação do MEC às IESs para que façam uso de certificados digitais em suas assinaturas eletrônicas quando da tramitação de dados entre as Instituições e o Ministério.

Posterior à implantação do certificado digital na assinatura eletrônica da secretária, sugere-se a implantação do uso de certificados digitais para os acadêmicos da Instituição. Nesta situação, a Instituição será a emissora do certificado e os acadêmicos, portadores de assinaturas certificadas.

Estas assinaturas digitais serão reconhecidas apenas no âmbito da Instituição e servirão como assinatura pessoal dos acadêmicos com a devida validade de uma assinatura física de “próprio punho”. Também é indicado que a instituição adquira um e-CNPJA3. Este certificado possui validade de três anos e senha para uso.

A implantação de assinatura eletrônica e gestão eletrônica de documentos na IES pesquisada poderá contribuir não só para a agilidade no processo de despacho de documentos, como com a questão ambiental e preservação da natureza pela não necessidade de guarda de documentos físicos. A tendência natural do uso tecnológico em substituição às assinaturas e guarda de documentos físicos contribuirá para a redução na quantidade de documentos armazenados, conforme Gráfico 1.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O uso de certificados digitais (SERASA, 2013b) pode contribuir significativamente para garantir a autenticidade de uma assinatura, neste caso digital. Muito ainda tem se discutido sobre a segurança do uso destes dispositivos, porém a literatura pesquisada e legislação pertinente comprovam que existe segurança no uso de tais

certificados.

Nesta pesquisa, buscou-se apresentar, por meio de um estudo de caso a aderência do uso de certificação digital na gestão de documentos acadêmicos. O presente trabalho atingiu os seus objetivos iniciais. Foi realizado um levantamento de dados referente à legislação vigente para o uso da Certificação Digital, em seu foco mais específico: Instituições de Ensino Superior. Além deste levantamento realizou-se um estudo de caso em uma IES da região norte de Santa Catarina na gestão de documentos acadêmicos.

Enquanto sugestão para trabalhos futuros indica-se a ampliação do estudo para que compreenda outras áreas da instituição. Outra sugestão é a criação de um estudo aprofundado acerca do uso de certificados digitais pelos acadêmicos da instituição pesquisada.

O processo de uso da certificação digital em assinaturas eletrônicas é reconhecido, possui validade jurídica e apresenta-se confiável. Porém, conforme apresentado, o portador de um certificado digital e senha de outrem, poderá, de má fé, assinar eletronicamente documentos, fazendo-se passar pelo indivíduo proprietário da assinatura eletrônica. Esta realidade faz compreender que por mais segura que determinada tecnologia seja, quando em mãos de indivíduos de má fé acabam por se fragilizar.

REFERÊNCIAS

- ALECRIM, Emerson. Entendendo Certificação Digital. In: REVISTA ELETRÔNICA INFOWESTER. Publicado em 30/09/2009. Disponível em: <<http://www.infowester.com/assincertdigital.php>>. Acesso em: 21 jul. 2013.
- BITTENCOURT, Angela. **Assinatura Digital**. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/1782/assinatura-digital>>. Acesso em: 21 jul. 2013.
- BRASIL. **Lei nº 8.159 de 08 de janeiro de 1991**. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências.

Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm>. Acesso em: 21 jul. 2013a.

_____. **Lei nº 5.869. 11 de janeiro de 1973.** Código do Processo Civil. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5869.htm>. Acesso em: 21 jul. 2013b.

_____. **Lei nº 11.419, de 19 de Dezembro de 2006.** A informatização do processo judicial. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11419.htm>. Acesso em: 21 jul. 2013c.

_____. **Medida Provisória nº 2.200-2 de 24 de agosto de 2001.** Institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/Antigas_2001/2200-2.htm>. Acesso em: 21 jul. 2013d.

_____. **Parecer n. 16 de 04 de Novembro de 1997.** Gestão Eletrônica de Documentos e Certificação Digital. Conselho Nacional de Educação. Disponível em <www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/diretrizes_p0353-0357_c.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2013e.

CERTBR Cartilha de Segurança para Internet. Disponível em: <<http://cartilha.cert.br/>>. Acesso em: 09 ago. 2013.

CERTISIGN. Legislação Nacional: Certificação Digital no Brasil. Disponível em: <<http://www.certisign.com.br/certisign/legislacao/nacional>>. Acesso em: 20 jul. 2013.

CNJ. Juízes do TRT SC passam a assinar acórdãos por meio eletrônico. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/evento/eventos-novos/96-noticias/5107-jus-do-trt-sc-passam-a-assinar-acos-por-meio-eleetro>>. Acesso em: 06 set. 2013.

CONSAE. XIV Curso sobre Implantação de Secretarias Acadêmicas Digitais de Instituições de Ensino Superior. 2009. Disponível em: <<http://www.cursosconsae.com.br/curso/xivcertificacao/Curso.htm>>. Acesso em: 15 set. 2013.

FRAGA, Ricardo; VARGAS, Luis Alberto. **O processo eletrônico na Justiça do Trabalho.** Diretor de Informática da Amatra-RS, presidente da Comissão de Informática do TRT-4, 2010.

ITI. **Brasil comemora 5 anos de certificação digital.** Disponível em: <<http://www.iti.gov.br/noticias/indice-de-noticias/2994-brasil-comemora-cinco-anos-de-certificacao-digital>>. Acesso em: 10 nov. 2013a.

_____. **Certificados Digitais.** Disponível em: <<http://www.iti.gov.br>>. Acesso em: 21 jul. 2013b.

_____. **Metade das universidades do país poderá ter certificado digital em 2009.** Disponível em: <<http://www.iti.gov.br/noticias/indice-de-noticias/3308-metade-das-universidades-do-pais-podera-ter-certificado-digital-em-2009>>. Acessado em: 20 nov. 2013c.

MAKROCERT. **Certificados Digitais Makrocert.** Disponível em: <<http://www.makrocert.com.br>>. Acesso em: 21 jul. 2013.

MEC. **Assinatura digital é exigência para o ProUni.** Assessoria de Comunicação Social. Disponível em: <http://www.adur-rj.org.br/5com/pop-up/prouni_repercussao.htm>. Acesso em: 21 jul. 2013a.

_____. **Certificação Digital.** Disponível em: <http://prouniportal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=144&Itemid=150>. Acesso em: 21 jul. 2013b.

OAB. **Cartilha de Certificação Digital.** Disponível em: <<http://www.oabmg.org.br/certificado/cartilha%20certificacao%20digital%20oab.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2013a.

_____. **OAB anuncia lançamento de certificado digital para advogados.** Disponível em: <<http://www.oab.org.br/noticia/7719/oab-anuncia-lancamento-de-certificacao-digital-para-advogados>>. Acesso em: 14 abr. 2013b.

PECK, Patrícia. **Direito Digital.** São Paulo: Livraria Saraiva, 2002.

RNP. **Rede Nacional de Ensino Superior**. Disponível em: <<http://www.rnp.br>>. Acesso em: 21 jul. 2013.

ROVER, Aires José. **Direito, sociedade e informática**: limites e perspectivas da vida digital. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2000.

SANTA CATARINA. **Ato nº469/2008**. Dispõe sobre a implementação do Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado de Santa Catarina. 18 de dezembro de 2008. Disponível em: <www.mpsc.mp.br/portal/webforms/normas/>. Acesso em: 03 maio 2013a.

_____. **Parecer 97 de 2001**. Gestão Eletrônica de Documentos e Certificação Digital. Conselho Estadual de Educação. 2001. Disponível em: <www.mpsc.mp.br/portal/webforms/normas/>. Acesso em: 03 maio 2013b.

SERASA. **Certificados Digitais para os advogados**. Disponível em: <<http://serasa.certificadodigital.com.br/advogados/>>. Acesso em: 03 maio 2013a.

_____. **Certificados Digitais**. Disponível em: <<http://serasa.certificadodigital.com.br/>>. Acesso em: 21 jul. 2013b.

TIINSIDE ONLINE. **MEC desenvolve Certificado Digital**. Disponível em: <<http://convergecom.com.br/tiinside/11/04/2007/mec-desenvolve-certificado-digital-da-educacao/#.U2qudfldVVo>>. Acesso em: 12 jan. 2013.

VOLPI, Marlon Marcelo. **Assinatura Digital**: aspectos técnicos, práticos e legais. Rio de Janeiro: Axel Books do Brasil Editora, 2009.

DESCRIMINALIZAÇÃO DO DESACATO À LUZ DO PROJETO CRIADO PELO REQUERIMENTO N. 756/2011 ADITADO PELO DE N. 1.034/2011 QUE INSTITUIU O NOVO CÓDIGO PENAL

Syndel Almeida Silveira¹
Felipe André Dani²

RESUMO

A descriminalização do crime de desacato, que no atual Código Penal de 1940, é caracterizado como crime contra a Administração Pública, sendo ele praticado por pessoa comum, contra o Estado, através de seus funcionários públicos. Entretanto, com as mudanças do Código Penal, tendo em vista que este será reformado, o projeto é de que o crime de desacato, até então descrito em seu art. 331, passará a ser um crime contra a honra, sendo classificado com injúria, razão pela qual já se entende que, o crime praticado por pessoa comum a um funcionário público, não visa ofender o Estado e sim a honra do próprio funcionário que recebe tais ofensas. No decorrer da presente pesquisa científica passaremos a analisar o crime de desacato, no atual Código Penal, que ainda vigora. Contudo, com comparativos com o projeto do Novo Código Penal, a fim de melhorar o entendimento acerca de tal mudança, bem como analisar brevemente acerca da modernização e evolução da sociedade visando os princípios dos bens juridicamente tutelados.

PALAVRAS CHAVES: Código Penal de 1940. Desacato. Crimes contra a administração pública. Reforma do Código Penal. Crimes contra a honra.

DECRIMINALIZATION OF CONTEMPT OF LIGHT PROJECT CREATED BY APPLICATION NO 756/2011 OF THE ADDED N. 1.034/2011 WHICH INSTITUTED NEW PENAL CODE

ABSTRACT

The decriminalization of the offense of contempt, which in the current Penal Code of 1940, is characterized as a crime against public Administration, being practiced by ordinary people against the state, through its public officials. However, with the changes of the Penal Code, considering that this will be renovated, the project is that the crime of contempt, previously described in art. 331, will be a crime against the honor in being classified with injury, which is why now it is understood that the crime committed by ordinary person to a public official, is not intended to offend the State but the honor of their own employee who receives such offenses. In the course of this scientific research we will analyze the crime of contempt, the current Criminal Code, which still exists, however, in comparison with the project of the New Penal Code in order to improve the understanding of such a change, and to examine briefly about the modernization and evolution of society seeking the principles of assets legally protected.

KEYWORDS: 1940 Penal Code, contempt, crimes against the public administration, reform of the Penal Code, crimes against honor.

1 Acadêmica do curso de Direito, cursando o 5º período da Faculdade de Direito Avantis; estagiária do gabinete de Execução Penal da Comarca de Itajaí. E-mail: syndel_silveiraa@hotmail.com

2 Professor na Faculdade de Direito Avantis, Sócio-Proprietário do Escritório de Advocacia Dani & Silveira, Mestre em Direito Constitucional, Ambiental e Portuário. E-mail: felipe@danielasilveira.com.br

1 INTRODUÇÃO

O Código Penal Brasileiro³, como já sabido, foi elaborado a fim de regulamentar as práticas típicas definidas como crime, de forma que o infrator fosse punido pelo órgão estatal, de maneira que pudessem ser controladas essas condutas criminosas, visando inclusive uma educação à sociedade e aos infratores.

Assim, o Código Penal⁴ tem por objeto proteger os bens por ele juridicamente tutelados, sendo que tais bens são considerados como os mais importantes e mais valiosos para a manutenção de uma sociedade regrada.

Contudo, giza-se que a sociedade está em constante evolução, de maneira que se faz necessário a contextualização de tais valores. Diante disso, é notório que há um acompanhamento do Estado acerca dessas mudanças, de fato que nos moldes das futuras gerações venha surgindo novas normas regulamentadoras que têm como objetivo a proteção. Desta feita, o direito penal tem o compromisso de acompanhar os anseios e evoluções penais.

Com o passar das décadas, desde a sua elaboração, novas condutas vão fugindo do controle da sociedade e, assim, logo o Estado é provocado a fim de que solucione os conflitos nascentes, tendo como dever restabelecer a ordem. Além disso, cabe a ele exarar ciência das condutas criminosas com uma visão moderna, no que tange à realidade na qual se depara.

E, por caminhar nesse sentido, está-se diante de um marco da história jurídica, que após tantas críticas, enfim, o Código Penal⁵ será reformado em um todo. Entretanto surge a indagação: o Estado visa com o surgimento das novas normas uma resposta imediata que solucione tais conflitos, porém, será que a criação dessas normas realmente é o caminho

a seguir, ou é um pouco precipitada à visão dos novos legisladores, que por fim deixam de observar e compreender a importância dos bens juridicamente tutelados?

2 DESACATO

O crime de desacato está previsto no art. 331 do Código Penal Brasileiro⁶ que preceitua: desacatar funcionário público no exercício de sua função ou em razão dela.

No crime em tela, o bem juridicamente tutelado é a Administração Pública, tendo em vista que o ofendido é o próprio Estado, por intermédio do funcionário público, que no ato é o representante do Estado.

Como o Estado é instituição, não sendo, portanto, possível ofendê-lo diretamente, por ter uma forma abstrata, acaba sendo ofendido por intermédio de seus representantes investidos por funções públicas.

No tocante ao termo desacato, esclarece Júlio Fabrini Mirabette⁷: “O crime é desacatar, que significa ofender, vexar, humilhar, espezinhar, desprestigiar, menoscabar [...]”.

Ensina Fernando Capez⁸: “O desacato consiste na prática de qualquer ato ou emprego de palavras que causem vexame, humilhação ao funcionário público”.

Tal conduta criminosa pode ser praticada por qualquer pessoa comum, sendo denominado como agente ativo. Ressalta-se que o ofendido é o próprio Estado, sendo, portanto, o agente passivo.

A consumação do delito poderá dar-se por meio de palavras e até mesmo gestos. Leciona Júlio Fabrini Mirabette⁹ que, vias de fato até mesmo lesões corporais leves constituem o desacato.

3 BRASIL. Decreto-lei nº 2.848 de 7 de dezembro de 1940. **Código Penal**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm>. Acesso em: 13 ago. 2013c.

4 *Id.*

5 *Id.*

6 *Id.*

7 MIRABETTE, Júlio Fabrini, **Código penal interpretado**. 5. ed. São Paulo: Editora Altas, 2005. p. 2454.

8 CAPEZ, Fernando. **Curso de direito penal**: Parte Especial. São Paulo: Editora Saraiva, 2012. p. 490. vol. 3.

9 *Op. cit.*, p 2454-2455.

Para a caracterização do crime é necessário que as ofensas proferidas ao funcionário público sejam no exercício de sua função ou em razão dela, já que o bem juridicamente tutelado é a Administração Pública, contudo é essencial que as ofensas sejam feitas na sua presença. Quando o funcionário público encontrar-se ausente, não há que se falar em desacato.

É possível que o funcionário esteja despido da função quando lhe é proferida tais ofensas. Nesse sentido já decidiu o Supremo Tribunal Federal¹⁰:

Irrelevância de estar o sujeito passivo fora das funções – STF: O crime de desacato está em tese configurado, ainda quando o funcionário público não esteja no exercício da função, mas desde que a ofensa seja dirigida propter officium, como autoriza a parte final do art. 331 do Código Penal.

O agente ativo ao praticar o delito deve agir com o dolo de desacatar, bem como ter ciência de que está dirigindo-se a um funcionário público, ou seja, é necessária a intenção de ofender o funcionário público no uso de suas atribuições. As ofensas sendo proferidas por motivos pessoais não constituiria tal crime e sim caracterizaria crime contra a honra do próprio funcionário, o que analisaremos posteriormente.

Esclarece Fernando Capez¹¹:

O elemento subjetivo é o dolo, isto é, a vontade livre e consciente de praticar atos ou proferir palavras ofensivas, isto é, humilhante, desprestigiadoras. O dolo obviamente deve abranger o conhecimento da qualidade de funcionário público, bem como de que este se encontra no exercício de sua função ou em razão dela.

Neste mesmo sentido, decidiu o Tribunal de Justiça de Santa Catarina¹²:

10 BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Habeas-corpus nº 70725/SP, do Tribunal de Alçada Criminal do Estado de São Paulo, Primeira Turma, 22 de fevereiro de 1994, publicado em DJ 10-06-1994 PP-14788 EMENT VOL-01748-02 PP-00332. Súmula nº 523 do Supremo Tribunal Federal. In: REVISTA DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO, [ca. 1995], p. 380-382. Disponível em: <https://www.trf5.jus.br/revista_jurisprudencia/documentos/Rev_85_09062010.pdf>. Acesso em: 08 out. 2013d.

11 CAPEZ, p. 490-494. vol. 3.

12 BRASIL. Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Região 4. Penal. Crimes Praticados por Particular Contra a

Apelação Criminal. Crimes praticados por particular contra a administração em geral. Desacato e resistência (art. 331 e 329, ambos do Código Penal). Materialidade e autoria devidamente comprovadas. Policial que foi atacado verbal e fisicamente. Depoimentos testemunhais acerca das ofensas e agressões no momento da abordagem da ré uníssonos. Resistência da acusada ao ser contida e levada para delegacia. Elenco probatório suficiente à condenação. Inexistência de prova em contrário. Dosimetria da pena acertada. Recurso desprovido.

Acerca da possibilidade do funcionário público ser o agente ativo do crime, existem duas correntes. Uma delas entende que a conduta é atípica, portanto, impossível o funcionário público cometer o crime do art. 331¹³, tendo em vista que o mesmo representa o Estado e que o crime encontra-se dentre os contra a administração pública. A outra corrente, majoritária, entende que é possível o funcionário público praticar o crime desde que esteja despido de sua função, em virtude de que neste momento ele torna-se uma pessoa comum. O que de fato é mais coerente, já que ao tornar-se uma pessoa comum, quando fora de sua função pública, o agente pode agir com o dolo e, intencionalmente desacatar outro representante da Administração Pública.

Fernando Noronha *apud* Capez¹⁴:

Para Noronha, o funcionário Público pode cometer o delito de desacato, considerado, agora, como despido dessa qualidade. Admite o autor que o desacatante possa ser superior hierárquico do ofendido. Argumenta: Se o ofendido, no delito em apreço, é primacialmente a administração

Administração em Geral. Desacato e Resistência (Artigos 331 E 329, Ambos do Código Penal). Materialidade e Autoria Devidamente Comprovadas. Policial que foi Atacado Verbal e Fisicamente. Depoimentos Testemunhais Acerca das Ofensas e Agressões no Momento da Abordagem da Ré Uníssonos. Resistência da Acusada ao ser Contida e Levada para Delegacia. Elenco Probatório Suficiente à Condenação. Inexistência de Prova em Contrário. Dosimetria da Pena Acertada. Recurso Desprovido. Apelação Criminal nº 2012.019524-1 de Quilombo - SC (Acórdão). Apelante: Vanessa Ruth Pedroso. Apelado: Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Relatora: Des. Substituto José Everaldo Silva. Florianópolis, 18 de abril de 2013. *Lex*-Jurisprudência. Disponível em: <http://app.tjsc.jus.br/jurisprudencia/html.do?q=2012.019524-1&only_ementa=&frase=&id=AAAbmQAACAAB5PAAAK&categoria=acordao>. Acesso em: 22 nov. 2013g.

13 Brasil, 2013c.

14 CAPEZ, Fernando, p. 493

pública ou o Estado, o superior, que ofende o inferior, ofende, como qualquer outra pessoa, a administração, não podendo ele sobrepor-se a esta.

Após a análise desse crime, pode-se perceber que, minuciosamente, ao ser elaborado, o objeto principal foi à proteção da Administração Pública, tanto que este é localizado junto aos demais que se encontram no capítulo XI do Código Penal Brasileiro¹⁵.

Assim, o cuidado bem como a preocupação neste dispositivo, não é o funcionário público como pessoa comum, e sim aquele superior, que tem o poder e é autoridade. Partindo-se dessa premissa, as atribuições legais previstas à Administração Pública, devem ser respeitadas e, em caso de violação, constitui crime passível de penalização.

3 INJÚRIA

O crime de injúria é tipificado na Parte Especial, Título I, que trata dos crimes contra a pessoa, no Capítulo V, que diz respeito aos crimes contra a honra. O crime de injúria está previsto no art. 140, do Código Penal Brasileiro¹⁶.

Assim, nota-se que no crime de injúria, o bem juridicamente tutelado é a pessoa comum, mais precisamente a sua honra. Para a elaboração de tal delito, a preocupação do Estado foi proteger a pessoa comum, bem como sua dignidade, de forma que fosse acolhida, protegida, sentindo-se segura.

O Estado visa à liberdade do cidadão. Contudo, impõe restrições de algumas condutas e atitudes. Nesse sentido diz Jules Renard (apud NECHO¹⁷), “A liberdade tem limites que a justiça lhes impõe”. Por conseguinte, a nossa liberdade termina onde começa a de outros.

Inserindo a referência no crime de injúria, em sua redação, comete o crime quem injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou decoro.

¹⁵ *Op. cit.*

¹⁶ *Id.*

¹⁷ NECHO, Iran P. Moreira. **Citação:** técnica de escrever um livro em poucas linhas e, portanto, não ser esquecido. Disponível em: <<http://www.mnecho.com/frases/liberdade.htm>>. Acesso em: 13 jun. 2013.

Injuriar alguém significa ofender, insultar, xingar, desprezar, utilizando-se da intenção de ferir, desrespeitar a dignidade ou o decoro do ofendido.

O crime de injúria é classificado como crime comum. Assim sendo, qualquer pessoa particular pode ser o agente ativo e, qualquer pessoa particular pode ser o agente passivo, razão pela qual é chamado de crime contra particulares.

Destarte, observando os sujeitos do crime, observa-se que este se diferencia do crime de desacato. Assim, decidiu o Tribunal de Justiça de Santa Catarina¹⁸, ao julgar improcedente apelação requerendo a desclassificação do crime de desacato para o crime de injúria:

Apelação criminal. Delito de menor potencial ofensivo processado perante o juízo comum. Remessa à turma recursal. Concessão de habeas corpus, de ofício, pelo Superior Tribunal de Justiça para determinar o julgamento do apelo por esta corte. Conhecimento. Delito de desacato. Ausência de intimação do réu. Defensor constituído que apresenta apelação tempestiva. Ausência de prejuízo. Preliminar. Reconhecimento da prescrição. Não ocorrência do lapso necessário de dois anos entre os marcos interruptivos. Prefacial afastada. Mérito. Absolvição por insuficiência de prova.

18 BRASIL. Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Região 4. Penal. Delito de Menor Potencial Ofensivo Processado Perante o Juízo Comum. Remessa à Turma Recursal. Concessão de *Habeas Corpus*, de Ofício, pelo Superior Tribunal de Justiça, para Determinar o Julgamento do Apelo por esta Corte. Conhecimento. Delito de Desacato. Ausência de Intimação do Réu. Defensor Constituído que Apresenta Apelação Tempestiva. Ausência de Prejuízo. Preliminar. Reconhecimento da Prescrição. Não Ocorrência do Lapso Necessário de Dois Anos entre os Marcos Interruptivos. Prefacial Afastada. Mérito. Absolvição por Insuficiência de Prova. Materialidade e Autoria Amplamente Comprovadas. Negativa do Réu Isolada do Contexto Probatório. Desclassificação para Injúria ou Difamação Comum Inviável. Dolo de Ofender os Policiais Militares na Condição de Servidor Público, com Palavras de Baixo Calão. Sentença Mantida. Recurso Desprovido. Apelação Criminal n. 2011.075259-8 de São Bento do Sul-SC (Acórdão). Apelante: Ademir de Lima. Apelado: Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Relator: Des. Substituto José Everaldo Silva. Florianópolis, 7 de março de 2013. **Lex**-Jurisprudência. Disponível em: <http://app.tjsc.jus.br/jurisprudencia/html.do?q=2011.075259-8%20%20Apela%E7%E3o%20Criminal%20&only_ementa=&frase=&id=AAAbmQAACAABK8qAAV&categoria=acordao>. Acesso em: 25 out. 2013h.

Materialidade e autoria amplamente comprovadas. Negativa do réu isolada do contexto probatório. Desclassificação para injúria ou difamação comum inviável. Dolo de ofender os policiais militares na condição de servidor público, com palavras de baixo calão. Sentença mantida. Recurso desprovido.

Tocante ao crime de Injúria, este por sua vez consuma-se quando a vítima sente-se ofendida a tal ponto que sua dignidade moral, física, intelectual e até mesmo psicológica fique abalada, causando-lhe constrangimento, vergonha, dor, sentimento de menosprezo e humilhação.

Para caracterizar o delito é indispensável que o ofensor haja com dolo, ele deve ter a intenção de provocar o dano ao ofendido. As ofensas proferidas ao agente passivo poderão dar-se de diferentes maneiras, podendo ser através de palavras, gestos, escritas, desde que tenha o *animus injuriandi*¹⁹.

Acerca de suas caracterizações já decidiu o Tribunal de Justiça de Santa Catarina (apud PÉRES²⁰) que a injúria é considerada um ato criminal quando escrito à medida que prescreve a seguinte proposição acerca do assunto: “Dolo perfeitamente caracterizado nas ofensas assacadas pelo escrito na carta”. Sendo assim, injúria caracterizada como atos de dolo e desacato, independente do meio pelo qual este é professado.

E, com relação à injúria consumada por gestos e preconceito racial, entende o relator desembargador Amaral e Silva²¹ no

19 Intenção de injuriar, latim.

20 PÉRES, Fernanda. **Preconceito Racial uma Ofensa ao Princípio de Igualdade**. 2006. 84 fls. (Monografia para a obtenção do grau de Bacharel em Direito) – Centro de Ciências Jurídicas, Políticas e Sociais (CEJURPS), Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí. p. 60. Disponível em: <<http://siaibib01.univali.br/pdf/Fernanda%20Peres.pdf>>. Acesso em: 09 set. 2013.

21 BRASIL. Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Região 4. Penal. Crime Contra a Honra - Injúria Qualificada ou Racial - Queixa-Crime - Alegação de Ausência de Dolo pela Defesa - Condenação Mantida - Recurso Desprovido. Apelação Criminal nº 2003.004353-5 de Florianópolis-SC (Acórdão). Apelante: Tomaz Luiz Vieira Neto. Apelado: Eudilson Rodrigues dos Santos. Relator: Amaral e Silva. Florianópolis, 29 de junho de 2004. **Lex-Jurisprudência**. Disponível em: <<http://tj-sc.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/5254776/>

juízo do caso de Apelação Penal julgada pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina, por injúria, mencionando o que Paulo José da Costa Jr citando Aníbal Bruno afirmou que: “Injúria é a palavra ou gesto ultrajante com que o agente ofende o sentimento de dignidade da vítima. Além disso, ela é considerada uma manifestação de desrespeito e desprezo, um juízo de valor depreciativo capaz de ofender a honra da vítima no seu aspecto subjetivo”.

É de suma importância ressaltar que agindo o agente ativo com simples *animus jocandi*²², *criticandi*²³ e até mesmo o *animus narrandi*,²⁴ embora o agente passivo sinta-se ofendido, não caracteriza o crime, em virtude da inexistência do dolo, todavia, poderá procurar reparos na esfera cível.

Poderá ser desclassificado o crime nos moldes do art. 140, §1º, incisos, I e II, do Código Penal Brasileiro²⁵. No primeiro caso, o juiz poderá deixar de aplicar a pena quando restar comprovado que o ofendido contribuiu para a conduta do ofensor. No segundo, quando o ofendido, de forma reprovável, provocou diretamente a injúria.

Ante a compreensão do delito citado, observa-se claramente que houve a preocupação do Estado em proteger a pessoa humana, bem como sua dignidade, o que foi regulamentado através do art. 140, do CPB/1940²⁶, assim como todos os artigos que tratam os crimes contra a pessoa, de modo que o ofendido, quando prejudicado e quando tiver um direito violado, terá a intervenção do Estado a fim de reparar os danos a ele causados, de forma que não se sinta indefeso, fragilizado e, por conseguinte, impotente.

3.1 DO CRIME CONTRA A HONRA QUANDO O OFENDIDO FOR FUNCIONÁRIO PÚBLICO

apelacao-criminal-apr-43535-sc-2003004353-5/inteiro-teor-11648582>. Acesso em: 25 ago. 2013f.

22 Intenção de zoar, latim

23 Intenção de criticar, latim

24 Intenção de brincar; intenção de debater, criticar; intenção de narrar, informar. Termos em latim.

25 Brasil, 2013c.

26 *Id.*

No art. 141, do CPB/1940²⁷, encontram-se as disposições comuns, sendo que nelas estão previstas as causas de aumento de pena. Entre elas há, no inciso II²⁸, a causa de aumento de pena quando os crimes contra a honra forem praticados contra funcionário público, em razão de sua função.

Acerca deste inciso, Júlio Fabrini Mirabette²⁹ dispõe que: “Deve haver sempre uma relação de causa e efeito entre a ofensa e as funções públicas da vítima, não se aplicando o dispositivo quando se relacionar ela com a vida privada do funcionário”.

No caso em tela, é possível que as ofensas sejam proferidas na ausência do funcionário público, com a ressalva de que somente aplica-se o dispositivo se houver o nexo de causalidade.

Discorrendo sobre desacato, conforme apregoa Fernando Capez³⁰: “Caso o funcionário público não se encontre no mesmo local que o ofensor, o crime praticado poderá ser outro: calúnia, difamação, injúria, na forma majorada (art. 141, II, do CP)”.

Assim, se uma pessoa comum ofende um funcionário público, em razão da sua função, estando ele ausente no momento, tomando ciência do ocorrido posteriormente, permite a provocação do judiciário ante a infração do art. 140 c/c art. 141, II, do Código Penal Brasileiro³¹.

Em primeiro contato, a causa de aumento de pena confunde no que tange ao crime de desacato, conquanto para sua interpretação faz-se necessário analisar os bens juridicamente tutelados. Num segundo passo é mais clara sua compreensão.

A previsão do aumento de pena, sendo contra um funcionário público, diz respeito ao cargo no qual este é investido, o que pela ordem, em tese, deveria prosperar um maior respeito, tendo em vista que representa o Estado. No

entanto, o que está sendo juridicamente tutelado é a pessoa do funcionário público, assim como a sua honra. Diferente do crime de desacato, onde se tutela a Administração Pública.

Acerca de crime de injúria qualificada, em razão de ser o ofendido funcionário público, o Tribunal de Justiça de Santa Catarina³² esclarece:

Ação Penal originária. Injúria simples e injúria racial, majoradas pelo cometimento contra funcionário público, no exercício de suas funções. Preliminar. Ação penal, no caso, pública condicionada. CP, art. 145, parágrafo único. Representação apresentada por ambos ofendidos. Condição de procedibilidade preenchida. Prefacial afastada. Mérito. Réu, prefeito municipal de Vargem, que se insurge contra atos das vítimas, policiais militares. Crítica que extrapola o aceitável. Afirmação de que se tratava de ‘serviço sujo’ e ‘serviço de preto’, sendo uma das vítimas afrodescendentes. *Animus injuriadi* evidente. Condenação que se impões. Denúncia. Julgada procedente.

Feita a distinção, compreende-se que o crime de injúria, poderá ser qualificado quando o injuriado for funcionário público, para tanto, tais ofensas deverão ser proferidas contra a honra do funcionário público, ofendendo-lhe, desta forma, seu decoro.

4 DAS AÇÕES PENAIS

4.1 NO CRIME DE DESACATO

32 BRASIL. Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Região 4. Ação Penal Originária. Injúria Simples e Injúria Racial, Majoradas Pelo Cometimento Contra Funcionário Público, no Exercício de suas Funções. Preliminar. Ação Penal, no Caso, Pública Condicionada. CP, Art. 145, Parágrafo Único. Representação Apresentada por Ambos os Ofendidos. Condição de Procedibilidade Preenchida. Prefacial Afastada. Mérito. Réu, Prefeito Municipal de Vargem, que se Insurge contra Ato das Vítimas, Policiais Militares. Crítica que Extrapola o Aceitável. Afirmação de que se Tratava de “Serviço Sujo” e “Serviço de Preto”, Sendo uma das Vítimas de Aparência Afrodescendente. *Animus Injuriandi* Evidente. Condenação que se Impõe. Denúncia Julgada Procedente. Processo Crime n. 2010.072583-5 de Campos Novos-SC (Acórdão). Apelante: Nelson Gasperin Júnior. Apelado: Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Relator: Des. Sérgio Izidoro Heil. Florianópolis, 6 de novembro de 2012. **Lex**-Jurisprudência. Disponível em: <http://app.tjsc.jus.br/jurisprudencia/html.do?q=2010.072583-5&only_ementa=&frase=&id=AAAbmQAABAAPxfTAAO&categoria=acordao>. Acesso em: 08 nov. 2013e.

27 *Id.*

28 *Id.*

29 MIRABETTE, p. 1110.

30 CAPEZ, p. 491. vol. 3.

31 Brasil, 2013c.

No crime de desacato a ação penal é pública incondicionada, ou seja, independe de representação. O Ministério Público no uso de suas atribuições legais, ao tomar ciência do crime, deverá denunciar o criminoso a fim de apurar a conduta delituosa e requerer sua condenação. Isto porque, na ação penal pública incondicionada, o Estado tem interesse na ação a fim de exercer a prestação jurisdicional, sendo desnecessária a autorização da vítima para que seja instaurada a ação.

4.2 NO CRIME DE INJÚRIA

Neste crime a ação penal é privada, ou seja, somente se procede mediante iniciativa da vítima, sendo ela realizada através da queixa crime. Nesse caso, o Estado deixa de agir e transfere a vítima o direito de ação, tornando exclusivo o *jus accusationis*³³ ao ofendido.

Essa atribuição à vítima dá-se em virtude do interesse maior ser particular, ao invés de ser do Estado.

4.3 DA QUALIFICADORA DO ART. 141, II

Em regra, nos crimes contra a honra a ação penal é privada, como visto acima. Contudo, admite as exceções encontradas no art. 145, do Código Penal Brasileiro de 1940³⁴.

No *caput*, permite que a ação penal seja pública incondicionada quando se tratar do art. 140, §2º³⁵, que se refere à injúria seguida de lesões corporais leves ou vias de fato. Ressalta-se, por oportuno, que esta incidência passou a ser elencada no rol das ações condicionadas, no entanto ainda não há uma previsão legal, de modo que não é exigível a representação.

E, no seu parágrafo único, permite que a ação seja pública condicionada, quando tratar-se de funcionário público. Diante disso, o funcionário público que for injuriado poderá representar contra o seu ofensor, permitindo que o Ministério Público faça a denúncia acerca do delito.

33 Do latim: direito de acusar.

34 Brasil, 2013c.

35 *Id.*

5 DAS ALTERAÇÕES NO QUE CONCERNE AO ANTEPROJETO DO NOVO CÓDIGO PENAL NO QUE TANGE A DISCRIMINALIZAÇÃO DO DESACATO

Já é sabido que o Código Penal Brasileiro³⁶ passará por uma total reforma. Para tanto, foi firmada uma Comissão de Juristas que tem por finalidade fazer um estudo detalhado e minucioso de todo o Código Penal³⁷ vigente, assim como as legislações de esfera penal.

Tal reforma baseia-se, sobretudo, na Constituição Federal de 1988³⁸, bem como a seus princípios, observado, fortemente, o da dignidade da pessoa humana.

Tal estudo tem por objeto identificar as condutas típicas que se encontram espaçadas e repetidas pelo respectivo Código Penal³⁹, a fim de unificá-las, visando facilitar o conhecimento penal, tanto para seus operadores como para a sociedade, assim como Intenciona inserir ao Código Penal⁴⁰ as legislações penais que vigoram.

Com a reforma, visa-se a tipificação de novos crimes, tendo em vista as condutas existentes na sociedade que causam danos, prejuízos, violam direitos, sobretudo, aqueles que não são reconhecidos no CPB/1940⁴¹. Ademais, visa-se a penalização de acordo com a gravidade dos crimes, haja vista as mudanças decorridas desde a vigência do atual Diploma Legal.

Extrai-se do histórico dos trabalhos da comissão:

A Comissão de Reforma aceitou, portanto, as seguintes tarefas: a) modernizar o Código Penal; b) unificar a legislação penal esparsa; c) estudar a compatibilidade dos tipos penais hoje existentes com a Constituição de 1988; d) tornar proporcionais as penas dos diversos crimes, a partir

36 *Id.*

37 *Id.*

38 BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 18 ago. 2013b.

39 *Op. cit.*

40 *Id.*

41 *Id.*

da gravidade relativa; e) buscar formas alternativas, não prisionais, de sanção penal⁴².

No que concerne aos crimes praticados contra a Administração Pública, observa-se que o crime de desacato, previsto no art. 331⁴³, será descriminalizado.

Em conformidade com o Anteprojeto do Código Penal⁴⁴, a conduta atualmente caracterizadora do Desacato, passará, tão somente, a ser um crime contra a pessoa, mais precisamente contra a honra, em sendo classificado como crime de Injúria. Observa-se a sua redação:

Injúria

Art. 138. Injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro:

Pena – prisão, de seis meses a um ano.

[...]

Art. 140. As penas cominadas neste Capítulo são aplicadas até o dobro se qualquer dos crimes é cometido:

[...] IV – contra servidor público, em razão das suas funções;

[...] Ação penal

Art. 144. Nos crimes previstos neste Capítulo, somente se procede mediante queixa.

§ 1º Nas ofensas irrogadas contra o servidor público, no exercício de suas funções, é concorrente a legitimidade do ofendido, mediante queixa, e do Ministério Público, condicionada à representação do ofendido, para a propositura de ação penal.

[...].

Logo, não haverá mais o que se falar em desacato após a reforma do Código Penal Brasileiro de 1940⁴⁵ - haverá, tão somente, um crime de Injúria, com aumento de pena, quando

42 BRASIL. Congresso. Senado. **Excelentíssimo Senhor José Sarney, Digníssimo Presidente do Senado Federal, a Comissão de Juristas para a elaboração de Anteprojeto de Código Penal, criada pelo Requerimento nº 756, de 2011, do Senador Pedro Taques, Aditado pelo de nº 1.034, de 2011, de Vossa Excelência, com aprovação pelos Senadores da República em 10 de agosto de 2011, tem a honra de apresentar o Relatório Final que inclui o Histórico dos Trabalhos, o Anteprojeto de Novo Código Penal e a Exposição de Motivos das Propostas Efetuadas.** Disponível em: <<http://www12.senado.gov.br/noticias/Arquivos/2012/06/pdf-veja-aqui-o-anteprojeto-da-comissao-especial-de-juristas>>. Acesso em: 20 ago. 2013a. 43 *Op. cit.*

44 ANTEPROJETO DO CÓDIGO PENAL. Brasília: Editora do Senado Federal: 2012.

45 *Op. cit.*

praticado contra servidor público, onde o bem juridicamente tutelado é a pessoa humana, haja vista que, segundo a visão dos novos legisladores, o ofendido, ou seja, o agente passivo é a própria pessoa humana e não o Estado, por intermédio de seus representantes.

À luz do Anteprojeto do Código Penal Brasileiro⁴⁶, o crime de injúria praticado contra funcionário público, e o crime de desacato, são crimes repetidos no nosso Diploma Legal, embora os bens juridicamente tutelados sejam distintos.

Depreende-se, inclusive, que naquilo que se refere à ação penal, que atualmente é incondicionada, passará a ser concorrente, como restou observado em sua redação.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após análise dos crimes de desacato e de injúria, assim como da análise do anteprojeto do novo Código Penal Brasileiro⁴⁷, sobrevêm algumas dúvidas.

Diante do atual Diploma Legal, observamos que ao ser inserido o crime de Desacato, a preocupação dos legisladores era a proteção da Administração Pública, o que fica comprovado com o fato de ele estar inserido junto aos demais que tem como bem juridicamente tutelado a Administração Pública. Desta forma, visaram o respeito da sociedade para com o Estado, assim como a ordem, sendo que tal infração caracterizaria crime passível de penalização.

Contudo, não deixaram de preocuparem-se com a pessoa humana, razão pela qual inseriram junto aos crimes contra a pessoa, contra a sua honra, o crime de injúria e, muito bem observado, incluíram a causa de aumento de pena, quando a conduta delituosa fosse praticada contra um funcionário público. Assim, há a proteção da Administração Pública, bem como a da pessoa humana.

Com a visão dos novos legisladores, que

46 *Op. cit.*

47 Brasil, 2013c.

perceberam que tais condutas estão repetidas no Código Penal Brasileiro⁴⁸ e, entenderam pela descriminalização do art. 331, o que resta é a desproteção da Administração Pública.

Assim, tem-se que o cidadão não mais ofenderá a Administração Pública por intermédio de seus servidores e sim, somente a própria pessoa humana, muito embora a pessoa que recebe as ofensas às receba somente em função de seu cargo e da função a qual ocupa.

Desta feita, hei de considerar que ao criarem o anteprojeto, fora pensando no crime, nos seus agentes, nas suas penas, nas suas ações penais, contudo, deixaram de observar os bens juridicamente tutelados, o que, de fato, é à base do Código Penal⁴⁹.

Com a reforma, a Administração Pública ficará desguarnida, desprovida de proteção, permitindo que cidadãos ofendam, humilhem, menosprezem a Administração Pública através de seus representantes. Cometendo apenas um crime contra a honra da pessoa, quando já é sabido que, ao praticar tal conduta delituosa, o *animus* do agente ativo é desacatar diretamente a Administração Pública e sua função, em razão disso não deveria se falar em crime contra a honra da pessoa.

Destarte, mesmo antes de vigorar o Novo Código Penal Brasileiro⁵⁰, este já vem apresentando suas falhas, salientando que o objetivo do Anteprojeto era sanar e reparar as já existentes.

Ante ao exposto, ao que tudo indica, o Estado, em extrema urgência de apresentar respostas e soluções de aplicabilidade imediata aos caos social atualmente existente, de medida precipitada, acabou por elaborar o referido Anteprojeto⁵¹ sem, contudo, observar que ele mesmo está se desprotegendo e deixando-o às margens da vulnerabilidade.

48 *Id.*

49 *Id.*

50 JUSBRASIL. **Audiência debate o Novo Código Penal Brasileiro**. Disponível em: <<http://oab-ce.jusbrasil.com.br/noticias/100552577/audiencia-debate-o-novo-codigo-penal-brasileiro>>. Acesso em: 15 out. 2013.

51 Anteprojeto do Código Penal, 2012.

Assim, com a descriminalização do desacato, se abrirá uma enorme lacuna, entre o ofensor e o de fato ofendido, permitindo a prática do desrespeito, sem que haja uma previsão legal e, por conseguinte, uma penalização e, logo, uma reeducação.

Como consequência, tendo em vista que o Estado, embora se sinta ofendido, não mais será ofendido e, inclusive, estará desguarnido, sem respaldos legais para buscar reparações, perdendo, deste modo, parte do seu pátrio poder.

Diante do exposto, muito embora os novos legisladores tenham visado melhorias, apresentaram falhas no momento em que deixaram de analisar os bens juridicamente tutelados, e ao tutelarem juridicamente os valiosos valores da pessoa humana, acabaram por colocar a Administração Pública à mercê.

REFERÊNCIAS

ANTEPROJETO DO CÓDIGO PENAL. Brasília: Editora do Senado Federal: 2012.

BRASIL. Congresso. Senado. **Excelentíssimo Senhor José Sarney, Digníssimo Presidente do Senado Federal, a Comissão de Juristas para a elaboração de Anteprojeto de Código Penal, criada pelo Requerimento nº 756, de 2011, do Senador Pedro Taques, Aditado pelo de nº 1.034, de 2011, de Vossa Excelência, com aprovação pelos Senadores da República em 10 de agosto de 2011, tem a honra de apresentar o Relatório Final que inclui o Histórico dos Trabalhos, o Anteprojeto de Novo Código Penal e a Exposição de Motivos das Propostas Efetuadas**. Disponível em: <<http://www12.senado.gov.br/noticias/Arquivos/2012/06/pdf-veja-aqui-o-anteprojeto-da-comissao-especial-de-juristas>>. Acesso em: 20 ago. 2013a.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 18 ago. 2013b.

_____. Decreto-lei nº 2.848 de 7 de dezembro

de 1940. **Código Penal**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm>. Acesso em: 13 ago. 2013c.

_____. Supremo Tribunal Federal. Habeas corpus nº 70725/SP, do Tribunal de Alçada Criminal do Estado de São Paulo, Primeira Turma, 22 de fevereiro de 1994, publicado em DJ 10-06-1994 PP-14788 EMENT VOL-01748-02 PP-00332. Súmula nº 523 do Supremo Tribunal Federal. In: REVISTA DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO, [ca. 1995], p. 380-382. Disponível em: <https://www.trf5.jus.br/revista_jurisprudencia/documentos/Rev_85_09062010.pdf>. Acesso em: 08 out. 2013d.

_____. Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Região 4. Ação Penal Originária. Injúria Simples e Injúria Racial, Majoradas Pelo Cometimento Contra Funcionário Público, no Exercício de suas Funções. Preliminar. Ação Penal, no Caso, Pública Condicionada. CP, Art. 145, Parágrafo Único. Representação Apresentada por Ambos os Ofendidos. Condição de Procedibilidade Preenchida. Prefacial Afastada. Mérito. Réu, Prefeito Municipal de Vargem, que se Insurge contra Ato das Vítimas, Policiais Militares. Crítica que Extrapola o Aceitável. Afirmação de que se Tratava de “Serviço Sujo” e “Serviço de Preto”, Sendo uma das Vítimas de Aparência Afrodescendente. *Animus Injuriandi* Evidente. Condenação que se Impõe. Denúncia Julgada Procedente. Processo Crime n. 2010.072583-5 de Campos Novos-SC (Acórdão). Apelante: Nelson Gasperin Júnior. Apelado: Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Relator: Des. Sérgio Izidoro Heil. Florianópolis, 6 de novembro de 2012. **Lex-Jurisprudência**. Disponível em: <http://app.tjsc.jus.br/jurisprudencia/html.do?q=2010.072583-5&only_ementa=&frase=&id=AAAbmQAABAAPxfTAAO&categoria=acordao>. Acesso em: 08 nov. 2013e.

_____. _____. _____. _____. Crime Contra a Honra - Injúria Qualificada ou Racial - Queixa-Crime - Alegação de Ausência de Dolo pela Defesa - Condenação Mantida - Recurso Desprovido. Apelação Criminal nº 2003.004353-5 de Florianópolis-SC (Acórdão). Apelante: Tomaz Luiz Vieira Neto. Apelado: Eudilson

Rodrigues dos Santos. Relator: Amaral e Silva. Florianópolis, 29 de junho de 2004. **Lex-Jurisprudência**. Disponível em: <<http://tj-sc.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/5254776/apelacao-criminal-apr-43535-sc-2003004353-5/inteiro-teor-11648582>>. Acesso em: 25 ago. 2013f.

_____. _____. _____. _____. Crimes Praticados por Particular Contra a Administração em Geral. Desacato e Resistência (Artigos 331 E 329, Ambos do Código Penal). Materialidade e Autoria Devidamente Comprovadas. Policial que foi Atacado Verbal e Fisicamente. Depoimentos Testemunhais Acerca das Ofensas e Agressões no Momento da Abordagem da Ré Unissonos. Resistência da Acusada ao ser Contida e Levada para Delegacia. Elenco Probatório Suficiente à Condenação. Inexistência de Prova em Contrário. Dosimetria da Pena Acertada. Recurso Desprovido. Apelação Criminal nº 2012.019524-1 de Quilombo - SC (Acórdão). Apelante: Vanessa Ruth Pedroso. Apelado: Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Relatora: Des. Substituto José Everaldo Silva. Florianópolis, 18 de abril de 2013. **Lex-Jurisprudência**. Disponível em: <http://app.tjsc.jus.br/jurisprudencia/html.do?q=2012.019524-1&only_ementa=&frase=&id=AAAbmQAACAAB5PAAAK&categoria=acordao>. Acesso em: 22 nov. 2013g.

_____. _____. _____. _____. Delito de Menor Potencial Ofensivo Processado Perante o Juízo Comum. Remessa à Turma Recursal. Concessão de *Habeas Corpus*, de Ofício, pelo Superior Tribunal de Justiça, para Determinar o Julgamento do Apelo por esta Corte. Conhecimento. Delito de Desacato. Ausência de Intimação do Réu. Defensor Constituído que Apresenta Apelação Tempestiva. Ausência de Prejuízo. Preliminar. Reconhecimento da Prescrição. Não Ocorrência do Lapso Necessário de Dois Anos entre os Marcos Interruptivos. Prefacial Afastada. Mérito. Absolvição por Insuficiência de Prova. Materialidade e Autoria Amplamente Comprovadas. Negativa do Réu Isolada do Contexto Probatório. Desclassificação para Injúria ou Difamação Comum Inviável. Dolo de Ofender os Policiais Militares na Condição de Servidor Público, com Palavras de Baixo

Calão. Sentença Mantida. Recurso Desprovido. Apelação Criminal n. 2011.075259-8 de São Bento do Sul-SC (Acórdão). Apelante: Ademir de Lima. Apelado: Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Relator: Des. Substituto José Everaldo Silva. Florianópolis, 7 de março de 2013. **Lex**-Jurisprudência. Disponível em: <http://app.tjsc.jus.br/jurisprudencia/html.do?q=2011.075259-8%20%20%20Apela%E3o%20Criminal%20&only_ementa=&frase=&id=AAAAbmQAACAABK8qAAV&categoria=acordao>. Acesso em: 25 out. 2013h.

CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal**. Parte Especial. São Paulo: Editora Saraiva, 2012. vol. 3.

JUSBRASIL. **Audiência debate o Novo Código Penal Brasileiro**. Disponível em: <<http://oab-ce.jusbrasil.com.br/noticias/100552577/audiencia-debate-o-novo-codigo-penal-brasileiro>>. Acesso em: 15 out. 2013.

MIRABETTE, Júlio Fabrini, **Código Penal Interpretado**. 5. ed. São Paulo: Editora Altas, 2005.

NECHO, Iran P. Moreira. **Citação**: técnica de escrever um livro em poucas linhas e, portanto, não ser esquecido. Disponível em: <<http://www.mnecho.com/frases/liberdade.htm>>. Acesso em: 13 jun. 2013.

PÉRES, Fernanda. **Preconceito Racial uma Ofensa ao Princípio de Igualdade**. 2006. 84 fls. (Monografia para a obtenção do grau de Bacharel em Direito) – Centro de Ciências Jurídicas, Políticas e Sociais (CEJURPS), Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí. Disponível em: <<http://siaibib01.univali.br/pdf/Fernanda%20Peres.pdf>>. Acesso em: 09 set. 2013.

PSICOMOTRICIDADE NO ENSINO FUNDAMENTALVitória Souza Tomé¹Rozana Aparecida da Silveira²**RESUMO**

A psicomotricidade é a posição global do sujeito que sintetiza psiquismo e motricidade, com o propósito de permitir ao indivíduo adaptar de maneira flexível e harmoniosa, ao meio que o cerca. O objetivo deste estudo foi avaliar a psicomotricidade nas áreas de equilíbrio e lateralidade de meninos e meninas de 5 a 11 anos. A pesquisa foi realizada com 64 alunos do 1º ao 5º ano do ensino fundamental. Utilizou-se para tanto a Escala de Desenvolvimento Motor (EDM) proposta por Rosa Neto (2002), cujos testes de equilíbrio possuem ordem crescente, a partir da idade cronológica da criança. Os testes de lateralidade permitem identificar se as crianças apresentam lateralidade destra, cruzada, indefinida ou sinistra. A média dos quocientes motores das crianças ficou entre normal baixo e normal médio. Com relação à lateralidade, a condição destra foi a mais incidente, representada por 57 crianças (89,1%). As meninas e os meninos foram superiores no teste de equilíbrio com o tronco flexionado, apesar de ambos apresentarem como resultado normal médio. O teste de equilíbrio em cócoras obteve o menor resultado para os meninos do que para as meninas. Destaca-se a importância deste instrumento de avaliação do desenvolvimento de escolares, para planejar intervenções com finalidade de descobrir as reais necessidades das crianças em fase escolar.

PALAVRAS CHAVE: Psicomotricidade. Equilíbrio. Lateralidade. Criança.

PSYCHOMOTRICITY IN ELEMENTARY SCHOOL**ABSTRACT**

The psychomotor is the global position of the subject which summarizes psychic and motor, with the purpose of allowing the individual to adapt flexibly and harmoniously to the surrounding environment. The aim of this study was to evaluate the psychomotor areas of balance and laterality of boys and girls 5-11 years. The survey was conducted with 64 students from 1st to 5th grade of elementary school. It was used for both the Motor Development Scale (EDM) proposed by Rosa Neto (2002), whose balance tests have increasing order of appearance, starting from the chronological age of the child. Tests of laterality identifying whether children exhibit handedness right hand cross, indefinite or sinister. The average of the ratios engines of children was between normal and low average normal. With regard to laterality, the right hand condition was more common, represented by 57 children (89.1%). The girls and boys were superior in balance test with the trunk flexed, although both presented as average normal result. The balancing test in squatting had the lowest result for boys than for girls. We highlight the importance of this assessment tool for school development, to plan interventions with the purpose of discovering the real needs of children in middle childhood.

1 Estudante do Ensino Médio, Colégio de Aplicação – CAU da cidade de Tijucas, SC.

2 Graduada em Educação Física, Especializada em Dança na Faculdade Castelo Branco, RJ; Mestre do Programa de Pós-graduação em Ciências do Movimento Humano da Universidade do Estado de Santa Catarina, SC; docente do curso de Educação Física na Faculdade Avantis, BC.

KEYWORDS: Psychomotricity. Balance. Laterality. Child.

1 INTRODUÇÃO

O corpo humano usualmente pode ser percebido e examinado de duas formas: uma operacional, que abrange suas características antropométricas, biológicas, fisiológicas e motoras e outra expressiva, que envolve as características, conceituais, significativas, interpretativas e simbólicas. Ambos os formatos podem mensurar e avaliar o “corpo”, e cada área de conhecimento do corpo é pesquisado e ajustado de forma diferente. Na Educação Física o movimento corporal pode ser entendido como meio de interagir e investigar o mundo que nos cerca no meio educacional ou como forma de determinar rendimento e desempenho no mundo esportivo.

Este desempenho corporal é resultado do controle alcançado pelo sujeito no desenvolvimento do seu padrão motor. Sendo que este, através das influências desempenhadas pelo meio, o padrão de crescimento e comportamento motor, altera-se pela ação do tempo. Esse fato estimula a realização de estudos científicos apoiados na investigação de técnicas de pesquisa para a obtenção de dados como forma de esclarecer diferentes caminhos da existência do homem e sua evolução. (BEE, 1984; BERNS, 2002; BRONFENBRENNER, 1996; ECKERT, 1993; GABBARD, 2000; GALLAHUE, D. L; OZMUN, 2005).

O empenho em se averiguar especificamente aspectos relacionados à locomoção é fruto da complexidade das ações motoras que a locomoção exige do ser humano, bem como da importância que esta habilidade tem no processo de aquisição da independência da criança, evidenciando assim, a importância de avaliar a criança para aferir - se seu desenvolvimento motor é adequado e se consegue manter o equilíbrio (BONIFACCI, 2007; BRAGA et. al., 2009; BRAUNER; VALENTINI, 2009).

O equilíbrio, segundo Silveira et. al. (2006) é a sustentação de uma postura particular do corpo com um mínimo de oscilação (equilíbrio

estático); ou a manutenção da postura durante o desempenho de uma habilidade motora que tende a alterar a orientação do corpo (equilíbrio dinâmico), no qual seus comportamentos influenciam em variadas habilidades motoras específicas, introduzidos em diferentes grupos de ação. (DANTAS, 1998).

Para se avaliar uma criança e analisar seu desenvolvimento motor, é preciso intervir para que o processo aconteça. A motricidade é de suma importância para o desenvolvimento global das crianças e nem sempre as mesmas desenvolvem-se de forma natural, tornando-se essencial à mediação de profissionais para auxiliá-la nesse processo. Quando a intervenção motora é iniciada no início do ensino fundamental, possibilita o quanto antes à percepção externa através do seu corpo.

O presente artigo justifica-se pelo fato de que o estudo da psicomotricidade ultrapassa os problemas motores, existindo muitas dificuldades com relação à lateralidade e equilíbrio. Faz também com que se tome consciência das relações existentes entre o gesto e a afetividade, corroborando com o desenvolvimento geral da criança do ensino fundamental, regularizando sua viabilidade de aplicação na escola.

Através deste contexto, procura-se pesquisar na ciência do movimento humano, o seguinte problema: Qual a influência da lateralidade e equilíbrio na percepção e avaliação do desenvolvimento motor de meninos meninas de 5 a 10 anos do ensino fundamental de um colégio privado de Tijuca?

2 DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

Este artigo científico foi escrito a partir de um projeto científico apoiado pelo CNPq através do PIBIC-EM. Em 2010, o CNPq lançou o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica no Ensino Médio, com foco na criação de uma cultura científica, dirigido aos estudantes do ensino médio com a intenção de despertar capacidade científica e de incentivar talentos, mediante sua participação em atividades de

educação científica, orientadas por pesquisador qualificado de Instituições de Ensino Superior.

Assim como o PIBIC, o PIBIC-EM é gerenciado por um Comitê Institucional formado por professores da própria Universidade, selecionados a partir de um perfil delineado pelo CNPq, o Comitê Institucional dos Programas de Iniciação Científica (CIPIC). O PIBIC-EM é acompanhado por um Comitê Externo, que participa ativamente dos processos de seleção e de avaliação do programa.

2.1 MÉTODOS

Depois de finalizado o projeto e apresentado em seminário científico, decidiu-se publicar e a forma como se chegou a esses resultados foi adotando metodologia de análise qualitativa, dividida em 4 fases:

Na primeira fase foi feito um estudo detalhado a respeito da educação psicomotora, com maior ênfase na lateralidade e equilíbrio. Foi realizado um estudo bibliográfico através de artigos na área de educação física e psicomotricidade com crianças de 5 a 10 anos. A professora orientadora treinou a aluna pesquisadora para coletar os dados com os alunos, ensinando como se avalia os testes de lateralidade e equilíbrio na Escala de Desenvolvimento Motor (EDM), criado por Rosa Neto (2002) e como verificar o Índice de Massa Corporal (IMC).

Na segunda fase foi realizada a coleta de dados nas aulas de Educação Física, verificando através do peso e altura para chegar ao IMC e com a EDM, especificamente os testes de equilíbrio e lateralidade. A idade centesimal foi calculada a partir da data de nascimento e da data de medição. O índice de - IMC foi computado utilizando a fórmula: $IMC [kg/m^2 = \text{massa corporal (kg) dividida pela estatura ao quadrado (m}^2\text{)]}$.

Na terceira fase foi realizada a análise dos resultados dos testes de equilíbrio e lateralidade, através do manual da EDM, com objetivo de demarcar as principais ocorrências (problemas

de equilíbrio e dificuldade na lateralidade) e o perfil corporal das aulas de educação física obrigatórias na idade escolar.

Na quarta fase foi feito a sistematização e operacionalização das ideias principais, no sentido de definir os indicadores que orientaram a interpretação final. Os dados foram inseridos e analisados no programa *Statistical Package for the Social Science* (SPSS for Windows) versão 17.0. Inicialmente, realizou-se análise descritiva dos dados, seguida de análise inferencial. Para a análise inferencial, foi aplicado o teste T de *Student* para verificar diferenças entre os alunos do sexo masculino e feminino. Os pais (responsáveis) receberam o resultado do teste motor realizado com seu filho.

2.2 RESULTADOS

As coletas foram feitas com 64 crianças sendo elas 32 meninas e 32 meninos, do primeiro ano até o quinto ano do ensino fundamental. O teste foi realizado de acordo com as normas do autor da Escala do Desenvolvimento Motor (EDM) de Francisco Rosa Neto (2002); além de testes de psicomotricidade e lateralidade, foram coletados: peso, idade, e altura de todos os indivíduos.

A idade média das crianças analisadas é 8.02 anos com um desvio padrão de 1.5, sendo que a idade máxima foi 11 anos e mínima de 5 anos, o peso médio é 41.06Kg, com um desvio padrão de 15.41Kg. O peso máximo foi 74Kg e mínimo 16.30Kg. A altura média foi 1.43m com um desvio padrão de 0.167Kg, a altura máxima foi 1.78m e mínima 1.14m. Como caracteriza a Tabela 1 abaixo e o gráfico 1, a seguir, especifica o IMC do grupo participante da pesquisa, mostrando que a maioria das crianças encontram-se em sobrepeso. Esta especificação do IMC pode ser observada mais aprofundadamente na Figura 1, também a seguir, a qual nos traz a informação dos Valores de Referência do Índice de Massa Corporal tendo por base Duncas, Schimidt e Giugliani (2004).

Variáveis	Idade	Peso	Altura	IMC	
				MASC	FEM
Número de crianças	64	64	64	32	32
Média	8.02	41.06	1.43	18.25	17.20
Desvio padrão	1.548	15.41	0.16	1.00	1.00
Mínimo	5	16.30	1.14	14.53	9.27
Maximo	11	74.00	1.78	25.39	23.77

Tabela 1: CARACTERIZAÇÃO DO GRUPO DE PARTICIPANTES DA PESQUISA

Fonte: As autoras, 2013.

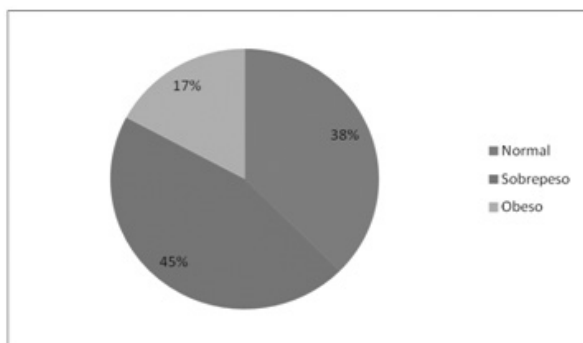


GRÁFICO 1: IMC DO GRUPO PARTICIPANTE DA PESQUISA

Fonte: As autoras, 2013.

Foram realizados dois testes de lateralidade com as mãos. No primeiro teste, o aluno precisava cortar uma forma geométrica na folha de papel onde foi analisada a mão com que a criança segurou a tesoura para cortar o papel. No outro teste foi utilizada uma bola onde foi deixada a criança livre para escolher com qual mão ela se sentia mais confortável para jogar em um alvo. Nesse teste houve 3 crianças que obtiveram o resultado esquerda.esquerda, 57 direita.direita e 4 esquerda.direita. Conforme apresentando na Tabela 2 abaixo:

Variáveis	Frequência	%
Mão esquerda.esquerda	3	4.7
Mão direita.direita	57	89.1
Mão esquerda.direita	4	6.3
Total	64	100.0

TABELA 2: DIFERENÇAS NA LATERALIDADE DAS MÃOS

Fonte: As autoras, 2013.

Para observar a lateralidade dos pés (Tabela 3 a seguir) foi solicitado para que as crianças chutassem uma bola em um determinado alvo, primeiro com a perna direita e depois com a perna esquerda, para poder determinar com qual perna a criança sentia maior facilidade. Neste teste houve 4 crianças com melhor desempenho no chute com o pé

IDADE	Meninos			Meninas		
	NORMAL	SOBREPESO	OBSIDADE	NORMAL	SOBREPESO	OBSIDADE
6	14.5	mais de 16.6	mais de 18.0	14.3	mais de 16.1	mais de 17.4
7	15	mais de 17.3	mais de 19.1	14.9	mais de 17.1	mais de 18.9
8	15.6	mais de 16.7	mais de 20.3	15.6	mais de 18.1	mais de 20.3
9	16.1	mais de 18.8	mais de 21.4	16.3	mais de 19.1	mais de 21.7
10	16.7	mais de 19.6	mais de 22.5	17	mais de 20.1	mais de 23.2
11	17.2	mais de 20.3	mais de 23.7	17.6	mais de 21.1	mais de 24.5
12	17.8	mais de 21.1	mais de 24.8	18.3	mais de 22.1	mais de 25.9
13	18.5	mais de 21.9	mais de 25.9	18.9	mais de 23	mais de 27.7
14	19.2	mais de 22.7	mais de 26.9	19.3	mais de 23.8	mais de 27.9
15	19.9	mais de 23.6	mais de 27.7	19.6	mais de 24.2	mais de 28.8

FIGURA 1: VALORES DE REFERÊNCIA DO ÍNDICE DE MASSA CORPORAL

Fonte: Duncas, Schimidt e Giugliani (2004).

esquerdo e 60 crianças com o melhor chute com o pé direito.

Variáveis	Frequência	%
Pé esquerdo	4	6.3
Pé direito	60	93.8
Total	64	100.0

TABELA 3: DIFERENÇAS NA LATERALIDADE DOS PÉS

Fonte: As autoras, 2013.

Foi aplicado um teste simples para poder analisar a lateralidade dos olhos. Foi dado a eles um cano feito de papel camurça por onde eles podiam observar o outro lado. Solicitou-se a eles que levassem esse cano até um dos olhos e foi observado qual dos olhos eles escolhiam. Nesse teste, conforme representa a Tabela 4 abaixo, houve 18 crianças que tinham preferência em olhar o objeto do outro lado pelo olho esquerdo e 46 crianças que preferiam olhar do outro lado com o olho direito.

Variáveis	Frequência	%
Olho esquerdo	18	28.1
Olho direito	46	71.9
Total	64	100.0

TABELA 4: DIFERENÇAS NA LATERALIDADE DOS OLHOS

Fonte: As autoras, 2013.

Os testes de equilíbrio e motricidade global foram realizados logo após os de lateralidade, as crianças passaram por sete testes diferentes realizados individualmente onde elas deveriam ficar sempre 30 segundos sem se mexer enquanto estavam realizando um teste.

O primeiro teste realizado foi equilíbrio estático em cima de um banco, onde as crianças deveriam ficar em pé em cima de um banco sem se mexer, nenhuma das crianças apresentou dificuldade para realizar esse teste. O teste seguinte foi equilíbrio sobre um joelho, onde elas se apoiavam sobre uma perna com o joelho flexionado primeiro com a perna esquerda e depois com a direita, neste teste tanto os meninos quanto as meninas tiveram os mesmos resultados.

O terceiro teste realizado foi equilíbrio com o tronco flexionado, esse teste se dividiu em três etapas distintas, na primeira as crianças deviam ficar em equilíbrio com o tronco levemente inclinado para frente esse movimento foi repetido, mas duas vezes na segunda vez as

crianças deveriam estar de olhos fechado e na terceira deveriam estar na ponta dos pés e de olhos fechados, nesse teste podemos notar que as meninas tiveram, mas facilidade para realizar o teste do que os meninos, obtendo assim um resultado melhor.

Dando continuidade com os testes, as crianças deveriam ficar na ponta dos pés com o tronco reto, nesse teste a pesar de uma pequena diferença as meninas também tiveram resultados melhores do que os meninos. Durante o teste seguinte as crianças ficaram com um pé manco estático primeiro com o lado esquerdo e em seguida com o lado direito, nesse teste os meninos demonstraram mais facilidade para realizar do que *as meninas*.

O ultimo teste a ser realizado foi equilíbrio em cócoras onde elas ficavam de cócoras na ponta dos pés e com os braços abertos, nesse teste as meninas apresentaram resultados melhores do que os meninos. Na tabela 5 abaixo, pode-se observar os resultados dos testes de equilíbrio e motricidade que nos referimos acima.

Variáveis	Sexo	N	M	DP
Equilíbrio estático sobre um banco	masc	32	1.00	.000
	fem	32	1.00	.000
Equilíbrio sobre um joelho	masc	32	1.81	.397
	fem	32	1.81	.397
Equilíbrio com o tronco flexionado	masc	32	2.00	.622
	fem	32	2.25	5.68
Equilíbrio nas pontas dos pés	masc	32	.47	.507
	fem	32	.66	.483
Pé manco estático	masc	32	1.31	.859
	fem	32	0.84	.723
Equilíbrio de cócoras	masc	32	0.41	.499
	fem	32	0.47	.507
Equilíbrio na ponta dos pés com o tronco flexionado	masc	32	1.19	.821
	fem	32	1.22	.659

TABELA 5: DIFERENÇA NAS ATIVIDADES DE EQUILÍBRIO

Fonte: As autoras, 2013.

2.3 DISCUSSÃO

Segundo Berns (2002), o desenvolvimento físico caracteriza o crescimento em tamanho das várias partes do corpo e o aumento em

complexidade de suas estruturas e funções. Já o desenvolvimento motor refere-se ao movimento e controle das partes do corpo, desta forma, quando a criança cresce e se desenvolve, a habilidade em usar as partes de seu corpo

aumenta em força, velocidade e coordenação.

O desenvolvimento das crianças segue padrões típicos, que descrevem o modo como importantes atributos e habilidades se desenvolvem e as idades aproximadas em que aparecem. Esses padrões representam a idade média em que uma criança é capaz de engatinhar, correr, saltar e são úteis para descrever como a maioria das crianças se desenvolve “normalmente”, pois com base neles, pode-se prever como a criança “típica” progride (BERNS, 2002).

Embora esses padrões sejam válidos para fins comparativos e preditivos no controle do desenvolvimento “típico” segundo o autor, as crianças individualmente variam muito, tendo um tempo peculiar para a aquisição e para o desenvolvimento de habilidades motoras.

Neste sentido, torna-se importante fazer uma comparação entre as crianças e observar se o peso e o crescimento estão de acordo com a idade, facilitando a orientação quando assinalados anormalidades neste padrão de comportamento. (DUNCAS, SCHIMIDT, GIUGLIANI, 2004).

As crianças analisadas na nossa pesquisa estão dentro da normalidade na estatura e no peso, mas notamos leve aumento no IMC dos meninos. Nos estudos de Fonseca, Veiga e Sichieri (1998) e Andrade, Pereira e Sichieri (2003) também houve a prevalência de sobrepeso entre os meninos. No entanto, Veiga, Dias e Anjos (2001) avaliou a prevalência da obesidade em estudantes entre 10 e 18 anos de idade na cidade de Niterói com base no percentual de gordura adquirido através da bioimpedância e pode perceber que em meninos aumento de obesidade em 12,8%, e 19,9% nas meninas. Os autores acreditam que as diferenças localizadas nas prevalências de obesidade alcançadas através dos diferentes métodos podem ser esclarecidas pela influência da massa muscular, maior nos meninos e que não é valorizada através do IMC.

O maior vilão do sobrepeso nas crianças são os hábitos alimentares e a falta de atividade

física, propiciada pelos adventos de jogos na internet e a urbanização, dificultando a brincadeira sadia ao ar livre.

Segundo Duncas, Schimidt e Giugliani (2004)., a análise e a medição para aferição de sobrepeso e obesidade são controversos em crianças. O IMC na criança e no adolescente está relacionado com a idade e o estágio de maturação sexual. Utiliza-se na prática, a medida do peso e da altura por obter com facilidade o exame físico. A criança e o adolescente obesos tendem a serem adultos obesos 40% das crianças e 70% dos adolescentes obesos se tornarão adultos obesos.

Nos testes de lateralidade das mãos, pés e olhos, percebemos que a grande maioria das crianças era destra. Neste caso, apenas 4,7% crianças eram sinistras na manipulação de objetos, 6,3% crianças eram sinistras nos membros inferiores. Nos testes de lateralidade ocular, 28,1% tinham preferência em olhar o objeto do outro lado pelo olho esquerdo e 71,9% crianças preferiam olhar do outro lado com o olho direito.

Nos estudos de Lucena et. al. (2010), com 400 crianças na faixa etária de 6 a 10 anos, que possuía o objetivo de verificar se existia associação entre lateralidade manual, ocular e membros inferiores e déficit de organização espacial em escolares, corroboram com nossos resultados, pois os testes comprovaram 23 tipos de lateralidade mão-olho-pé, observando-se maior percentual (48,75%) de destalidade completa (dominância manual, ocular e dos membros inferiores direita).

Nos estudos de Amaro et. al. (2009), com uma amostra de 13 crianças com uma média de idade de 6,5 anos, o autor relata a escrita como determinante no desenvolvimento da motricidade fina, da estruturação temporal, na definição da lateralidade e adequado desenvolvimento perceptivo, visual e auditivo. Ainda completa que, quanto antes estas crianças forem estimuladas, mais significativa será sua contribuição para o desenvolvimento biopsicossocial da criança.

Le Bouch (1987) descreve que o desenvolvimento do domínio corporal é um fator essencial para as aprendizagens cognitivas e a lateralidade é um dos aspectos mais importantes para o desenvolvimento das capacidades de aprendizagem. Contudo isso não significa dizer que todas as crianças que tenham dificuldades de aprendizagem também tenham alterações na lateralidade.

Para La Pierre (1986) existe relação entre lateralidade com a aprendizagem na qual os problemas de leitura e de escrita apresentam relação espacial entre a criança e o seu meio. A consciência da lateralidade e da discriminação direita/esquerda pode auxiliar a criança perceber movimentos do corpo no espaço e no tempo.

Os resultados de equilíbrio, através dos testes da EDM, Rosa Neto (2002), apresentaram normalidade pelas normas do autor, através da idade cronológica e do desempenho motor, no entanto, percebeu-se melhor desempenho nas meninas.

Os resultados de Amaro et. al. (2009) confirmam com os nossos quando os quocientes motores referentes às áreas da motricidade global e do equilíbrio foram classificados como normal médio, apesar de nos nossos estudos, não avaliamos as áreas de motricidade global. No estudo de Batistella (2001), avaliando o perfil motor de escolares de 6 a 7 anos de idade das escolas estaduais do município de Cruz Alta/RS, os valores para motricidade global e equilíbrio, ambos foram classificados pela EDM como "normal alto". Esta combinação, segundo Amaro et. al. (2009), de certa forma já esperada, uma vez o equilíbrio está intrinsecamente relacionado à motricidade global.

No entanto, Amaro et. al. (2009) que possuía uma amostra composta por 7 meninos e 6 meninas, apresentou idade média de 6,5 anos, com valor mínimo de 4 anos e máximo de 9 anos, verificou que a média da idade motora geral foi bem inferior à média da idade cronológica em todos os testes, inclusive no equilíbrio. Percebeu também uma grande defasagem na aprendizagem escolar destas crianças.

Outros pressupostos teóricos que também apóiam esta combinação são os de Pereira (2006), que afirma ser o equilíbrio a base de toda a coordenação global. Segundo Amaro et. al. (2009), o movimento motor global, mesmo sendo o mais simples, é uma ação sinestésica tátil, visual, espacial, temporal e labiríntica.

Silva et. al. (2006), menciona que vários autores destacam que os esquemas e as coordenações corporais são a infra-estrutura da aprendizagem e que a alteração da coordenação motora e equilíbrio, da relação espaço-temporal dentre outros aspectos, podem interferir na aprendizagem escolar e na conduta geral da criança, sugerindo um vínculo entre problemas motores e dificuldades de aprendizagem.

3 CONCLUSÃO

Os alunos do colégio particular avaliado, são bastante estimuladas motoramente no ambiente em que vivem, recebem estímulos da família, possuem uma área ampla e cheia de recursos para se desenvolverem plenamente. Acreditamos que este fator contribui para o bom resultado apresentado em nossos estudos.

Analisando o resultado de todos os testes de lateralidade podemos observar que as crianças apresentaram maior facilidade para realizá-los com o lado direito, tendo assim uma numero muito maior de crianças destras do que sinistras.

Com relação aos testes de equilíbrio, podemos observar que as meninas tiveram maior facilidade para executar, obtendo em quase todos os testes resultados um pouco acima do que os meninos. Esse resultado corrobora com resultado de outras pesquisas, na qual, as meninas obtiveram melhor resultado que os meninos nos mesmos testes (AMARO et. al. 2007; SILVEIRA, C. R. A. et. al. 2006).

Os resultados atentam para a importância de se inserirem no cotidiano escolar programas de estimulação motora voltados à lateralidade e à organização espacial das crianças, como forma de prevenir distorções no seu processo de

aprendizagem.

Não observamos danos/prejuízos/efeitos adversos de qualquer natureza verificados durante a coleta de dados, pelo contrário, percebemos a importância do trabalho a ser feito e a grande disponibilidade das crianças e dos pais na participação da pesquisa.

Sentimos necessidade de dar continuidade com este projeto, no sentido de pesquisar outras atividades motoras de grande importância para o desenvolvimento motor das crianças na mesma faixa etária, pois percebemos - que - as crianças deste estudo possuem um bom -desenvolvimento motor nas áreas pesquisadas, ao contrário de outros estudos.

REFERÊNCIAS

- AMARO, K. N. *et. al.* Validação das baterias de testes de motricidade global e equilíbrio da EDM, **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**, v. 2, p. 1-17, 2007. Disponível em: <<http://portalrevistas.ucb.br/index.php/RBCM/article/view/1018/943>>. Acesso em: 23 mar. 2013a.
- _____. Desenvolvimento motor em escolares com dificuldade de aprendizagem, **Revista Digital Efdesportes**, Buenos Aires, v. 14, p. 133, 2009. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd133/desenvolvimento-motor-em-escolares.htm>>. Acesso em: 23 mar. 2013b.
- ANDRADE, R. G.; PEREIRA, R. A.; SICHIERI, R. Consumo alimentar de adolescentes com e sem sobrepeso do Município do Rio de Janeiro, **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 5, p. 1485-1495, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.org/pdf/csp/v19n5/17821.pdf>>. Acesso em: 23 mar. 2013.
- BATISTELLA, P. **Perfil motor de escolares de Cruz Alta** RS. Dissertação de mestrado. Centro de Educação Física, Fisioterapia e Desportos, Universidade do Estado de Santa Catarina, 2001.
- BEE, H. **A criança em desenvolvimento**. 3. ed. São Paulo: Artes Médicas, 1984.
- BERNS, R. M. **O desenvolvimento da criança**. São Paulo: Loyola, 2002.
- BONIFACCI, P. *Children with low motor ability have lower visual-motor integration ability but unaffected perceptual skills*, **Human Movement Scienc**, v. 23, p. 157-168, 2007. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0167945704000454>>. Acesso em: 23 mar. 2013.
- BRAGA, R. *et. al.* A influência de um programa de intervenção motora no desempenho das habilidades locomotoras de crianças com idade entre 6 e 7 anos, **Revista da Educação Física/UEM**, Maringá, v. 20, n. 2, p. 171-181, 2009. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/RevEducFis/article/view/6133>>. Acesso em: 23 mar. 2013.
- BRAUNER, L. M.; VALENTINI, N. C. Análise do desempenho motor de crianças participantes de um programa de atividades físicas, **Rev. da Educação Física/UEM**, Maringá, v. 20, n. 2, p. 205-216, 2009. Disponível em: <<http://eduemojs.uem.br/ojs/index.php/RevEducFis/article/view/6070/4430>>. Acesso em: 23 mar. 2013.
- BRONFENBRENNER, U. **A Ecologia do Desenvolvimento Humano**: experimentos naturais e planejados. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.
- DANTAS, Estélio H. M. **Pensando o corpo e o movimento**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. Shape, 1998.
- DUNCAS, B. B; SCHIMIDT, MI; GIUGLIANI, ERJ. **Medicina ambulatorial**: condutas de atenção primária baseada em evidências. 3. ed. Porto Alegre: Artmed Editora; 2004.
- ECKERT, H. M. **Desenvolvimento motor**. 3. ed. São Paulo: Manole, 1993.
- FONSECA, V. M.; VEIGA, G. V.; SICHIERI, R. Fatores associados à obesidade em adolescentes, **Revista de Saúde Pública**, v. 32, p. 541-549, 1998. Disponível em: <<http://www.scielo.br/>

- pdf/rsp/v32n6/v32n6a2496.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2013.
- GABBARD, C. **Lifelong motor development**. Third Edition Texas: [s.n.], 2000.
- GALLAHUE, D. L.; OZMUN, J. C. **Compreendendo o Desenvolvimento Motor: bebês, crianças, adolescentes e adultos**. 3. ed. São Paulo: Phorte, 2005.
- LA PIERRE, André. **A simbologia do movimento, psicomotricidade e educação**. São Paulo: Manole, 1986.
- LE BOUCH, Jean. **Educação psicomotora: a psicomotricidade na idade escolar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.
- LUCENA, N. M. G. *et. al.* Lateralidade manual, ocular e dos membros inferiores e sua relação com déficit de organização espacial em escolares, **Estudos de Psicologia I**, Campinas, v. 27, n. 1, p. 3-11, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v27n1/v27n1a01.pdf>>. Acesso em: 23 mar. 2013.
- PEREIRA, MGR. **A motivação de adolescentes para a prática de Educação Física: uma análise comparativa entre instituição pública e privada**. 2006. 106 f. Diss. Dissertação (Mestrado em Educação Física)@Universidade São Judas Tadeu, São Paulo, 2006. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/EDUCACAO_FISICA/dissertacao/A-motivacao-de-adolescentes-para-a-pratica-da-Educacao-Fisica.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2013.
- ROSA NETO, F. **Manual de Avaliação Motora**. Porto Alegre: ArtMed; 2002.
- SILVA, Cristiane Alves *et. al.* A importância da avaliação motora em escolares, **Rev. Iberoamericana de psicomotricidad y técnicas corporales**, Montevideu, v. 7, n. 26, p.137-146, 2006. Disponível em: <<http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3620837>>. Acesso em: 23 mar. 2013.
- SILVEIRA, C. R. A. *et. al.* Validade de construção em testes de equilíbrio: ordenação cronológica na apresentação das tarefas, **Rev. Bras. Cineantropom. Desempenho Hum**, v. 8, n. 3, p. 66-72, 2006.
- VEIGA, G. V.; DIAS, P. C.; ANJOS, L. A. A comparison of distribution curves of body mass index from Brazil and the United States for assessing overweight and obesity in Brazilian adolescents, **Revista Panamericana de Salud Pública**, v. 10, p. 79-84, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-311X2003000500027&script=sci_arttext>. Acesso em: 23 mar. 2013.

ENSAIO

AS COISAS MUDARAM: A IMPORTÂNCIA DO USO DAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – TICS, POR PROFESSORES QUE TRABALHAM COM JOVENSDouglas Branco de Camargo¹**RESUMO**

Este texto ensaístico aborda algumas considerações sobre as Tecnologias da Informação e Comunicação – TICs, especialmente o computador e internet, como ferramentas educacionais, elementos da cultura dos jovens contemporâneos. Nesta perspectiva, seu objetivo é discorrer sobre o uso dessas ferramentas pelos jovens, trazendo a baila, a formação inicial e continuada de professores e profissionalização dos mesmos para construção de aulas que utilizem as TICs, e orientação dos jovens na dinâmica social e cultural do uso dessas mídias e estas na educação, principalmente no que concernem os processos do ensino e da aprendizagem com jovens. Processos contemplados de práticas culturais que a sociedade entende como relevante serem conhecidas e ou aprendidas pelas novas gerações. Nessa perspectiva, repercutem interesses sociais e políticos de uma época e ao contextualizá-lo emerge a necessidade de percebê-los como um instrumento cultural e social onde todos os envolvidos, suas ações e negações interferem na ação de educar e aprender para transformação. A relevância do tema está na melhor compreensão, sua função a construir uma educação que queremos. Através do que já temos como conhecimento elaborado, discutirmos sobre a necessidade, condições e possibilidades para a superação de desafios que enredam as TICs na educação.

PALAVRAS CHAVE: Tecnologias da Informação e Comunicação - TICs. Mídias na Educação. Processos do ensino e da aprendizagem. Formação de Professores. Jovens.

THINGS HAVE CHANGED: THE IMPORTANCE OF THE USE OF INFORMATION AND COMMUNICATION TECHNOLOGIES - ICTS, FOR TEACHERS WHO WORK WITH YOUNG PEOPLE**ABSTRACT**

This essayistic text discusses some considerations on Information and Communication Technologies - ICTs, especially the computer and internet as educational tools, elements of contemporary youth culture . In this perspective, your goal is to discuss the use of these tools by young people, bringing the baila, initial and continuing teacher education and professionalization of them to build classes that use ICTs, and guidance for young people in social dynamics and cultural use these media and those in education, especially as concern the processes of teaching and learning with young people. Contemplated processes of cultural practices that society considers to be relevant and be known or learned by new generations. From this perspective , social and political repercussions of a time interests and contextualize it emerges the need to perceive them as a cultural and social tool for all involved , their actions and denials interfere with the action of educating and learning for transformation. The relevance lies in understanding its function to build an education we want. Through the knowledge we already have as elaborate, we discuss the need, conditions and possibilities for overcoming challenges that captivate ICTs in education.

1 Doutorando em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Mestre em Educação pelo Programa de Pós- Graduação em Educação da Universidade do Oeste de Santa Catarina – UNOESC, Pedagogo pela Universidade do Oeste de Santa Catarina – UNOESC e Docente na Faculdade AVANTIS. E-mail: douglascamargo998@hotmail.com

KEYWORDS: Information and Communication Technologies - ICTs. Media in Education. Processes of teaching and learning. Teacher Training. Young.

A escola como instituição - não com boas vontades de seus mestres – mantém a mesma ossatura rígida e excludente já faz um século. Continua aquela estrutura piramidal, preocupada apenas com o domínio seriado e disciplinar de um conjunto de habilidades e saberes. A ultrapassagem de domínios preestabelecidos em cada disciplina e em cada série é condição para a manutenção ou a perda irrecuperável do direito de uma experiência sociocultural formadora.

(Arroyo, 2003, p. 13).

Atualmente, os temas educacionais vêm sendo debatidos com atenção as constantes transformações da sociedade. Especialmente com a crescente demanda pela utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação - TICS nas instituições escolares, isso se deve em grande parte pelo processo de globalização e o progresso tecnológico vivenciado na contemporaneidade. Um tempo onde há possibilidades de manter-se informado sobre diversos assuntos provenientes de diferentes partes do mundo, transpondo o inimaginável para muitos alunos e professores de algumas décadas atrás. Esse fenômeno se dá, por ocorrência das TICs, em especial pelo computador e a internet. Para Gonnet (2004), nesse cenário, as mídias contribuem também para mudanças dos comportamentos das pessoas, “elas modificaram os comportamentos das crianças e dos pais com relação às gerações precedentes” (GONNET, 2004, p. 15), facilitando o acesso à informação e comunicação entre as mesmas.

Nesta perspectiva, há o convite aos pais, professores e instituições escolares para que redimensionem sua práxis pedagógica, percebam o novo ambiente da sala de aula, que não é mais o mesmo, pois, reduziram-se as distâncias e ampliaram-se às fronteiras dos saberes. Torna-se notório que as mídias, especialmente no campo da informática, se relacionam com as transformações da sociedade e alcança os jovens.

A relação dos jovens com as TICs tornou-se constante, nós professores precisamos acompanhar esse fenômeno e suas demandas. As coisas mudaram e esta nova cultura, possibilita o acesso a informações e comunicação instantaneamente e “potencial para a vinculação a conteúdo informativo e educativo, e para participação em atividades on-line, redes e

comunidades”. (LIVINGSTONE, 2011, p.12). O acesso e uso da internet, para muitos jovens, é algo dinâmico, fonte rápida de informação. Mas, o que os jovens sabem ou precisam saber sobre a internet e como essa ferramenta acende novidades, apresenta inovações, com rapidez para compreensão desses usuários, além de dominar a máquina ou as informações, é saber entender e compreender todo o conteúdo da internet e seus interesses. Pois, devemos conhecer as

expectativas sociais, econômicas, culturais e políticas que a sociedade reserva para a sociedade da informação e particularmente, para a geração internet. (LIVINGSTONE, 2011, p.13).

São comportamentos novos, que nos convidam a aderirmos às TICs, e estamos submetidos a aprender usá-las. Na instituição escolar, não pode ser diferente, uma vez que o conhecimento evolui e as maneiras de construí-lo, podem ser diferentes. Há o convite a aderirmos este tempo onde as TICs potencializam busca pela informação, comunicação e a expressão do pensamento das pessoas interativamente, entendidas

as mídias de comunicação, que permitem instaurar uma interatividade da qual o telefone foi o primeiro símbolo, que passa hoje pela telemática ou videocomunicação. (GONNET, 2004, p. 17).

Sendo nós, os profissionais das instituições escolares, nos é oportuno orientar para a pesquisa, busca pela informação para educação.

As possibilidades de diminuir a possível distância existente entre professores e jovens, em relação às TICs, estão em aprofundarmos nossos conhecimentos sob essas novas tecnologias, utilização das mesmas nos processos do ensino

e da aprendizagem, acompanhar seus efeitos, o que é desejado ou não desejado nos dois processos e o que essas mídias potencializam a práxis pedagógica dos professores na educação com jovens.

Notemos, enfim, que a educação, como resalta a raiz latina *ducere*, supõe a existência, de um guia, de um educador a quem o ensino é confiado. Concebe-se então que um dos problemas que se coloca ao longo dos séculos concerne à maneira privilegiada à figura deste guia. (GONNET, 2004, p. 21).

O professor, que se familiariza com as TICs, faz uso das mesmas na sua práxis, demonstra interesse pela informação, educação e exploração, requalificando seu trabalho, desenvolvendo novas habilidades nas pesquisas e preocupação com as novas demandas que surgem com as novas gerações. Perceber que “as coisas mudaram” (LIVINGSTONE, 2011, p. 12), reconhecer e se familiarizar com as TICs, por meio delas, orientar as novas gerações para usá-las, com equilíbrio entre a “liberdade, segurança e privacidade” (LIVINGSTONE, 2011, p. 19), acompanhando as transições com conhecimento, principalmente em relação à internet. Para Livingstone (2011, p. 20),

tal conhecimento coloca uma série de desafios que corresponde a fases, de dificuldades de acesso iniciais com o hardware a competências mais complexas, interpretativas envolvendo conteúdos e serviços

Com isso, Livingstone (2011) compreende que os jovens precisam saber usar a internet.

Contudo, agora que a internet converge múltiplas tecnologias, formatos e espaços de mediação e informação – fundindo neste ponto práticas sociais distintas de informação e entretenimento, trabalho e lazer, público e privado, até mesmo infância e vida adulta, nacional e global – é necessária uma convergência da literacidade relacionada às mídias (ou ao áudio visual) e aquela relacionada à informação para que uma rota seja traçada com o objetivo de compreender o que os jovens já sabem e o que precisam saber muito além da ideia simplista de ‘usar a internet’. (LIVINGSTONE, 2011, p. 22).

Ao utilizar a internet para construção do conhecimento novo, selecionar informações

e atividades seguras, conteúdos fidedignos, questionando o que se está confiando, situação que muitos jovens não levam em consideração, não compreendendo os “motivos que levam indivíduos ou instituições a disponibilizar informações on-line” (LIVINGSTONE, 2011, p. 24), emerge aqui a vitalidade da interação do humano com a tecnologia, implícito uma dualidade, uma interface bem arquitetada, outra obscura, novamente convidando ao professor a orientar o uso da internet, dando suporte e se preocupando com os jovens. Guiando-os no domínio da tecnologia, entender e compreender suas complexidades.

A utilização das mídias nas aulas motiva os alunos a aprender também pelo prazer, onde,

numerosas pesquisas sobre a utilização das mídias em aula, parece demonstrar o interesse dessas práticas nas zonas consideradas difíceis ou com crianças desmotivadas que redescobrem o prazer de aprender. (GONNET, 2004, p. 27).

Assim podemos desenvolver um olhar criterioso sobre as mídias nas instituições escolares, uma vez que a não são todos os alunos, professores e instituições escolares que tem acesso ao computador e internet. Esse é um dos desafios associados às TICs e a depreciação das instituições escolares, obstáculos que não promovem um olhar crítico melhorado sobre as (des) igualdades da sociedade em detrimento a manutenção do *status quo*.

Assim pensamos uma educação que garanta oportunidades de acesso, permanência, sucesso escolar e para a vida, garantindo suporte para formação qualificada, segura na valorização das expressões e manifestações culturais e participação democrática de todos e todas, concretizando “que a cultura deixe de ser vista nos currículos como um apêndice”. (ARROYO, 2012, p. 10).

As novas demandas culturais presentes na vida dos jovens, devido ao processo de globalização que os aproximam das mídias, ao tratar delas na educação, Balle (1995, p.50, apud GONNET, 2004, p.16), as entende “como o equipamento técnico que permite aos homens

comunicar a expressão de seu pensamento quaisquer que sejam a forma e a finalidade desta expressão”, potencializando a construção do conhecimento novo, por todos, na instituição escolar.

Segundo Gonnet (2004, p. 29):

Torna-se útil compreender melhor as relações que os jovens mantêm com os diferentes suportes, mas também com uma tecnologia que faz cada vez mais parte de nosso cotidiano (videogames, CD-ROM, Internet). Com efeito, pode-se formular a hipótese de uma redistribuição atual entre o escrito, a imagem e o som que nos leva em direção a outros comportamentos, a uma sensibilidade para formas novas de mensagens, sobre as quais é legítimo interrogar-se para não se tornar delas cativo, para acompanhar essas mudanças.

Compreender as relações dos jovens com o computador e a internet, passa pelo entendimento de qual uso pode fazer deles, orientação que cabe a todos e todas, mas o potencial da orientação do professor e da instituição escolar, discutindo ideias, implementar programas pedagógicos que promovam a crítica e principalmente deixando-os utilizar os equipamentos com a razão do conhecimento científico é profícuo para os processos do ensino e da aprendizagem celebrando conquistas com as TICs e

já que as tecnologias da informação e da comunicação representam cada vez mais a principal rota para a educação, saúde, engajamento cívico, habilidades empregadas, participação no governo, aconselhamento terapêutico, relações familiares estendidas, [...]. (LIVINGSTONE, 2011, p. 24).

Então, compreendemos que à formação do profissional professor, que trabalha com jovens, precisa ser concisa quanto à importância do trabalho com as TICs na sala de aula. Professores que oportunizem aos alunos informações sobre as mídias e a utilização crítica das mesmas, para investigações pedagógicas que promovam a construção do conhecimento novo bem como orientação para os momentos de lazer.

Professores que ao utilizarem essas ferramentas, instaurem a interatividade e

reiterem a importância da informação, processos de pensamentos e formas de comunicação e expressão. Pois, o mundo mudou e para Veiga-Neto (2002, p. 45):

O mundo mudou e, com ele, mudou também nosso próprio entendimento sobre nós e sobre o próprio mundo. Parece que, junto a uma maior democratização da informação, continuam se aprofundando as desigualdades. Enquanto que a economia tende a se globalizar e muitas fronteiras nacionais se dissolvem, o mundo parece cada vez mais heterogêneo em termos culturais. A sensação que nos invade é de que não mais vivemos naquele velho e injusto, porém seguro, mundo moderno. Esse novo mundo não se tornou mais justo, mas se tornou menos seguro [...]. Talvez fosse melhor dizer que o mundo não se tornou simplesmente mais inseguro, mas dizer, sim, que nós temos menos segurança sobre ele, acerca daquilo que sabemos dele, sobre nossa situação nele.

Assim, urge a necessidade de compreendermos as mudanças que ocorrem nesse tempo, nessa sociedade e no próprio mundo que cada vez mais democratiza a informação. Nesse caso, a percepção dos jovens como produtos e produtores de culturas, faz surgir à necessária atenção a esses cidadãos. Os estudos da juventude são fundamentais para negociar a continuidade e a mudança das sociedades em qualquer contexto. Suas práticas culturais estão se tornando cada vez mais notáveis e centrais para a organização de todas as sociedades humanas.

As identidades se constroem em velhos e novos espaços, nas tensões entre o tradicional e o moderno. Algumas das características da modernidade, presentes na contemporaneidade são os fenômenos da reestruturação econômica, globalização da economia, mídia e consumo. Esses elementos afetam significativamente todos os aspectos da vida humana e principalmente os jovens, inserido numa sociedade que por “muitas vezes obscurece a própria cultura jovem”. (BUCHOLTZ, 2002, p. 525), em detrimento de interesses dos adultos, políticos, capitalistas que não valorizam a cultura local.

Ainda que seja de forma panorâmica e superficial, precisamos considerar as influências políticas no comportamento cultural dos jovens

e as repercussões das ações que inserem ou excluem ou os desqualificam na percepção de agentes culturais potenciais. Classificando os jovens como os agentes experimentadores de mudança cultural. E que “os jovens são agentes culturais cujas experiências são melhores compreendidas a partir de seu próprio ponto de vista”. (BUCHOLTZ, 2002, p. 533). Ficando cristalina a necessidade da formação profissional dos professores que trabalham com os jovens, formação inicial e continuada para novas oportunidades para professores e alunos. Enfim, para as instituições escolares e sociedade.

REFERENCIAS

ARROYO, Miguel. As relações sociais na escola e a formação do trabalhador. In: FERRETI, C. J., SILVA Jr, J. R.; OLIVEIRA, M. R. N. S. (org.). **Trabalho, formação e currículo**. São Paulo: Xamã, 2003.

_____. **Outros Sujeitos, Outras Pedagogias**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

BUCHOLTZ, M. *Youth and Cultural Practice*. In: *ANNUAL REVIEW OF ANTHROPOLOGY*, 31, 2002, p. 535 – 552.

GONNET, Jacques. **Educação e Mídias**. São Paulo: Edição Loyola, 2004.

LIVINGSTONE, Sonia. *Internet literacy: a negociação dos jovens com as novas oportunidades on line*. **Matrizes**, São Paulo, vol. 4, n, 2, 2011. Disponível em: <<http://www.matrizes.usp.br/index.php/matrizes/article/view/66>>. Acesso em: 14 abr. 2013.

VEIGA-NETO, Alfredo. *Cultura e Currículo*. **Contrapontos**, Itajaí, SC, ano 2, nº 4,. jan/abr 2002. Disponível em: <<http://www6.univali.br/seer/index.php/rc/article/view/133/113>>. Acesso em: 06 jul. 2013.

REVISTA SOPHIA - AVANTIS

NORMAS DE APRESENTAÇÃO DE ORIGINAIS

A Revista Científica Sophia da Faculdade AVANTIS tem por objetivo publicar trabalhos nas áreas de Administração, Ciências Contábeis, Psicologia e Sistemas da Informação, Educação Física, e Direito, bem como, de novos cursos a serem aprovados pelo MEC. Tem como objetivo divulgar os artigos de estudos e pesquisa dos acadêmicos e professores da Instituição.

De modo geral, os artigos deverão estar focados, especificamente, em resultados de pesquisa de caráter teórico/empírico, revisões críticas da literatura de pesquisa acadêmica temática ou metodológica, e reflexões críticas sobre experiências dos profissionais das áreas mencionadas que ampliem e aprofundem o conhecimento das mesmas. Ou seja, trata-se de publicações inéditas ou ampliadas de estudos apresentados em outros periódicos.

Os artigos, de responsabilidade do autor, devem atender às normas estabelecidas nos direitos autorais, de acordo a Lei nº 6.610, de 19/02/98. Ainda, devem atender à seguinte classificação:

- **Artigo Original:** relato completo de investigação. Limitado a 15 laudas, sua estrutura deve conter: introdução, desenvolvimento (métodos - procedimentos básicos -, resultados, discussão), conclusão e referências.

- **Relato de Pesquisa ou Experiência:** análise de implicações conceituais/investigação e descrição de pesquisas originais. Limite: 15 laudas, sua estrutura deve conter: introdução, desenvolvimento (métodos - procedimentos básicos -, resultados, discussão), conclusão e referências.

- **Resenha de Livros:** Abordagem de obra recém-publicada. Limite: 4 laudas.

- **Ensaio Jornalístico:** relato crítico estruturado em obras literárias, acadêmicas e acontecimentos atuais do mundo que são perspectivas de

mudanças drásticas, não somente, no modo de pensar humano como pontuar justificativas que intervirão em mudanças consecutivamente rápidas do modo de agir do eu e da sociedade globalizada. Limite: 15 laudas, sua estrutura deve conter: introdução, desenvolvimento (métodos - procedimentos básicos -, resultados, discussão), conclusão e referências.

1 Orientações Finais e Recomendações

Serão publicados os trabalhos aprovados pelos membros da Comissão Científica.

O autor responde pelos trabalhos publicados.

O trabalho que não estiver com as características exigidas, ou em desacordo com a prática acadêmica normalizada pela ABNT, será devolvido ao seu autor.

Os casos não previstos por estas Normas serão resolvidos pela Comissão Científica da Revista.

As informações e conceitos emitidos nos trabalhos, bem como a exatidão das citações e referências, são de inteira responsabilidade dos autores.

Os trabalhos que abordem pesquisas envolvendo seres humanos terão suas aprovações condicionadas ao cumprimento das Normas da Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde.

INFORMAÇÕES PARA ENVIO DO ARTIGO:

Os artigos e correspondências deverão ser enviados por e-mail para:

revistacientificasophia@avantis.edu.br

A Revista de Científica Sophia solicita que os autores enviem, acompanhado do texto, uma “carta de encaminhamento” assinada por todos os autores contendo:

- autorização para o início do processo

editorial;

- assinatura da Declaração de Originalidade e Responsabilidade de Direitos Autorais;

- compromisso de respeito aos aspectos éticos inerentes à realização de um trabalho científico.

INFORMAÇÕES TÉCNICAS-NORMATIVAS

1- Formato do trabalho

O trabalho deverá ser gravado em editor de texto *Word for Windows*, devendo ter de 08 a 12 páginas, com as seguintes especificações:

- Layout da página A4/ RETRATO;

- Margem: ESQUERDA E SUPERIOR 3 cm, INFERIOR E DIREITA 2 cm.

- FONTE TIMES NEW ROMAN: Para o TÍTULO do artigo corpo 18, para os SUBTÍTULOS corpo 14, e para o TEXTO corpo 12;

- ESPAÇAMENTO: do título para o nome do autor um espaço de 1,5, para o Resumo também um espaço de 1,5, para as Palavras-chaves, um espaço de 1,5, para a Introdução e os outros subtítulos dois espaçamentos de 1,5.

- O ALINHAMENTO DO PARÁGRAFO DO TEXTO JUSTIFICADO, exceto para o TÍTULO que deve ser CENTRALIZADO e o nome do (s) autor (a) (es) que deve estar alinhado à DIREITA.

- Para Citação Longa, de 4 a + de 4 linhas, dois espaços simples antes e depois da citação, com a tabulação de 4cm.

- Palavras estrangeiras em itálico.

2 Apresentação do Artigo Científico

2.1 Página inicial contendo:

- O título do artigo em caixa alta;

- Nome(s) completo(s) do(s) autor(es);

- Vinculação acadêmica em nota de rodapé (Exemplo: Curso de Psicologia da Faculdade Avantis);

- Resumo na Língua Materna (PORTUGUÊS) do texto com, no máximo, de 200 palavras;

- Três a cinco palavras-chave, separadas por ponto e finalizadas também por ponto (palavras representativas do conteúdo). Exemplo: Revista Sophia. Revista Técnica. Pesquisa.

- Abstract na Língua Inglesa (INGLÊS) do texto com, no mínimo, de 200 palavras.

- Three or five key-words separadas por ponto e finalizados por ponto.

- Itens e subitens destacados hierarquicamente, no corpo do texto, alinhados à esquerda e numerados, conforme normalização da ABNT (NBR 6024). Exemplo:

1 FORÇAS VITAIS

1.1 FORÇAS VITAIS

1.1.1 Forças Vitais

2.2. Citações

As citações diretas e indiretas, no corpo do texto, deverão estar acompanhadas das respectivas notas de referência, conforme (NBR 10520), colocadas no início da citação, se o autor for mencionado na entrada da citação, ou ao final quando não mencionado.

Exemplos:

- CITAÇÃO INDIRETA - Segundo Beltrano (2005) ...

- CITAÇÃO DIRETA - Segundo Beltrano (2005, p. 25) "... "ou" ..." (BELTRANO, 2005, p. 25). Ou Conforme Beltrano e Ciclano (2008, p 357). Ou ainda, Como diz Beltrano, Ciclano e Fulano (2006, p. 78). E também Fulano et al (2002, p. 9).

- CITAÇÃO DE CITAÇÃO - Segundo Ciclano (*apud* BELTRANO, 2003, p. 28)

- CITAÇÃO COM DOIS AUTORES – (BELTRANO; CICLANO, 2007, p. 258)

- CITAÇÃO COM TRÊS OU MAIS AUTORES – (BELTRANO; CICLANO; FULANO, 2004, p 13).

2.3 Referências e Notas de Rodapé:

As referências deverão ser apresentadas logo após o texto, pela ordem alfabética do

sobrenome do(s) autor(es), obedecendo às normas da ABNT (NBR 6023), em espaçamento simples, e entre linhas, um espaçamento de 1,5. Quando houver repetição de autor, livro deverão ser utilizados, um traço contínuo de 6 espaços)

Notas explicativas deverão ser colocadas no rodapé da página, as quais deverão ser da seguinte forma: com espaçamento simples, letra do corpo de texto no tamanho 10 na Fonte *Times New Roman*, em parágrafo justificado.

2.4 Outras Considerações

Apêndices e/ou anexos serão incluídos somente quando imprescindíveis à compreensão do texto.

Ilustrações como tabelas, gráficos, quadros, figuras, fotos, entre outros deverão ser numeradas consecutivamente em algarismos arábicos e acompanhadas de seus respectivos títulos e fontes. Só serão aprovados nessas disposições, conforme o exemplo:

CENTRALIZADO	CENTRALIZADO	CENTRALIZADO
TIMES NEW ROMAN TAMANHO DO CORPO DE TEXTO TAMANHO 10, ALINHAMENTO O MELHOR ESTETICAMENTE, ESPAÇAMENTO SIMPLES.		
	TIMES NEW ROMAN TAMANHO DO CORPO DE TEXTO TAMANHO 10, ALINHAMENTO O MELHOR ESTETICAMENTE, ESPAÇAMENTO SIMPLES.	
		TIMES NEW ROMAN TAMANHO DO CORPO DE TEXTO TAMANHO 10, ALINHAMENTO O MELHOR ESTETICAMENTE, ESPAÇAMENTO SIMPLES.

TABELA 1/QUADRO 1: TÍTULO EM CAIXA ALTA EM TIMES NEW ROMAN TAMANHO DO CORPO DE TEXTO TAMANHO 10, ALINHAMENTO JUSTIFICADO, ESPAÇAMENTO SIMPLES.

Fonte: Nome do Elaborado, ano.



FIGURA 1/GRÁFICO 1/ FOTO 1: TÍTULO EM CAIXA ALTA EM TIMES NEW ROMAN TAMANHO DO CORPO DE TEXTO TAMANHO 10, ALINHAMENTO JUSTIFICADO, ESPAÇAMENTO SIMPLES.

Fonte: Nome do Elaborado, ano.